



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO**

CONSEPE

5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2024

SESSÃO ÚNICA

Data: 29 de maio de 2024 (quarta-feira)

Horário: 14h

Modalidade: híbrida (*Google Meet* / Sala dos Conselhos Superiores)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

CONVOCAÇÃO

A Presidente do **CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO** da Universidade Federal Rural do Semi-Árido convoca todos os conselheiros a se fazerem presentes à **5ª Reunião Ordinária de 2024**, com data, local e horários abaixo determinados, para cumprir a seguinte pauta:

1. Apreciação e deliberação sobre as atas da 10ª reunião ordinária de 2023, 1ª reunião extraordinária de 2024 e 3ª reunião extraordinária de 2024;
2. Apreciação e deliberação sobre Programas Gerais de Componentes Curriculares - PGCCs, conforme Ofício nº 138/2024, de 23 de maio de 2024, da Pró-Reitoria de Graduação – Prograd;
3. Apreciação e deliberação sobre recurso apresentado por Rachel Leite Klibis Araújo, conforme processo nº 23091.005686/2024-13;
4. Outras ocorrências.

Data: 29 de maio de 2024 (quarta-feira).

Horário: 14 horas.

Modalidade: híbrida (Google Meet / Sala dos Conselhos Superiores).

Mossoró-RN, 23 de maio de 2024.

LUDIMILLA CARVALHO SERAFIM DE OLIVEIRA
Assinado de forma digital por LUDIMILLA CARVALHO SERAFIM DE OLIVEIRA
Dados: 2024.05.23 12:41:16 -03'00'

Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira
Presidente



Universidade Federal Rural do Semi-Árido (Ufersa)
Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe)
5ª Reunião Ordinária de 2024

1º PONTO

Apreciação e deliberação sobre as atas da 10ª reunião ordinária de 2023, 1ª reunião extraordinária de 2024 e 3ª reunião extraordinária de 2024;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

ATA DA DÉCIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO.

1 Aos onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, às quatorze horas, de forma
2 híbrida, reuniu-se o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) da Universidade Federal
3 Rural do Semi-Árido (Ufersa), sob a presidência da Reitora, **Ludimilla Carvalho Serafim de**
4 **Oliveira**, para deliberar sobre a pauta da décima reunião ordinária de dois mil e vinte e três.
5 Estiveram presentes os Pró-Reitores: Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD): **Carolina Malala**
6 **Martins Souza**; Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG): **Glauber Henrique de**
7 **Sousa Nunes**; os Conselheiros representantes docentes: Centro de Ciências Agrárias (CCA):
8 **Josemir de Souza Gonçalves**; Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS): **Juliana Rocha**
9 **Vaez**; Centro de Ciências Exatas e Naturais (CCEN): **Andrea Maria Ferreira Moura**; Centro de
10 Ciências Sociais Aplicadas e Humanas (CCSAH): **José Albenes Bezerra Júnior**; Centro de
11 Engenharias (CE): **Wesley de Oliveira Santos**; Centro Multidisciplinar de Angicos (CMA): **Rodrigo**
12 **Soares Semente**; Centro Multidisciplinar de Caraúbas (CMC): **Ananias Agostinho da Silva**; Centro
13 Multidisciplinar de Pau dos Ferros (CMPF): **Jorge Luis de Oliveira Pinto Filho**. Representantes
14 técnico-administrativos: **Milena Paula Cabral de Oliveira**. Representantes discentes: **Marcondes**
15 **Ferreira Costa Filho**, **Renato Ivan Costa Silva** e **Marcelo Soares Mota**. **Conselheiros com falta**
16 **justificada**: Tamms Maria da Conceição Morais Campos e Priscila da Cunha Jácome Vidal. **PAUTA:**
17 **Primeiro ponto**: Apreciação e deliberação sobre a ata da 9ª reunião ordinária de 2023. **Segundo**
18 **ponto**: Apreciação e deliberação sobre os Calendários Acadêmicos dos cursos de graduação EaD -
19 NEAD Ufersa, referentes aos semestres letivos 2024.1 e 2024.2, conforme Memorando Eletrônico nº
20 317/2023 – Prograd. **Terceiro Ponto**: Apreciação e deliberação sobre os Calendários Acadêmicos
21 dos cursos de graduação presenciais da Ufersa, referentes aos semestres letivos 2024.1 e 2024.2,
22 conforme Memorando Eletrônico nº 317/2023 – Prograd. **Quarto ponto**: Apreciação e deliberação
23 sobre atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Medicina Veterinária, conforme
24 Memorando Eletrônico nº 317/2023 – Prograd. **Quinto ponto**: Apreciação e emissão de parecer
25 sobre a criação do seguinte Curso de Pós-graduação *lato sensu*: Especialização em Programa de
26 Aprimoramento Profissional (PAP) em Engenharia de Segurança do Trabalho, conforme processo nº
27 23091.006548/2019-34. **Sexto ponto**: Apreciação e deliberação sobre as atualizações de disciplinas
28 do Programa de Pós-graduação em Ciência Animal - PPGCA, conforme Memorando Eletrônico nº
29 302/2023 – PROPPG. **Sétimo ponto**: Apreciação e deliberação sobre as atualizações dos PGCCs
30 das disciplinas do Programa de Pós-graduação em Direito - PPGD, conforme Memorando Eletrônico
31 nº 260/2023 - PROPPG. **Oitavo ponto**: Apreciação e deliberação sobre Programas Gerais de
32 Componentes Curriculares - PGCCs, conforme Memorando Eletrônico nº 317/2023 – Prograd. **Nono**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

33 **ponto:** Apreciação e deliberação acerca do perfil da vaga código nº 0932221, conforme Processo nº
34 23091.016328/2023-93. **Décimo ponto:** Apreciação e deliberação sobre minuta de resolução que
35 dispõe sobre a regulamentação da política de ações afirmativas no âmbito dos cursos de pós-
36 graduação *lato sensu* e *stricto sensu* da Universidade Federal Rural do Semi-Árido - Ufersa. **Décimo**
37 **primeiro ponto:** Apreciação e deliberação sobre os Calendários Acadêmicos da Pós-graduação,
38 referentes aos semestres letivos 2024.1 e 2024.2, conforme Decisão CPPGIT/UFERSA nº 22, de 17
39 de outubro de 2023. **Décimo segundo ponto:** Apreciação e deliberação do Regimento do Programa
40 de Pós-Graduação *stricto sensu* em Cognição, Tecnologias e Instituições - PPGCTI, conforme
41 Decisão CPPGIT/UFERSA nº 24, de 17 de outubro de 2023. **Décimo terceiro ponto:** Apreciação e
42 deliberação do Projeto Pedagógico de curso doutorado acadêmico do Programa de Pós-graduação
43 Interdisciplinar em Cognição, Tecnologias e Instituições – PPGCTI, conforme Decisão
44 CPPGIT/UFERSA nº 25, de 17 de outubro de 2023. **Décimo quarto ponto:** Outras ocorrências.
45 Tendo constatado quórum legal, a presidente deste Conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de**
46 **Oliveira**, declarou aberta a reunião, leu e colocou em votação a justificativa de ausência da
47 conselheira Priscila da Cunha Jácome Vidal, a qual foi aprovada por unanimidade. Prontamente, leu
48 a pauta e a colocou em discussão. A conselheira, **Carolina Malala Martins Souza**, expôs uma
49 observação em relação ao terceiro ponto da pauta, onde disse que o Comitê de Graduação lançou,
50 ao final do semestre, duas propostas de calendário, isto é, duas minutas que abordavam os prazos
51 regimentais para que o semestre ocorra tanto o 2024.1 quanto o 2024.2. Falou ainda que foram
52 enviados no dia 3 de novembro, sendo apreciados nos diferentes centros e, posteriormente,
53 deliberados na última reunião extraordinária, para que se desse tempo para trazer como ponto de
54 pauta do Consepe. Observou que o calendário, por não estar regular, embora seja de 2024, nele
55 contempla meses de 2025. Explicou que é a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progepe) que lança
56 os feriados dos anos civis no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) e que
57 o gerador de calendário acadêmico estava com as informações de feriados do ano de 2024, mas que
58 não estava com as informações de feriados do ano de 2025. Informou que estavam faltando os
59 feriados dos meses de fevereiro, março e abril e, em virtude disso, fica inviabilizada a discussão do
60 calendário acadêmico. No mais, pediu a retirada do terceiro ponto de pauta: “*Apreciação e*
61 *deliberação sobre os Calendários Acadêmicos dos cursos de graduação presenciais da Ufersa,*
62 *referentes aos semestres letivos 2024.1 e 2024.2, conforme Memorando Eletrônico nº 317/2023 -*
63 *Prograd*”. Citou uma *live* feita na sexta-feira, onde houve uma consulta em relação a estratégias para
64 tentar regularizar o calendário, seja com redução de dias letivos, como a medida provisória na época
65 da pandemia, seja com um cancelamento de um semestre letivo. Disse ainda que, não há
66 posicionamentos totalmente concretos, pois são informações que não dependem somente da



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

67 Prograd, dependem, inclusive, do MEC, isto é, da matriz orçamentária a ser descongelada. O
68 conselheiro, **Wesley de Oliveira Santos**, disse que foi discutido no Centro de Engenharias (CE), a
69 possibilidade de uma correção na redação do ponto cinco da pauta, uma vez que, na realidade, o
70 curso *lato sensu* de Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho já foi aprovado e que
71 por isso, a alteração passaria a designar como "*Apreciação e emissão de parecer sobre o Projeto de*
72 *Ensino do Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Segurança do Trabalho*". Sobre o
73 encaminhamento proposto pela conselheira Carolina Malala Martins Souza, acerca da retirada do
74 terceiro ponto de pauta, pontuou que o Centro de Engenharias (CE) foi favorável, no entanto, com
75 algumas observações que poderão complementar no âmbito das discussões futuras: primeiramente,
76 que seja verificada a possibilidade de ser compilado o documento na íntegra para serem pautadas na
77 reunião do Consepe todas as propostas, juntamente com a do Comitê de Graduação, para que sejam
78 confrontadas e haja uma discussão mais equilibrada, visando o melhor cenário possível onde,
79 conseqüentemente, o Conselho avaliará e aprovará; seguidamente, sugeriu se possível, um estudo
80 de projeção, a partir do que for aprovado, de quando se daria a regularização, em termo de anos, e
81 propôs o funcionamento como forma de atos normativos, como sendo emendas ao calendário
82 acadêmico proposto pelas bases; e por último, que preferencialmente as reuniões extraordinárias
83 sejam voltadas somente a esse ponto, já que tem uma ampla discussão. A conselheira, **Andrea**
84 **Maria Ferreira Moura**, externou estar contemplada, em partes, pelas falas que a antecederam.
85 Colocou que existe uma inquietude da comunidade acadêmica e como posto pela conselheira
86 Carolina Malala Martins Souza, há uma pretensão do Centro de Ciências Exatas e Naturais (CCEN)
87 sobre a possibilidade de apresentação de uma espécie de estudo, por parte da Prograd juntamente
88 com seu Comitê de Graduação, sobre questões relacionadas à viabilidade ou não da suspensão de
89 calendário acadêmico ou do cancelamento de um semestre. Questionou se não seria melhor deixar a
90 discussão desse calendário um pouco mais para frente, sob a perspectiva de ter esses subsídios de
91 forma mais contundente. Pontuou que a alternativa restante é a diminuição de intervalos entre os
92 semestres, embora tenha ressaltado que há uma problemática apresentada, anteriormente, neste
93 Conselho pela Divisão de Registro Acadêmico (DRA) e pela Biblioteca, em que foi informado que há
94 uma necessidade técnica de um limite de semanas entre um semestre e outro, de no mínimo quatro
95 semanas. Explicou que, se cada semestre tem 100 dias e que são dois semestres, além das quatro
96 semanas entre um semestre e outro, restam poucas alternativas para regularizar esse calendário
97 num futuro próximo. Por conseguinte, sobre a mudança de texto do ponto cinco de pauta, pedido
98 pelo CE, afirmou que esse ponto causa estranheza, porque nesse caso, seria a emissão de parecer
99 para criação de um curso que estava, até então, com inscrições de seleção aberta uns dias atrás e
100 que o documento que está na pasta não condiz com o documento do regimento que pede a criação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

101 dos cursos, neste caso, o Regime Geral de Criação de Cursos de Pós-Graduação *lato sensu*. Expôs
102 também que, um dos encaminhamentos do CCEN se tratava de pedir esclarecimentos sobre o texto
103 do ponto cinco da pauta e embora o conselheiro Wesley de Oliveira Santos já tenha apresentado,
104 pediu, se possível, que a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG) explicasse se
105 realmente esse Projeto de Ensino de um Curso de Especialização é o documento que se encontra na
106 página 193 da pasta. O conselheiro, **Marcondes Ferreira Costa Filho**, também disse ter sido
107 contemplado pela fala dos demais conselheiros, todavia, colocou que seria interessante que quando
108 esse calendário retornar para discussão, que venha numa reunião extraordinária designada só para
109 esse ponto, dado que já há um alto número de pontos a serem discutidos. A conselheira, **Carolina**
110 **Malala Martins Souza**, agradeceu pelas observações feitas pela conselheira Andrea Maria Ferreira
111 Moura. Em continuidade, informou que não há um agendamento prévio desse ponto, mas disse que
112 se até a próxima reunião ordinária, que acontecerá em janeiro, caso ainda não houver esse parecer
113 da Pró-reitoria de Planejamento (Proplan) vindo do MEC ou o parecer em relação aos dias letivos,
114 não há problema nenhum, visto que tem o semestre 2023.2 para que se possa decidir. Ademais,
115 destacou que o ideal para o funcionamento da universidade é que se tenha, pelo menos, dois
116 semestres letivos aprovados ainda quando se está no semestre vigente, logo, a proposta é baseada
117 na decisão dos semestres 2024.1 e 2024.2 no semestre 2023.2. Esclareceu que o cancelamento do
118 semestre está associado a não entrada de estudantes e isso, por sua vez, gera um impacto
119 financeiro e social. Colocou que há um estudo a se trazer para este Conselho, onde são
120 questionadas quantas vagas está sendo realmente preenchidas nesse segundo semestre, dado
121 justamente a falta de regularidade dos calendários, isso porque as pessoas aprovadas no Sistema de
122 Seleção Unificada (SISU), em março, não aguardam até 27 de novembro para iniciar suas aulas.
123 Informou que, como a Matriz Orçamentária estava congelada desde o ano de 2022 e que só agora
124 ela foi descongelada, a Proplan não tem acesso ao valor do aluno equivalente, uma vez que ainda
125 não foi disponibilizado pelo MEC, portanto, não há como fazer essa prospecção. Externou que a
126 forma mais rápida e de menor impacto em termos de funcionamento docente, discente e técnico, é o
127 cancelamento de um semestre, onde também disse que, de 63 universidades, apenas três tomaram
128 essa decisão. Argumentou sobre a medida provisória em relação à redução dos dias letivos utilizada
129 na pandemia, bem como, questionou se não haveria uma prerrogativa para manter essa medida
130 provisória, onde apresentou uma prospecção que se reduzisse 15 dias letivos nos semestres, em
131 dois anos o calendário estaria regularizado, embora tenha frisado o impacto na qualidade de ensino.
132 Afirmou que se mantiver da forma como está, com 100 dias letivos, as férias no mês de janeiro e a
133 parada em junho ou julho, independente de como o semestre está, o calendário só estaria
134 regularizado em 2028 e que isso não é o objetivo da universidade. Colocou que a Prograd já vem



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

135 pensando em outras estratégias, por exemplo, a existência de seis comissões para criar e atualizar
136 as resoluções. Por fim, disse que há um diálogo com os conselheiros, que é de fato quem decide e, é
137 neste Conselho que todas as outras instâncias entram para deliberar sobre o que é mais
138 democraticamente aceito. A conselheira, **Andrea Maria Ferreira Moura**, parabenizou a conselheira
139 Carolina Malala Martins Souza pela forma como vem conduzindo a Prograd. Questionou, apenas
140 para confirmação, se há um estudo sobre os impactos financeiros travados por questões do MEC e
141 uma consulta à Procuradoria sobre a diminuição de dias letivos. A conselheira, **Carolina Malala**
142 **Martins Souza**, confirmou, positivamente, as indagações da conselheira Andrea Maria Ferreira
143 Moura. A presidente deste Conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**, colocou em votação
144 os encaminhamentos. Primeiramente, pôs em votação o encaminhamento da Pró-Reitoria de
145 Graduação para a retirada do ponto três de pauta, o qual foi aprovado por unanimidade.
146 Seguidamente, colocou em votação o encaminhamento do conselheiro Wesley de Oliveira Santos,
147 que foi ratificado pelo conselheiro Glauber Henrique de Sousa Nunes, sobre a correção do ponto
148 cinco de pauta, em que ficou da seguinte forma: “*Apreciação e emissão de parecer sobre o Projeto*
149 *de Ensino do Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Segurança do Trabalho, conforme o*
150 *processo nº 23091.006548/2019-34.*”. O que, por sua vez, foi aprovado com treze votos favoráveis e
151 uma abstenção. Em seguida, colocou em votação a pauta com as alterações, a qual foi votada e
152 aprovada por unanimidade. **PRIMEIRO PONTO.** A presidente deste Conselho, **Ludimilla Carvalho**
153 **Serafim de Oliveira**, colocou o primeiro ponto de pauta em discussão. Sem discussões, pôs em
154 votação, sendo aprovado com dez votos favoráveis e quatro abstenções. **SEGUNDO PONTO.** A
155 presidente deste Conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**, colocou o segundo ponto de
156 pauta em discussão. O conselheiro, **Wesley de Oliveira Santos**, pontuou uma observação
157 apresentada na discussão da reunião do Centro de Engenharias, no que diz respeito à legenda, onde
158 há, por exemplo, o período de matrículas extraordinárias no semestre 2024.1, que vai de 19 de
159 fevereiro à 23 de fevereiro e, questionou se permanecesse da mesma cor como dias letivos, ou fica
160 configurado como a cor da legenda para matrículas que está na cor amarela. Ademais, sobre o
161 semestre 2024.2, disse que ele está iniciando no dia 13 de agosto e questionou se não seria no dia
162 12 de agosto, pois seria uma segunda-feira. A conselheira, **Carolina Malala Martins Souza**, disse
163 que esse calendário é oriundo do Núcleo de Educação à Distância, sendo passado pelo Comitê de
164 Graduação e que embora se tenha representantes do Núcleo de Educação à Distância no Comitê,
165 não houve nenhuma observação em relação a isso, mas que pode sim, ser levado até ele. Sem mais
166 discussões, a presidente do Conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**, colocou em
167 votação o segundo ponto de pauta com as correções solicitadas, sendo em seguida, aprovado por
168 unanimidade. **TERCEIRO PONTO.** A presidente deste Conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

169 **Oliveira**, colocou o terceiro ponto de pauta em discussão. A conselheira, **Carolina Malala Martins**
170 **Souza**, parabenizou o trabalho do Núcleo Docente Estruturante e Coordenação do Curso. Justificou
171 que não se pôde trazer o Coordenador e Vice-coordenadora, pois ambos estão em visita, neste
172 momento, às instalações físicas da Ufersa com avaliadores do MEC, para acreditação Arcu-Sul
173 (Sistema de Acreditação Regional de Cursos de Graduação do Mercosul e Estados Associados).
174 Mas que, na medida do possível, enquanto Pró-reitora de Graduação, disse que poderá suprimir
175 possíveis questionamentos que sejam feitos ao documento. A conselheira, **Andrea Maria Ferreira**
176 **Moura**, colocou que este Conselho aprovou, recentemente, mais um tipo de estratégia da
177 curricularização e disse que na página 76, há justamente, o resumo de como estão os créditos, onde
178 se visualiza 345h de carga horária de extensão dentro das disciplinas obrigatórias. Dito isso,
179 perguntou se seria o percentual dentro de uma disciplina, ou se seria de disciplinas completas só de
180 extensão. Explicou que, como o curso de Medicina Veterinária tem 4.565h, eles teriam que ter 4.455h
181 de extensão, que seria 10% e também, teria-se 110h de UEE (Unidade Especial de Extensão). Por
182 sua vez, questionou se o aluno poderia fazer essa extensão fora das disciplinas, em qualquer
183 instância, onde se poderia creditar dentro dos seus 10%. A conselheira, **Carolina Malala Martins**
184 **Souza**, em resposta à fala anterior, explicou que o curso de Medicina Veterinária foi além, uma vez
185 que se tem 345h de disciplinas obrigatórias, 110h de UEE (Unidade de Extensão) - seja em projeto
186 de outro curso ou de outra instituição que consiga ser creditado - e, três componentes optativos, cada
187 um com 15h de extensão, totalizando assim, 500h de extensão. O conselheiro, **Wesley de Oliveira**
188 **Santos**, expôs uma observação sobre a estrutura de formatação, sendo a chamada dos quadros no
189 texto, onde orientou para que houvesse a nomenclatura do quadro resumo; a matriz de equivalência
190 que é citada e a resolução que descreve toda a alteração da estrutura curricular, isto é, da vigente
191 comparada à proposta que está sendo discutida neste Conselho. Por fim, parabenizou a todos os
192 envolvidos na elaboração desse projeto pedagógico. Não havendo mais discussões, a presidente do
193 Conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**, colocou em votação o terceiro ponto de pauta, o
194 qual foi aprovado por unanimidade. **QUARTO PONTO**. A presidente deste Conselho, **Ludimilla**
195 **Carvalho Serafim de Oliveira**, colocou o quarto ponto de pauta em discussão. O conselheiro,
196 **Glauber Henrique de Sousa Nunes**, solicitou ao Conselho a participação com fala da professora
197 **Rafaely Angelica Fonseca Bandeira**. Por sua vez, a presidente deste Conselho, **Ludimilla Carvalho**
198 **Serafim de Oliveira**, além do pedido feito anteriormente pelo conselheiro Glauber Henrique de
199 **Sousa Nunes**, também solicitou a participação com fala de **Karla Rosane do Amaral Demoly**, sendo
200 ambas as solicitações votadas e aprovadas por unanimidade. A conselheira, **Andrea Maria Ferreira**
201 **Moura**, em direcionamento à convidada **Rafaely Angelica Fonseca Bandeira**, disse já terem resolvido
202 a questão da mudança do ponto, dada as observações feitas anteriormente nessa reunião. Pontuou



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

203 que, como membro do Conselho há dois anos, via-se, na realidade, que normalmente no documento
204 de criação de cursos havia diversas outras características, desde orçamento, valor da bolsa etc.,
205 onde nada disso constava no processo e que por essa razão, lhe causava estranhamento. Mesmo
206 com esse novo objetivo existente vinculado com a alteração do ponto, questionou se o documento
207 está certo para essa nova escrita de ponto e se realmente é esse o documento que se precisa
208 analisar para, em seguida, aprová-lo. A convidada, **Rafaely Angelica Fonseca Bandeira**, esclareceu
209 que o curso foi criado em 2019, sendo aprovado no Departamento, no Centro e no Consuni, onde foi
210 aberta a seleção, mas que por conta da pandemia, ficou inviabilizado o projeto na época e que o
211 edital desse período foi invalidado. Continuou explicando que, como agora teve oportunidade de
212 entrar no grupo do pessoal da Engenharia de Segurança do Trabalho, houve o convite, por parte
213 deles, para ajudar no cadastramento do curso para passar novamente pelas instâncias que se
214 fizessem necessárias, onde disse que o primeiro passo é cadastrar no Sigaa e que é exatamente
215 esse documento. Frisou que esse projeto de ensino foi inicialmente apreciado no Departamento de
216 Engenharia e Ciências Ambientais (DECAM), o qual foi aprovado e que em seguida, foi remetido ao
217 Centro de Engenharias e que também foi aprovado, sendo ele, esse mesmo documento que está na
218 pasta. Falou que, com essas duas aprovação foi realizado um cadastro no Sistema Integrado de
219 Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC) e após esse cadastramento, é que entra a parte de
220 orçamento, bem como, onde ele vai ser aplicado. Informou que esse último é remetido à Pró-Reitoria
221 de Planejamento (Proplan) e que ela, por sua vez, aprecia e estando tudo realizado corretamente, é
222 enviado à Fundação Guimarães Duque (FGD), sendo posteriormente assinado um contrato com a
223 Universidade, mas que toda essa etapa foi vencida. Externou que o curso foi cadastrado exatamente
224 igual como foi cadastrado em 2019, dado que esse curso é fiscalizado pelo Conselho Regional de
225 Engenharia e Agronomia (CREA) e que ele é bem rígido quanto à questão da carga horária, dos
226 componentes curriculares e que, portanto, nada foi modificado. A conselheira, **Andrea Maria**
227 **Ferreira Moura**, disse estar satisfeita com os esclarecimentos, bem como, colocou que dá a
228 entender que foi um curso aprovado pelo Consuni e se passou ou não pelo Consepe, não cabe mais
229 estar fazendo esse resgate e, o que se está aprovando é esse projeto de ensino que segundo o que
230 foi esclarecido, é um projeto ensino para dar continuidade a um curso que já estava pronto e que foi
231 suspenso devido à pandemia. A presidente deste Conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de**
232 **Oliveira**, agradeceu os esclarecimentos. Na sequência, colocou em votação o quarto ponto de pauta,
233 o qual foi aprovado com onze votos favoráveis e duas abstenções. **QUINTO PONTO**. A presidente
234 deste Conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**, colocou o quinto ponto de pauta em
235 discussão. Não havendo inscritos, colocou o quinto ponto de pauta em votação, o qual foi aprovado
236 por unanimidade. **SEXTO PONTO**. A presidente deste Conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

237 **Oliveira**, colocou o sexto ponto de pauta em discussão. Sem inscritos, colocou em votação o sexto
238 ponto de pauta, o qual foi aprovado por unanimidade. **SÉTIMO PONTO**. A presidente deste
239 Conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**, colocou em discussão o sétimo ponto de pauta.
240 A conselheira, **Carolina Malala Martins Souza**, explicou que o fluxo dos PPGCs ocorre da seguinte
241 forma: o docente cadastra o programa no Sigaa, que automaticamente irá para a biblioteca para se
242 fazer todas as conferências em termos de trâmites de referências, em seguida, volta para o
243 Departamento e ele, por sua vez, chega à Divisão de Administração Acadêmica (DAA), onde acolhe
244 tudo o que é aprovado nos departamentos e leva-se para apreciação do Comitê de Graduação. O
245 convidado, **Josemir de Souza Gonçalves**, colocou que foram identificados alguns problemas na
246 construção de alguns PGCCs, dentre eles elencou casos: com ausência de tópicos de conteúdos;
247 onde o texto que estava presente nos objetivos era o mesmo texto que estava nas competências e
248 habilidades; em que foi identificado um *control c + control v* de algum outro documento e o docente
249 copiou parte desse documento no PGCC; e também, no campo de competências e habilidades, de
250 um texto que não dizia respeito realmente às competências e habilidades; etc. Explicou que, em
251 função dessas incongruências que foram identificadas, foi levantada no Comitê de Graduação, a
252 necessidade de se criar um modelo de preenchimento desses PGCCs de forma que pudesse nortear
253 os docentes no momento em que se estivesse construindo esses documentos. No mais, disse que
254 foram em torno de 37 componentes e que na reunião do comitê, foi optado por reprovar esses
255 componentes e aprovar os demais que não foram identificados esses resquícios. A presidente deste
256 Conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**, colocou o sétimo ponto de pauta em votação, o
257 qual foi aprovado por unanimidade. **OITAVO PONTO**. A presidente deste Conselho, **Ludimilla**
258 **Carvalho Serafim de Oliveira**, colocou o oitavo ponto de pauta em discussão. O conselheiro,
259 **Wesley de Oliveira Santos**, fez uma observação acerca da mudança do perfil, onde questionou se
260 seria licenciatura em física com doutorado em ensino de física ou em educação, ou se é ensino de
261 ciências. A conselheira, **Juliana Rocha Vaez**, informou que o Centro de Ciências Biológicas e da
262 Saúde (CCBS) votou a favor, mas foi pedido que fosse colocada em ata uma ressalva, isso porque o
263 conselho acredita que esse tema não deveria ser definido no Consepe, e sim no Consuni. O
264 conselheiro, **Ananias Agostinho da Silva**, justificou que esse perfil, conforme todos e todas podem
265 observar no processo, já foi motivo de uma tentativa de redistribuição, onde a docente declinou do
266 processo e que depois disso, o departamento ao qual pertence à vaga, discutiu e reviu suas
267 necessidades, considerando, especificamente, demandas do curso de física e deliberou por ampliar o
268 perfil com esse novo contorno apresentado. Continuou explicando que, conforme memorando
269 colocado na pasta, foi uma orientação da própria Progepe que o ponto fosse incluído na pauta do
270 Consepe. A pedido da presidente deste Conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**, a



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

271 secretária dos Órgãos Colegiados, Éricka Tayana Lima Bezerra, ratificou o que foi posto pelo
272 conselheiro Ananias Agostinho da Silva, isto é, afirmou que a tratativa compete ao Consepe,
273 conforme está disposto no art. 31, inciso X, do Regimento da Ufersa: “*Compete ao Consepe:*
274 *deliberar sobre as propostas dos Centros referentes à distribuição de vagas e à contratação de*
275 *professores*”. Por sua vez, a conselheira, **Juliana Rocha Vaez**, questionou se já havia um perfil e se
276 estariam apenas aprovando. O conselheiro, **Ananias Agostinho da Silva**, respondeu que já existia
277 um perfil prévio, sendo, inclusive, aprovado em todas as instâncias e, foi deliberado que o perfil seria
278 objeto de redistribuição. Explicou que, como a professora que iria ser distribuída declinou, o código
279 de vaga voltou para o departamento deliberar a respeito sobre o que se fazer com ele, o qual,
280 posteriormente, foi feita uma alteração. Bem como, disse que a nova proposta de perfil passou pelo
281 departamento, em seguida pelo centro, vem agora para este Conselho e seguidamente, será objeto
282 de consulta para remoção. A conselheira, **Juliana Rocha Vaez**, agradeceu os esclarecimentos. A
283 conselheira, **Andrea Maria Ferreira Moura**, reforçou que a competência é do Consepe. Ademais,
284 informou que houve uma mudança no perfil por parte do Departamento e do Conselho de Centro,
285 não mais como doutorado em física e sim, como doutorado em ensino de física ou de ciências e que,
286 por isso, foi elencado componentes curriculares que esse perfil iria atender. No entanto, no
287 documento, especificamente na página 411, há uma troca de nome de “componentes curriculares”
288 para “área de conhecimento” e há, também, uma cópia dos documentos anteriores sobre
289 componentes curriculares. Na continuidade, sugeriu que se deveria fazer uma correção nesse termo
290 “área de conhecimento” para “componentes curriculares”. O conselheiro, **Ananias Agostinho da**
291 **Silva**, corroborou com a fala da conselheira Andrea Maria Ferreira Moura. A presidente deste
292 Conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**, feitas as alterações, colocou em votação o
293 oitavo ponto de pauta, o qual foi aprovado por unanimidade. **NONO PONTO**. A presidente deste
294 Conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**, colocou o nono ponto de pauta em discussão. O
295 conselheiro, **Glauber Henrique de Sousa Nunes**, expôs um breve histórico sobre as ações
296 afirmativas na pós-graduação. Disse que de 69 universidades, são poucas as instituições, inclusive a
297 Ufersa, que não possuem resolução que dispõe sobre regulamentação da política de ações
298 afirmativas e que em 2021, foi designada uma comissão em que após amplas discussões com os
299 coordenadores de programas de pós-graduação, aprovou-se essa minuta, sendo ela um avanço na
300 Universidade. Seguidamente, dando continuidade ao que está sendo feito pela PROPPG para
301 inclusão das ações afirmativas, informou que foi lançado na iniciação científica o primeiro edital de
302 ações afirmativas, abrangendo alunos cotistas e que agora está sendo posto neste Conselho, a
303 minuta para pós-graduação em consonância com todas as universidades que já tem a sua minuta.
304 Ressaltou que os programas, após aprovação de sua minuta, vão, pelos seus colegiados, definir



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

305 como será o processo para inclusão de ações afirmativas. Ao final, externou esperar que a minuta
306 seja aprovada por entender a necessidade da Ufersa, uma vez que esse documento será porta para
307 outras ações que estão sendo planejadas na área de ações afirmativas. A presidente deste
308 Conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**, esclareceu que o voto do relator é para aprovar
309 o texto da norma sem alterações e sendo aprovado, encerra-se o ponto. O conselheiro, **Marcondes**
310 **Ferreira Costa Filho**, parabenizou, primeiramente, ao conselheiro Glauber Henrique de Sousa
311 Nunes pela resolução. Na continuidade, questionou se de fato dever-se-ia aprovar sem alterações,
312 por acreditar que possam existir pessoas, Centros e Departamentos que queiram fazer contribuições,
313 assim como em várias minutas discutidas. A presidente deste Conselho, **Ludimilla Carvalho**
314 **Serafim de Oliveira**, de acordo com os esclarecimentos da Secretária dos Órgãos Colegiados,
315 Éricka Tayana Lima Bezerra, informou que já passou do prazo regimental de emendas. O
316 conselheiro, **José Albenes Bezerra Júnior**, parabenizou também o conselheiro Glauber Henrique de
317 Sousa Nunes, assim como todas as pessoas envolvidas e em especial, a professora Karla Rosane
318 do Amaral Demoly. Bem como, disse que, como posto pelo conselheiro Glauber Henrique de Sousa
319 Nunes, a Ufersa era uma das poucas universidades ainda que não constava com a política de ações
320 afirmativas e que com essa aprovação, ainda que um pouco tardia se comparada com outras
321 instituições, não deixa de ser também uma conquista. A presidente deste Conselho, **Ludimilla**
322 **Carvalho Serafim de Oliveira**, parabenizou, também, a comissão e pontuou que embora não
323 houvesse a política, mas se tinha as ações afirmativas e para isso, convidou o conselheiro Glauber
324 Henrique de Sousa Nunes para falar sobre. O conselheiro, **Glauber Henrique de Sousa Nunes**,
325 explicou que o programa do Cognição teve um dos editais já contemplando vagas no contexto de
326 ações afirmativas, mesmo sem ter a resolução. Esclareceu que a aprovação dessa resolução vai
327 permitir que alguns programas, em determinadas áreas, possam submeter à PCN's como é o caso
328 do Cognição. A presidente deste Conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**, pôs em
329 votação o voto do relator, que seria para: "*para aprovar o texto da norma sem alterações*", o qual foi
330 votado e aprovado por unanimidade. **DÉCIMO PONTO**. A presidente deste Conselho, **Ludimilla**
331 **Carvalho Serafim de Oliveira**, colocou o décimo ponto de pauta em discussão. O conselheiro,
332 **Glauber Henrique de Sousa Nunes**, comunicou que foi elaborado o calendário, sendo
333 anteriormente discutido na Congregação e aprovado pelo Comitê. Disse que essas aprovações
334 aconteciam por semestre, porém, dessa vez, a PROPPG fez o calendário de forma anual e relatou
335 que isso permite um planejamento melhor para os programas. Ressaltou que o calendário da pós-
336 graduação é um pouco diferente da Graduação, porque esse primeiro é regido pela Capes e em
337 virtude disso, passa a ser um calendário mais simples de ser elaborado, já que apenas se segue o
338 que a Capes determina. Sem mais inscritos, a presidente deste Conselho, **Ludimilla Carvalho**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

339 **Serafim de Oliveira**, colocou em votação o décimo ponto de pauta, sendo aprovado por
340 unanimidade. **DÉCIMO PRIMEIRO PONTO**. A presidente deste Conselho, **Ludimilla Carvalho**
341 **Serafim de Oliveira**, colocou o décimo primeiro ponto de pauta em discussão. O conselheiro,
342 **Glauber Henrique de Sousa Nunes**, explicou a importância da aprovação desse ponto, onde disse
343 que está aberta até janeiro do próximo ano, propostas de Avaliação de Propostas de Cursos Novos
344 (APCN) e que, o Programa de Cognição à Tecnologias vai propor um novo curso de doutorado para
345 a Ufersa. Frisou que dentro da APCN, isto é, da área multidisciplinar, é importante que seja aprovado
346 esse plano, assim também, como era necessária a aprovação de ações afirmativas, como feito no
347 ponto anterior. Ademais, colocou ser fundamental que se tenha um plano e que ele, por sua vez, seja
348 aprovado por um Conselho da Instituição, para que quando a Capes for avaliar toda APCN de
349 doutorado, cumpra-se com as exigências para a área multidisciplinar. O conselheiro, **José Albenes**
350 **Bezerra Júnior**, corroborou com a fala do conselheiro Glauber Henrique de Sousa Nunes. Em
351 seguida, parabenizou mais uma vez a professora Karla Rosane do Amaral Demoly e toda a equipe
352 envolvida na construção do regimento. A presidente deste Conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim**
353 **de Oliveira**, corroborou com as falas dos conselheiros que antecederam à sua e frisou que o Centro
354 de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas (CCSAH), do qual é integrante, terá a oportunidade de
355 participar, se inscrever e concorrer e ter um doutorado. Nada mais havendo a discutir, a presidente
356 deste Conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**, colocou em votação o décimo primeiro
357 ponto de pauta em discussão, o qual foi aprovado com treze votos favoráveis e uma abstenção.
358 **DÉCIMO SEGUNDO PONTO**. A presidente deste Conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de**
359 **Oliveira**, colocou o décimo segundo ponto de pauta em discussão. Na sequência, parabenizou,
360 antes de tudo, a equipe por ter conseguido construir um projeto denso e que isso já é motivo de
361 comemorar com o envio do projeto. O conselheiro, **Glauber Henrique de Sousa Nunes**, explicou
362 que todos os três documentos aprovados hoje, estarão em vigência na APCN. Sem mais discussões,
363 a presidente deste Conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**, colocou em votação o
364 décimo segundo ponto de pauta em discussão, o qual foi aprovado por unanimidade. **DÉCIMO**
365 **TERCEIRO PONTO**. A presidente deste Conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**,
366 colocou o décimo terceiro ponto de pauta em discussão. O conselheiro, **Marcondes Ferreira Costa**
367 **Filho**, informou que, atualmente, se está em eleição para os Conselhos Superiores e para o DCE
368 (Diretório Central dos Estudantes) e que diante desse cenário, há uma chapa formada que está
369 propagando desinformações dentro da Universidade. Bem como, essa chapa está se utilizando de
370 meios institucionais para se locomover entre os *campi* e frisou o quão preocupante isso é, pois foge
371 às atribuições para solicitação e uso dos veículos oficiais da Instituição dispostas na Portaria do
372 Gabinete nº 0326/2019, **Art. 4º**, inciso II - *“não concordar ou concorrer para o uso indevido do*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

373 *veículo*"; e III - "*utilizar o veículo somente para atender serviços de interesse exclusivo da Instituição,*
374 *priorizando as atividades administrativas e as de ensino, pesquisa e extensão*". Trouxe outra
375 demanda, acerca de falas ditas em outras ocasiões neste Conselho sobre o DCE não possuir CNPJ
376 e que por esse motivo, não possuiria representatividade, sendo que, de acordo com o Regimento,
377 disse que não há atribuições dispostas nele que figurem a necessidade do DCE possuir um CNPJ
378 para representar os estudantes. Externou outra situação, que diz respeito sobre o acesso ao canal de
379 *e-mails* para o Diretório Central dos Estudantes, onde afirmou que apesar de ter sido aprovado na
380 terceira Reunião Ordinária com treze votos favoráveis e uma abstenção, a presidência do Conselho
381 não cumpriu com a função aprovada, isto é, até o atual momento, o DCE não teria acesso ao canal
382 de *e-mails* que foi garantido pelo Consepe. Continuou explicando que essa resolução que foi
383 aprovada essa medida não teve apoio da Instituição, mas que meses atrás, uma página do *instagram*
384 chamada de "UFERSA da DEPRESSÃO", publicou que iria abrir um *whatsapp* para atender
385 estudantes e mediante isso, questionou qual a competência de um perfil de humor para ter acesso a
386 dados pessoais de alunos dentro da Universidade, bem como, afirmou que isso é função do
387 movimento estudantil, mais especificamente, do DCE. Por fim, informou à conselheira Carolina
388 Malala Martins Souza, que as transmissões das reuniões do Comitê da Prograd não estão
389 acontecendo e que isso também foi uma medida autorizada neste Conselho, mas que elas deveriam
390 estar acontecendo. A presidente deste Conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**, em
391 resposta ao conselheiro Marcondes Ferreira Costa Filho, primeiramente, sobre os dois problemas
392 citados, sugeriu que se buscasse a Ouvidoria, pois são problemas de ordem institucional. Com
393 relação ao *e-mail*, pontuou que já foi comunicado a recomendação legal que esta presidente tem
394 acerca desta decisão, e lembrou que embora os Conselhos sejam deliberativos, existem
395 regulamentações legais que são superiores, e que foi com base nelas que se foi enviado o
396 encaminhamento. Finalizou sua fala afirmando que, com relação a questões de ordem de página de
397 rede social, não poderia responder sobre isso, porque sua pessoa, nada teria a ver com essa
398 situação. A conselheira, **Carolina Malala Martins Souza**, em relação à página de humor, falou que
399 essa página é gerida por um estudante da Instituição que faz um trabalho de apoio aos estudantes
400 de forma autônoma, livre, democrática e pública. Explicou que as orientações que esse estudante,
401 porventura, solicita à Pró-Reitoria de Graduação quando se trata de assunto de graduação, são
402 informações públicas que também são fornecidas ao DCE dentro do que é de orientação e que
403 nenhum dado sensível sai da Prograd. Por último, no que concerne ao Comitê de Graduação, a
404 transmissão era feita pelo *youtube*, principalmente, para ficar registrado para fins de ata, mas afirmou
405 que todas as reuniões são gravadas e que é só solicitar. O conselheiro, **Marcondes Ferreira Costa**
406 **Filho**, disse ter mensurado esses fatos porque, de fato, a transmissão não foi para fins de gravação,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

407 mas sim para fins de acompanhamento para que os estudantes vissem o que estava sendo discutido
408 e participassem. Na sequência, falou que essa seria sua última reunião no Consepe e que espera ter
409 feito uma boa representação, assim como, pontuou que essa representação não é sobre projetos
410 pessoais, mas sim sobre estar a serviço dos estudantes. No mais, agradeceu pela oportunidade. A
411 conselheira, **Andrea Maria Ferreira Moura**, colocou que nessa reunião houve a discussão dos
412 calendários acadêmicos de todas as modalidades - EAD, Graduação presencial e Pós-Graduação.
413 Pontuou que, como as licenciaturas EAD estão vinculadas ao CCEN e que se têm, também, quatro
414 pós-graduações, o trabalho do professor se torna muito árduo para estar colaborando em todas
415 essas instâncias. Ademais, ressaltou que cabe agora analisar friamente com dados e informações
416 formais, para que dessa forma, possa se alinhar esses calendários. O conselheiro, **Wesley de**
417 **Oliveira Santos**, trouxe questões relacionadas ao acompanhamento especial de discentes. Expôs,
418 também, observações no que diz respeito aos bolsistas de permanência que são vinculados a
419 projetos de iniciação científica. Encaminhou uma demanda para ser avaliada junto ao Consuni, sendo
420 a possibilidade de alteração com relação à composição do Consepe, em termos de documentos
421 institucionais. Reforçou que nas discussões futuras sobre os calendários acadêmicos da graduação,
422 pode-se contar com o apoio do Centro de Engenharias. O conselheiro, **José Albenes Bezerra**
423 **Júnior**, deu as boas-vindas aos novos membros do Consepe. Na continuidade, parabenizou o
424 conselheiro Marcondes Ferreira Costa Filho pela conduta e do tempo no Consepe. Bem como,
425 parabenizou também o conselheiro Glauber Henrique de Sousa Nunes pela condução à frente do
426 Seminário de Iniciação Científica (Semic). Por fim, parabenizou a todos os envolvidos no Senju
427 (Semana Jurídica de Justiça Restaurativa) que contava não só com a Ufersa, mas também com
428 outras instituições. O conselheiro, **Glauber Henrique de Sousa Nunes**, agradeceu as palavras de
429 reconhecimento e destacou a importância do Semic, além de falar sobre os projetos que estão em
430 desenvolvimento. A presidente deste Conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**, convidou o
431 conselheiro Glauber Henrique de Sousa Nunes para falar sobre a evolução de números da Pró-
432 Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação no que concerne à questão do número de bolsas. O
433 conselheiro, **Glauber Henrique de Sousa Nunes**, esclareceu que foi apresentado ao comitê do
434 Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) o que tem sido feito, onde
435 informou que houve um aumento nos indicadores de todos os programas de iniciação científica,
436 assim como, pontuou sobre os avanços no campo das bolsas dos programas. O conselheiro,
437 **Marcondes Ferreira Costa Filho**, solicitou a participação com fala do estudante do curso de
438 Engenharia Agrícola Ambiental, Marcelo Fonseca Higino. A conselheira, **Juliana Rocha Vaez**,
439 convidou os participantes e ouvintes a participarem do *Workshop* Internacional de Química e Ciência
440 dos Materiais que está acontecendo na Ufersa. A presidente deste Conselho, **Ludimilla Carvalho**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

441 **Serafim de Oliveira**, colocou em votação o encaminhamento do conselheiro Marcondes Ferreira
442 Costa Filho, com o pedido de participação com fala do estudante Marcelo Fonseca Higino, o qual foi
443 aprovado por unanimidade. O convidado, **Marcelo Fonseca Higino**, falou sobre a 3ª Semana de
444 Engenharia Agrícola e Ambiental da Ufersa. A presidente deste Conselho, **Ludimilla Carvalho**
445 **Serafim de Oliveira**, informou que até o dia 19 está recebendo as arrecadações para a campanha
446 “Natal sem fome” e pediu a divulgação. Ademais, disse que o Reitor da Universidade de Ambato, no
447 Equador, está em visita à Instituição com finalidade de conseguir visualizar a Universidade de
448 maneira ampla, sob a perspectiva de um possível convênio. Destacou, também, o processo de
449 acreditação do Arcu-Sul do curso de Medicina Veterinária. Por fim, parabenizou o conselheiro
450 Glauber Henrique de Sousa Nunes pelo trabalho no Semic. Nada mais havendo a discutir, deu por
451 encerrada a reunião, e eu, Éricka Tayana Lima Bezerra, Secretária *ad hoc* dos Órgãos Colegiados,
452 lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada sem emendas, na reunião do dia X de X de 2024,
453 segue assinada pela presidente do Consepe, pelos conselheiros presentes nesta reunião e por mim.
454 XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

455
456 **Presidente:**
457 Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira _____

458 **Pró-Reitores:**
459 PROGRAD: Carolina Malala Martins Souza _____
460 PROPPG: Glauber Henrique de Sousa Nunes _____

461 **Representantes dos Centros:**
462 **Centro de Ciências Agrárias - CCA:**
463 Josemir de Souza Gonçalves _____

464 **Centro de Ciências Biológicas e da Saúde - CCBS:**
465 Juliana Rocha Vaez _____

466 **Centro de Ciências Exatas e Naturais - CCEN:**
467 Andrea Maria Ferreira Moura _____

468 **Centro de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas - CCSAH:**
469 José Albenes Bezerra Júnior _____

470 **Centro de Engenharias - CE:**
471 Wesley de Oliveira Santos _____

472 **Centro Multidisciplinar de Angicos - CMA:**
473 Rodrigo Soares Semente _____

474 **Centro Multidisciplinar de Caraúbas - CMC:**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

- 475 Ananias Agostinho da Silva _____
- 476 **Centro Multidisciplinar de Pau dos Ferros - CMPF:**
- 477 Jorge Luis de Oliveira Pinto Filho _____
- 478 **Representante técnico-administrativo:**
- 479 Milena Paula Cabral de Oliveira _____
- 480 **Representantes discentes:**
- 481 Marcondes Ferreira Costa Filho _____
- 482 Renato Ivan Costa Silva _____
- 483 Marcelo Soares Mota _____
- 484 **Secretária *ad hoc* dos Órgãos Colegiados:**
- 485 Éricka Tayana Lima Bezerra _____



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO.

1 Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro, às quatorze horas, na
2 modalidade híbrida, reuniu-se o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) da Universidade
3 Federal Rural do Semi-árido (Ufersa), sob a presidência da Reitora, **Ludimilla Carvalho Serafim de**
4 **Oliveira**, para deliberar sobre a pauta da primeira reunião extraordinária de dois mil e vinte e quatro.
5 Estiveram presentes os Pró-Reitores: Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC): **Tamms Maria da**
6 **Conceição Moraes Campos**; Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD): **Carolina Malala Martins Souza**;
7 Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG): **Glauber Henrique de Sousa Nunes**; os
8 Conselheiros representantes dos Centros: Centro de Ciências Agrárias (CCA): **Josemir de Souza**
9 **Gonçalves**; Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS): **Juliana Rocha Vaez**; Centro de Ciências
10 Exatas e Naturais (CCEN): **Daniel Cavalcante Lopes**; Centro de Ciências Sociais Aplicadas e
11 Humanas (CCSAH): **José Albenes Bezerra Júnior**; Centro de Engenharias (CE): **Wesley de Oliveira**
12 **Santos**; Centro Multidisciplinar de Angicos (CMA): **Priscila da Cunha Jácime Vidal**; Centro
13 Multidisciplinar de Caraúbas (CMC): **Ana Cláudia de Melo Caldas Batista**; Centro Multidisciplinar de
14 Pau dos Ferros (CMPF): **Jorge Luis de Oliveira Pinto Filho**; Representante técnico-administrativo:
15 **Milena Paula Cabral de Oliveira**; Representantes Discentes: **Edilardo Pimenta Florencio**, **Adriana**
16 **Alves da Silva** e **Hyáskara Sonnally Rodrigues Miranda**. Conselheiros com falta justificada: Andrea
17 Maria Ferreira Moura, Ananias Agostinho da Silva, Letícia Emilly Moura Costa e Matheus Dantas
18 Nogueira. **PAUTA: Ponto Único:** Apreciação e deliberação sobre propostas para a Regularização do
19 Calendário Acadêmico da Ufersa, encaminhado através do Ofício nº 31/2024, de 16 de fevereiro de 2024,
20 da Pró-reitoria de Graduação – Prograd. Tendo constatado quórum legal, a presidente do Conselho,
21 **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**, declarou aberta a reunião, leu a justificativa de ausência do
22 conselheiro Ananias Agostinho da Silva e colocou-a em votação, sendo aprovada por unanimidade. Em
23 seguida, leu a justificativa de ausência da conselheira Andrea Ferreira Moura, que foi votada e aprovada
24 por unanimidade. Logo após, leu a justificativa de ausência do conselheiro Matheus Dantas Nogueira e
25 colocou-a em votação, sendo aprovada com treze votos favoráveis, um voto contrário e uma abstenção.
26 Seguidamente, realizou a leitura da pauta e colocou em discussão. Com ausência de inscritos para a
27 discussão, colocou em votação a pauta, sendo votada e aprovada por unanimidade. **PONTO ÚNICO.** A
28 presidente do Conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**, colocou em discussão o ponto de
29 pauta. A conselheira **Carolina Malala Martins Souza** solicitou à presidente do Conselho, Ludimilla
30 Carvalho Serafim de Oliveira, que colocasse em votação a participação dos demais membros do grupo



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

31 de trabalho, pois eles não fazem parte do Conselho, mas estavam presentes. A presidente do Conselho,
32 **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**, colocou em votação a participação com fala dos membros do
33 grupo de trabalho para o qual estava designado o ponto, sendo votada e aprovada por unanimidade. Em
34 seguida, declarou abertas as inscrições para o ponto. O conselheiro **Jorge Luis de Oliveira Pinto Filho**
35 apresentou um manifesto do Centro Multidisciplinar de Pau dos Ferros (CMPF) no sentido de entender a
36 metodologia, ou seja, como se dará o processo de votação das propostas. Então, apresentou a
37 proposição de que inicialmente seja feita uma votação dentro deste Conselho para aceitar ou não a
38 proposta do grupo de trabalho e, a partir do resultado desta votação, será deliberado em confronto com
39 as demais propostas sugeridas. A presidente do Conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**,
40 colocou que registrou o encaminhamento do conselheiro Jorge Luis de Oliveira Pinto Filho e que após
41 ouvir todos os conselheiros é que seriam feitas as votações dos encaminhamentos propostos. O
42 conselheiro **Danniel Cavalcante Lopes** questionou sobre a operacionalização do semestre suplementar,
43 exemplificando que a Resolução nº 01, de 22 de março de 2017, do Consepe rege períodos
44 complementares; então, indagou se seria regido por esta norma ou seria uma norma específica somente
45 para esses semestres complementares. Logo após, apresentou outra dúvida em relação ao curso
46 Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia, que seria se da forma como o calendário estava
47 disposto, os concluintes deste curso poderiam ingressar nos cursos do segundo ciclo. O conselheiro
48 **Wesley de Oliveira Santos** colocou que na reunião do Centro de Engenharias (CE) foram discutidos os
49 documentos com as três propostas e a proposta indicada foi a proposta 1 (um), com algumas
50 observações. Para complementar, expressou que caso as propostas 1 (um) e 2 (dois) sejam aprovadas
51 por este Conselho será necessário a elaboração de uma instrução normativa que elenque as orientações,
52 principalmente para os Colegiados de Curso e Departamentos, com relação à oferta dos componentes
53 curriculares, tratando também de como será a logística em relação à permanência das bolsas dos
54 discentes, abertura do Restaurante Universitário (RU), funcionamento da vila acadêmica e que seja
55 anexado aos Projetos Pedagógicos do Curso (PPC), a exemplo de como ocorreu na pandemia. Além
56 disso, como a proposta 1 (um) e 2 (dois) suprimem um semestre, sugeriu que devem ser elencadas
57 estratégias através de processos seletivos, visando disponibilizar a oferta dessas vagas, a exemplos dos
58 editais de reopção, reingresso ou transferência; assim, podem ser reduzidos os impactos de não ter o
59 semestre em oferta, devido a supressão. Ademais pontuou que esses casos não entrariam no caso da
60 proposta 3 (três), pois esta já aborda todas essas observações feitas, porque fica totalmente regular, não
61 há supressão de nenhum semestre, no caso não há designação de semestre suplementar.
62 A conselheira **Carolina Malala Martins Souza** colocou a partir das observações feitas pelo conselheiro
63 Jorge Luis de Oliveira Pinto Filho, que três propostas foram colocadas no relatório final, mas que já foram
64 amplamente discutidas e divulgadas. Esse estudo do grupo de trabalho já veio de uma proposta inicial,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

65 chamada de preliminar, e que foi discutida em uma reunião do grupo de trabalho com os conselheiros
66 dos Conselhos de Centro e *Campi*, sendo discutida também com a representação estudantil em uma
67 reunião paralela. Então, esclareceu que as propostas que estão para discussão, não é a proposta do
68 grupo de trabalho contra as outras duas propostas, mas três propostas que possuem aspectos de
69 operacionalização diferentes, duas regularizam em 2025 e outra em 2026. Além disso, as duas iniciais tem
70 suas implicações e a terceira também, então separar a proposta do grupo de trabalho das outras duas
71 não é a ideia do relatório final, mas sim deixar as três em igualdade para serem avaliadas. Em relação ao
72 questionamento do conselheiro Danniell Cavalcante Lopes, sobre o uso da resolução que trata dos
73 semestres complementares ou suplementares, já se prevê que os casos especiais ou específicos que
74 ocorram sejam aprovados no Consepe, como é o caso dessa excepcionalidade. Então, explicou que
75 como a normativa já existe, o que seria feito era uma instrução normativa que já atende ao comentário do
76 conselheiro Wesley de Oliveira Santos com detalhamentos de como funciona. Com relação aos alunos
77 do curso de Ciência e Tecnologia (C&T), é muito importante comentar que uma das coisas que mais
78 foram discutidas na comunidade Acadêmica foi a necessidade de propostas que abarcasse ao máximo
79 todos os alunos e dirimisse ao máximo os impactos que existem. No caso, esclareceu que são duas
80 excepcionalidades, sendo o curso de Medicina e o curso de C&T, com esse questionamento vem essa
81 pergunta sobre como ficariam os ingressantes de C&T nas engenharias de segundo ciclo. Então há uma
82 ideia de que é possível absorver apenas esses concluintes de C&T, já que é um curso interdisciplinar que
83 tem um primeiro ciclo e um segundo ciclo que são as opções das diversas engenharias. Essa seria a
84 excepcionalidade, dado que esses alunos têm um perfil de já escolherem os componentes curriculares
85 aos quais vão se matricular ao terminar Ciência e Tecnologia e ingressarem nas engenharias, onde não
86 se faz a matrícula institucional do curso, como é tradicionalmente ocorrido com todos ingressantes que
87 serão suprimidos. Então, expressou que a observação é essa, de não haver uma preocupação, pois se
88 pode buscar uma forma de operacionalizar, conforme já consultado à Superintendência de Tecnologia da
89 Informação e Comunicação (Sutic), onde é possível viabilizar esse ingresso apenas dos estudantes
90 concluintes da Ciência e Tecnologia. Com relação às vagas nos editais de reopção, reingresso,
91 transferência, portador de diploma, esclareceu que estas são providas através das vagas ociosas, e são
92 geradas por desistência, cancelamento de vínculo ou por algum motivo que o aluno não continuou; então,
93 esclareceu que é um banco de vagas que cada curso possui e a decisão da quantidade de oferta vem do
94 colegiado do curso. Porém, compartilhou que existe outra opção, que seria os editais de vagas
95 remanescentes, que após a chamada regular, a chamada da lista de espera, e após serem dirimidas
96 todas as opções via Sistema de Seleção Unificada (SiSU), pode se utilizar o edital de vaga remanescente
97 no ano subsequente. O conselheiro **José Albenes Bezerra Júnior** apresentou as deliberações
98 estabelecidas no Conselho do Centro de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas (CCSAH) e, diante de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

99 discussões não apenas no Conselho, mas também no âmbito do departamento, a proposta aprovada foi
100 a 3 (três), com algumas observações e possibilidade de ajuste em relação ao mês de janeiro, pois no
101 calendário estava estabelecido até o dia 12 e uma possibilidade é ampliar para uma terceira semana.
102 Seguidamente, explanou que uma das inquietações levantadas diz respeito às possíveis consequências
103 do calendário, especialmente os impactos de ordem orçamentária, portanto, existe uma necessidade de
104 dirimir ou esclarecer os impactos orçamentários e operacionais que poderiam advir caso essas propostas
105 sejam aprovadas. A conselheira **Priscila da Cunha Jácome Vidal** colocou que no Centro Multidisciplinar
106 de Angicos (CMA) foi escolhida a proposta 2 (dois), mas existem alguns questionamentos a serem
107 realizados. Compartilhou que a preocupação inicial levantada foi para compreender como seria possível
108 garantir que os docentes ministrem disciplinas durante este semestre suplementar e como isso poderia
109 estar relacionado à progressão funcional. Colocou que outro ponto discutido foi a preocupação
110 relacionada aos créditos mínimos necessários para a progressão. Disse que surgiu a questão de que, em
111 algumas situações, podem existir turmas abertas sem alunos inscritos. Então, caso esse semestre for
112 contar para a progressão e não for possível garantir que o docente complete as oito horas mínimas,
113 questionou como seria possível resolver essa questão; e, uma sugestão apresentada foi a emissão de
114 uma declaração pelo departamento. Por fim, questionou como será possível que o aluno se matricule em
115 outros componentes. A conselheira **Ana Cláudia de Melo Caldas Batista** colocou que estava
116 representando o Centro Multidisciplinar de Caraúbas (CMC) e na discussão do Centro a proposta
117 vencedora foi a 2 (dois), mas foram deliberadas algumas preocupações em relação às propostas 1 (um) e
118 2 (dois). Após a votação, sugeriu que devem ser criadas estratégias de recomposição das vagas para o
119 semestre que for reprimido, que é 2024.2, de modo que ao longo do tempo essas vagas sejam repostas.
120 Em relação ao que foi mencionado pela conselheira Carolina Malala Martins Souza, sobre a adequação
121 da instrução normativa para o semestre suplementar, devem existir estratégias para poder ocorrer as
122 atividades dos estágios supervisionados obrigatórios e orientações de atividades acadêmicas, como o
123 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), mas respeitando as especificidades de cada curso. Uma das
124 questões levantadas para a escolha da proposta 2 (dois) foi o fato de em Caraúbas não haver cursos
125 com ingresso anual, e, nesse caso, optou-se pela regularização em 2025 em vez 2026. Em relação à
126 votação, propôs que este Conselho votasse as três propostas igualmente para não gerar um peso
127 diferente na contagem dos votos e não necessariamente a que tiver mais voto ganhar. O conselheiro
128 **Wesley de Oliveira Santos** complementou as ponderações com relação às discussões do ponto
129 realizadas no Centro de Engenharias, que está inserido nas propostas 2 (dois) e 3 (três), mas na um não
130 está inserido, que seria a possibilidade de colação de grau dos discentes que estiverem aptos a isso com
131 *status* "formando". Citou o exemplo do edital para servir de embasamento ou estratégia para ocupar as
132 vagas que ficarem ociosas devido à supressão do semestre. O conselheiro **Daniel Cavalcante Lopes**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

133 reforçou que na proposta 1 (um) ficou bem claro que tem dois semestres suplementares, então o
134 professor que por acaso oferecesse uma disciplina no primeiro semestre, ficaria livre no segundo
135 semestre e se assim desejasse, poderia tirar suas férias. Colocou que na proposta 2 (dois) como é
136 apenas um semestre suplementar maior, o questionamento foi se a disciplina poderia ocupar somente
137 parte do semestre e o professor tirar as suas férias após o término da disciplina ou se a disciplina inicia
138 junto com o semestre suplementar e termina com a finalização deste. A conselheira **Juliana Rocha Vaez**,
139 para contribuir com as discussões, solicitou a participação com fala da servidora Luciana Vieira de Paiva.
140 A presidente do Conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**, colocou em votação a participação
141 com fala da convidada Luciana Vieira de Paiva, tendo sido votada e aprovada por unanimidade. A
142 conselheira **Juliana Rocha Vaez** colocou que faz parte do Comitê de Graduação e acompanhou desde
143 início a discussão sobre o calendário acadêmico. A preocupação maior inicialmente era o impacto
144 financeiro que seria gerado para a Instituição, mas a Pró-Reitoria de Graduação (Prograd) juntamente
145 com a Pró-Reitoria de Planejamento (Proplan) e a Pró-Reitoria de Administração (Proad) consultaram o
146 Ministério da Educação (MEC), e fizeram todo um levantamento, onde ficou esclarecida que a suspensão
147 do semestre 2024.2, não seria deveras prejudicial, e entre as perdas, essa seria a menor. Reforçou que
148 participou da proposta 1 (um), que ficou sendo a proposta do Grupo de trabalho (GT) e ao chegar ao
149 departamento, defendeu esta. Porém no Centro tem o curso de Medicina, que possui diversas
150 particularidades, e enquanto os demais possuem disciplinas de 60 horas, 75 horas e 90 horas, que isso
151 caberia na proposta do GT, o curso de Medicina funciona de forma modular e são 220 horas, 236 horas e
152 240 horas, por isso, não conseguem fazer com que eles consigam continuar o curso, se a proposta 1
153 (um) for aprovada. Ademais, mencionou que existem várias implicações particulares ao curso, como
154 vagas em hospitais que podem ser pedidas, porque são disputadas entre as Universidades e se
155 suspender um semestre, pode ser que quando vier precisar novamente das vagas, a Ufersa não consiga
156 manter esse quantitativo, gerando então, um impacto muito grande para eles. Apoiou a proposta 1 (um) e
157 corroborou com a colocação da conselheira Carolina Malala Martins Souza sobre a importância das três
158 propostas apresentadas pelo GT, mas que a primeira proposta e a segunda proposta são muito similares,
159 a diferença maior é o tempo desse semestre suplementar. Na condição de representante do Centro de
160 Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS), solicitou que os colegas fossem sensíveis a esse fato, pois é um
161 curso da Universidade que vai parar, porque não tem condições de funcionar, e todos os professores do
162 Centro são a favor da regularização, então a proposta 3 (três) nem sequer entrou em discussão, pois
163 entenderam a questão financeira. Então, compartilhou que o Centro ficou entre a proposta 1 (um) e 2
164 (dois), porém a proposta 1 (um) não consegue viabilizar o funcionamento do curso de Medicina. O
165 conselheiro **Jorge Luis de Oliveira Pinto Filho** corroborou com a fala da conselheira Juliana Rocha
166 Vaez ao colocar que, caso a proposta 1 (um) seja aprovada, a fim de não prejudicar o curso de Medicina,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

167 seria prudente realizar uma consulta para que o Conselho possa refletir sobre a viabilidade de elaborar
168 um calendário paralelo para o referido curso, evitando assim qualquer prejuízo decorrente. Outra questão
169 levantada pelo Centro é se a Universidade tem condições de oferecer mais de dois semestres por ano,
170 mesmo que de forma suplementar, e entender quais seriam os impactos financeiros disso. Além disso, foi
171 discutido se a Universidade seria capaz de garantir as atividades práticas dos alunos. Outro ponto de
172 reflexão foi o considerável prejuízo causado pelo atual calendário acadêmico, pois com aulas
173 programadas para janeiro e fevereiro, as prefeituras responsáveis pelo transporte dos alunos estarão
174 com atividades parcialmente paralisadas, algo que já tem sido alvo de reclamações por parte dos
175 estudantes. Portanto, é uma ponderação que precisa ser feita em relação à proposta que será escolhida.
176 A conselheira **Hyáskara Sannally Rodrigues Miranda** solicitou a participação com fala do discente
177 Marcondes Ferreira Costa Filho. A presidente do Conselho, **Ludimilla Serafim Carvalho de Oliveira**,
178 colocou em votação a participação com fala do discente Marcondes Ferreira Costa Filho, tendo sido
179 votada e aprovada por unanimidade. Em seguida, a conselheira **Hyáskara Sannally Rodrigues Miranda**
180 questionou o GT sobre como as bolsas de monitoria funcionariam durante a regularização, caso a
181 proposta 1 (um) seja aprovada. E refletiu-se sobre a importância de manter essa bolsa como um incentivo
182 significativo para os estudantes, de modo que os motive a participar durante esse período, considerando
183 que as bolsas só são válidas em dias letivos. O conselheiro **Edilardo Pimenta Florencio** colocou que
184 como parte da representação estudantil, desde a primeira proposta apresentada pelo GT, procurou
185 promover debates para saber o que a comunidade acadêmica pensava sobre a proposta do calendário.
186 Então se contou com alguns momentos, inclusive com a participação da conselheira Carolina Malala
187 Martins Souza e após a liberação das outras duas propostas pelo GT, fizeram deliberação. A partir disso,
188 analisou que todas as propostas apresentaram pontos positivos e negativos, mas alguns vão pesar mais
189 do que os outros. Então, acabou decidindo por apoiar a proposta 2 (dois), deixando claro que existem
190 algumas preocupações, como a questão do ingresso de estudantes que vai deixar de ser feito no
191 semestre 2024.2 e dentre outras que serão abordadas. Então se buscou não apenas discutir entre os
192 diversos representantes de cursos e Centros para ter uma maior pluralidade, mas também através de um
193 formulário divulgado com as propostas e a partir das respostas deste formulário tiveram um norte a
194 seguir. O conselheiro **Josemir de Souza Gonçalves** colocou que foi bastante contemplado nas falas
195 anteriores, mas ressaltou e agradeceu ao GT pelo trabalho. Reforçou que faz parte do Comitê de
196 Graduação, assim como a conselheira Juliana Rocha Vaez, então, acompanhou o desenvolvimento dos
197 trabalhos. Além disso, destacou como foi boa a construção dessas propostas em função da
198 democratização que foi possibilitada para toda comunidade acadêmica. Nesse sentido, corroborou que
199 como representante do Centro de Ciências Agrárias (CCA), deliberou por aprovar a proposta 2 (dois),
200 conforme foi apresentada. Em relação à proposta 3 (três), avaliou-se que o processo de regularização e



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

201 utilização seria muito demorado, com dois anos de implementação seguidos de um mês inteiro de férias
202 em julho. Além disso, considerou-se a continuidade das atividades no semestre 2025.2, iniciando já em
203 janeiro de 2026. Esses aspectos foram ponderados na decisão de não aprovar ou deferir essa proposta.
204 Ademais, colocou que também se discutiu sobre os docentes que fazem parte da pós-graduação e
205 enfrentam grandes dificuldades devido aos calendários acadêmicos e isso acaba por desgastar os
206 professores envolvidos nesses programas. Além do mais, também foi considerado o intervalo entre os
207 semestres letivos. Neste caso, a proposta 3 (três) implicaria em semestres regulares muito curtos, o que
208 demandaria uma operacionalização intensa para garantir a transição adequada de um semestre para o
209 outro. Colocou que em relação à análise das propostas 1 (um) e 2 (dois), foi observado que estas são
210 bem semelhantes, no entanto, principalmente devido à necessidade de uma melhor maneira de
211 operacionalização dos estágios supervisionados obrigatórios, e, para atender às demandas específicas
212 do curso de Medicina de maneira mais eficiente, o CCA acabou aprovando a proposta 2 (dois). A
213 presidente do Conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**, abriu espaço para o GT e as pessoas
214 que estavam participando para que pudessem esclarecer as dúvidas, depois de todas as ponderações
215 feitas pelos conselheiros. A conselheira **Carolina Malala Martins Souza** sugeriu ouvir o questionamento
216 dos conselheiros e responder, porque fica mais célere. Levando em consideração as observações que
217 foram feitas pelos conselheiros, em relação à questão orçamentária, esclareceu que o recurso que chega
218 para a Instituição parte dele vem do aluno equivalente, um valor gerado por curso, e pelo número de
219 alunos que existem naquele curso, mas também chegam por outros atributos, outras variáveis. É uma
220 planilha com algumas colunas. As colunas que podem ser impactadas com o não ingresso é a coluna de
221 ingressante, mas não em sua totalidade, porque foram recebidos ingressantes do semestre 2024.1 e
222 50% desse valor já está garantido com o semestre 2024.1. Esclareceu que o trabalho do GT apresenta a
223 entrada no ponto dois que é a proposta de supressão e ela já está reduzida naturalmente, e uma das
224 principais justificativas é o calendário acadêmico atrasado. O candidato que passar no ponto dois agora
225 em fevereiro, será chamado em novembro, e ficará de fevereiro a novembro. Exemplificou um exemplo
226 clássico, onde no semestre passado, o semestre 2023.2 teve zero entrada no *Campus* Caraúbas para o
227 curso de C&T e apenas dois ingressantes para C&T no *Campus* Angicos. Essas pessoas que foram
228 selecionadas e não assumiram, não ficaram de fevereiro a novembro de 2023 esperando o nosso
229 calendário que está atrasado. Então no universo, afirmou que 2.700 vagas são ofertadas anualmente e
230 divididas entre os semestres, a depender das especificidades dos cursos que tem entrada anual, metade
231 disso já está garantida no 2024.1, porque o termo de adesão SISU garantiu a entrada agora no semestre
232 2024.1. Então, explicou que a supressão do período letivo de 2024.2 ocorreu por questões operacionais.
233 Durante esse período, será destinado o tempo utilizado para o processo seletivo, a entrega de
234 documentação, a realização da banca de heteroidentificação para as vagas da lei de cotas, as avaliações



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

235 multiprofissionais para as vagas da mesma lei, a análise dos documentos, a publicação dos resultados, o
236 processo de recurso e, finalmente, a emissão da chamada final. Esse ajuste permitirá a recuperação
237 desses dias, possibilitando a regularização com o semestre suplementar. Como resultado, o impacto
238 negativo na taxa de ingressantes não será zero, mas será menor. Essa tendência já vinha sendo
239 observada desde o ano de 2020, como demonstrado no relatório. Além disso, mencionou que existem
240 outras colunas que serão preenchidas, porque no semestre suplementar terão alunos matriculados, essa
241 é uma coluna, e a outra coluna, serão os alunos concluintes. Então considerou que é muito importante
242 frisar, porque acaba havendo um entendimento de que vai ser cortado o recurso do 2024.2 em sua
243 totalidade, mas não funciona assim, o ingressante é apenas uma coluna, existem outras variáveis. E
244 ainda existem outros pesos, como o da Medicina, que tem a entrada anual no semestre 2024.1 e é um
245 dos cursos que tem o maior peso em termos de funcionamento, então não vai haver um impacto para a
246 entrada, porque já se tem os ingressantes no 2024.1, então nada vai ser cortado no 2024.2. Então como
247 havia um desconhecimento desse funcionamento da matriz orçamentária, consultou-se a Pró-Reitoria de
248 Planejamento (Proplan) e outras Instituições que usaram essa ferramenta, como o Instituto Nacional de
249 Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), porque é através dos dados do censo que a
250 matriz orçamentária é gerada no MEC. Afirmou que existe uma responsabilidade subjacente à proposta,
251 uma vez que a matriz orçamentária está congelada. O Ministério da Educação (MEC) não alocou
252 recursos, como mencionado no parecer da Pró-Reitoria de Planejamento (Proplan) no processo, pois
253 afirmam não ter a capacidade de determinar o valor equivalente desse aluno no momento para realizar
254 qualquer tipo de simulação. Porém, está assegurado que o número de alunos afetados não será zero.
255 Esclareceu que para evitar a multiplicidade de propostas, optou-se por manter a proposta oriunda do GT,
256 pois foi a que recebeu maior atenção e serviu de base. Observou-se que todas as outras instituições que
257 adotaram a mesma abordagem optaram pela supressão. Assim, foi feita essa distinção única entre
258 propostas com supressão e sem supressão do GT, dos Centros e Campi. Ademais, explicou que no
259 relatório final, há a divisão 1.1a, 1.1b e 1.2, seguindo um roteiro com base no entendimento das
260 propostas que suprimirão o semestre e das que não suprimirão. A proposta de supressão do semestre
261 está subdividida em duas: a do GT, que contempla dois semestres suplementares, e a dos Conselhos de
262 Centro e Campi, que funde em um semestre suplementar maior. A sequência numérica (um, dois, três)
263 acabou sendo uma forma lógica de organização do documento e dos anexos, onde todas as tabelas
264 estão dispostas. Em relação ao comentário da conselheira Priscila da Cunha Jácome Vidal sobre a
265 obrigatoriedade docente, compartilhou que a presidente da Comissão Permanente de Pessoal Docente
266 (CPPD) emitiu um parecer que foi incluído no processo. Entretanto, o entendimento primordial é de
267 obrigatoriedade, pois se trata de um semestre suplementar e requer uma organização e consenso entre
268 coordenações, chefias e docentes. No relatório final, também é abordada uma questão levantada, que é



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

269 se as disciplinas serão ofertadas em blocos condensados ou se serão utilizados os oitenta e cinco dias
270 letivos. Essa decisão ficará a critério do curso. Por exemplo, é sabido que a Medicina continuará
271 utilizando a abordagem sequencial como já faz, mas outros cursos poderão optar por diferentes
272 abordagens, conforme o entendimento de cada um. Em relação ao questionamento feito pela conselheira
273 Hyáskara Sonnally Rodrigues Miranda, há um entendimento de bolsas sendo mantidas, tanto as bolsas
274 de apoio acadêmico, como as de monitoria. O processo seletivo de monitoria ocorre no início dos anos
275 letivos, então vai haver um processo seletivo para o semestre 2024.1 e já pode se deixar essa
276 garantia de extensão para o semestre suplementar. O convidado **Lissandro Arielle Vale Batista**
277 complementou que muito tem sido discutido sobre a suplementação e a resolução da turma de férias,
278 pois havia a resolução para as férias e outra para o período suplementar. No entanto, o período
279 suplementar não está mais em vigor, pois foi revogado após a pandemia; portanto, agora é necessário
280 trabalhar apenas com a turma de férias. Mencionou que um detalhe importante é que a turma de férias
281 possui suas particularidades, especialmente considerando o funcionamento do semestre. Na resolução
282 da turma de férias, há um dos incisos que menciona o atendimento aos casos especiais aprovados pelo
283 Consepe. Portanto, dependendo das deliberações do Consepe, pode-se incluir ou remover elementos do
284 período de férias. A presidente do Conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**, colocou que não
285 se trata de estar resolvendo uma celeuma pontualmente de agora. Enfatizou que a Pró-Reitoria de
286 Graduação (Prograd) esclareceu muito bem à comunidade acadêmica a história do calendário acadêmico
287 na Universidade Federal Rural do Semi-Árido (Ufersa). Mencionou que esta gestão fez e faz questão de
288 registrar isso, pois as coisas devem ser registradas no lugar certo, nos mecanismos oficiais, caso queira
289 denunciar ou elogiar, denuncie ou elogie na ouvidoria. Informou que acompanhou à distância uma
290 perspectiva de que poderia ter surgido um problema, porém, de fato, nenhum problema surgiu. Pelo
291 contrário, levando em consideração a história do calendário acadêmico da Instituição, aguardou-se o
292 momento certo. Além disso, gostaria de parabenizar e destacar a disponibilidade do grupo de trabalho
293 em resolver a questão, pois questionar sem resolver não é uma solução. Então, fez questão de registrar,
294 porque sempre fez as considerações, onde era preciso fazer, no local que precisava ser feito e se este
295 Conselho é o local que delibera, é aqui que tem que ser falado e registrado em ata. Afirmou que todos os
296 calendários da Instituição foram deliberados neste Conselho, não foram invenções de indivíduos. Por
297 isso, pediu para que houvesse mais responsabilidade nas declarações, não apenas no âmbito do
298 Conselho, mas em todas as considerações relacionadas diretamente às decisões, pois quando uma
299 decisão é tomada, é responsabilidade de todos cumpri-la. Portanto, salientou que a realidade que está
300 sendo vivenciada hoje não foi escolha da gestão da reitora Ludimilla, nem da Pró-Reitora Carolina Malala
301 Martins Souza, nem da Pró-Reitora Adjunta Lindomar Maria da Silveira, mas sim deste Conselho. Por
302 isso, informou que todas as vezes que a Reitora foi questionada ou arguida, seja por um mecanismo



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

303 oficial, seja por sua rede social privada, fez questão de dizer que o Conselho é quem iria decidir, porque
304 as propostas e as decisões são tomadas aqui. Então, percebeu que era hora de tomar uma decisão e
305 que toda decisão deve ser ponderada, embasada em parâmetros; e afirmou que foi exatamente isso que
306 foi fornecido: parâmetros. Portanto, o que a comunidade acadêmica da Ufersa deve fazer é expressar
307 gratidão a esse grupo de trabalho, pois agora existem parâmetros sérios e confiáveis para tomar
308 decisões. Expressou os seus agradecimentos a todas as pessoas envolvidas e comprometidas e pela
309 seriedade demonstrada. O convidado **Marcondes Ferreira Costa Filho** parabenizou o trabalho do GT
310 em nome de Daironne Kadidio Martins Holanda Rosário e Lissandro Arielle Vale Batista, pois foi graças a
311 eles que foi possível visualizar uma regularidade mesmo antes da pandemia. Destacou que é crucial
312 reconhecer esse esforço, bem como o trabalho das professoras Carolina Malala Martins Souza e
313 Lindomar Maria da Silveira. Além disso, também parabenizou os representantes discentes que
314 promoveram discussões com os estudantes, colaborando para unir a Prograd a esses debates. Afirmou
315 que este é um dia importante para compreender para onde está sendo caminhado após a aprovação
316 deste calendário e quais serão os seus impactos. Ademais, corroborou com importância das bolsas, que
317 desempenham um papel crucial na garantia da permanência dos estudantes dentro deste calendário,
318 permitindo-lhes participar ativamente e proporcionando aos professores a oportunidade de se
319 organizarem. Além disso, sugeriu que fosse elaborada uma instrução normativa para que as chefias e
320 coordenações, juntamente com a Prograd, possam gerenciar de forma eficaz a disponibilidade dos
321 professores para as aulas. Isso é vital, pois reconhece-se que haverá dificuldades nesse aspecto, e não
322 pode ser responsabilidade exclusiva das chefias, que também enfrentam desafios na gestão dos
323 professores. Logo após, pontuou que a questão do orçamento é motivo de preocupação, pois um *déficit*
324 orçamentário exigirá a garantia de assistência estudantil e a realocação de mais recursos para garantir a
325 presença dos alunos na Universidade; mencionou que como o Restaurante Universitário continuará
326 funcionando, exigirá um aumento nos recursos financeiros para manter suas operações. A convidada
327 **Luciana Vieira de Paiva** parabenizou o GT e pediu um pouco de empatia e de sensibilidade não só para
328 o GT que trabalhou arduamente em cima disso, pois eles se desdobraram na ideia de resolver o
329 problema, mas não só isso, eles ampliaram as discussões para todos os Centros, professores, classes e
330 para todos os grupos poderem participar dessas discussões. Então, afirmou que todas essas propostas
331 foram feitas de forma coletiva e teve o investimento não só do GT, mas de vários professores que
332 estavam unidos da motivação de tentar resolver os problemas. Pediu empatia para as soluções e
333 particularmente com o caso da Medicina, pois é um curso que tem um formato e método diferente na
334 Instituição e é um curso que faz parte da Instituição. Então reforçou que é necessário pensar em um
335 calendário inclusivo e não pensar num calendário para todo mundo e outra parte para Medicina, é preciso
336 incluir todo e qualquer curso que faça parte da Ufersa. Existe uma particularidade, mas como colocou a



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

337 conselheira Juliana Rocha Vaez, a Medicina também está totalmente motivada e interessada em
338 regularizar esse calendário, porque eles também têm prejuízos, como todos os cursos têm. Acrescentou
339 que a extensão do período suplementar não apenas permite a realização das disciplinas de Medicina,
340 mas também evita a perda dos estágios já garantidos e a interrupção dos convênios com os hospitais
341 caso haja a suspensão de um semestre. Além disso, evita a sobreposição de turmas para esses alunos
342 ao longo dos semestres, pois eles trabalham em módulos e se houver o período suplementar não vai
343 existir para o curso de Medicina, porque não é possível que eles ministrem aula nesse intervalo de
344 tempo. Então quando for surgir o semestre 2025.1 terão duas turmas sobrepostas no mesmo período.
345 Fora que há um atraso não só dos estágios, mas da formação desses alunos. Então se a proposta 1A ou
346 1B são similares, mas uma exclui o curso e a outra inclui o curso, não se vê sentido de votar de forma
347 contrária a isso. Corroborou, na condição de presidente da Comissão Permanente de Pessoal Docente
348 (CPPD), que o que será feito na Comissão é o que já vem sendo feito há anos. Durante as greves,
349 semestres foram deslocados, então quando os professores iriam utilizar vinte e quatro meses para
350 comprovar suas atividades, contabilizavam o semestre que havia passado. Nesse caso, tinha terminado
351 só três semestres, então não incluía um 4º semestre, pois a lei não prevê que precisa ser
352 obrigatoriamente quatro semestres, prevê que precisam ser vinte e quatro meses. Então, afirmou que se
353 o professor tiver três meses para comprovação ou cinco meses durante os vinte e quatro meses, não
354 haverá problema. Quanto à outra dúvida, no diz respeito ao período da pandemia, esclareceu que
355 quando os professores não ministraram disciplinas em função da não oferta, porque suas disciplinas
356 eram práticas, os professores não contabilizaram essa carga horária. Então no início até a CPPD adequar
357 essa situação, alguns professores podem ter tido problemas nas suas progressões. Atualmente, quando
358 o professor envia o seu processo de progressão e a comissão percebe que naquele intervalo de tempo
359 findou um período onde ele não tem carga horária, envia-se uma solicitação de justificativa para os
360 Departamentos e o Chefe do Departamento envia a justificativa. A CPPD aceita como justificativa e isso é
361 o suficiente para o professor fazer as suas progressões. Então, afirmou que nesse período suplementar
362 não haverá nenhuma novidade. O conselheiro **Edilardo Pimenta Florencio** destacou que é aluno do
363 curso de Medicina e reiterou a preocupação da convidada Luciana Vieira de Paiva como um estudante.
364 Colocou que não seria o principal afetado por isso, porque faz parte do ciclo básico, então não está com
365 o contato direto nas Unidades Básicas de Saúde e hospitais como outros colegas que seriam fortemente
366 impactados. Então por meio de discussões entre as turmas, essa questão da perda dos estágios seria
367 uma coisa muito impactante de forma negativa para os estudantes, porque os serviços de saúde não
368 esperam. Então uma vez que os alunos do curso de Medicina da Ufersa não possam ocupar aqueles
369 leitos para cuidar dos pacientes, eles vão querer que alunos de outras Instituições ocupem esses leitos,
370 pois o paciente não pode esperar. A conselheira **Hyáskara Sonnally Rodrigues Miranda**, como



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

371 estudante de administração, colocou que é um dos cursos que sempre tem muitos ingressantes, quando
372 abre a chamada no SISU. Mas também é um dos cursos que mais perdem estudantes nessa
373 regularização, fazendo uma comparação com a espera para entrar no semestre 2023.1 devido à
374 regularização, onde passou desde janeiro até julho para poder começar o curso. Então a espera dos
375 estudantes, no caso de administração e dentre todos os estudantes da Ufersa, de ter que esperar todos
376 esses semestre para poder ter a decisão de estar naquele curso é frustrante. Colocou que como
377 representante discente do Centro Acadêmico de Administração (CAAD), tem acompanhado todas as
378 turmas que vão regressar dentro da Ufersa e entende que todos os dias recebem perguntas sobre
379 quando vai começar o semestre, sobre quando vai ter uma data, receber matrícula. Então realmente
380 compartilhou que compreendeu a fala da convidada Luciana Vieira de Paiva pelo curso de Medicina,
381 sobre a sensibilização, e pediu o mesmo para o curso de administração, pois sofrem com isso de esperar
382 e muitos desistem mesmo já tendo sido chamado pelo primeiro semestre. O conselheiro **Glauber**
383 **Henrique de Souza Nunes** reforçou o que foi discutido no Comitê de Pesquisa e Pós-Graduação em
384 relação à 3ª proposta, pois ela seria extremamente danosa para os professores que estão vinculados à
385 pós-graduação, devido a essa falta de sincronia entre esses dois calendários. Pois o calendário da pós,
386 que é regido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), está regular,
387 mas desde 2012 que os calendários não permitem que os professores que estão na pós-graduação
388 tenham um verdadeiro período de férias. A presidente do Conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de**
389 **Oliveira**, destacou que foi importante o conselheiro Glauber Henrique de Souza Nunes colocar isso,
390 porque num determinado momento houve uma conotação sobre de onde teria partido essa situação.
391 Então, além dessa situação ter uma memória, há realmente um prejuízo para as duas partes diretamente
392 envolvida, docente e discente. Porque do jeito que existem professores, que são pais e mães, também
393 existe discente que são pais e mães, existe toda uma descontinuidade de vida. O conselheiro **Jorge Luis**
394 **de Oliveira Pinto Filho** colocou que concorda com o apontamento de proposta, mas que precisa trazer o
395 que foi aprovado no Centro. Colocou que gostaria que a presidente do Conselho, Ludimilla Carvalho
396 Serafim de Oliveira, colocasse em votação para dar um retorno ao centro. A presidente do Conselho,
397 **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**, esclareceu que os trabalhos do GT já são as três propostas,
398 então não há uma proposta única e original. Então, não há esse sentido de votação, pois só há três
399 propostas que foram organizadas com base em amplas contribuições. E pelo que se foi apreciado, a
400 partir da proposta 2 (dois) já vem com as contribuições dos centros, já passou pelas bases. A conselheira
401 **Carolina Malala Martins Souza** colocou que o relatório final é do GT que foi o responsável por organizar
402 as sugestões que vieram pós o relatório preliminar. Dividindo o trabalho em uma primeira etapa, que foi o
403 levantamento de algumas estratégias de qual seria a mais viável, o GT votou pela mais viável e enviou o
404 preliminar. Com base no preliminar foi que compartilharam com toda a comunidade acadêmica, quando



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

405 se retornou das férias do recesso de final do ano. Então, foi aberta a discussão com a comunidade
406 acadêmica por meio dos Conselhos de Centro e *Campi*, pois entendeu ser o mais representativo, pois
407 possui representação estudantil, docente com coordenadores de curso da graduação, coordenadores de
408 pós-graduação e ainda tem os representantes técnicos. Desse modo, esclareceu que vieram as
409 sugestões, mas especificamente como está no processo do Sistema Integrado de Patrimônio,
410 Administração e Contratos (SIPAC) como documento comprobatório, vieram cinco propostas dos
411 Conselhos de Centro e *Campi*. Então, explicou que as cinco propostas foram, em essência, combinadas
412 em duas outras, uma com supressão e outra sem. Além disso, a proposta do GT também foi ajustada,
413 realizando algumas alterações nos dias letivos e datas para incorporar algumas sugestões da
414 comunidade. Portanto, compreendeu a proposta do conselheiro Jorge Luis de Oliveira Pinto Filho em seu
415 *campus*, mas a discussão se concentrou em torno das três propostas principais, e não apenas em uma,
416 seguida por outras duas. A presidente do Conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**, destacou
417 que a reunião é gravada e as pessoas que fizeram a proposição podem ter o esclarecimento em assistir.
418 E colocou que entendeu o que o conselheiro Jorge Luis de Oliveira Pinto Filho destacou, pois é como se
419 tivesse uma e outros desdobramentos, mas o GT fez um trabalho e a partir daquele trabalho ampliou e foi
420 feito uma lápide que se aproximasse de maneira mediana do mais ideal possível. Em seguida,
421 encaminhou a votação da seguinte maneira: favoráveis à proposta 1, favoráveis à proposta 2 e favoráveis
422 à proposta 3. A votação foi realizada e obteve o seguinte resultado: Proposta 1 (um) – três votos,
423 proposta 2 (dois) – onze votos e proposta 3 (três) – um voto. O conselheiro **Wesley de Oliveira Santos**
424 ressaltou que, com a aprovação da proposta 2 (dois), que aborda as preposições observadas no Centro
425 de Engenharias, é importante elaborar uma instrução normativa em conjunto com o Comitê de
426 Graduação e obter sua aprovação, levando em consideração as especificações necessárias. Por fim,
427 parabenizou a todos pelo trabalho realizado. A conselheira **Carolina Malala Martins Souza** expressou
428 seu agradecimento ao grupo de trabalho, destacando que o documento não teria sido elaborado sem o
429 esforço de cada um deles. Também agradeceu à comunidade acadêmica que trouxe propostas,
430 questionou de forma clara e objetiva, e buscou contribuir. Por fim, ressaltou o empenho de cada colega
431 que compareceu à Prograd para compreender as propostas e tentar oferecer ideias. O conselheiro
432 **Edilardo Pimenta Florencio** agradeceu a todos os representantes do CCBS que trabalharam
433 arduamente para fazer a proposta 2 (dois) de calendário e ao grupo de trabalho pela elaboração do
434 documento. Agradeceu em especial à conselheira Carolina Malala Martins Souza por sempre estar à
435 disposição para participar dos debates, reuniões e promover maiores esclarecimentos acerca das
436 propostas. Nada mais havendo a discutir, a presidente do Conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de**
437 **Oliveira**, deu por encerrada a reunião, e eu, Éricka Tayana Lima Bezerra, Secretária ad hoc dos Órgãos
438 Colegiados, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada com/sem emendas, na reunião do dia xx de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

439 xx de xx, segue assinada pela presidente do Consepe, pelos conselheiros presentes nesta reunião e por
440 mim. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

441

442 **Presidente:**

443 Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira _____

444 **Pró-Reitores:**

445 PROEC: Tamms Maria da Conceição Morais Campos _____

446 PROGRAD: Carolina Malala Martins Souza _____

447 PROPPG: Glauber Henrique de Souza Nunes _____

448 **Diretores dos Centros:**

449 CCA: Josemir de Souza Gonçalves _____

450 CCBS: Juliana Rocha Vaez _____

451 CCEN: Danniell Cavalcante Lopes _____

452 CCSAH: José Albenes Bezerra Júnior _____

453 CE: Wesley de Oliveira Santos _____

454 **Diretores de Campi:**

455 CMA: Priscila da Cunha Jácome Vidal _____

456 CMC: Ana Cláudia de Melo Caldas Batista _____

457 CMPF: Jorge Luis de Oliveira Pinto Filho _____

458 **Representantes técnico-administrativos:**

459 Milena Paula Cabral de Oliveira _____

460 **Representantes discentes:**

461 Edilardo Pimenta Florencio _____

462 Adriana Alves da Silva _____

463 Hyáskara Sonnally Rodrigues Miranda _____

464 **Secretária ad hoc dos Órgãos Colegiados:**

465 Éricka Tayana Lima Bezerra _____



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO.

1 Aos vinte e cinco dias do mês de abril do ano dois mil e vinte quatro, às quatorze horas, de forma
2 híbrida, reuniu-se o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) da Universidade Federal
3 Rural do Semi-Árido (Ufersa), sob a presidência do Vice-Reitor, **Roberto Vieira Pordeus**, para
4 deliberar sobre a pauta da terceira reunião extraordinária de dois mil e vinte e quatro. Estiveram
5 presentes os Pró-Reitores: Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC): **Liz Carolina da Silva**
6 **Lagos Cortes Assis**; Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD): **Carolina Malala Martins Souza**; Pró-
7 Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG): **Glauber Henrique de Sousa Nunes**; os
8 Conselheiros representantes docentes: Centro de Ciências Agrárias (CCA): **Josemir de Souza**
9 **Gonçalves**; Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS): **Juliana Rocha Vaez**; Centro de
10 Ciências Exatas e Naturais (CCEN): **Andrea Maria Ferreira Moura**; Centro de Ciências Sociais
11 Aplicadas e Humanas (CCSAH): **José Albenes Bezerra Júnior**; Centro de Engenharias (CE):
12 **Wesley de Oliveira Santos**; Centro Multidisciplinar de Caraúbas (CMC): **Ananias Agostinho da**
13 **Silva**; Centro Multidisciplinar de Pau dos Ferros (CMPF): **Jorge Luis de Oliveira Pinto Filho**.
14 Representantes técnico-administrativos: **Milena Paula Cabral de Oliveira**. Representantes discentes:
15 Edilardo Pimenta Florencio. **Conselheiros com falta justificada**: Priscila da Cunha Jácome Vidal.
16 **Conselheiros com falta não justificada**: Adriana Alves da Silva. **PAUTA: Primeiro ponto**:
17 **Apreciação e deliberação sobre a ata da 3ª reunião ordinária de 2024. Segundo ponto**: **Apreciação e**
18 **deliberação sobre proposta de alteração do calendário de Reuniões Ordinárias de 2024 do Consepe,**
19 **aprovado pela Resolução Resolução nº 1, de 26 de janeiro de 2024, deste Conselho. Tendo**
20 **constatado quórum legal, o presidente deste Conselho, Roberto Vieira Pordeus, declarou aberta a**
21 **reunião, leu e colocou em votação a justificativa de ausência da conselheira Priscila da Cunha**
22 **Jácome Vidal, a qual foi aprovada por unanimidade. Na sequência, pôs em votação a justificativa de**
23 **ausência da conselheira Adriana Alves da Silva, a qual foi reprovada com dois votos favoráveis, três**
24 **votos contrários e seis abstenções. PRIMEIRO PONTO.** O presidente do Conselho, **Roberto Vieira**
25 **Pordeus**, colocou o primeiro ponto de pauta em discussão. Não havendo discussão, colocou em
26 votação o primeiro ponto de pauta, o qual foi aprovado por unanimidade. **SEGUNDO PONTO.** O
27 presidente do Conselho, **Roberto Vieira Pordeus**, colocou o segundo ponto de pauta em discussão.
28 A conselheira, **Carolina Malala Martins Souza**, fez uma observação no que diz respeito à aprovação
29 do primeiro ponto de pauta, onde, seguidamente, explicou que é necessária a assinatura da ata pelos
30 conselheiros e que isso deve ocorrer mediante o envio do documento, posteriormente, pela Secretaria
31 dos Órgãos Colegiados (SOC). Informou que a assinatura desse documento é fundamental para que



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

32 a Universidade consiga que o Programa de Educação Tutorial (PET) atenda a uma das exigências,
33 que seria a ata assinada por todos os conselheiros para que, na sequência, se possa efetuar o envio
34 ao Ministério da Educação e Cultura (MEC). O conselheiro, **Ananias Agostinho da Silva**, colocou
35 que o Centro Multidisciplinar de Caraúbas (CMC) discutiu a proposta e sugeriu uma alteração da data
36 da 5ª Reunião Ordinária - que está prevista para o dia 28 de maio -, para que possa ocorrer, por
37 exemplo, no dia 31 de maio, dado que a data proposta, inicialmente, corresponde à primeira semana
38 de retorno do semestre e que em virtude disso, muitas pessoas estariam envolvidas no planejamento
39 de atividades. A conselheira, **Carolina Malala Martins Souza**, informou que o início do semestre,
40 aprovado em reunião, foi para o dia 20 de maio e não para o dia 27. A conselheira, **Andrea Maria**
41 **Ferreira Moura**, corroborou com a fala da conselheira Carolina Malala Martins Souza. Pontuou ser
42 viável a reunião do Consepe ser antecedida pela reunião do Conselho de Centro, entretanto, disse
43 que em nenhum momento foi apresentado, seja na pauta, ou na pasta da reunião, o motivo dessa
44 alteração. O presidente do Conselho, **Roberto Vieira Pordeus**, esclareceu que essa demanda foi
45 solicitada em reunião anterior, devido à mudança do calendário acadêmico. A conselheira, **Carolina**
46 **Malala Martins Souza**, explicou que em todo início do ano na Universidade é aprovado o calendário
47 de reuniões ordinárias e ele, por sua vez, se baseia no período letivo. Por conseguinte, falou que
48 como em janeiro não havia aprovado o semestre 2024.1, aprovação essa acontecendo só em
49 fevereiro, tinha uma lacuna entre abril e agosto, dado que esse semestre acabaria em abril e não se
50 sabia como iniciaria o semestre 2024.1. Por fim, disse que não foi uma alteração de datas já
51 existentes, mas sim uma inserção de novas datas com base nos meses que passaram a serem
52 meses com dias letivos. A conselheira, **Andrea Maria Ferreira Moura**, agradeceu pelos
53 esclarecimentos. O conselheiro, **Ananias Agostinho da Silva**, reafirmou o pedido da possibilidade
54 de remarcação da reunião sob a justificativa de que não haveria prejuízo algum, uma vez que isso
55 permitiria que os departamentos e centros pudessem convocar suas reuniões com mais tranquilidade.
56 No mais, colocou que não se trata de não considerar o calendário acadêmico, mas de tentar construir
57 um calendário de reuniões que possibilite, de fato, atender as demandas dos centros e dos
58 departamentos. A conselheira, **Carolina Malala Martins Souza**, disse ter entendido a demanda do
59 conselheiro Ananias Agostinho da Silva e que não vê nenhum impedimento à sugestão apresentada.
60 O presidente do Conselho, **Roberto Vieira Pordeus**, colocou em votação o encaminhamento do
61 conselheiro Ananias Agostinho da Silva, onde se propôs uma alteração da data da 5ª Reunião
62 Ordinária, que aconteceria no dia 28 de maio de 2024, sob remarcação para o dia 31 maio de 2024; o
63 qual foi aprovado com quatro votos favoráveis e sete abstenções. Na sequência, pôs em votação o
64 ponto de pauta com a alteração, o qual foi aprovado com dez votos favoráveis e duas abstenções.
65 Nada mais havendo a discutir, deu por encerrada a reunião, e eu, Thiciane de Araújo Rodrigues,
66 Secretária *ad hoc* dos Órgãos Colegiados, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada sem



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

67 emendas, na reunião do dia X de X de 2024, segue assinada pelo presidente do Consepe, pelos
68 conselheiros presentes nesta reunião e por mim. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

69

70 **Presidente:**

71 Roberto Vieira Pordeus _____

72 **Pró-Reitores:**

73 PROEC: Liz Carolina da Silva Lagos Cortes Assis _____

74 PROGRAD: Carolina Malala Martins Souza _____

75 PROPPG: Glauber Henrique de Sousa Nunes _____

76 **Representantes dos Centros:**

77 **Centro de Ciências Agrárias - CCA:**

78 Josemir de Souza Gonçalves _____

79 **Centro de Ciências Biológicas e da Saúde - CCBS:**

80 Juliana Rocha Vaez _____

81 **Centro de Ciências Exatas e Naturais - CCEN:**

82 Andrea Maria Ferreira Moura _____

83 **Centro de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas - CCSAH:**

84 José Albenes Bezerra Júnior _____

85 **Centro de Engenharias - CE:**

86 Wesley de Oliveira Santos _____

87 **Centro Multidisciplinar de Caraúbas - CMC:**

88 Ananias Agostinho da Silva _____

89 **Centro Multidisciplinar de Pau dos Ferros - CMPF:**

90 Jorge Luis de Oliveira Pinto Filho _____

91 **Representante técnico-administrativo:**

92 Milena Paula Cabral de Oliveira _____

93 **Representantes discentes:**

94 Edilardo Pimenta Florencio _____

95 **Secretária *ad hoc* dos Órgãos Colegiados:**

96 Thiciane de Araújo Rodrigues _____



Universidade Federal Rural do Semi-Árido (Ufersa)
Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe)
5ª Reunião Ordinária de 2024

2º PONTO

Apreciação e deliberação sobre Programas Gerais de Componentes Curriculares - PGCCs, conforme

Ofício nº 138/2024, de 23 de maio de 2024, da Pró-Reitoria de Graduação – Prograd;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO**

OFICIO Nº 138 / 2024 - PROGRAD (11.01.02)

Nº do Protocolo: 23091.006661/2024-72

Mossoró-RN, 23 de maio de 2024.

Prezada Thiciane de Araújo Rodrigues,
Secretária da SOC

Solicito a inclusão do seguinte ponto de pauta a ser apreciado na 5ª Reunião Ordinária do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

1. Apreciação e deliberação sobre Programas Gerais de Componentes Curriculares - PGCC's.
(documento anexo)

Sem mais para o momento, despeço-me renovando os votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

(Assinado digitalmente em 23/05/2024 11:39)

CAROLINA MALALA MARTINS SOUZA
PRO-REITOR(A) - TITULAR
PROGRAD (11.01.02)
Matrícula: ██████████

Visualize o documento original em <https://sipac.ufersa.edu.br/public/documentos/index.jsp>
informando seu número: **138**, ano: **2024**, tipo: **OFICIO**, data de emissão: **23/05/2024** e o
código de verificação: **5df8f860b6**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

PARECER

Trata-se da solicitação enviada pelos Departamentos dos *Campi* Mossoró, Angicos, Caraúbas e Pau dos Ferros, que encaminharam, para análise, os Programas Gerais de Componentes Curriculares abaixo relacionados:

Código	Componente Curricular
1 CAC0696	A COMÉDIA E A TRAGÉDIA NA OBRA SHAKESPEAREANA
2 CAC0643	ANÁLISE DO DISCURSO
3 CAC0639	ANÁLISE E EXPRESSÃO TEXTUAIS
4 CAC1790	AQUISIÇÃO DE LÍNGUA DE SINAIS
5 CAC1791	AQUISIÇÃO DE SEGUNDA LÍNGUA
6 CAC1787	ATENDIMENTO EDUCACIONAL EM AMBIENTE HOSPITALAR
7 CAC1556	ATIVIDADES COMPLEMENTARES
8 CAC1795	AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO DE SURDOS CONCEPÇÕES E PRÁTICAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
9 CAC0647	
10 CAC1794	CONVERSAÇÃO EM LIBRAS
11 CAC0678	CORPORALIDADE E ESCRITA
12 CAC0638	DIDÁTICA
13 CAC1768	DIDÁTICA
14 CAC0668	EDUCAÇÃO E CIDADANIA
15 CAC0671	EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO
16 CAC0669	EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE
17 CAC0672	EDUCAÇÃO POPULAR: PERSPECTIVAS PAULOFREIREANAS ENSINO E APRENDIZAGEM DE LIBRAS POR MEIO DE NOVAS TECNOLOGIAS
18 CAC1792	
19 CAC0675	ESCRITA DE SINAIS I
20 CAC1780	ESCRITA DE SINAIS I
21 CAC0677	ESCRITA DE SINAIS II
22 CAC1789	ESCRITA DE SINAIS III
23 CAC0685	ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM LIBRAS COMO L1 I
24 CAC1769	ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM LIBRAS COMO L1 I
25 CAC0687	ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM LIBRAS COMO L1 II
26 CAC1770	ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM LIBRAS COMO L1 II
27 CAC0689	ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM LIBRAS COMO L2 I
28 CAC1771	ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM LIBRAS COMO L2 I

29	CAC0693	ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM LIBRAS COMO L2 II
30	CAC1772	ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM LIBRAS COMO L2 II
31	CAC0640	ESTILÍSTICA
32	CAC0574	ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
33	CAC1756	ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
34	CAC1773	ESTUDOS SURDOS
35	CAC1767	FONOLOGIA E MORFOLOGIA DE LÍNGUA DE SINAIS
36	CAC0579	FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO DE SURDOS
37	CAC0578	FUNDAMENTOS SÓCIO-FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO
38	CAC1801	GÊNEROS DISCURSIVOS
39	MCH2452	GEOGRAFIA AGRÁRIA
40	CAC0667	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA
41	CAC0680	HISTÓRIA E CULTURA SURDAS
42	CAC0665	INGLÊS INSTRUMENTAL
43	CAC1796	INTRODUÇÃO À EDUCAÇÃO BRASILEIRA
44	CAC0573	INTRODUÇÃO À LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)
45	CAC0692	INTRODUÇÃO À LINGUÍSTICA APLICADA
46	CAC1757	INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS LINGUÍSTICOS I
47	CAC1759	INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS LINGUÍSTICOS II
48	CAC0644	INTRODUÇÃO À PRAGMÁTICA
49	CAC0641	INTRODUÇÃO À PSICOLINGUÍSTICA
50	CAC0582	INTRODUÇÃO À SOCIOLINGUÍSTICA
51	CAC1763	LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS ACADÊMICOS
52	CAC0679	LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS EM LIBRAS
53	CAC1785	LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS EM LIBRAS
54	CAC0681	LIBRAS - ESTUDOS ACADÊMICOS
55	CAC0676	LIBRAS - ESTUDOS AVANÇADOS
56	CAC0580	LIBRAS - ESTUDOS INTERMEDIÁRIOS I
57	CAC0674	LIBRAS - ESTUDOS INTERMEDIÁRIOS II
58	CAC1758	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS I
59	CAC1762	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS II
60	CAC1766	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS III
61	CAC1776	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS IV
62	CAC1778	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS V
63	CAC1781	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS VI
64	CAC0576	LINGUÍSTICA
65	CAC1797	LITERATURA INFANTO-JUVENIL
66	CAC0657	LITERATURAS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA I
67	CAC0658	LITERATURAS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA II
68	CAC0660	LITERATURAS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA III
69	CAC0688	LITERATURA SURDA I
70	CAC0690	LITERATURA SURDA II
71	CAC0673	METODOLOGIA CIENTÍFICA
72	CAC0686	METODOLOGIA DE ENSINO DE LIBRAS COMO L2
73	CAC0691	METODOLOGIA DE ENSINO DE LITERATURA SURDA
74	CAC0661	MÉTODOS DE CRÍTICA LITERÁRIA

75	CAC1799	MULTIMODALIDADE
76	CAC1793	NOÇÕES DE LÍNGUAS DE SINAIS INTERNACIONAIS
77	CAC0646	ORALIDADE, LETRAMENTO E ENSINO
78	CAC1786	PESQUISA APLICADA À LÍNGUA E À LITERATURA
79	CAC0635	PESQUISA APLICADA À LÍNGUA E LITERATURA
80	CAC1788	PORTUGUÊS COMO SEGUNDA LÍNGUA
81	CAC0588	PORTUGUÊS INSTRUMENTAL
82	CAC0682	PRÁTICA PEDAGÓGICA EM LIBRAS COMO L1
83	CAC0683	PRÁTICA PEDAGÓGICA EM LIBRAS COMO L2
84	CAC1761	PRÁTICA PEDAGÓGICA PROGRAMADA I
85	CAC1765	PRÁTICA PEDAGÓGICA PROGRAMADA II
86	CAC1774	PRÁTICA PEDAGÓGICA PROGRAMADA III
87	CAC1777	PRÁTICA PEDAGÓGICA PROGRAMADA IV
88	CAC1779	PRÁTICA PEDAGÓGICA PROGRAMADA V
89	CAC1782	PRÁTICA PEDAGÓGICA PROGRAMADA VI
90	CAC1783	PRÁTICA PEDAGÓGICA PROGRAMADA VII
91	CAC0666	PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO
92	CAC0599	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO
93	CAC1764	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO
94	CAC1798	SEMIÓTICA
95	CAC1775	SINTAXE, SEMÂNTICA E PRAGMÁTICA DE LÍNGUAS DE SINAIS
96	CAC0670	TECNOLOGIAS E EDUCAÇÃO
97	CAC0572	TEORIA DA LITERATURA I
98	CAC0577	TEORIA DA LITERATURA II
99	CAC1760	TEORIA DA LITERATURA II
100	CAC0642	TEORIA E PRÁTICA DE LEITURA
101	CAC0570	TEORIA E PRÁTICA DE TRADUÇÃO
102	CAC1800	TÓPICOS EM REVISÃO TEXTUAL
103	CAC0648	TÓPICOS ESPECIAIS EM LINGUÍSTICA APLICADA I
104	CAC0649	TÓPICOS ESPECIAIS EM LITERATURA I
105	CAC0651	TÓPICOS ESPECIAIS EM LITERATURA II
106	CAC0694	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
107	CAC1784	TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO EM LIBRAS

Mossoró – RN, 23 de maio de 2024.



Documento assinado digitalmente
 CAROLINA MALALA MARTINS SOUZA
 Data: 23/05/2024 11:37:44-0300
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Carolina Malala Martins Souza
 Pró-Reitora de Graduação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/05/2024 09:59

Componente Curricular: CAC0696 - A COMÉDIA E A TRAGÉDIA NA OBRA SHAKESPEAREANA

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: O estudo da natureza da comédia e da tragédia shakespearianas, visto através da análise de algumas obras do dramaturgo inglês.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Compreender e problematizar a importância da obra Shakespeariana enquanto centro do cânone (Cf. BLOOM) e enquanto material para releituras na pós-modernidade.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	A Tragédia na obra de Shakespeare: •Leitura e discussão sobre uma tragédia de Shakespeare (Hamlet ou Romeu e Julieta ou MacBeth ou Otelo ou Rei Lear, etc.) •A Tragédia de Vingança Elisabetana; •Comparações com a Tragédia Clássica; •Harold Bloom põe Shakespeare como centro do Cânone: discussão e crítica; •A Teoria do contágio mimético (GIRARD) na tragédia.	20	0
II	A Comédia na Obra de Shakespeare: •Leitura e discussão sobre uma comédia de Shakespeare (Muito Barulho por Nada ou A Megera Domada ou As Alegres Comadres de Windsor ou Sonho de Uma Noite de Verão, etc.); •A Comédia na Era Elisabetana; •A personagem feminina na comédia de Shakespeare: comparações com a tragédia; •A Teoria do contágio mimético (GIRARD) na comédia; •As múltiplas leituras de A Tempestade.	20	0
III	A Tragédia e a Comédia Shakespearianas – releituras por outras artes: •Shakespeare no cinema; •Shakespeare na televisão; •Shakespeare na pintura.	20	0

Competências e Habilidades

Compreender o estudo da natureza da comédia e da tragédia shakespearianas.

Metodologia

Recursos Didáticos

- Exposições dialogadas;
- Aulas mediadas por construções grupais.

Recursos Materiais

- Quadro branco
- Datashow
- TV e Vídeo
- Textos

Instrumentos de Avaliação

- Provas individuais

- Trabalhos temáticos grupais
- Resenhas e fichamentos de leituras

Referências Bibliográficas Obrigatórias

Bibliografia Básica

BARBER, C.L. Shakespeare's Festive Comedies. Princeton, N.Y.: Princeton University Press, 1959.

BELSEY, Catherine. The Subject of Tragedy: Identity and Difference in Renaissance Drama. London: Routledge, 1985.

BLOOM, Harold. Shakespeare and the Invention of the Human. New York: Riverhead Books, 1998.

Referências Bibliográficas Complementares

CARROLL, William C. The Metamorphoses of Shakespearean Comedy. Princeton: Princeton University Press, 1985.

DE GRAZIA, Margreta; WELLS, Stanley (Eds.) The Cambridge Companion to Shakespeare. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

McDONALD, Russ (Ed.) Shakespeare: An Anthology of Criticism and Theory. 1945–2000. Oxford: Blackwell Publishing, 2004.

NELSON, T.G.A. Comedy: The Theory of Comedy in Literature, Drama and Cinema. Oxford: Oxford University Press, 1990.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/05/2024 10:02

Componente Curricular: CAC0643 - ANÁLISE DO DISCURSO

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Percurso histórico da noção de discurso como prática social. Fundamentos da Análise do Discurso, focalizando noções de sujeito do discurso, ideologia, formação discursiva, atos de fala e práticas discursivas. Procedimentos metodológicos em análises discursivas.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Discutir os conceitos fundamentais da análise do discurso
 Identificar as perspectivas de análise de discurso
 Refletir a noção de discurso e a constituição da análise de discurso
 Desenvolver a prática de análise discursiva

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	- A Análise Automática do Discurso - Segunda fase da Análise do Discurso: o papel de Michel Foucault - Terceira fase: o primado do Outro - O que é a atual Análise do Discurso	20	0
II	- O princípio dialógico e as heterogeneidades enunciativas - O primado do interdiscurso: as relações intertextuais e interdiscursivas - A relação entre sujeito, enunciado e contexto da enunciação	20	0
III	- O discurso como prática social: os atos de fala - Sujeito do discurso, ideologia, formação discursiva - Cenas enunciativas, ethos e gênero.	20	0

Competências e Habilidades

Promover a discussão sobre o percurso histórico da noção de discurso como prática social. Fundamentos da Análise do Discurso, focalizando noções de sujeito do discurso, ideologia, formação discursiva, atos de fala e práticas discursivas. Procedimentos metodológicos em análises discursivas.

Metodologia

Recursos Didáticos
 •Exposições dialogadas;
 •Aulas mediadas por construções grupais.

Recursos Materiais
 •Quadro branco
 •Datashow
 •TV e Vídeo
 •Textos

Instrumentos de Avaliação
 •Provas individuais
 •Estudos de Casos
 •Exercícios de Fixação
 •Trabalhos temáticos grupais
 •Resenhas de leituras

Referências Bibliográficas Obrigatórias

BRANDÃO, H. Nagamine. Introdução à Análise do Discurso. 3. ed. Campinas, SP: Unicamp, 1994.
FAIRCLOUGH, N. Discurso e Mudança Social. Brasília: UNB, 2001.
MAINGUENEAU, D. Novas Tendências em Análise do Discurso. Campinas: Unicamp, 1989.

Referências Bibliográficas Complementares

BAKHTIN, M. Marxismo e Filosofia da Linguagem. São Paulo: Hucitec, 1986.
FOUCAULT, M. A Ordem do Discurso. São Paulo: Loyola, 2003.
GREGOLIN, M.R.V. Foucault e Pêcheux na Análise do Discurso: diálogos e duelos. São Carlos: Claraluz, 2004.
MAINGUENEAU, D. Gênese dos Discursos. Curitiba: Criar Edições, 2004.
ORLANDI, E. A Linguagem e seu Funcionamento: as formas do discurso. São Paulo: Brasiliense, 1987.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/05/2024 10:03

Componente Curricular: CAC0639 - ANÁLISE E EXPRESSÃO TEXTUAIS

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Linguagem, discurso e gêneros acadêmicos. O uso sociointeracional da linguagem. Práticas de leitura e produção de textos acadêmicos.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Estabelecer a relação entre as práticas discursivas, as quais objetivam o uso sociointeracional da linguagem, e os gêneros que devem ser utilizados em determinadas situações comunicativas. Desenvolver habilidades de compreensão e produção de textos pertencentes aos gêneros produzidos no campo acadêmico.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	•Gêneros discursivos e Sequências Textuais	20	0
II	•Práticas de leitura e escrita	20	0
III	•Produção de gêneros acadêmicos – Artigo, resumo e resenha	20	0

Competências e Habilidades

Desenvolver a ainguem, discurso e gêneros acadêmicos, bem como o uso sociointeracional da linguagem.

Metodologia

Recursos Didáticos

- Exposições dialogadas;
- Aulas mediadas por construções grupais.

Recursos Materiais

- Quadro branco
- Datashow
- TV e Vídeo
- Textos

Instrumentos de Avaliação

- Provas individuais
- Estudos de Casos
- Exercícios de Fixação
- Trabalhos temáticos grupais
- Resenhas de leituras

Referências Bibliográficas Obrigatórias

- 1- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: informação e documentação: trabalhos acadêmicos - apresentação. Rio de Janeiro, 2002.
- 2- _____. NBR 15287. Informação e documentação: projeto de pesquisa – apresentação. Rio de Janeiro, 2005.
- 3- _____. NBR 6023: informação e documentação: referência: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

Referências Bibliográficas Complementares

- 1- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: informação e documentação: trabalhos acadêmicos - apresentação. Rio de Janeiro, 2002.
- 2- _____. NBR 15287. Informação e documentação: projeto de pesquisa – apresentação. Rio de Janeiro, 2005.
- 3- _____. NBR 6023: informação e documentação: referência: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/05/2024 10:04

Componente Curricular: CAC1790 - AQUISIÇÃO DE LÍNGUA DE SINAIS

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Estudo da aquisição da língua de sinais em diferentes contextos de aquisição: a língua de sinais como língua materna, a língua de sinais como primeira língua e a língua de sinais como segunda língua. Implicações para o professor e para o tradutor e intérprete de língua de sinais.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Tem como objetivo proporcionar aos discentes diferentes olhares em torno da aquisição da língua de sinais pelo sujeito surdo e ouvintes, e suas vivência no seio social.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	Tópicos e Conteúdo da Unidade 1 Discutir sobre aquisição de língua de sinais por crianças surdas; Discutir aquisição de língua de sinais como primeira língua; Entrevistas com pessoas surdas sobre aquisição de língua de sinais.	10	10
II	Tópicos e Conteúdo da Unidade 2 Discutir sobre língua de sinais coo segunda língua; Analisar sobre estratégias para ensinar lingua de sinais para ouvintes; Entrevistar pessoas ouvintes usuarios da língua de sinais e perceber sobre como ocorreu o aprendizado da língua de sinais.	10	10
III	Tópicos e Conteúdo da Unidade 3 Discutir sobre como ocorre o processo de ensino e aprendizagem de alunos surdos em escolas regulares; Atuação de tradutores e interpretes de Libras nas escolas; Entrevista e analisar as percepções e a interação dos professores ouvintes com alunos surdos em sala.	10	10

Competências e Habilidades

Perceber os diferentes contextos através da aquisição da língua de sinais.

Metodologia

Aulas:
Dialógicas;
Discussão de textos;
Reflexões a cerca da língua de sinais e seus diferentes contextos.

Avaliações:
Atividades individuais;
Seminários em grupos.

Referências Bibliográficas Obrigatórias

LEMOS, C.. Língua e discurso na teorização sobre aquisição de linguagem. Letras de hoje, n. 12, 1995.
QUADROS, R.M.. de. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.

FERNANDES, E. Problemas linguísticos e cognitivos do surdo. Rio de Janeiro: AEIR, 1993.

Referências Bibliográficas Complementares

GOLDFELD, M.. A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sóciointeracionista. São Paulo: Plexus, 2001.

KOCH, I.V. A interação pela linguagem. São Paulo: Contexto, 1992.

QUADROS, R.M. de; KARNOPP, L.B.. Estudos linguísticos: língua de sinais brasileira. Porto Alegre: Artmed, 2004.

VYGOTSKY, L.S. Pensamento e linguagem. 4. ed. Martins Fontes, 2008.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/05/2024 10:04

Componente Curricular: CAC1791 - AQUISIÇÃO DE SEGUNDA LÍNGUA

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Estudo das principais teorias de aquisição de segunda língua e suas implicações para o professor de Libras.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Reconhecer as principais teorias de aquisição de segunda língua. Compreender o processo de aquisição da língua portuguesa como segunda língua.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	Tópicos e Conteúdo da Unidade 1 Discutir como ocorre o processo de aquisição de língua; Discutir sobre as principais metodologias para ensinar uma língua para o sujeito surdo;	10	10
II	Tópicos e Conteúdo da Unidade 2 Discutir como ocorre o processo da aquisição do português pelo sujeito surdo; Discutir sobre as metodologias para ensinar português para ciranças surdas;	10	10
III	Tópicos e Conteúdo da Unidade 3 Discutir sobre a escrita do português pelo aluno surdo; Analisar mediante entrevistas com professores ouvintes sobre como ocorre a interação e o ensino de sua disciplina para o aluno surdo dentro de sala.	10	10

Competências e Habilidades

Analisar como ocorre os processos de aquisição de segunda língua pelo sujeito surdo.

Metodologia

Aulas:
Dialogicas;
Discussões de textos;
Reflexões sobre a aquisição de segunda língua.

Avaliações:
Atividades individuais;
Seminários em grupos;
Entrevistas.

Referências Bibliográficas Obrigatórias

KATO, M.A.. O aprendizado da leitura. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
SCARPA, E.. Aquisição da linguagem. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A.C.. Introdução à linguística: domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2001. 2v. p. 203-232.
SVARTHOLM, K.. Aquisição de segunda língua por surdos. Revista Espaço. n. 9, p. 38-45, 1998.

Referências Bibliográficas Complementares

GOLDFELD, M.. A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sóciointeracionista. 6. ed. São Paulo: Plexus, 2002.

LODI, A.C.B.. Leitura em segunda língua: um estudo com surdos adultos. In: BERBERIAN, A.P.; ANGELIS, C.C. M. de; MASSI, G. (orgs). Letramento: referências em saúde e educação. São Paulo: Plexus, 2006, p. 244-273.

MARTINEZ, P. Didática de línguas estrangeiras. São Paulo: Parábola, 2009.

QUADROS, R.M. de.; FINGER, I.. Teorias de aquisição da linguagem. Florianópolis: UFSC, 2008.

STEPHANY, U.. Tópicos psicolinguísticos e sociolinguísticos na aquisição e ensino de línguas estrangeiras.

Revista de Letras, Fortaleza, Ce , v.18, n.1 , p. 14-20, jan./jun.1996. Disponível em:

http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/3215/1/1996_Art_UKJStephany.pdf

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse

https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/05/2024 10:05

Componente Curricular: CAC1787 - ATENDIMENTO EDUCACIONAL EM AMBIENTE HOSPITALAR

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Aspectos históricos do atendimento educacional hospitalar no Brasil. Legislação brasileira que orienta o atendimento educacional em ambiente hospitalar. Concepções e organização didático-pedagógica na atuação de professores em classes hospitalares. Interface Educação Saúde – Equipe de saúde, família, discente, docente, classe hospitalar e escola regular.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Apresentar fundamentação histórica do atendimento educacional hospitalar no contexto brasileiro;

- Discutir os aspectos legais para o atendimento educacional hospitalar no Brasil;
- Identificar a classe hospitalar e o atendimento domiciliar como prática pedagógica inserida na modalidade da educação especial;
- Analisar as concepções e organização didático-pedagógica de uma modalidade de ensino destinada às crianças e adolescentes hospitalizados: a classe hospitalar, e sua importância para promoção da humanização no interior da instituição hospitalar;
- Discutir a equipe interdisciplinar para interlocução entre saúde e educação;
- Discutir sobre a atuação docente no ambiente hospitalar.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	Tópicos e Conteúdo da Unidade 1 <ul style="list-style-type: none"> • Histórico e legislação acerca do atendimento educacional hospitalar. • A Multi/inter/transdisciplinaridade em equipe, realizando a interlocução entre educação e saúde, bem como o processo de humanização nos serviços de saúde. 	20	0
II	Tópicos e Conteúdo da Unidade 2 <ul style="list-style-type: none"> • Princípios do atendimento escolar no ambiente hospitalar. 	15	5
III	Tópicos e Conteúdo da Unidade 3 <ul style="list-style-type: none"> • Práticas Educativas para o atendimento educacional hospitalar. 	5	15

Competências e Habilidades

- Continuidade dos processos de desenvolvimento e de aprendizagem
- Atividade que melhor atenda às necessidades e possibilidades do aluno
- Escuta Pedagógica
- Reabilitação da saúde dos alunos e contribuir para o seu desenvolvimento biopsicossocial, à medida que possibilita a amenização da dor, da ansiedade, da ociosidade e da tristeza.

Metodologia

Os procedimentos didáticos seguirão o seguinte percurso: indagações, discussões, leituras, exposição dialogada, síntese. Serão utilizados ainda: leituras individuais e compartilhadas de textos, análise de filmes, estudos em grupo, oficinas, intervenções e apresentação de temas estudados.

Referências Bibliográficas Obrigatórias

BRASIL. Classe hospitalar e atendimento pedagógico domiciliar: estratégias e orientações. Brasília: MEC; SEESP, 2002.

ROCHA, Simone Maria da; PASSEGGI, Maria da Conceição. Classe hospitalar: um espaço de vivências educativas para crianças e adolescentes em tratamento de saúde. Revista @mbienteeducação, São Paulo, v. 2, n.1, p. 113-121.

PASSEGGI, Maria; OLIVEIRA, Roberta; ROCHA, Simone. Classes hospitalares: à escuta de professoras sobre suas aprendizagens no chão do hospital. In: MENEZES, Antônio; PAIVA, Marlúcia; STAMATTO, Maria Inês. (Orgs.). Práticas Educativas: Educação Escolar e Não Escolar. 1ª ed. São Paulo: Mercado de Letras, 2016, v. 1, p. 10-25.

Referências Bibliográficas Complementares

Referencias Bibliograficas Complementares

MATOS, Elizete L.M. (org.). Escolarização hospitalar: educação e saúde de mãos dadas para humanizar. 3.ed.Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos; MAGALHÃES, Rita de Cássia Barbosa Paiva. Processos Educativos e Desafios Atuais da Educação Especial. Fortaleza/CE: EdUECE, 2018.

ROCHA, Simone Maria da; PASSEGGI, Maria da Conceição. Classe hospitalar: um espaço de vivências educativas para crianças e adolescentes em tratamento de saúde. Revista @mbienteeducação, São Paulo, v. 2, n.1, p. 113-121.

ROCHA, Simone. Ai, que medo de hospital. 1ª ed. Natal: CJA Edições, 2016. v. 1. 28p.

RIO GRANDE DO NORTE, Natal. Plano Municipal de Educação. Lei nº6603 de 01 de abril de 2016. Diário Oficial do Município do Natal. 2016.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/05/2024 10:06

Componente Curricular: CAC1556 - ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Créditos: 13 créditos

Carga Horária: 200 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: ATIVIDADE

Ementa: .

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

A Resolução 02/2019 do Conselho Nacional de Educação define Estudos Independentes como outras atividades acadêmico-científico-culturais que poderão compor o currículo do graduando, além da carga horária estabelecida pela legislação. Deve-se observar ainda a normativa vigente no âmbito da Ufersa sobre as atividades complementares, que estabelecem o quantitativo de horas que podem ser integralizadas por cada atividade desenvolvida.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	Tópicos e Conteúdo da Unidade 1	50	50
II	Tópicos e Conteúdo da Unidade 2	25	25
III	Tópicos e Conteúdo da Unidade 3	25	25

Competências e Habilidades

Desenvolver competências e habilidades técnico -cultural - científicas

Metodologia

As Atividades Complementares do Curso de Licenciatura Plena em Letras-Libras incluem outras atividades de caráter acadêmico-científico-artístico-cultural, com vistas a aprimorar o processo formativo do profissional de Letras. A formação complementar é um dos mecanismos de integralização do currículo, no contexto da flexibilização, e tem como objetivo, considerando a heterogeneidade tanto na formação prévia como das expectativas dos alunos, permitir que o estudante possa complementar a sua formação, orientando, em determinado momento, a composição de sua estrutura curricular de acordo com seus interesses e necessidades.

Participação em eventos científicos, monitorias, estágios extracurriculares, projetos de ensino e ou pesquisa, atividades de extensão, componentes curriculares de enriquecimento curricular, entre outras, são modalidades desse processo formativo.

Para viabilizar o acesso a algumas dessas atividades, divulgam-se periodicamente datas de realização de eventos locais, regionais, nacionais e internacionais; desenvolvem-se projetos de ensino, projetos de extensão no Centro Multidisciplinar de Caraúbas, nos quais se promove o intercâmbio entre as diferentes áreas de ensino-pesquisa-extensão do curso e de cursos afins, proporcionam discussões acerca de linguagem, divulgam resultados dos projetos de pesquisa e de extensão dos alunos e dos professores; oferecem-se componentes curriculares optativos no Curso em horários alternativos.

Em termos organizacionais, essas atividades podem ser denominadas como de ensino, pesquisa, extensão, apesar de ficar bastante visível a inter-relação entre elas. À título de ilustração, essas atividades podem ser consideradas conforme distribuição do quadro a seguir e podem ser ampliadas de acordo com novas demandas (atendendo a Resolução CNE 02/2019), o aluno deverá cumprir, no mínimo, 200 horas de atividades complementares ao longo do curso. As horas que podem ser integralizadas por cada atividade devem seguir a resolução vigente da Ufersa sobre as atividades complementares nos cursos de graduação. A tabela abaixo exibe, em linhas gerais, algumas atividades previstas na legislação que podem ser aproveitadas pelos alunos do curso de Letras-Libras.

Referências Bibliográficas Obrigatórias

BRASIL. Lei 9394/96, de 20/12/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, n. 248, 23 dez. 1996.

CANARIO, R. Estabelecimento de ensino: a inovação e a gestão de recursos educativos. In: NÓVOA, A. (Org.). As organizações escolares em análise. Lisboa: D. Quixote/IEE, 1992.

DOURADO, Luiz Fernandes. Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica: concepções e desafios. Educ. Soc. Campinas, v.36, n. 131, p. 299-324, abr./jun., 2015.

Referências Bibliográficas Complementares

Referencias Bibliográficas Complementares

FORTUNATO, Ivan. Formação permanente de professores, experiências iberoamericanas/Francisco Imbernon; Alexandre Shigunov Neto; I van Fortunato; (org.), -São Paulo: Edições Hipótese, 2019.

GATTI, Bernardete Angelina; BARRETTO, Elba Siqueira de Sá; ANDRE, Marli Elisa Dalmazo Afonso de; ALMEIDA, Patrícia Cristina Albieri de. Professores do Brasil: novos cenários de formação. Brasília: UNESCO, 2019.

NÓVOA, A. Professores Imagens do futuro presente. Porto: Porto Editora, 2009.

NÓVOA, A. Profissão professor. Porto: Porto Editora, 1991.

RIOS, Silva e Silva. Formação docente no Ensino Fundamental: interfaces com a diversidade. Revista FAEEBA- Ed. E Contemp., Salvador, v.29, n.57, p.109-124, jan./mar. 2020

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



Componente Curricular:	CAC1795 - AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO DE SURDOS
Créditos:	4 créditos
Carga Horária:	60 horas
Unidade Responsável:	DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS
Tipo do Componente:	DISCIPLINA
Ementa:	Avaliação da aprendizagem: conceitos, princípios, funções, etapas. Práticas avaliativas de exclusão: repetência, reprovação, evasão. Instrumentos de avaliação. Análise de experiências relacionadas à avaliação do processo de aprendizagem de alunos surdos.
Modalidade:	Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

- Conhecer o conceito, princípios, funções, etapas de avaliação;
- Saber quais são as práticas e os instrumentos de avaliação;
- Analisar experiências relacionadas à avaliação do processo de aprendizagem de alunos surdos.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	Tópicos e Conteúdo da Unidade 1 - O que é avaliação? Princípios, funções, etapas de avaliação. - Currículo e Avaliação; - Avaliações internas e externas; Censo Escolar e indicadores de rendimento/ Sistemas de avaliação de desempenho escolar/ Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) / Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).	10	10
II	Tópicos e Conteúdo da Unidade 2 - As práticas e os instrumentos de avaliação; - A avaliação da aprendizagem de Surdos; - Práticas avaliativas de exclusão: repetência, reprovação, evasão.	10	10
III	Tópicos e Conteúdo da Unidade 3 - Reflexões sobre as práticas contemporâneas de avaliação da aprendizagem dos surdos; - Avaliação e autoestima: implicações para a vida do educando surdo; - Novas práticas avaliativas na educação de surdos.	10	10

Competências e Habilidades

Que os licenciandos sejam capazes de compreender as diferentes formas de avaliação e assumam práticas avaliativas que contribuam com a formação do discente surdo. Entendendo a avaliação como processo.

Metodologia

- Roda de conversa;
- Apresentação dialogada;
- Debate;
- Leituras e estudo
- Vídeos;
- Jogos.

Referências Bibliográficas Obrigatórias

LUCKESI, C.. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
QUADROS, R.M. de. Língua de sinais: instrumentos de avaliação. Porto Alegre, RS: Artmed, 2011.
THOMA, A. da S.; KLEIN, M. (Orgs.). Currículo & Avaliação: a diferença surda na escola. Santa Cruz do Sul/RS: EDUNISC, 2009.

Referências Bibliográficas Complementares

AFONSO, Almerindo Janela. Avaliação Educacional: Regulação e Emancipação. 2ªed. São Paulo: Cortez, 2000.

BALLESTER, Margarida. et al. Avaliação como apoio à aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2003.
HOFFMANN, J. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola a universidade. 25. ed. Porto Alegre: Mediação, 2006.

_____. Avaliação, mito e desafio: uma perspectiva construtiva. Porto Alegre: Mediação, 1991.

QUADROS, R.M. de. (org.). Estudos Surdos III. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2008.

VASCONCELLOS, C. dos S.. Avaliação da aprendizagem: práticas de mudança, por uma práxis transformadora. 11.ed. São Paulo, SP: Libertad, 2010.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/05/2024 10:07

Componente Curricular:	CAC0647 - CONCEPÇÕES E PRÁTICAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
Créditos:	4 créditos
Carga Horária:	60 horas
Unidade Responsável:	DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS
Tipo do Componente:	DISCIPLINA
Ementa:	Estudo da trajetória histórica da Educação de Jovens e Adultos. Teoria e prática na EJA. Paradigmas curriculares na EJA. Práticas avaliativas na EJA. Conceber a EJA como uma educação multicultural, que desenvolva o conhecimento e a integração na diversidade, possibilitando uma compreensão mútua contra a exclusão e outras formas de discriminação para uma educação de qualidade na busca da cidadania.
Modalidade:	Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Objetivo geral: Compreender o contexto histórico e político da Educação de Jovens e Adultos, as singularidades dos sujeitos, as concepções didáticas e as práticas pedagógicas dessa modalidade de ensino.

Objetivos específicos:

- Discutir os desafios históricos e contemporâneos enfrentados no acesso à Educação de Jovens e Adultos;
- Apresentar a trajetória histórica, contexto social e político da Educação de Jovens e Adultos no Brasil: as políticas públicas, educacionais e as experiências didático-pedagógicas;
- Refletir criticamente sobre o material didático produzido para a modalidade da Educação de Jovens e Adultos;
- (Re)conhecer as singularidades dos alunos da Educação de Jovens e Adultos;
- Refletir a Educação de Jovens e Adultos no contexto da escola pública brasileira;
- Discutir o processo de formação inicial e continuada de professores na Educação de Jovens e Adultos.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	1 Trajetória histórica e marcos legais da EJA 1.1 A educação contra a barbárie; 1.2 O contexto social e político da EJA no Brasil; 1.3 Políticas públicas e a educação de Jovens e Adultos.	20	0
II	2 Práticas pedagógicas na EJA e os contributos de Paulo Freire 2.1 Educação de adultos: Paulo freire; 2.2 A concepção "bancária" da educação como instrumento da opressão; 2.3 Alfabetização de Jovens e Adultos: práticas, metodologias e ensino.	20	0
III	Os sujeitos, a formação de professores e currículo na EJA 3.1 Conhecendo os sujeitos da EJA; 3.2 Práticas curriculares na EJA; 3.3 O processo de formação de professores.	20	0

Competências e Habilidades

- Didatizar o conteúdo teórico ao ensino de língua na EJA;
- Selecionar e produzir materiais didáticos adequados a Educação de Jovens e Adultos;

- Compreender a sala de aula como um espaço de diálogo e escuta;
- Reconhecer as experiências e vivências dos educandos.

Metodologia

A metodologia adotada para o desenvolvimento do componente curricular Concepções e Práticas na Educação de Jovens e Adultos se dará a partir de: aulas expositivas e dialogadas, leitura e discussão de textos, trabalhos individuais e em grupos e produção de material didático.

Referências Bibliográficas Obrigatórias

DINIZ, Adriana Valéria Santos; SCOCUGLIA, Afonso Celso; PRESTES, Emília Trindade. A Aprendizagem ao Longo da Vida e a Educação de Jovens e Adultos: possibilidades e contribuições ao debate. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 2010.

FREIRE, Paulo. Educação como Prática da Liberdade. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2009.

MARQUES, Carlos Alberto. Rompendo paradigmas: as contribuições de Vygotsky, Paulo Freire e Foucault. IN: JESUS, Denise Meyrelles et al. Inclusão, Práticas Pedagógicas e Trajetórias de Pesquisa. Porto Alegre: Editora Mediação, 2009.

Referências Bibliográficas Complementares

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394 de 1996. São Paulo. Editora do Brasil, 1996.

MOLL, Jaqueline. Educação de Jovens e Adultos. São Paulo: Mediação, 2004.

PAIVA, Ane. Tramando Concepções e Sentidos para Redizer o Direito à Educação de Jovens e Adultos. Revista Brasileira de Educação v. 11 n. 33 set./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n33/a12v1133.pdf>.> Acesso em: 26 maio 2011.

SOARES, Leôncio et al. Diálogos na Educação de Jovens e Adultos. São Paulo: Autêntica, 2005.

SOUZA, João Francisco de. Educação de Jovens e Adultos no Brasil e no Mundo. São Paulo: Bagaço, 2004.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/05/2024 10:07

Componente Curricular: CAC1794 - CONVERSAÇÃO EM LIBRAS

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Princípios organizatórios da conversação em Libras. Estratégias interacionais para iniciar, interromper e fazer manutenção de tópicos e reparos na conversa face-a-face em língua de sinais. Negociação de sentidos na interação intercultural surdo-ouvinte.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Desenvolver as habilidades de compreensão e produção em Libras.
 Aprimorar a prática de produção em Libras por meio do uso de estruturas e funções comunicativas básicas.
 Aprofundar o conhecimento sobre Aspectos linguísticos da Libras.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	Tópicos e Conteúdo da Unidade 1 1 - Estratégias de produção e compreensão sinalizadas. 2 - Prática no uso de conversação em Libras. 3 - Parâmetros da Libras: sinais contextuais.	10	10
II	Tópicos e Conteúdo da Unidade 2 1 - Gêneros textuais e discursivos na Libras. 2 - Conversação em Libras: Frases corretas de sinalização. 3 - Dinâmica interacional da Libras: surdo e ouvinte.	10	10
III	Tópicos e Conteúdo da Unidade 3 1 - Atividades interacionais I: verbos com frases: sentidos diferentes; 2 - Atividades interacionais II: Variação Linguística em Libras. 3 - Atividades interacionais III: Seminários de conversação. 4 - Produção de material didático da Libras.	10	10

Competências e Habilidades

Participação e assiduidade dos alunos nas atividades solicitadas;
 Atividades interacionais, individuais e em grupo;
 Produções visuais em ação comunicacional.

Metodologia

Aulas de interação sinalizada;
 Prática da produção e compreensão em Libras
 Aulas mediadas individuais e em grupo.

Referências Bibliográficas Obrigatórias

FELIPE, T.; MONTEIRO, M.S.. Libras em contexto. Curso Básico. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria de Educação Especial, 6º ed. 2007. Disponível: <https://jucienbertoldo.files.wordpress.com/2018/03/libras-em-contexto.pdf>
 GESSER, Audrei. LIBRAS?: Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola. 8.ed. 2009
 QUADROS, R. M. de & KARNOPP, L. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Artmed: Porto Alegre, 2004.

Referências Bibliográficas Complementares

Referencias Bibliograficas Complementares

BRONCKART, Jean-Paul. Atividade de linguagem, textos e discursos por um interacionismo sociodiscursivo. São Paulo: EDUC. 2.ed. 2012.

CAPOVILLA, F.C.; RAPHAEL, W.D. (Ed.). Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira. v. 1 e 2. São Paulo: EDUSP, 2004.

COSTA, Josiane Coelho da. Variação Linguística na Libras à luz da Sociolinguística Interacional. Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales. 2023. DOI: 10.55905/revconv.16n.10-231. Disponível:

<https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/2700/1850>

BENTES, A.C.: LEITE, M. Q. (Orgs.). Linguística de texto e análise da conversação. São Paulo: Cortez, 2010.

Honora, Márcia. Livro ilustrado de língua brasileira de sinais 3: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. São Paulo: Ciranda Cultura. 2011

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse

https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/05/2024 10:08

Componente Curricular: CAC1794 - CONVERSAÇÃO EM LIBRAS

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Princípios organizatórios da conversação em Libras. Estratégias interacionais para iniciar, interromper e fazer manutenção de tópicos e reparos na conversa face-a-face em língua de sinais. Negociação de sentidos na interação intercultural surdo-ouvinte.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Desenvolver as habilidades de compreensão e produção em Libras.
 Aprimorar a prática de produção em Libras por meio do uso de estruturas e funções comunicativas básicas.
 Aprofundar o conhecimento sobre Aspectos linguísticos da Libras.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	Tópicos e Conteúdo da Unidade 1 1 - Estratégias de produção e compreensão sinalizadas. 2 - Prática no uso de conversação em Libras. 3 - Parâmetros da Libras: sinais contextuais.	10	10
II	Tópicos e Conteúdo da Unidade 2 1 - Gêneros textuais e discursivos na Libras. 2 - Conversação em Libras: Frases corretas de sinalização. 3 - Dinâmica interacional da Libras: surdo e ouvinte.	10	10
III	Tópicos e Conteúdo da Unidade 3 1 - Atividades interacionais I: verbos com frases: sentidos diferentes; 2 - Atividades interacionais II: Variação Linguística em Libras. 3 - Atividades interacionais III: Seminários de conversação. 4 - Produção de material didático da Libras.	10	10

Competências e Habilidades

Participação e assiduidade dos alunos nas atividades solicitadas;
 Atividades interacionais, individuais e em grupo;
 Produções visuais em ação comunicacional.

Metodologia

Aulas de interação sinalizada;
 Prática da produção e compreensão em Libras
 Aulas mediadas individuais e em grupo.

Referências Bibliográficas Obrigatórias

FELIPE, T.; MONTEIRO, M.S.. Libras em contexto. Curso Básico. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria de Educação Especial, 6º ed. 2007. Disponível: <https://jucienbertoldo.files.wordpress.com/2018/03/libras-em-contexto.pdf>
 GESSER, Audrei. LIBRAS?: Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola. 8.ed. 2009
 QUADROS, R. M. de & KARNOPP, L. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Artmed: Porto Alegre, 2004.

Referências Bibliográficas Complementares

Referencias Bibliograficas Complementares

BRONCKART, Jean-Paul. Atividade de linguagem, textos e discursos por um interacionismo sociodiscursivo. São Paulo: EDUC. 2.ed. 2012.

CAPOVILLA, F.C.; RAPHAEL, W.D. (Ed.). Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira. v. 1 e 2. São Paulo: EDUSP, 2004.

COSTA, Josiane Coelho da. Variação Linguística na Libras à luz da Sociolinguística Interacional. Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales. 2023. DOI: 10.55905/revconv.16n.10-231. Disponível:

<https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/2700/1850>

BENTES, A.C.; LEITE, M. Q. (Orgs.). Linguística de texto e análise da conversação. São Paulo: Cortez, 2010.

Honora, Márcia. Livro ilustrado de língua brasileira de sinais 3: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. São Paulo: Ciranda Cultura. 2011

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse

https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



Componente Curricular: CAC0678 - CORPORALIDADE E ESCRITA

Créditos: 2 créditos

Carga Horária: 30 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Tradição oral e tradição escrita. Condições de produção oral e escrita. Cruzamentos entre oralidade e escrita. Escrita, ciência e literatura. Desafios da alfabetização e do letramento. Introdução aos sistemas de escrita de línguas orais e línguas de sinais.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Explorar e discutir os desafios da corporabilidade no âmbito oral e escrito, numa perspectiva também verbo-visual, possibilitando novas formas de interação entre o interlocutor, o texto e o leitor.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	Tópicos e Conteúdo da Unidade 1		
	Apresentação da Disciplina 1. Diferenciar a modalidade escrita da modalidade oral caracterizando-as; 2. Apresentar condição de produção oral e escrita;	5	5
II	Tópicos e Conteúdo da Unidade 2		
	1. Alfabetização e letramento; 2. Inclusão do uso da LIBRAS para a alfabetização e letramento do surdo;	5	5
III	Tópicos e Conteúdo da Unidade 3		
	1. Agregar as duas modalidades oral e escrita na adaptação da LIBRAS; 2. Distinções de tradução oral – LIBRAS e escrita – LIBRAS.	5	5

Competências e Habilidades

Compreender a relevância linguística da corporalidade e escrita para língua de sinais;
Compreender a relevância linguística da oralidade e escrita para língua oral;
Distinguir (corp)oralidade e escrita;
Desenvolver metodologias para alfabetização e letramento de alunos surdos.

Metodologia

Recursos Didáticos

- Exposições dialogadas;
- Aulas mediadas por construções grupais.

Recursos Materiais

- Quadro branco
- Datashow
- Notebook
- Textos

Instrumentos de Avaliação

- Provas individuais
- Exercícios de Fixação
- Trabalhos temáticos grupais
- Resenhas de leituras

Referências Bibliográficas Obrigatórias

FISCHER, S. R. Uma Breve História da Linguagem. Osasco, SP: Novo Século, 2009.
KATO, M. A. No Mundo da Escrita: uma perspectiva psicolinguística. São Paulo: Ática, 1986.
LEITE, T. A. Textos Orais e Textos Escritos. Adaptado do texto-base da disciplina Leitura e Produção de Textos oferecida ao Curso de Licenciatura em Letras-Libras à Distância da Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

Referências Bibliográficas Complementares

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Análise da conversação. 5. ed. São Paulo: Ática, 2000. 94p. (Princípios ; 82) ISBN 8508014961
MARCUSCHI, Luiz Antônio. Da fala para a escrita: atividades de retextualização. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001. 133 p. ISBN 8524907711
MCCLEARY, L. (2003). Technologies of Language and the Embodied History of the Deaf [Tecnologias da linguagem e a história corporeada dos surdos]. Sign Language Studies, Volume 3, Number 2, Winter 2003, pp. 104-124.
ONG, W. Oralidade e Cultura Escrita: a tecnologização da palavra. São Paulo: Papyrus.
ROJO, Roxane. As relações entre fala e escrita: mitos e perspectivas. Belo Horizonte: CEALE, 2006. 59 p. (Alfabetização e letramento) ISBN 859937236X.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



Componente Curricular: CAC0638 - DIDÁTICA

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: O Papel da Educação, Pedagogia e Didática no processo educativo. A Didática, seu contexto histórico e a formação do Professor. As Tendências Pedagógicas, seus pressupostos, concepções e práticas. O Planejamento Educacional e sua ressignificação na prática docente. Pesquisas e Práticas de Ensino.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Estudar sob uma perspectiva crítica os elementos que organizam a gestão do ensino.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	História da Didática Formação do professor Saberes Docente Processos de Ensino e a escola	15	5
II	Ensino na perspectiva histórica Organização do trabalho docente Projeto Político Pedagógico Currículo e Formação cidadã	15	5
III	Tecnologias para o ensino Ciclos escolares e avaliação Avaliação escolar Situações de ensino no cotidiano escolar	10	10

Competências e Habilidades

Habilitar o futuro docente no contexto do Planejamento
 Propiciar posturas avaliativas
 Conhecer a dinâmica do processo ensino-aprendizagem
 Discutir a Didática para além da dimensão técnica
 Formar o futuro docente numa perspectiva sócio-política

Metodologia

- Exposições dialogadas
- Seminários
- Leitura Dirigida de Textos Complementares
- Oficinas em Escolas Públicas
- Portfólios.

Referências Bibliográficas Obrigatórias

ANDRÉ, Marli; OLIVEIRA, Maria R. N. S. (Orgs.). Alternativas no Ensino de Didática. 10. ed. Campinas: Papirus, 2009.
 ARANTES, V.; MARTINEZ, M.; PENIN, S. (Orgs.). Profissão docente. São Paulo: Summus, 2009.
 CASTRO, Amélia D. de; CARVALHO, Anna Maria P. de (Orgs.). Ensinar a ensinar: didática para a escola fundamental e média. São Paulo: Pioneira; Thomson Learning, 2001.

Referências Bibliográficas Complementares

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre o campo de pesquisa. Teoria e Educação, Porto Alegre, n. 2, p. 177-229, 1990.
COMÊNIO, João A. Didática magna. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1966.
LIBÂNIO, José C. Didática. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
NÓVOA, António. Formação de professores e trabalho pedagógico. Lisboa: EDUCA, 2002.
PIMENTA, Selma G. (Org.). Didática e formação de professores. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/05/2024 10:12

Componente Curricular: CAC1768 - DIDÁTICA

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Perspectiva histórica do desenvolvimento da Didática. Tendências pedagógicas e estrutura social brasileira. Fundamentação teórico-metodológica e sistematização da prática docente. Análise da organização do ensino.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Estudar sob uma perspectiva crítica os elementos que organizam a gestão do ensino.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	História da Didática Formação do professor Saberes Docente Processos de Ensino e a escola	15	5
II	Ensino na perspectiva histórica Organização do trabalho docente Projeto Político Pedagógico Currículo e Formação cidadã	15	5
III	Tecnologias para o ensino Ciclos escolares e avaliação Avaliação escolar Situações de ensino no cotidiano escolar	10	10

Competências e Habilidades

Habilitar o futuro docente no contexto do Planejamento
 Propiciar posturas avaliativas
 Conhecer a dinâmica do processo ensino-aprendizagem
 Discutir a Didática para além da dimensão técnica
 Formar o futuro docente numa perspectiva sócio-política

Metodologia

- Exposições dialogadas
- Seminários
- Leitura Dirigida de Textos Complementares
- Oficinas em Escolas Públicas
- Portfólios.

Referências Bibliográficas Obrigatórias

ANDRÉ, Marli; OLIVEIRA, Maria R. N. S. (Orgs.). Alternativas no Ensino de Didática. 10. ed. Campinas: Papirus, 2009.
 ARANTES, V.; MARTINEZ, M.; PENIN, S. (Orgs.). Profissão docente. São Paulo: Summus, 2009.
 CASTRO, Amélia D. de; CARVALHO, Anna Maria P. de (Orgs.). Ensinar a ensinar: didática para a escola fundamental e média. São Paulo: Pioneira; Thomson Learning, 2001.

Referências Bibliográficas Complementares

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre o campo de pesquisa. Teoria e Educação, Porto Alegre, n. 2, p. 177-229, 1990.

COMÊNIO, João A. Didática magna. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1966.

LIBÂNIO, José C. Didática. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NÓVOA, António. Formação de professores e trabalho pedagógico. Lisboa: EDUCA, 2002.

PIMENTA, Selma G. (Org.). Didática e formação de professores. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/05/2024 10:17

Componente Curricular: CAC0668 - EDUCAÇÃO E CIDADANIA

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Educação e Cidadania. Direitos Humanos e Direitos de Cidadania. A educação como elemento para conscientização. Formação Humana e Trabalho. Sociedade, Democracia, Ética e Estado. A educação em contextos globais e locais.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Discutir os conceitos de educação e cidadania;
 Conhecer e reconhecer os direitos humanos e direitos de cidadania;
 Pensar a educação contextualizada social e historicamente.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	Educação e cidadania; Educação, cidadania e direitos humanos;	10	10
II	Educação, cultura e cidadania; Escola pública, democrática e de qualidade.	10	10
III	Direitos humanos e a escola; Diversidade(s) e educação.	10	10

Competências e Habilidades

Desenvolver reflexões críticas sobre a educação e cidadania;
 Utilizar conceitos para pensar a prática pedagógica e a profissão docente;
 Reconhecer e respeitar a diversidade humana.

Metodologia

Recursos Didáticos
 •Exposições dialogadas;
 •Aulas mediadas por construções grupais.

Recursos Materiais
 •Quadro branco
 •Datashow
 •TV e Vídeo
 •Textos

Instrumentos de Avaliação
 •Provas individuais
 •Trabalhos temáticos em grupo
 •Resenhas e fichamentos de leituras

Referências Bibliográficas Obrigatórias

BUFFA, E. et al. Educação e cidadania. São Paulo: Cortez, 1987.
 CARVALHO, José Sérgio (Org.). Educação, Cidadania e Direitos Humanos. Petrópolis: Vozes, 2004.
 FIGUEIREDO, I. Educar para a cidadania. Porto: Edições Asa, 1999.

Referências Bibliográficas Complementares

CHAUÍ, M. Cultura e democracia. São Paulo: Moderna, 1981.
GADOTTI, M. Escola cidadã. São Paulo: Cortez, 1992.
LAFER, C. A reconstrução dos Direitos Humanos. São Paulo: Cia. Da Letras, 1988.
SAVIANI, D. Escola e democracia. Campinas: Autores Associados, 1983.
SACRISTÁN, J. G. Educar e conviver na cultura global. Porto: Edições Asa, 2003.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



Componente Curricular: CAC0671 - EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Visão histórica da compreensão e do atendimento às pessoas com necessidades especiais. Estudo das deficiências e dificuldades, das condutas típicas e altas habilidades (superdotados) na educação. Aspectos legais e o processo de inclusão social, familiar, educacional e profissional.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Compreender a trajetória da educação especial a partir das organizações da sociedade civil, os aspectos legais da educação especial e a abordagem contemporânea de qualidade da educação para todos.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	<ul style="list-style-type: none"> •Inclusão e exclusão na escola: crianças e jovens com NEE •A organização especial no Brasil •Trajetória de pessoas com deficiência 	20	0
II	<ul style="list-style-type: none"> •O estigma da deficiência: a parte pelo todo •Modelos de ensino e NEE •Ética e Saúde na escola 	20	0
III	<ul style="list-style-type: none"> •Desenvolvimento e educação •Complexidade da ação educativa •Legislação e inclusão 	20	0

Competências e Habilidades

Competencias e habilidades

Metodologia

Recursos Didáticos

- Exposições dialogadas
- Seminários
- Leitura Dirigida de Textos Complementares
- Oficinas em Escolas Públicas

Recursos Materiais

- Quadro branco
- Projektor
- Vídeo
- Textos

Instrumentos de Avaliação

- Avaliações individuais
- Apresentação de seminários
- Trabalho em grupo
- Resenhas e resumos

Referências Bibliográficas Obrigatórias

AQUINO, JulioGroppa. Diferenças e Preconceitos na Escola: alternativas teóricas e práticas. – São Paulo: Summus, 1998.
ASSUNÇÃO, Elizabete; COELHO, Maria Teresa. Problemas de Aprendizagem. São Paulo, Ática, 1991.
FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. Direitos das Pessoas com Deficiência: garantia de igualdade na diversidade. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

Referências Bibliográficas Complementares

GARCIA, Maria Teresa e BEATON. Guillermo Arias. Necessidades Educativas Especiais: desde o enfoque histórico- cultural. São Paulo: Linear, 2010.
KASSAR, Mônica de Carvalho M. Deficiência Múltipla e Educação no Brasil: discurso e silêncio na historia de sujeitos. Campinas, Autores Associados, 1999
MANZINI, Eduardo José (org.). Inclusão e Acessibilidade – Marília: ABPE, 2006
RODRIGUES, David (org.). Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva. – São Paulo: Summus, 2006.
ROSA, Dalva E. Gonçalves; SOUZA, Vanilton Camilo de. Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/05/2024 10:18

Componente Curricular: CAC0669 - EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Educação para minorias sociais e demais casos de negação de direitos na sociedade. A formação de professores numa perspectivas de atendimento à diversidade. Prática Pedagógica e acesso ao conhecimento numa perspectiva do princípio de Educação para Todos.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

- Problematizar a Educação para minorias sociais e demais casos de negação de direitos na sociedade;
- Debater sobre a formação de professores numa perspectivas de atendimento à diversidade;
- Conhecer a Prática Pedagógica e acesso ao conhecimento numa perspectiva do princípio de Educação para Todos.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	Tópicos e Conteúdo da Unidade 1		
	Conceito de diversidade, educação; Educação para minorias sociais; Negação de direitos na sociedade.	10	10
II	Tópicos e Conteúdo da Unidade 2		
	Repensar a formação de professores; A formação de professores numa perspectivas de atendimento à diversidade; Práticas contemporâneas de professores que respeitam a diversidade presente na sala de aula.	10	10
III	Tópicos e Conteúdo da Unidade 3		
	Prática Pedagógica numa perspectiva para a diversidade; Acesso ao conhecimento numa perspectiva do princípio de Educação para Todos.	10	10

Competências e Habilidades

Que os professores em formação desenvolvam as competências e habilidades de pensar a diversidade desde o planejamento até o momento de condução das suas aulas, pois todos os discentes tem o direito à educação, de ser respeitado os seus conhecimentos prévios e as suas singularidades.

Metodologia

- Aulas expositivas e dialogadas;
- Rodas de conversas;
- Debates.

Referências Bibliográficas Obrigatórias

FREITAS, Soraia Napoleão (Org.); KREBS, Ruy Jornada (Org.); RODRIGUES, David (Org.). Educação Inclusiva e Necessidades Educacionais Especiais. Santa Maria: Editora da Universidade Federal de Santa Maria, 2005.
 GADOTTI, Moacir. Diversidade Cultural e Educação para Todos. Rio de Janeiro: Graal, 1992.
 MAGALHÃES, Antônio; STOER, Stephen. A Escola para Todos e a Excelência Acadêmica. São Paulo: Editora Cortez, 2007

Referências Bibliográficas Complementares

COSTA, Disiane de Fátima Araújo da. Portadores de Deficiência: inclusão de alunos nas classes comuns da rede regular de ensino abordagem de direitos e processos de efetivação. 2ª ed. Natal: EFETRÊS – D, 2006.

MANZINI, Eduardo José (Org.). Inclusão e Acessibilidade. Marília: ABPE, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Egler et al. Inclusão Escolar: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.

MORIN, Edgar. Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro. São Paulo: Cortez, 2000.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro. WVA. 1999.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/05/2024 10:21

Componente Curricular: CAC0672 - EDUCAÇÃO POPULAR: PERSPECTIVAS PAULO FREIREANAS

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Fundamentos da educação popular: relações com a história e filosofia. Conceito de educação popular. A educação popular e educação pública: possibilidades da escola cidadã com Paulo Freire. As relações em educação popular, trabalho, cultura, subjetividade e ideologia.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Conhecer a trajetória da educação popular, história e epistemologia, sua relação com espaços escolares e não-escolares.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	Luta de Classes e Movimentos Sociais no Brasil Conteúdo dos Movimentos Sociais I: operário, feminino, ambientalista. Movimento Sociais II: negro, indígena, LGBTQ+.	20	0
II	Lutas Sociais pela educação Trajetória da educação popular no Brasil Educação Popular na América Latina	20	0
III	Metodologia da Educação Popular A educação não-formal e o sistema formal de ensino Processos educativos e lócus sociais	20	0

Competências e Habilidades

Promover os fundamentos da educação popular: relações com a história e filosofia. Discutir o conceito de educação popular.

Metodologia

Recursos Didáticos

- Exposições dialogadas
- Seminários
- Leitura Dirigida de Textos Complementares
- Oficinas em Escolas Públicas

Recursos Materiais

- Quadro branco
- Projektor
- Vídeo
- Textos

Instrumentos de Avaliação

- Avaliações individuais
- Apresentação de seminários
- Trabalho em grupo
- Resenhas e resumos

Referências Bibliográficas Obrigatórias

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Educação como Cultura. Campinas, SP: Mercado e Letras, 2007.
FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.
_____. Educação como prática da liberdade. 14. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

Referências Bibliográficas Complementares

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
_____. Ação Cultural para a Liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
_____. Pedagogia da Esperança. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
_____. Cartas a Guiné Bissau. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais e Educação. São Paulo: Cortez, 2010.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/05/2024 10:22

Componente Curricular:	CAC1792 - ENSINO E APRENDIZAGEM DE LIBRAS POR MEIO DE NOVAS TECNOLOGIAS
Créditos:	4 créditos
Carga Horária:	60 horas
Unidade Responsável:	DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS
Tipo do Componente:	DISCIPLINA
Ementa:	Utilização do vídeo, da Internet, das redes sociais e multimídia na educação de surdos. Conhecimento e uso de softwares educativos para surdos.
Modalidade:	Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Compreender como as tecnologias contribuem para o processo de ensino e aprendizagem de Libras para os discentes surdos;
 Conhecer e fazer uso de softwares educativos para o ensino de surdos;
 Utilizar a Internet, as redes sociais e multimídia com fins educativos para o ensino de surdos;
 Produzir vídeos com conteúdos de Libras em contexto.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	Tópicos e Conteúdo da Unidade 1		
	O que é um vídeo? Gênero roteiro de gravação de vídeo; Funcionalidade de gravar vídeo e sua relação com a educação.	10	10
II	Tópicos e Conteúdo da Unidade 2		
	As redes sociais e educação de surdos; Os cuidados que devemos ter nas redes e mídias sociais; Como as tecnologias contribuem para o ensino e aprendizagem de Libras para os discentes surdos;	10	10
III	Tópicos e Conteúdo da Unidade 3		
	Conhecendo plataformas digitais e o uso de softwares educativos para o ensino de alunos surdos. Utilização do vídeo, da Internet, das redes sociais e multimídia na educação de surdos.	10	10

Competências e Habilidades

Que os docentes em formação inicial reflitam e debatam sobre como as ferramentas tecnológicas podem ser umas aliadas no processo de ensino e aprendizagem de Libras pelos educandos surdos.

Metodologia

- Aulas dialogadas;
- Rodas dialógicas;
- Debates;
- Aulas práticas no laboratório;
- Produção de vídeos.

Referências Bibliográficas Obrigatórias

STUMPF, M.R.. Educação de surdos e novas tecnologias. Texto-base da disciplina do Curso de Letras-Libras. Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC. Florianópolis, SC. 2010. Disponível em:
www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/.../educacaoDeSurdosENovasTecnologias
ALBRES, N. de A. (org.). Libras em estudo: ensino-aprendizagem. São Paulo: FENEIS, 2012.
FREITAS, L.C.. A internet como fator de exclusão do surdo no Brasil. Rio de Janeiro, RJ: LSB Vídeo, 2007.

Referências Bibliográficas Complementares

LÉVY, P. O que é o virtual? Trad. Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 1996.
_____. Cibercultura. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.
PEREIRA, A.T.C.; GONÇALVES, B.S. Design de hiperídia. processos e conexões. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Florianópolis, SC. 2010.
SOUZA, Henderson Tavares de. Tecnologias educacionais: aplicações e possibilidades. Edição Português, 2019.
KENSKI, Vani Moreira. Educação e Tecnologias - o Novo Ritmo da Informação Capa comum. Editora Papirus, 2007.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/05/2024 10:25

Componente Curricular: CAC0675 - ESCRITA DE SINAIS I

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Aspectos históricos e culturais da escrita. Exploração e uso do sistema de escrita de língua de sinais: uso de softwares de SW. Compreensão dos códigos próprios da escrita de sinais. O alfabetismo na escrita da língua de sinais.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Abordar interativamente a disciplina de Língua de Sinais no sentido de associar a prática da escrita dos sinais ao conhecimento da língua.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	História concisa da ESCRITA. O registro da cultura surda. Aspectos da História que influenciaram a Educação de Surdos.	10	10
II	O surdo e a escrita. A Escrita de Língua de Sinais. Sistemas de Notações Escritas de Línguas de Sinais.	10	10
III	Conhecendo o sistema SignWriting. Os símbolos de configurações das mãos. Movimentos, Contatos e Espaço de Sinalização.	10	10

Competências e Habilidades

Explicação para alunos aprendizagem que prática como conhecimento fazer escrita de sinais.

Metodologia

RECURSOS DIDÁTICOS

- Exposições dialogadas;
- Aulas mediadas por construções grupais.

RECURSOS MATERIAIS

- Quadro branco
- Datashow
- Computador
- Textos

INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

- Provas individuais
- Aulas práticas de alfabetização em escrita de sinais pelo sistema SignWriting
- Estudos de Casos
- Exercícios de Fixação
- Apresentação de trabalho
- Trabalhos em grupo

Referências Bibliográficas Obrigatórias

BARRETO, Madson. Escrita de sinais sem mistérios, Belo Horizonte, 2012.

CAPOVILLA, Fernando César, Walkiria Duarte Raphael. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngüe da Língua de Sinais Brasileira, Volume II: sinais de M a Z. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

KARNOPP, Lodenir; QUADROS, Ronice Müller de. Educação infantil para surdos. In: ROMAN, Eurilda Dias, STEYER, Vivian Edite (Org.) A criança de 0 a 6 anos e a educação infantil: um retrato multifacetado. Canoas. 2001.

Referências Bibliográficas Complementares

CAGLIARI, Luiz Carlos. Alfabetização e Lingüística. São Paulo. Editora Scipione, 2002.

CAPOVILLA, F. C., & Capovilla, A. G. S. (2001). Compreendendo o processamento do código alfabético: Como entender os erros de leitura e escrita de crianças surdas. In F. C. Capovilla, & W. D. Raphael (Eds.), Dicionário enciclopédico ilustrado trilíngüe da Língua de Sinais Brasileira. Volume II: Sinais de M a Z (Vol. 2, pp. 1497-1516). São Paulo, SP: Edusp, Fapesp, Vitae, Feneis, Brasil Telecom.

CAPOVILLA, F. C., & Sutton, V. (2001). Como ler e escrever os sinais da Libras: A escrita visual direta de sinais SignWriting. In F. C. Capovilla, & W.D. Raphael (Eds.), Dicionário enciclopédico ilustrado trilíngüe da Língua de Sinais Brasileira. Volume I: Sinais de A a L (Vol. 1, pp. 55-126). São Paulo, SP: Edusp, Fapesp, Fundação Vitae, Feneis, Brasil Telecom.

CAPOVILLA, Fernando C.; et al. A escrita visual direta de sinais Signwriting e seu lugar na educação da criança Surda, 2006. In:

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. Dicionário enciclopédico ilustrado trilíngüe da língua de sinais brasileira. Vol. II: Sinais de M a Z. 3ed. São Paulo: Edusp, 2006, p. 1491-1496.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



Componente Curricular: CAC1780 - ESCRITA DE SINAIS I

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Aspectos históricos e culturais da escrita. Exploração e uso do sistema de escrita de língua de sinais: uso de softwares de SW. Compreensão dos códigos próprios da escrita de sinais. O alfabetismo na escrita da língua de sinais. Atividades de prática como componente curricular.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Abordar interativamente a disciplina de Língua de Sinais no sentido de associar a prática da escrita dos sinais ao conhecimento da língua.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	História concisa da ESCRITA. O registro da cultura surda. Aspectos da História que influenciaram a Educação de Surdos.	10	10
II	O surdo e a escrita. A Escrita de Língua de Sinais. Sistemas de Notações Escritas de Línguas de Sinais.	10	10
III	Conhecendo o sistema SignWriting. Os símbolos de configurações das mãos. Movimentos, Contatos e Espaço de Sinalização.	10	10

Competências e Habilidades

Explicação para alunos aprendizagem que prática como conhecimento fazer escrita de sinais.

Metodologia

RECURSOS DIDÁTICOS

- Exposições dialogadas;
- Aulas mediadas por construções grupais.

Referências Bibliográficas Obrigatórias

CAGLIARI, Luiz Carlos. Alfabetização e Linguística. São Paulo. Editora Scipione, 2002.

CAPOVILLA, Fernando César, Walkiria Duarte Raphael. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngüe da Língua de Sinais Brasileira, Volume II: sinais de M a Z. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

KARNOPP, Lodenir; QUADROS, Ronice Müller de. Educação infantil para surdos. In: ROMAN, Eurilda Dias, STEYER, Vivian Edite (Org.) A criança de 0 a 6 anos e a educação infantil: um retrato multifacetado. Canoas. 2001.

Referências Bibliográficas Complementares

SKLIAR, Carlos. Org. 1997, Educação & exclusão: abordagem sócio-antropológicas em educação especial. Porto Alegre: Editora Mediação, 1997.

SUTTON, Valerie. SignWriting: Manual. [online] disponível em www.signwriting.org, 1996. Consultado em outubro de 1996.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/05/2024 10:28

Componente Curricular: CAC0677 - ESCRITA DE SINAIS II

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Processo de leitura e de interpretação da escrita em língua de sinais. Produção escrita em Língua de Sinais. Aternativa didático-pedagógicas para o ensino da escrita de sinais.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Abordar interativamente a disciplina de Escrita de Sinais no sentido de associar a prática ao conhecimento da língua, através de diversos tipos textuais.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	O SignWriting no Brasil A produção de texto na escrita de Sinais Aquisição da leitura e escrita em SignWriting	10	10
II	Aplicações e benefícios da Escrita de Sinais Leitura de texto na Escrita de Sinais Os símbolos de configuração das mãos	10	10
III	Movimentos, contatos e espaço de sinalização Tradução para Escrita de Sinais Criar os textos na Escrita de Sinais	10	10

Competências e Habilidades

Explicação para os alunos entendem que conhecimento como fazer escrita de sinais e práticas.

Metodologia

RECURSOS DIDÁTICOS

- Exposições dialogadas
- Aulas mediadas por construções grupais.

RECURSOS MATERIAIS

- Quadro branco
- Datashow
- Computador
- Textos

INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

- Provas individuais
- Aulas práticas de alfabetização em escrita de sinais pelo sistema SignWriting
- Estudos de Casos
- Exercícios de Fixação
- Apresentação de trabalho
- Trabalhos em grupo

Referências Bibliográficas Obrigatórias

QUADROS, Ronice Muller de. Educação de Surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1997.

CAPOVILLA, Fernando César. Novo Deit-Libras: dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira - sinais de A a H. 3. ed. revista e ampliada. Edusp. 2013. ISBN: 978-85-314-1433-6 (broch.).

KARNOPP, Lodenir; QUADROS, Ronice Müller de. Educação infantil para surdos. In: ROMAN, Eurilda Dias, STEYER, Vivian Edite (Org.) A criança de 0 a 6 anos e a educação infantil: um retrato multifacetado. Canoas. 2001.

Referências Bibliográficas Complementares

MONTANHER, Heloir; JESUS, J. D. de; FERNANDES, S. Letramento em Libras. Curitiba: IESD Brasil S.A., 2010.

STUMPF, Marianne Rossi. Aprendizagem da escrita de língua de sinais pelo sistema signwriting: línguas de sinais no papel e no computador. 2005.330f. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Estudos Interdisciplinares, Curso de Pós-Graduação em Informática na Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

STUMPF, Marianne Rossi. Escrita de Sinais I. Florianópolis: UFSC, 2008.(Texto base do Curso de Licenciatura e Bacharelado em Letras-Libras na Modalidade a Distância).

SUTTON, V. Lições sobre o SignWriting: Um sistema de escrita para língua de sinais. Tradução de Marianne Rossi Stumpf. Disponível em <<http://rocha.ucpel.tche.br/signwriting>>.

WANDERLEY, Débora Campos. A leitura de sinais de forma processual e lúdica. Curitiba: Editora Prismas, 2015.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/05/2024 10:28

Componente Curricular: CAC1789 - ESCRITA DE SINAIS III

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Processo de aquisição da leitura e escrita de sinais. Construção de dicionário bilíngue: escrita de sinais e de português.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Abordar interativamente a disciplina de Escrita de Sinais no sentido de associar a prática ao conhecimento da língua, através de diversos tipos textuais.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	O SignWriting no Brasil A produção de texto na escrita de Sinais Aquisição da leitura e escrita em SignWriting	10	10
II	Aplicações e benefícios da Escrita de Sinais Leitura de texto na Escrita de Sinais Os símbolos de configuração das mãos	10	10
III	Movimentos, contatos e espaço de sinalização Tradução para Escrita de Sinais Criar os textos na Escrita de Sinais	10	10

Competências e Habilidades

Explicação para os alunos entenderem que conhecimento como fazer escrita de sinais e práticas.

Metodologia

RECURSOS DIDÁTICOS

- Exposições dialogadas
- Aulas mediadas por construções grupais.

RECURSOS MATERIAIS

- Quadro branco
- Datashow
- Computador
- Textos

INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

- Provas individuais
- Aulas práticas de alfabetização em escrita de sinais pelo sistema SignWriting
- Estudos de Casos
- Exercícios de Fixação
- Apresentação de trabalho
- Trabalhos em grupo

Referências Bibliográficas Obrigatórias

QUADROS, Ronice Muller de. Educação de Surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1997.

CAPOVILLA, Fernando César.. Novo Deit-Libras: dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais

brasileira - sinais de A a H. 3. ed. revista e ampliada. Edusp. 2013. ISBN: 978-85-314-1433-6 (broch.).

KARNOPP, Lodenir; QUADROS, Ronice Müller de. Educação infantil para surdos. In: ROMAN, Eurilda Dias, STEYER, Vivian Edite (Org.) A criança de 0 a 6 anos e a educação infantil: um retrato multifacetado. Canoas. 2001.

Referências Bibliográficas Complementares

MONTANHER, Heloir; JESUS, J. D. de; FERNANDES, S. Letramento em Libras. Curitiba: IESD Brasil S.A., 2010.

STUMPF, Marianne Rossi. Aprendizagem da escrita de língua de sinais pelo sistema signwriting: línguas de sinais no papel e no computador. 2005.330f. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Estudos Interdisciplinares, Curso de Pós-Graduação em Informática na Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

STUMPF, Marianne Rossi. Escrita de Sinais I. Florianópolis: UFSC, 2008.(Texto base do Curso de Licenciatura e Bacharelado em Letras-Libras na Modalidade a Distância).

SUTTON, V. Lições sobre o SignWriting: Um sistema de escrita para língua de sinais. Tradução de Marianne Rossi Stumpf. Disponível em <<http://rocha.ucpel.tche.br/signwriting>>.

WANDERLEY, Débora Campos. A leitura de sinais de forma processual e lúdica. Curitiba: Editora Prismas, 2015.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/05/2024 10:29

Componente Curricular: CAC0685 - ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM LIBRAS COMO L1 I

Créditos: 8 créditos

Carga Horária: 120 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Reflexão sobre as atuais abordagens de ensino e os princípios norteadores dos procedimentos metodológicos para o ensino e aprendizagem das habilidades linguísticas e comunicativas de Libras como L1. Estágio de observação, análise e relato das práticas pedagógicas utilizadas no ensino das habilidades linguísticas e comunicativas de Libras como L1.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Observar, analisar e relatar as práticas pedagógicas utilizadas no ensino das habilidades linguísticas e comunicativas de Libras como L1. Intervenção didática no ensino de Libras como L1.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	Tópicos e Conteúdo da Unidade 1 • Iniciação à docência no Ensino Médio e Intervenção no cotidiano escolar: Aplicação de conteúdos básicos de LIBRAS como L1 em sala de aula • LIBRAS no Contexto Social e Cultural da Comunidade Brasileira • Ensino de LIBRAS como L1 (primeira língua) e o ensino do Português como L2 (segunda língua) em relação aos usos dessa Língua	20	20
II	Tópicos e Conteúdo da Unidade 2 • Etapa de elaboração e execução do Estágio Supervisionado em LIBRAS como L1 I, de LIBRAS como L1 no Ensino Médio • O Ensino de LIBRAS como L1 • Elaboração do plano de aula para o ensino de LIBRAS em sala de aula.	20	20
III	Tópicos e Conteúdo da Unidade 3 • Ensinando LIBRAS como L1 • Colocando em prática de ensino de LIBRAS como L1 • Relatório final da prática do estágio	20	20

Competências e Habilidades

No decorrer da disciplina, oportunizar vivências a partir dos conhecimentos adquiridos durante a formação acadêmica e principalmente possibilitar a você, futuro professor/professora, propor novos conhecimentos no ensino de LS, L1 e L2 a partir do estágio em forma de pesquisa.

Metodologia

Recursos Didáticos:

- Exposições dialogadas;
- Aulas mediadas por construções grupais.

Recursos Materiais:

- Quadro branco
- Datashow
- NOTEBOOK
- Textos

Instrumentos de Avaliação:

- Provas individuais
- Estudos de Casos

- Exercícios de Fixação
- Trabalhos temáticos grupais
- Resenhas de leituras

Referências Bibliográficas Obrigatórias

BOTELHO, Paula. Linguagem e letramento na educação dos surdos ideologias e práticas pedagógicas. . Autêntica. 2013. ISBN: 978-85-7526-001-2 (broch.).

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais:Adaptações Curriculares (Estratégias para a educação de estudantes com necessidades especiais). Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1998.

LEITE, T. A. O Ensino de Segunda Língua com Foco no Professor: história oral de professores surdos de língua de sinais brasileira. 2004. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo,2004.

Referências Bibliográficas Complementares

BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas, 1952- Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores. São Paulo:Avercamp,2006.

BASSEDAS, Eulália. Aprender e ensinar na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 1999.

GOMES, Marineide de Oliveira. Formação de professores na educação infantil. São Paulo:Cortez, 2009.

PIMENTA, Selma Garrido. Lima, Maria S. Lucena. Estágio e docência. São Paulo: Cortez, 2004.

ROSSETI-FERREIRA, Maria Clotilde, et al. Os fazeres na educação infantil. 11 ed. – Ver. E ampl.-São Paulo: Cortez, 2009.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/05/2024 10:30

Componente Curricular: CAC1769 - ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM LIBRAS COMO L1 I

Créditos: 6 créditos

Carga Horária: 100 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: ATIVIDADE

Ementa: Observação, análise e relato das práticas pedagógicas utilizadas no ensino das habilidades linguísticas e comunicativas de Libras como L1. Intervenção didática no ensino de Libras como L1.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Observar, analisar e relatar as práticas pedagógicas utilizadas no ensino das habilidades linguísticas e comunicativas de Libras como L1. Intervenção didática no ensino de Libras como L1.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	Tópicos e Conteúdo da Unidade 1 <ul style="list-style-type: none"> Iniciação à docência no Ensino Médio e Intervenção no cotidiano escolar: Aplicação de conteúdos básicos de LIBRAS como L1 em sala de aula LIBRAS no Contexto Social e Cultural da Comunidade Brasileira Ensino de LIBRAS como L1 (primeira língua) e o ensino do Português como L2 (segunda língua) em relação aos usos dessa Língua 	20	20
II	Tópicos e Conteúdo da Unidade 2 <ul style="list-style-type: none"> Etapa de elaboração e execução do Estágio Supervisionado em LIBRAS como L1 I, de LIBRAS como L1 no Ensino Médio O Ensino de LIBRAS como L1 Elaboração do plano de aula para o ensino de LIBRAS em sala de aula. 	20	0
III	Tópicos e Conteúdo da Unidade 3 <ul style="list-style-type: none"> Ensinando LIBRAS como L1 Colocando em prática de ensino de LIBRAS como L1 Relatório final da prática do estágio 	20	20

Competências e Habilidades

No decorrer da disciplina, oportunizar vivências a partir dos conhecimentos adquiridos durante a formação acadêmica e principalmente possibilitar a você, futuro professor/professora, propor novos conhecimentos no ensino de LS, L1 e L2 a partir do estágio em forma de pesquisa.

Metodologia

Recursos Didáticos:

- Exposições dialogadas;
- Aulas mediadas por construções grupais.

Recursos Materiais:

- Quadro branco
- Datashow
- NOTEBOOK
- Textos

Instrumentos de Avaliação:

- Provas individuais
- Estudos de Casos
- Exercícios de Fixação

- Trabalhos temáticos grupais
- Resenhas de leituras

Referências Bibliográficas Obrigatórias

BOTELHO, Paula. Linguagem e letramento na educação dos surdos ideologias e práticas pedagógicas. . Autêntica. 2013. ISBN: 978-85-7526-001-2 (broch.).

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares (Estratégias para a educação de estudantes com necessidades especiais). Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1998.

LEITE, T. A. O Ensino de Segunda Língua com Foco no Professor: história oral de professores surdos de língua de sinais brasileira. 2004. Dissertação (Mestrado em Letras) –Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo,2004.

Referências Bibliográficas Complementares

BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas, 1952- Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores. São Paulo:Avercamp,2006.

BASEDAS, Eulália. Aprender e ensinar na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 1999.

GOMES, Marineide de Oliveira. Formação de professores na educação infantil. São Paulo:Cortez, 2009.

PIMENTA, Selma Garrido. Lima, Maria S. Lucena. Estágio e docência. São Paulo: Cortez, 2004.

ROSSETI-FERREIRA, Maria Clotilde, et al. Os fazeres na educação infantil. 11 ed. – Ver. E ampl.-São Paulo: Cortez, 2009.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/05/2024 10:31

Componente Curricular: CAC0687 - ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM LIBRAS COMO L1 II

Créditos: 8 créditos

Carga Horária: 120 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Prática didático-pedagógica com base em métodos e técnicas específicas utilizadas no ensino de Libras como L1 para o desenvolvimento das habilidades linguísticas e comunicativas da LIBRAS. Elaboração de artigo científico com base na observação, na elaboração e na prática didático-pedagógica.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

A importância da escrita na escola não se resume apenas ao seu papel central no conteúdo de LP, mas permeia o ensino de outras disciplinas e é também a forma de avaliação privilegiada pela escola.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	Tópicos e Conteúdo da Unidade 1		
	Línguas e sujeitos de fronteira: um pouco mais, e ainda sobre a educação de surdos	20	20
	Educação e aquisição da linguagem oral por parte de alunos surdos		
II	Tópicos e Conteúdo da Unidade 2		
	Implicações políticas, culturais e linguísticas na educação de surdos	20	20
	A aprendizagem escolar: algumas considerações na perspectiva da pedagogia para surdos		
III	Tópicos e Conteúdo da Unidade 3		
	Os Estudos Surdos em Educação: problematizando a normalidade	20	20
	O surdo tem, de fato, dificuldade de abstração?		

Competências e Habilidades

Alunos devem aprender métodos, técnicas específicas utilizadas no ensino da Libras como L1 e habilidades linguísticas e comunicativas da LIBRAS.

Metodologia

Recursos Didáticos

- Exposições dialogadas;
- Aulas mediadas por construções grupais.

Recursos Materiais

- Quadro branco
- Datashow
- Textos

Instrumentos de Avaliação

- Provas individuais
- Estudos de Casos

- Exercícios de Fixação
- Apresentação de trabalho
- Trabalhos em grupo

Referências Bibliográficas Obrigatórias

Bibliografia Básica

ARANTES, V. A. (Org.). Educação de Surdos: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2007.
BOTELHO, P. Linguagem e Letramento na Educação dos Surdos: ideologias e práticas pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares (Estratégias para a educação de alunos com necessidades especiais). Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1998.

Referências Bibliográficas Complementares

Referencias Bibliograficas Complementares

ALMEIDA FILHO, J. C. P. (1997b). Planejamento de cursos de línguas – pressupostos e percurso. In J. C. P. Almeida Filho (Org.), Parâmetros atuais para o ensino de português língua estrangeira. Campinas: Pontes.
ALMEIDA FILHO, J. C. P. Dimensões comunicativas no ensino de línguas. Campinas: Pontes, 1998.
ALMEIDA FILHO, J. C. P. Análise da abordagem como procedimento fundador de autoconhecimento e mudança para o professor de língua estrangeira. In J. C. P. Almeida Filho (Org.), O professor de língua estrangeira em formação. Campinas: Pontes, 1999.
BRITO, Lucinda Ferreira. Por uma gramática de língua de sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: UFRJ, 1995.
QUADROS, R. M. de & KARNOPP, L. B. Língua de sinais brasileira: Estudos linguísticos. Porto Alegre. Artes Médicas. 2004.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/05/2024 10:32

Componente Curricular: CAC1770 - ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM LIBRAS COMO L1 II

Créditos: 6 créditos

Carga Horária: 100 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: ATIVIDADE

Ementa: Prática didático-pedagógica com base em métodos e técnicas específicas utilizadas no ensino de Libras como L1 para o desenvolvimento das habilidades linguísticas e comunicativas da LIBRAS. Regência no ensino de Libras como L1.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Reconhecer a importância da escrita na escola não apenas como aprendizado da LP, mas permeia o ensino de outras disciplinas e é também a forma de avaliação privilegiada pela escola.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	Tópicos e Conteúdo da Unidade 1		
	Línguas e sujeitos de fronteira: um pouco mais, e ainda sobre a educação de surdos	20	20
II	Educação e aquisição da linguagem oral por parte de alunos surdos		
	Tópicos e Conteúdo da Unidade 2		
III	Implicações políticas, culturais e linguísticas na educação de surdos	20	0
	A aprendizagem escolar: algumas considerações na perspectiva da pedagogia para surdos		
III	Tópicos e Conteúdo da Unidade 3		
	Os Estudos Surdos em Educação: problematizando a normalidade	20	20
	O surdo tem, de fato, dificuldade de abstração?		

Competências e Habilidades

Alunos devem aprender métodos, técnicas específicas utilizadas no ensino da Libras como L1 e habilidades linguísticas e comunicativas da LIBRAS.

Metodologia

Recursos Didáticos

- Exposições dialogadas;
- Aulas mediadas por construções grupais.

Recursos Materiais

- Quadro branco
- Datashow
- Textos

Instrumentos de Avaliação

- Provas individuais
- Estudos de Casos
- Exercícios de Fixação

- Apresentação de trabalho
- Trabalhos em grupo

Referências Bibliográficas Obrigatórias

ARANTES, V. A. (Org.). Educação de Surdos: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2007.

BOTELHO, P. Linguagem e Letramento na Educação dos Surdos: ideologias e práticas pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares (Estratégias para a educação de alunos com necessidades especiais). Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1998.

Referências Bibliográficas Complementares

BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas, 1952- Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores. São Paulo:Avercamp,2006.

BASEDAS, Eulália. Aprender e ensinar na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 1999.

OLIVEIRA, João Batista Araújo. CHADWICK, Clifton. Aprender e Ensinar. 5 ed. São Paulo:Global, 2002.(p. 245-262) Texto: Como elaborar um plano de aula.

PIMENTA, Selma Garrido. Lima, Maria S. Lucena. Estágio e docência. São Paulo: Cortez, 2004.

ROSSETI-FERREIRA, Maria Clotilde, et al. Os fazeres na educação infantil. 11 ed. – Ver. E ampl.-São Paulo: Cortez, 2009.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



Componente Curricular: CAC0689 - ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM LIBRAS COMO L2 I

Créditos: 8 créditos

Carga Horária: 120 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Reflexão sobre as atuais abordagens de ensino e os princípios norteadores dos procedimentos metodológicos para o ensino e aprendizagem das habilidades linguísticas e comunicativas de Libras como L2. Estágio de observação, análise e relato das práticas pedagógicas utilizadas no ensino das habilidades linguísticas e comunicativas de Libras como L2.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

1. Conhecer as questões legais relacionadas ao estágio supervisionado, seus direitos, deveres e as fronteiras dessa atividade;
2. Discutir sobre a importância do estágio no processo de formação do educador;
3. Acompanhar, por meio de observações, anotações e coleta de dados, a realidade escolar e o ensino de Libras através da vivência do estágio nas escolas públicas de nossa região;
4. Refletir a realidade escolar das instituições de nossa região e pensar em práticas didáticas que permitam melhorar o processo de ensino-aprendizagem de Libras nessas instituições.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	Tópicos e Conteúdo da Unidade 1 1. Concepções de Estágio; 2. A Legislação de Estágio; 3. O Estágio na Formação Docente;	20	20
II	Tópicos e Conteúdo da Unidade 2 1. Observação e Problematização da Realidade Educacional; 2. Planejamento e Estágio.	20	20
III	Tópicos e Conteúdo da Unidade 3 1. A Formação do professor de Libras e o Estágio Supervisionado. 2. Aprendendo a redigir um relatório - Etapas de construção;	20	20

Competências e Habilidades

Esta disciplina visa desenvolver no aluno a competência para o ensino da língua de sinais bem como propiciar apreensão básicas de habilidades que devem fazer parte da prática docente.

Metodologia

- Exposições dialogadas;
- Leituras e discussões de textos selecionados;
- Aulas mediadas por construções grupais;
- Trabalhos temáticos grupais;
- Fichamentos e resenhas de leituras;
- Relatório de Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa e em Libras;
- Seminário síntese sobre o estágio;

Referências Bibliográficas Obrigatórias

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e Docência: diferentes concepções. Revista Poiesis -Volume 3, Números 3 e 4, pp.5-24, 2005/2006.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e Docência. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. O Estágio na Formação de Professores: unidade teoria e prática? 11. ed. São Paulo; Cortez, 2012.

Referências Bibliográficas Complementares

Referencias Bibliográficas Complementares

REIS, Flaviane. Professores Surdos: Identificação ou "Modelo". In: QUADROS, Ronice; PERLIN, Gládis (Orgs.). Estudos Surdos II. Rio de Janeiro, Editora Arara, 2007.

SILVEIRA, Carolina Hessel. O currículo de língua de sinais na educação de surdos. Florianópolis, 2006. Dissertação (Mestrado).

_____. O Currículo de Língua de Sinais e os professores surdos: poder, identidade e cultura surda. In: QUADROS, Ronice; PERLIN, Gládis (Orgs.). Estudos Surdos II. Rio de Janeiro, Editora Arara, 2007.

BOTELHO, P. Linguagem e Letramento na Educação dos Surdos: ideologias e práticas pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

LIBÂNEO, J.C. Os significados da educação, modalidades de prática educativa e a organização do sistema educacional. In: LIBÂNEO, J.C. Pedagogia e pedagogos, para quê? 9.ed. São Paulo: Cortez, 2007. p. 69-103.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



Componente Curricular: CAC1771 - ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM LIBRAS COMO L2 I

Créditos: 6 créditos

Carga Horária: 100 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: ATIVIDADE

Ementa: Observação, análise e relato das práticas pedagógicas utilizadas no ensino das habilidades linguísticas e comunicativas de Libras como L2. Intervenção didática no ensino de Libras como L2.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

1. Conhecer as questões legais relacionadas ao estágio supervisionado, seus direitos, deveres e as fronteiras dessa atividade;
2. Discutir sobre a importância do estágio no processo de formação do educador;
3. Acompanhar, por meio de observações, anotações e coleta de dados, a realidade escolar e o ensino de Libras através da vivência do estágio nas escolas públicas de nossa região;
4. Refletir a realidade escolar das instituições de nossa região e pensar em práticas didáticas que permitam melhorar o processo de ensino-aprendizagem de Libras nessas instituições.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	Tópicos e Conteúdo da Unidade 1 1. Concepções de Estágio; 2. A Legislação de Estágio; 3. O Estágio na Formação Docente;	20	20
II	Tópicos e Conteúdo da Unidade 2 1. Observação e Problematização da Realidade Educacional; 2. Planejamento e Estágio.	20	0
III	Tópicos e Conteúdo da Unidade 3 1. A Formação do professor de Libras e o Estágio Supervisionado. 2. Aprendendo a redigir um relatório - Etapas de construção;	20	20

Competências e Habilidades

Esta disciplina visa desenvolver no aluno a competência para o ensino da língua de sinais bem como propiciar apreensão básicas de habilidades que devem fazer parte da prática docente.

Metodologia

- Exposições dialogadas;
- Leituras e discussões de textos selecionados;
- Aulas mediadas por construções grupais;
- Trabalhos temáticos grupais;
- Fichamentos e resenhas de leituras;
- Relatório de Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa e em Libras;
- Seminário síntese sobre o estágio;

Referências Bibliográficas Obrigatórias

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e Docência: diferentes concepções. Revista Poiesis -Volume 3, Números 3 e 4, pp.5-24, 2005/2006.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e Docência. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. O Estágio na Formação de Professores: unidade teoria e prática? 11. ed. São Paulo; Cortez, 2012.

Referências Bibliográficas Complementares

REIS, Flaviane. Professores Surdos: Identificação ou "Modelo". In: QUADROS, Ronice; PERLIN, Gládis (Orgs.). Estudos Surdos II. Rio de Janeiro, Editora Arara, 2007.

SILVEIRA, Carolina Hessel. O currículo de língua de sinais na educação de surdos. Florianópolis, 2006. Dissertação (Mestrado).

_____. O Currículo de Língua de Sinais e os professores surdos: poder, identidade e cultura surda. In: QUADROS, Ronice; PERLIN, Gládis (Orgs.). Estudos Surdos II. Rio de Janeiro, Editora Arara, 2007.

BOTELHO, P. Linguagem e Letramento na Educação dos Surdos: ideologias e práticas pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

LIBÂNEO, J.C. Os significados da educação, modalidades de prática educativa e a organização do sistema educacional. In: LIBÂNEO, J.C. Pedagogia e pedagogos, para quê? 9.ed. São Paulo: Cortez, 2007. p. 69-103.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/05/2024 10:37

Componente Curricular: CAC0693 - ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM LIBRAS COMO L2 II

Créditos: 8 créditos

Carga Horária: 120 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Prática didático-pedagógica com base em métodos e técnicas específicas utilizadas no ensino de Libras como L2 para o desenvolvimento das habilidades linguísticas e comunicativas de Libras. Elaboração de artigo científico com base na observação, na elaboração e na prática didático-pedagógica.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

- Refletir a realidade escolar das instituições de nossa região e pensar em práticas didáticas que permitam melhorar o processo de ensino-aprendizagem de Libras como L2 nessas instituições.
- Conhecer o funcionamento prático da escola desde a administração a sala de aula baseado nos conhecimentos legais relacionadas ao estágio supervisionado, seus direitos, deveres e as fronteiras dessa atividade;
- Vivenciar o processo de formação do educador em sala de aula;
- Aplicar nas escolas da nossa região os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso sobre o ensino de Libras como L2;

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	Tópicos e Conteúdo da Unidade 1 1. Concepções de Estágio; 2. A Legislação de Estágio; 3. O Estágio na Formação Docente.	20	20
II	Tópicos e Conteúdo da Unidade 2 1. Planejamento e Estágio; 2. Regência e Problematização da Realidade Educacional;	20	20
III	Tópicos e Conteúdo da Unidade 3 1. Regência e Problematização da Realidade Educacional; 2. A Formação do professor de Libras no ensino de L2 e o Estágio Supervisionado; 3. Produção de artigo - Etapas de construção;	20	20

Competências e Habilidades

Alunos devem aplicar métodos, técnicas específicas utilizadas no ensino da Libras como L2 e habilidades linguísticas e comunicativas da LIBRAS.

Metodologia

Recursos Didáticos

- Exposições dialogadas;
- Aulas mediadas por construções grupais.

Recursos Materiais

- Quadro branco
- Datashow
- Notebook
- Textos
- Caneta para quadro branco

Instrumentos de Avaliação

- Elaboração de artigo científico com base na observação, na elaboração e na prática didático-pedagógica.

Referências Bibliográficas Obrigatórias

ARANTES, V. A. (Org.). Educação de Surdos: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2007.

BOTELHO, P. Linguagem e Letramento na Educação dos Surdos: ideologias e práticas pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares (Estratégias para a educação de alunos com necessidades especiais). Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1998.

Referências Bibliográficas Complementares

BRASIL. Orientações Curriculares para o Ensino Médio I. Vol. 1: Linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília: MEC/SEB, 2006.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio. Brasília: MEC/SEMTC, 2002.

LEITE, T. A. O Ensino de Segunda Língua com Foco no Professor: história oral de professores surdos de língua de sinais brasileira. 2004. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

MACHADO, P. C. A Política Educacional de Integração/Inclusão: um olhar do egresso surdo. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

PEREIRA, R. C. Surdez: aquisição de linguagem e inclusão social. Rio de Janeiro: Revinter, 2008.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



Componente Curricular: CAC1772 - ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM LIBRAS COMO L2 II

Créditos: 6 créditos

Carga Horária: 100 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: ATIVIDADE

Ementa: Prática didático-pedagógica com base em métodos e técnicas específicas utilizadas no ensino de Libras como L2 para o desenvolvimento das habilidades linguísticas e comunicativas da LIBRAS. Regência no ensino de Libras como L2.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

- Refletir a realidade escolar das instituições de nossa região e pensar em práticas didáticas que permitam melhorar o processo de ensino-aprendizagem de Libras como L2 nessas instituições.
- Conhecer o funcionamento prático da escola desde a administração a sala de aula baseado nos conhecimentos legais relacionadas ao estágio supervisionado, seus direitos, deveres e as fronteiras dessa atividade;
- Vivenciar o processo de formação do educador em sala de aula;
- Aplicar nas escolas da nossa região os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso sobre o ensino de Libras como L2;

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	Tópicos e Conteúdo da Unidade 1 1. Concepções de Estágio; 2. A Legislação de Estágio; 3. O Estágio na Formação Docente.	20	0
II	Tópicos e Conteúdo da Unidade 2 1. Planejamento e Estágio; 2. Regência e Problematização da Realidade Educacional;	20	20
III	Tópicos e Conteúdo da Unidade 3 1. Regência e Problematização da Realidade Educacional; 2. A Formação do professor de Libras no ensino de L2 e o Estágio Supervisionado; 3. Produção de artigo - Etapas de construção;	20	20

Competências e Habilidades

Alunos devem aplicar métodos, técnicas específicas utilizadas no ensino da Libras como L2 e habilidades linguísticas e comunicativas da LIBRAS.

Metodologia

Recursos Didáticos

- Exposições dialogadas;
- Aulas mediadas por construções grupais.

Recursos Materiais

- Quadro branco
- Datashow
- Notebook
- Textos
- Caneta para quadro branco

Instrumentos de Avaliação

- Elaboração de artigo científico com base na observação, na elaboração e na prática didático-pedagógica.

Referências Bibliográficas Obrigatórias

ARANTES, V. A. (Org.). Educação de Surdos: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2007.

BOTELHO, P. Linguagem e Letramento na Educação dos Surdos: ideologias e práticas pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares (Estratégias para a educação de alunos com necessidades especiais). Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1998.

Referências Bibliográficas Complementares

Referencias Bibliograficas Complementares

BRASIL. Orientações Curriculares para o Ensino Médio I. Vol. 1: Linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília: MEC/SEB, 2006.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio. Brasília: MEC/SEMTC, 2002.

LEITE, T. A. O Ensino de Segunda Língua com Foco no Professor: história oral de professores surdos de língua de sinais brasileira. 2004. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

MACHADO, P. C. A Política Educacional de Integração/Inclusão: um olhar do egresso surdo. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

PEREIRA, R. C. Surdez: aquisição de linguagem e inclusão social. Rio de Janeiro: Revinter, 2008.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/05/2024 10:38

Componente Curricular: CAC0640 - ESTILÍSTICA

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Estudo dos recursos expressivos na utilização da linguagem em diferentes gêneros, considerando aspectos grafológicos, fonológicos, morfossintáticos e semânticos.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Propiciar ao aluno a reflexão acerca da aplicabilidade de conhecimentos de fonologia, lexicologia, semântica e sintaxe no domínio de diferentes gêneros para o reconhecimento e análise de recursos estilísticos.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	A estilística: conceitos e tipos	20	0
II	- As funções da linguagem e a definição dos domínios estilísticos - A estilística fônica	20	0
III	- A estilística léxica; - A estilística sintática	20	0

Competências e Habilidades

Proporcionar conhecimento sobre recursos expressivos na utilização da linguagem em diferentes gêneros, considerando aspectos grafológicos, fonológicos, morfossintáticos e semânticos.

Metodologia

Recursos Didáticos

- Exposições dialogadas;
- Aulas mediadas por construções grupais.

Recursos Materiais

- Quadro branco
- Datashow
- TV e Vídeo
- Textos

Instrumentos de Avaliação

- Provas individuais
- Estudos de Casos
- Exercícios de Fixação
- Trabalhos temáticos grupais
- Resenhas de leituras

Referências Bibliográficas Obrigatórias

BEARD, Adrian. Texts and Contexts: Introducing Literature and Language Study. London, Routledge, 2001.
 BRADFORD, Richard. Stylistics. New York: Routledge, 1997.
 CRYSTAL, David and DAVY, D. Investigating English Style. London: Longman, 1969.

Referências Bibliográficas Complementares

COHEN, Jean. Estrutura da Linguagem Poética. São Paulo: Cultrix, Ed. UDP, 1974.
CRESSOT, Marcel. O Estilo e as suas Técnicas. Trad. de Madalena Cruz Ferreira. Lisboa: Edições 70, 1980.
FABB, Nigel. Linguistics and Literature. Oxford: Blackwell, 1997
FOWLER, Roger. Linguistic Criticism. Oxford: Oxford University Press, 1996
GUIRAUD, P. A Estilística. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/05/2024 10:39

Componente Curricular: CAC0574 - ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Créditos: 2 créditos

Carga Horária: 30 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Estudo do Sistema Educacional Brasileiro e suas dimensões estadual e municipal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Política, organização e funcionamento da Educação Básica, em uma perspectiva histórico-social e dos e dos planos educacionais em todos os níveis da Educação Básica.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Analisar a estrutura organizacional da Educação Básica no Brasil e sua relação com as Políticas Públicas Educacionais.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	Características do Sistema Escolar Estrutura Administrativa e Legal da Educação Básica Níveis e Modalidades de Ensino Reformas Educacionais	10	0
II	Financiamento da Educação Escolar Programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Organização e Gestão do trabalho dos professores Competências do Professor	10	0
III	Construção da Escola Pública Finalidades Sociais e Políticas do Currículo Avaliação da Educação Básica Profissionais da educação	10	0

Competências e Habilidades

Promover discussões sobre o Sistema Educacional Brasileiro e suas dimensões estadual e municipal. Discutir a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Metodologia

Recursos Didáticos

- Exposições dialogadas
- Seminários
- Leitura Dirigida de Textos Complementares
- Oficinas em Escolas Públicas

Recursos Materiais

- Quadro branco
- Projektor
- Vídeo
- Textos

Instrumentos de Avaliação

- Avaliações individuais
- Apresentação de seminários
- Trabalho em grupo

•Resenhas e resumos

Referências Bibliográficas Obrigatórias

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília-DF. 1996.
LIBÂNEO, José Carlos et al. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2007
SAVIANI, Dermeval. PDE- Plano de Desenvolvimento da Educação: análise crítica da política do MEC. 6 ed. Campinas: Autores Associados, 2009.

Referências Bibliográficas Complementares

DOURADO, Luiz F.; PARO, Vitor H. (Org.). Políticas Públicas & Educação Básica. São Paulo: Xamã, 2001.
KUENZER, Acácia; CALAZANS, M. Julieta; GARCIA, Walter. Planejamento e Educação no Brasil. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1996
MARTINS, Ângela Maria; OLIVEIRA, Cleiton de; BUENO, Maria Sylvia Simões (Org). Descentralização do Estado e Municipalização do Ensino: problemas e perspectivas. Rio de Janeiro: DP&A, 2004
SAVIANI. Dermeval. A Nova Lei da Educação: trajetória, limites e perspectivas. Campinas-SP: Autores Associados, 1997
_____. Da Nova LDB ao Plano Nacional de Educação: por uma outra política educacional. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/05/2024 10:39

Componente Curricular: CAC1756 - ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Estudo do Sistema Educacional Brasileiro e suas dimensões estadual e municipal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes e políticas educacionais para a educação básica numa perspectiva histórico-social e dos planos educacionais em todos os níveis da Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das relações Étnico-raciais (Lei Nº 10.639/2003 Nº 11.645/2008 e da Resolução CNE/CP Nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP Nº 3/2004).

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Analisar a estrutura organizacional da Educação Básica no Brasil e sua relação com as Políticas Públicas Educacionais.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	Características do Sistema Escolar Estrutura Administrativa e Legal da Educação Básica Níveis e Modalidades de Ensino Reformas Educacionais	10	10
II	Financiamento da Educação Escolar Programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Organização e Gestão do trabalho dos professores Competências do Professor	10	10
III	Construção da Escola Pública Finalidades Sociais e Políticas do Currículo Avaliação da Educação Básica Profissionais da educação	10	10

Competências e Habilidades

Promover discussões sobre o Sistema Educacional Brasileiro e suas dimensões estadual e municipal. Discutir a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Metodologia

Recursos Didáticos

- Exposições dialogadas
- Seminários
- Leitura Dirigida de Textos Complementares
- Oficinas em Escolas Públicas

Recursos Materiais

- Quadro branco
- Projektor
- Vídeo
- Textos

Instrumentos de Avaliação

- Avaliações individuais
- Apresentação de seminários

- Trabalho em grupo
- Resenhas e resumos

Referências Bibliográficas Obrigatórias

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília-DF. 1996.
LIBÂNEO, José Carlos et al. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2007
SAVIANI, Dermeval. PDE- Plano de Desenvolvimento da Educação: análise crítica da política do MEC. 6 ed. Campinas: Autores Associados, 2009.

Referências Bibliográficas Complementares

DOURADO, Luiz F.; PARO, Vitor H. (Org.). Políticas Públicas & Educação Básica. São Paulo: Xamã, 2001.
KUENZER, Acácia; CALAZANS, M. Julieta; GARCIA, Walter. Planejamento e Educação no Brasil. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1996
MARTINS, Ângela Maria; OLIVEIRA, Cleiton de; BUENO, Maria Sylvia Simões (Org). Descentralização do Estado e Municipalização do Ensino: problemas e perspectivas. Rio de Janeiro: DP&A, 2004
SAVIANI, Dermeval. A Nova Lei da Educação: trajetória, limites e perspectivas. Campinas-SP: Autores Associados, 1997
_____. Da Nova LDB ao Plano Nacional de Educação: por uma outra política educacional. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



Componente Curricular: CAC1773 - ESTUDOS SURDOS

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Definições de cultura. Cultura e identidade surda: fatores teóricos. Artefatos culturais e as línguas de sinais. Identificações e locais das identidades: família, escola, associação, etc. As identidades surdas multifacetadas e multiculturais. História cultural dos surdos: política e resistências surdas. Comunidade surda Movimentos surdos locais, nacionais e internacionais; Personalidades surdas. A escola de surdos; professor surdo.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Proporcionar aos alunos sobre as experiências do sujeito surdo perante sociedade.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	Tópicos e Conteúdo da Unidade 1 Conhecimento da disciplina e Ementa. FILHOS CODAS DE PAIS SURDOS: RELATOS DE EXPERIÊNCIAS da interprete Sônia Oliveira. Telecine No Ritmo do Coração. Atividade. ASSOCIAÇÃO DE SURDOS: MOVIMENTO EM FAVOR DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA SURDA UM RELATO DA EXPERIÊNCIA DE TEMPOS REMOTOS NA UNIVERSIDADE PÚBLICA ATRAVÉS DE UM PROJETO DE EXTENSÃO e Atividade AS IMAGENS DO OUTRO SOBRE A CULTURA SURDA Orientação para apresentação da Atividade Avaliativa da unidade I ATIVIDADE AVALIATIVA DA UNIDADE I	10	10
II	Tópicos e Conteúdo da Unidade 2 Parte inicial do artigo; Visita a biblioteca para conter do assunto da introdução a delimitação e os objetivos da pesquisa. Parte inicial do artigo; Visita a biblioteca para conter do assunto da introdução a delimitação e os objetivos da pesquisa em andamento Visita de campo para realização de material e métodos ATIVIDADE AVALIATIVA DA UNIDADE II (Entrega material construído até o momento)	10	10
III	Tópicos e Conteúdo da Unidade 3 Produção e elaboração de Discussão e Resultados Finalização da produção de artigo Gravação de vídeo no LAB Apresentação de Seminário da Unidade III	10	10

Competências e Habilidades

Evidenciar as lutas do sujeito surdo, suas experiências e vivências perante a sociedade.

Metodologia

Para a reposição das atividades didáticas no período entre 19/01/2023 a 18/05/2023, discentes deverão realizar a leitura da bibliografia básica indicada e desenvolver tarefas solicitadas referentes às unidades I, II e III do conteúdo programático;

A validação das atividades para o cômputo da frequência será realizada pelo(a) docente do componente curricular por meio cumprimentos das atividades como fichamento, questionário, avaliações, resenha, resolução de exercícios e outras necessidades.

Procedimentos avaliativos:

Por meio de estudo bibliográfico, fóruns, questionários e atividade avaliativa.

Referências Bibliográficas Obrigatórias

QUADROS, R.M. (Org.). Estudos surdos I. Petrópolis, RJ: Arara azul, 2006.

QUADROS, R.M. de.; PERLIN, G. (Org.). Estudos surdos II. Petrópolis, RJ: Arara azul, 2007.

SÁ, N. R. L. Cultura, poder e educação de surdos. São Paulo: Paulinas, 2006.

Referências Bibliográficas Complementares

HALL, S.. A identidade Cultural na pós modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

SANTOS, J.L. dos.. O que é cultura? São Paulo: Brasiliense, 2006 (Primeiros Passos), 1. ed. 1983.

LOPES, M.C.. Surdez e Educação. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

SKLIAR, C.(org.). A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 2010.

STROBEL, K.. As imagens do outro sobre cultura surda. 4 ed. Florianópolis: UFSC, 2008.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



Componente Curricular: CAC1773 - ESTUDOS SURDOS

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Definições de cultura. Cultura e identidade surda: fatores teóricos. Artefatos culturais e as línguas de sinais. Identificações e locais das identidades: família, escola, associação, etc. As identidades surdas multifacetadas e multiculturais. História cultural dos surdos: política e resistências surdas. Comunidade surda Movimentos surdos locais, nacionais e internacionais; Personalidades surdas. A escola de surdos; professor surdo.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Proporcionar aos alunos sobre as experiências do sujeito surdo perante sociedade.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	Tópicos e Conteúdo da Unidade 1 Conhecimento da disciplina e Ementa. FILHOS CODAS DE PAIS SURDOS: RELATOS DE EXPERIÊNCIAS da interprete Sônia Oliveira. Telecine No Ritmo do Coração. Atividade. ASSOCIAÇÃO DE SURDOS: MOVIMENTO EM FAVOR DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA SURDA UM RELATO DA EXPERIÊNCIA DE TEMPOS REMOTOS NA UNIVERSIDADE PÚBLICA ATRAVÉS DE UM PROJETO DE EXTENSÃO e Atividade AS IMAGENS DO OUTRO SOBRE A CULTURA SURDA Orientação para apresentação da Atividade Avaliativa da unidade I ATIVIDADE AVALIATIVA DA UNIDADE I	10	10
II	Tópicos e Conteúdo da Unidade 2 Parte inicial do artigo; Visita a biblioteca para conter do assunto da introdução a delimitação e os objetivos da pesquisa. Parte inicial do artigo; Visita a biblioteca para conter do assunto da introdução a delimitação e os objetivos da pesquisa em andamento Visita de campo para realização de material e métodos ATIVIDADE AVALIATIVA DA UNIDADE II (Entrega material construído até o momento)	10	10
III	Tópicos e Conteúdo da Unidade 3 Produção e elaboração de Discussão e Resultados Finalização da produção de artigo Gravação de vídeo no LAB Apresentação de Seminário da Unidade III	10	10

Competências e Habilidades

Evidenciar as lutas do sujeito surdo, suas experiências e vivências perante a sociedade.

Metodologia

Para a reposição das atividades didáticas no período entre 19/01/2023 a 18/05/2023, discentes deverão realizar a leitura da bibliografia básica indicada e desenvolver tarefas solicitadas referentes às unidades I, II e III do conteúdo programático;

A validação das atividades para o cômputo da frequência será realizada pelo(a) docente do componente curricular por meio cumprimentos das atividades como fichamento, questionário, avaliações, resenha, resolução de exercícios e outras necessidades.

Procedimentos avaliativos:

Por meio de estudo bibliográfico, fóruns, questionários e atividade avaliativa.

Referências Bibliográficas Obrigatórias

QUADROS, R.M. (Org.). Estudos surdos I. Petrópolis, RJ: Arara azul, 2006.

QUADROS, R.M. de.; PERLIN, G. (Org.). Estudos surdos II. Petrópolis, RJ: Arara azul, 2007.

SÁ, N. R. L. Cultura, poder e educação de surdos. São Paulo: Paulinas, 2006.

Referências Bibliográficas Complementares

HALL, S.. A identidade Cultural na pós modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

SANTOS, J.L. dos.. O que é cultura? São Paulo: Brasiliense, 2006 (Primeiros Passos), 1. ed. 1983.

LOPES, M.C.. Surdez e Educação. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

SKLIAR, C.(org.). A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 2010.

STROBEL, K.. As imagens do outro sobre cultura surda. 4 ed. Florianópolis: UFSC, 2008.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



Componente Curricular: CAC1767 - FONOLOGIA E MORFOLOGIA DE LÍNGUA DE SINAIS

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Introdução às premissas da descrição e análise fonológica da Libras. Processos fonológicos básicos: regras fonológicas na formação do signo. As palavras e sua estrutura. Morfemas: conceito, tipologia e análise morfológica. Atividades de prática como componente curricular.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Conhecer e entender as especificidades da Libras nos níveis; fonológicos e morfológicos.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	Tópicos e Conteúdo da Unidade 1 1.1 Revisar os objetivos dos Estudos Fonológicos das línguas de sinais 1.2 Entender uma das diferenças fundamentais entre Línguas de Sinais e Línguas Oraís 1.3 Conhecer exemplos de Pares Mínimos em Libras 1.4 Ter uma explicação introdutória a cada um dos 5 parâmetros: 1.5 Diferenças entre fonologia e morfologia 1.6 Léxico da libras (nativo) (não-nativo) 1.7 Empréstimos Linguísticos 1.8 Classificadores para Léxico 1.9 Derivação em língua de sinais 1.10 Derivação nomes de verbos	20	0
II	Tópicos e Conteúdo da Unidade 2 2.1 O que é morfologia? 2.2 Tipos de morfemas 2.3 Palavras e /ou Sinais 2.4 Identificando Morfemas na Libras 2.5 Alomorfes 2.6 Composição	20	0
III	Tópicos e Conteúdo da Unidade 3 3.1 A composição em Libras 3.2 Incorporação de Numerais 3.3 Incorporação Negação 3.4 Dêixis (Apontação) 3.5 Flexão 3.6 Como funcionaram os verbos * Simples * Com concordância * Espaciais 3.7 Flexões Verbais * Número – Pessoal * Aspecto Distributivo * Aspecto Duracional	20	0

Competências e Habilidades

A disciplina instiga os alunos a compreender sobre como elaborar frases e diálogos dentro do contexto da Libras.

Metodologia

Metodologia:

- Aulas com apresentação de slides e vídeos;
- Aulas expositivas e dialogadas
- Atividades de individual e em grupo
- Apresentação de trabalhos individuais e em grupo.

Procedimentos de Avaliação da Aprendizagem:

- Participação das aulas;
- Assiduidade;
- Pontualidade no retorno das atividades Propostas;
- Avaliação por unidade;

Referências Bibliográficas Obrigatórias

QUADROS, Ronice Muller. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. . Artmed. 2004. ISBN: 978-85-363-0308-6

FERREIRA, Lucinda. Por uma gramática de língua de sinais . . Tempo Brasileiro. 2010. ISBN: 85820069-8 (Broch)

QUADROS, Ronice Muller. As categorias vazias pronominais: uma análise alternativa com base na língua de sinais brasileira e reflexos no processo de aquisição. Mestrado. Porto Alegre: PUCRS.

Referências Bibliográficas Complementares

BASÍLIO, Margarida. Formação e classes de palavras no português do Brasil . 3.ed.. Contexto. 2013. ISBN: 978-85-7244-271-8 (broch.)

CÂMARA JR, Joaquim Mattoso. Estrutura da língua portuguesa . 47ed.. Editora Vozes. 2015. ISBN: 978-85-326-0061-5 (Broch.)

FARIAS-NASCIMENTO, S.P. DE (2009). Representações lexicais da língua de sinais brasileira. Uma proposta lexicográfica. Doutorado. Brasília; Universidade de Brasília.

FARIAS-NASCIMENTO, S.P. DE (2013). A organização dos morfemas livres e presos em língua de sinais brasileira: reflexões preliminares. In; QUADROS, R.M. DE A. (Orgs). Estudos da Língua Brasileira de Sinais I, vol. I. Florianópolis: Insular, p.79-118.

MUSSALIN, Fernanda & Anna Christina BENTES (2001) (orgs.) Introdução à Lingüística: Domínios e Fronteiras. Volumes 1 e 2. São Paulo: Cortez Editora. 194 p. e 270 p.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



Componente Curricular: CAC1767 - FONOLOGIA E MORFOLOGIA DE LÍNGUA DE SINAIS

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Introdução às premissas da descrição e análise fonológica da Libras. Processos fonológicos básicos: regras fonológicas na formação do signo. As palavras e sua estrutura. Morfemas: conceito, tipologia e análise morfológica. Atividades de prática como componente curricular.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Conhecer e entender as especificidades da Libras nos níveis; fonológicos e morfológicos.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	Tópicos e Conteúdo da Unidade 1 1.1 Revisar os objetivos dos Estudos Fonológicos das línguas de sinais 1.2 Entender uma das diferenças fundamentais entre Línguas de Sinais e Línguas Oraís 1.3 Conhecer exemplos de Pares Mínimos em Libras 1.4 Ter uma explicação introdutória a cada um dos 5 parâmetros: 1.5 Diferenças entre fonologia e morfologia 1.6 Léxico da libras (nativo) (não-nativo) 1.7 Empréstimos Linguísticos 1.8 Classificadores para Léxico 1.9 Derivação em língua de sinais 1.10 Derivação nomes de verbos	20	0
II	Tópicos e Conteúdo da Unidade 2 2.1 O que é morfologia? 2.2 Tipos de morfemas 2.3 Palavras e /ou Sinais 2.4 Identificando Morfemas na Libras 2.5 Alomorfes 2.6 Composição	20	0
III	Tópicos e Conteúdo da Unidade 3 3.1 A composição em Libras 3.2 Incorporação de Numerais 3.3 Incorporação Negação 3.4 Dêixis (Apontação) 3.5 Flexão 3.6 Como funcionaram os verbos * Simples * Com concordância * Espaciais 3.7 Flexões Verbais * Número – Pessoal * Aspecto Distributivo * Aspecto Duracional	20	0

Competências e Habilidades

A disciplina instiga os alunos a compreender sobre como elaborar frases e diálogos dentro do contexto da Libras.

Metodologia

Metodologia:

- Aulas com apresentação de slides e vídeos;
- Aulas expositivas e dialogadas
- Atividades de individual e em grupo
- Apresentação de trabalhos individuais e em grupo.

Procedimentos de Avaliação da Aprendizagem:

- Participação das aulas;
- Assiduidade;
- Pontualidade no retorno das atividades Propostas;
- Avaliação por unidade;

Referências Bibliográficas Obrigatórias

QUADROS, Ronice Muller. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. . Artmed. 2004. ISBN: 978-85-363-0308-6

FERREIRA, Lucinda. Por uma gramática de língua de sinais . . Tempo Brasileiro. 2010. ISBN: 85820069-8 (Broch)

QUADROS, Ronice Muller. As categorias vazias pronominais: uma análise alternativa com base na língua de sinais brasileira e reflexos no processo de aquisição. Mestrado. Porto Alegre: PUCRS.

Referências Bibliográficas Complementares

BASÍLIO, Margarida. Formação e classes de palavras no português do Brasil . 3.ed.. Contexto. 2013. ISBN: 978-85-7244-271-8 (broch.)

CÂMARA JR, Joaquim Mattoso. Estrutura da língua portuguesa . 47ed.. Editora Vozes. 2015. ISBN: 978-85-326-0061-5 (Broch.)

FARIAS-NASCIMENTO, S.P. DE (2009). Representações lexicais da língua de sinais brasileira. Uma proposta lexicográfica. Doutorado. Brasília; Universidade de Brasília.

FARIAS-NASCIMENTO, S.P. DE (2013). A organização dos morfemas livres e presos em língua de sinais brasileira: reflexões preliminares. In; QUADROS, R.M. DE A. (Orgs). Estudos da Língua Brasileira de Sinais I, vol. I. Florianópolis: Insular, p.79-118.

MUSSALIN, Fernanda & Anna Christina BENTES (2001) (orgs.) Introdução à Lingüística: Domínios e Fronteiras. Volumes 1 e 2. São Paulo: Cortez Editora. 194 p. e 270 p.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



Componente Curricular: CAC0579 - FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO DE SURDOS

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Abordagens tradicionais do currículo na escolarização dos surdos: práticas e discursos. Introdução à Teoria Crítica do Currículo. Currículo e ideologia, linguagem, poder, cultura, política cultural. Relação entre Estudos Culturais e currículo na educação de surdos. A Língua de Sinais e a Língua Portuguesa na escolarização dos surdos.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

objetivos ainda serem cadastrados com o PPC do curso

objetivos objetivos objetivos:

Conhecer os fundamentos filosóficos, culturais, históricos, sociais que devem nortear a educação de surdos, a fim de que possamos verificar a língua de sinais como veiculadora da construção da identidade surda na aquisição de conhecimentos e na interação com a sociedade.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação da Disciplina - Trajetória Histórica da Educação de Surdos - Atividade: Tarefa reflexiva sobre a abordagem Oralista: Visão Clínica, Ouvintismo e Língua de sinais e organizar o PPT - Apresentação de Filme: Depois do Silêncio de Breaking through - Atividade Reflexiva sobre o "Filme" e organizar o PPT - Histórico sobre o "Conflito do Congresso de Milão" - Avaliação da unidade I 	10	10
II	<ul style="list-style-type: none"> - Legislação e Sudez - Política Sociais e Educacionais: Da Exclusão à Inclusão - Apresentação de atividade Reflexiva sobre abordagens Exclusão e Inclusão - Apresentação de filme Black(História da Educação de Surdacega) - Apresentação da Atividade Reflexiva sobre a Educação de Surdacega - Avaliação da unidade II 	10	10
III	<ul style="list-style-type: none"> - Modelos para Educação de Surdos - Apresentação de trabalho sobre o tema abordado - Uma breve histórica da Educação de Surdos - Cultura, Identidade x Educação de Surdos - Planejamento de Regência - Elaboração de material didático para demonstração - Avaliação da unidade III 	10	10

Competências e Habilidades

Com o ensino da disciplina fundamentos da educação de surdos, os alunos aprendem a origem historia da educação dos surdos desenvolvendo habilidades linguísticas e comunicativas.

Metodologia

Recursos Didáticos

- Exposições dialogadas;
- Aulas mediadas por construções grupais.

Recursos Materiais

- Quadro branco
- Datashow
- NOTEBOOK
- Textos

Instrumentos de Avaliação

- Provas individuais
- Estudos de Casos
- Exercícios de Fixação
- Trabalhos temáticos grupais
- Resenhas de leituras

Referências Bibliográficas Obrigatórias

KINSEY, A. A. Atas Congresso de Milão 1880. Vol. 2. Rio de Janeiro: INES, 2011.

GAMA, F. J. Iconographia dos signaes dos surdos-mudos. Vol. 1. Rio de Janeiro: INES, 2011.

GABEL, Vallade. Compendio para o ensino dos surdos-mudos. Vol. 3. Rio de Janeiro: INES, 2012.

Referências Bibliográficas Complementares

BERTHIER, F. Abade Sicard: célebre professor de surdos-mudos. Vol. 4. Rio de Janeiro: INES, 2012.

MOURA, M.C. de. O surdo: caminhos para uma nova identidade. RJ: Revinter,2000.

SKLIAR, C.. Atualidades em educação bilíngue para surdos. V.1. Porto Alegre, Mediação, 1999.

BISOL, C.; SPERB, T.M.. Discursos sobre a surdez: deficiência, diferença, singularidade e construção de sentido. Psicologia: teoria e pesquisa. Jan-mar, 2010.v.26, n 1. ISSN: 0102- 3772. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v26n1/a02v26n1.pdf>.

LOPES, M.A. de C.; LEITE, L.P.. Concepções de surdez: a visão do surdo que se comunica em língua de sinais. Revista Brasileira de Educação Especial. ISSN: 1413-6538. 01 agosto 2011. v.17, n 2. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/72409/2-s2.0-80054096788.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



Componente Curricular: CAC0578 - FUNDAMENTOS SÓCIO-FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: conceitos e teorias sobre a realidade sociohistórica como orientadora da reflexão crítica. Evolução das correntes filosóficas e sua repercussão na Educação. Exame das principais tendências filosóficas contemporâneas da Educação do Brasil.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Conhecer as influências da sociologia e da filosofia na educação, a relação entre sociedade, cultura, educação e analisar as teorias pedagógicas da educação na prática do educador.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	Filosofia e Filosofar: mito, razão e intuição A tendência Filosóficas pedagógicas Paulo Freire e a Educação Popular	15	5
II	Conceito de educação Educação e Sociabilidade (Durkheim) Educação e Emancipação (Karl Marx) Educação e Racionalização (Max Weber)	15	5
III	Educação no Brasil colônia, império até a independência O projeto de educação da Companhia de Jesus As correntes educacionais: tradicionalismo e tecnicismo Construtivismo e pedagogias ativas	10	10

Competências e Habilidades

Formar a postura filosófica docente
 Perceber a influência dos condicionante sociais no contexto da docência
 Desenvolver a postura política docente
 Desenvolver metodologias de trabalho com base em círculos reflexivos e filosóficos

Metodologia

- Exposições dialogadas
- Seminários
- Leitura Dirigida de Textos Complementares
- Oficinas em Escolas Públicas

Referências Bibliográficas Obrigatórias

COSTA, Cristjina. Sociologia: introdução à ciência da sociedade. 2 ed. São Paulo: Moderna, 1997
 DURKHEIM, Émile. Educação e Sociologia. São Paulo: Melhoramentos, 1967.
 FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática da pedagogia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

Referências Bibliográficas Complementares

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. Filosofia da Educação. São Paulo Moderna, 2006.
 BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação. 41ª reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2002.

WEBER, Max. Conceitos básicos de sociologia. São Paulo: Moraes, 1987.
FORACCHI, MARIALICE MENCARINI; MARTINS, J. DE SOUZA. Sociologia e Sociedade. Leituras de Introdução à Sociologia. Editora: Ltc, 1977.
DURKHEIM, E. As Regras do Método Sociológico. São Paulo: Abril, 1978.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



Componente Curricular: MCH2452 - GEOGRAFIA AGRÁRIA

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: O Espaço Agrário e seus Elementos: usos e organização. A Geografia Agrária no contexto da Educação do Campo. Distinção entre Questão Agrária e Questão Agrícola. Formação da estrutura fundiária brasileira e do Nordeste. A Modernização da Agricultura nacional. A Reforma Agrária, relações de trabalho e Movimentos Sociais no Campo. O Agronegócio e a Pequena Produção Camponesa. A Agricultura Familiar. A Questão Agrária e o Meio Ambiente.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.2

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

- Conhecer a importância da Geografia Agrária no âmbito da Geográfica e da Educação do Campo;
- Compreender o Espaço Agrário e seus elementos;
- Refletir sobre a organização da agricultura nos diversos modos de produção;
- Entender a relação do espaço agrário brasileiro e nordestino;
- Compreender a formação dos movimentos sociais, reforma agrária e assentamentos rurais;
- Refletir sobre as perspectivas atuais relacionadas ao campo brasileiro e potiguar;
- Produzir diagnósticos a partir das paisagens e dos sistemas de objetos e sistemas de ações constitutivos dos assentamentos rurais de Mossoró e outros municípios da Mesorregião Oeste Potiguar.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	Conceitos e Temas da Geografia Agrária; O espaço agrário e seus usos; A agricultura no feudalismo e no modo capitalista de produção; A renda da terra e suas implicações socioespaciais.	20	0
II	Origens do latifúndio no Brasil; Movimentos Sociais de luta pela terra; A modernização do campo; O Estatuto da Terra (1964).	20	0
III	As transformações territoriais no campo brasileiro e seus impactos; Agronegócio; Agricultura Familiar; A Reforma Agrária no Brasil e no Rio Grande do Norte; A relação campo-cidade e suas expressões na paisagem; Formação dos assentamentos rurais no Brasil e no Rio Grande do Norte;	10	10

Assentamentos rurais de Mossoró e da Mesorregião Oeste Potiguar.

Competências e Habilidades

Ao término do componente curricular espera-se que os/as alunos/as possam:

Identificar e fazer uso da relevância da Geografia Agrária no âmbito do Ensino de Geografia na Educação do Campo;

Compreender e relacionar os elementos do Espaço Agrário Capitalista brasileiro e mundial na relação com os movimentos sociais do campo;

Ler e interpretar a paisagem agrária do semiárido nordestino, fazendo uso de estratégias didático-pedagógicas nos processos de Ensino e de Aprendizagem na Educação do Campo;

Compreender a dinâmica e os impactos dos modelos de produção agrícola do campo brasileiro na escala nacional, regional e local, bem como seus rebatimentos socioespaciais e a formação dos movimentos sociais do/no campo na luta pela terra e pela reforma agrária.

Metodologia

Recursos Didáticos:

Tomando por base os recursos didáticos: Livros; Artigos Científicos, Vídeos-Documentários, far-se-ão: Leituras e discussões de textos selecionados; Aulas expositivas e dialogadas; Atividades em grupo e individuais; Produção textual; Aula de Campo; Seminários Temáticos por grupos; Uso de Internet e outros recursos didáticos que muitas vezes representam uma possibilidade ao Ensino e Aprendizagem de fatos geográficos.

Recursos Materiais:

Quadro branco; Retroprojeter; Projetor multimídia; Textos; Internet; Livros; Artigos Científicos; Ônibus/micro-ônibus/van.

Instrumentos de Avaliação:

A avaliação será sistemática e contínua, com base no aproveitamento e assiduidade às atividades. Serão utilizados como instrumentos de avaliação a prova escrita, seminários temáticos e pesquisa sobre assentamentos rurais.

Referências Bibliográficas Obrigatórias

GRAZIANO DA SILVA, J. O que é questão agrária? São Paulo: Brasiliense, s/d.

GUIMARÃES, A. P. Quatro séculos de latifúndio. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

OLIVEIRA, A. U. de. A Geografia das lutas no campo . . Contexto. 1988. ISBN: 85-85134-13-5 (Broch.)

Referências Bibliográficas Complementares

ANDRADE, M. C. A terra e o homem no Nordeste. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BERGAMASCO, S. M; NORDER, L. A. C. O que são assentamentos rurais. São Paulo: Brasiliense, 1996.

FERNANDES, B. M. MST, formação e territorialização. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

FERNANDES, B. M. Brasil: 500 anos de luta pela terra. Sociedade e Território. Natal, v.14, n.1,p.7-16, jan./jun. 2000.

STÉDILE, J. P. (Org.) A questão agrária hoje. 3ª ed. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/05/2024 10:47

Componente Curricular: MCH2452 - GEOGRAFIA AGRÁRIA

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: O Espaço Agrário e seus Elementos: usos e organização. A Geografia Agrária no contexto da Educação do Campo. Distinção entre Questão Agrária e Questão Agrícola. Formação da estrutura fundiária brasileira e do Nordeste. A Modernização da Agricultura nacional. A Reforma Agrária, relações de trabalho e Movimentos Sociais no Campo. O Agronegócio e a Pequena Produção Camponesa. A Agricultura Familiar. A Questão Agrária e o Meio Ambiente.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.2

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

- Conhecer a importância da Geografia Agrária no âmbito da Geográfica e da Educação do Campo;
- Compreender o Espaço Agrário e seus elementos;
- Refletir sobre a organização da agricultura nos diversos modos de produção;
- Entender a relação do espaço agrário brasileiro e nordestino;
- Compreender a formação dos movimentos sociais, reforma agrária e assentamentos rurais;
- Refletir sobre as perspectivas atuais relacionadas ao campo brasileiro e potiguar;
- Produzir diagnósticos a partir das paisagens e dos sistemas de objetos e sistemas de ações constitutivos dos assentamentos rurais de Mossoró e outros municípios da Mesorregião Oeste Potiguar.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	Conceitos e Temas da Geografia Agrária; O espaço agrário e seus usos; A agricultura no feudalismo e no modo capitalista de produção; A renda da terra e suas implicações socioespaciais.	20	0
II	Origens do latifúndio no Brasil; Movimentos Sociais de luta pela terra; A modernização do campo; O Estatuto da Terra (1964).	20	0
III	As transformações territoriais no campo brasileiro e seus impactos; Agronegócio; Agricultura Familiar; A Reforma Agrária no Brasil e no Rio Grande do Norte; A relação campo-cidade e suas expressões na paisagem; Formação dos assentamentos rurais no Brasil e no Rio Grande do Norte;	10	10

Assentamentos rurais de Mossoró e da Mesorregião Oeste Potiguar.

Competências e Habilidades

Ao término do componente curricular espera-se que os/as alunos/as possam:

Identificar e fazer uso da relevância da Geografia Agrária no âmbito do Ensino de Geografia na Educação do Campo;

Compreender e relacionar os elementos do Espaço Agrário Capitalista brasileiro e mundial na relação com os movimentos sociais do campo;

Ler e interpretar a paisagem agrária do semiárido nordestino, fazendo uso de estratégias didático-pedagógicas nos processos de Ensino e de Aprendizagem na Educação do Campo;

Compreender a dinâmica e os impactos dos modelos de produção agrícola do campo brasileiro na escala nacional, regional e local, bem como seus rebatimentos socioespaciais e a formação dos movimentos sociais do/no campo na luta pela terra e pela reforma agrária.

Metodologia

Recursos Didáticos:

Tomando por base os recursos didáticos: Livros; Artigos Científicos, Vídeos-Documentários, far-se-ão: Leituras e discussões de textos selecionados; Aulas expositivas e dialogadas; Atividades em grupo e individuais; Produção textual; Aula de Campo; Seminários Temáticos por grupos; Uso de Internet e outros recursos didáticos que muitas vezes representam uma possibilidade ao Ensino e Aprendizagem de fatos geográficos.

Recursos Materiais:

Quadro branco; Retroprojeter; Projetor multimídia; Textos; Internet; Livros; Artigos Científicos; Ônibus/micro-ônibus/van.

Instrumentos de Avaliação:

A avaliação será sistemática e contínua, com base no aproveitamento e assiduidade às atividades. Serão utilizados como instrumentos de avaliação a prova escrita, seminários temáticos e pesquisa sobre assentamentos rurais.

Referências Bibliográficas Obrigatórias

GRAZIANO DA SILVA, J. O que é questão agrária? São Paulo: Brasiliense, s/d.

GUIMARÃES, A. P. Quatro séculos de latifúndio. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

OLIVEIRA, A. U. de. A Geografia das lutas no campo . . Contexto. 1988. ISBN: 85-85134-13-5 (Broch.)

Referências Bibliográficas Complementares

ANDRADE, M. C. A terra e o homem no Nordeste. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BERGAMASCO, S. M; NORDER, L. A. C. O que são assentamentos rurais. São Paulo: Brasiliense, 1996.

FERNANDES, B. M. MST, formação e territorialização. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

FERNANDES, B. M. Brasil: 500 anos de luta pela terra. Sociedade e Território. Natal, v.14, n.1,p.7-16, jan./jun. 2000.

STÉDILE, J. P. (Org.) A questão agrária hoje. 3ª ed. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/05/2024 10:48

Componente Curricular: CAC0667 - HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Historiografia da educação. Estudo das ideias pedagógicas e práticas educativas escolares e não escolares ocorridas no Brasil em diferentes contextos. Articulação do processo educativo com a economia, a política, a cultura e a sociedade como um todo. Problemas e perspectivas da educação contemporânea.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Compreender com base nas fontes bibliográficas e documentais as finalidades gerais da educação escolar primária no Brasil em cada período histórico.
 Fornecer subsídios históricos que possibilitem o entendimento da educação escolar primária como um momento da totalidade social e uma construção humana.
 Promover a integração do ensino com a iniciação na investigação da educação escolar primária no Brasil, a partir de referências da História Cultural.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	A história da educação no Brasil, interlocução da disciplina com a história cultural, fontes de pesquisa e modernidade educacional.	10	10
II	Educação Escolar no período da Colônia, Império e Primeira República. Ensino de Primeiras Letras, Lei Geral de 1827, Ato Adicional de 1834, Instrução Pública Republicana.	10	10
III	A Educação Escolar no período de 1930 a 1964. Criação do Ministério da Educação e Saúde Pública e a Organização da Educação Nacional	10	10

Competências e Habilidades

Articular os fundamentos históricos da educação brasileira;
 Compreender as relações entre a história e a educação do povo brasileiro;
 Articular as dimensões sociais, econômicas e históricas as práticas educativas;
 Desenvolver o pensamento crítico e a autonomia intelectual.
 Saber conviver em grupos e trabalhar e coletivamente.
 Desenvolver a capacidade de produzir e refletir sobre textos.
 Utilizar-se de diferentes linguagens como meio de expressão e comunicação.

Metodologia

Recursos Didáticos
 •Exposições dialogadas;
 •Aulas mediadas por construções grupais.

Recursos Materiais
 •Quadro branco
 •Datashow
 •TV e Vídeo
 •Textos

Instrumentos de Avaliação
 •Provas individuais

- Trabalhos temáticos em grupo
- Resenhas e fichamentos de leituras

Referências Bibliográficas Obrigatórias

AZEVEDO, Fernando de. A Cultura Brasileira. São Paulo: Melhoramentos: Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1964.
FREIRE, Paulo. Educação e Mudança. Tradução de Moacir Gadotti e Lilian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.
RIBEIRO, M. L. de O. História da Educação no Brasil. 10ed. Petrópolis: RJ: Vozes, 1978.

Referências Bibliográficas Complementares

COSTA, Maria Antônia Teixeira da. O Ensino Primário no Rio Grande do Norte: memória, educadores e lição sobre o ensinar (1939-1969) Mossoró: Edições UERN, 2010.
GERMANO, José Wellington. Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985). São Paulo: Cortez, 1993.
LOURENÇO, Manuel Bergstron. Introdução ao Estudo da Escola Nova. 9ed. São Paulo: Melhoramentos, 1967.
SAVIANE, Dermeval. História das Ideias Pedagógicas no Brasil. Campinas-SP: Autores Associados, 2007.
TEIXEIRA, Anísio S. Educação não é Privilégio. 4ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/05/2024 10:49

Componente Curricular: CAC0680 - HISTÓRIA E CULTURA SURDAS

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: A disciplina pretende mapear as representações culturais que tramam a história da surdez e dos surdos, problematizando os enredamentos discursivos que se articulam para construir estes sujeitos, bem como as diversas imbricações do saber-fazer de sua educação.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Visa constituir as bases para a compreensão da surdez como um discurso produzido pelas representações culturais, para isso, será introduzido a discussão da surdez em sua dimensão política, em seu aspecto ontológico visual e em seu posicionamento no discurso da deficiência. Dessa forma, tem-se a intenção de enfatizar o papel das representações culturais na constituição da subjetividade surda. Objetiva-se ainda, expor os movimentos surdos que se articularam em conformidade com a noção de surdez como diferença política. Além disso, discutir o papel da comunidade surda na escola de surdos e problematizar o paradigma da inclusão e da acessibilidade nesse contexto.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	Pressupostos filosóficos, sociais, educacionais e culturais da história da surdez A Educação Especial e a surdez	10	10
II	Tópicos e Conteúdo da Unidade 2 REPRESENTAÇÕES CULTURAIS NA E DA EDUCAÇÃO DE SURDOS A surdez localizada no discurso da deficiência A surdez como experiência visual A surdez como diferença política	10	10
III	ESPAÇOS E TEMPOS DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS Escola e comunidade surda Movimentos Surdos - Alternativas Metodológicas Inclusão e educação de surdos	10	10

Competências e Habilidades

Discernimento dos alunos sobre professores bilíngues que atuam com alunos surdos a respeito de surdos, identidade, cultura e língua

Metodologia

Recursos Didáticos

- Exposições dialogadas;
- Aulas mediadas por construções grupais.

Recursos Materiais

- Quadro branco
- Datashow
- NOTEBOOK

- Textos

Instrumentos de Avaliação:

Assiduidade e participação nas aulas;
Prova teórica escrita;
Trabalhos temáticos grupais;
Fichamentos, resenhas de leituras e filmes;
Produção de artigo científico;
Tradução do artigo científico;
Apresentação do artigo em forma de seminário em Libras;

Referências Bibliográficas Obrigatórias

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ASSIS-PETERSON, Ana Antonia de. Aquisição de segunda língua por surdos. In: Revista Espaço-Informativo do Instituto Nacional de Educação dos Surdos. Rio de Janeiro, 1998.

GÓES, Maria Cecília Rafael de. Linguagem, Surdez e Educação. Campinas: Autores Associados, 1996.

GOLDFELD, Marcia. A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista. 7.ed. São Paulo: Plexus, 2002. 172 p. ISBN: 97885856893397.

Referências Bibliográficas Complementares

PERLIN, Gládis; STROBEL, Karin. Teorias da Educação e Estudos Surdos. Universidade Federal de Santa Catarina Licenciatura em Letras-Libras.

STROBEL, Karin. História da Educação de Surdos. Universidade Federal de Santa Catarina. Licenciatura em Letras-Libras.

MEIO LEGAL DE COMUNICAÇÃO VERSUS LÍNGUA OFICIAL: UM DEBATE SOBRE LEIS

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

BRASIL. Relatório sobre a Política Linguística de Educação Bilíngue ? Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa. Brasília, DF MEC/SECADI 2014.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse

https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/05/2024 10:50

Componente Curricular: CAC0665 - INGLÊS INSTRUMENTAL

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Introdução à leitura de textos em inglês. Estratégias de leitura. Vocabulário e estruturas básicas abordadas de forma funcional.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Desenvolver a prática de leitura, a partir do uso de estratégias de leitura

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	<ul style="list-style-type: none"> •Gêneros textuais •Uso do dicionário •Background knowledge •Cognates; •False cognates 	10	10
II	<ul style="list-style-type: none"> •Skimming •Scanning •Prediction •Typography •Inference 	10	10
III	<ul style="list-style-type: none"> •Nominal Groups •Affixes •Reference •Verbal forms 	10	10

Competências e Habilidades

Leitura de textos acadêmicos

Metodologia

Recursos Didáticos

- Aulas expositivas e dialogadas;
- Estudo e discussão de textos;
- Condução de exercícios teóricos e práticos

Recursos Materiais

- Quadro branco
- Datashow
- TV e Vídeo
- Caixa de som
- Textos

Instrumentos de Avaliação

- Estudo de caso
- Exercícios de fixação
- Escrita reflexiva, por meio de gêneros textuais diversos
- Trabalhos temáticos individuais e em dupla

Referências Bibliográficas Obrigatórias

SOUZA, Adriana Grade Fiori et al. *Leitura em Língua Inglesa: uma abordagem instrumental*. São Paulo: DISAL Editora, 2005.
DIAS, R. *Reading Critically in English*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 3ª ed., rev. e ampl., 2002.
GADELHA, I. M. B. *Inglês Instrumental: leitura, conscientização e prática*. Teresina: EDUFPI, 2000.

Referências Bibliográficas Complementares

GLENDINNING, Eric H.; POHL, Alison. *Oxford English for Careers: Technology 1. Student's Book*. Oxford: OUP, 2009.
_____. *Oxford English for Careers: Technology 2. Student's Book*. Oxford: OUP, 2009.
_____. *Inglês Instrumental: estratégias de leitura: módulo II*. São Paulo: Texto Novo, 2001.
MUNHOZ, Rosangela. *Inglês Instrumental: estratégias de leitura: módulo I*. São Paulo: Texto Novo, 2001.
Cambridge English Mini Dictionary. Cambridge University Press. 2010.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/05/2024 10:51

Componente Curricular: CAC1796 - INTRODUÇÃO À EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Retrospectiva da Educação no Brasil: políticas e planos. A Constituição Federal e o redimensionamento da educação básica no texto da atual LDB. A concepção de educação profissional no conjunto das políticas públicas. A política de formação dos profissionais da educação básica. Recursos financeiros da educação.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Desenvolver uma análise teórico-metodológica da educação brasileira destacando suas relações com o contexto social, político e econômico vivido pelo país e pelo mundo.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	Tópicos e Conteúdo da Unidade 1 Tema 1 - Considerações sobre historiografia da educação, fontes de pesquisa e memória Tema 2 - Práticas educativas no Brasil Colônia e Império	20	0
II	Tópicos e Conteúdo da Unidade 2 Tema 3 - A Escola pública primária no Rio Grande do Norte (1939-1969) Tema 5 - Concepções e práticas educativas em Anísio Teixeira e Paulo Freire	20	0
III	Tópicos e Conteúdo da Unidade 3 Tema 6 - A educação brasileira na Ditadura Militar (1964-1985) Tema 7 - A educação brasileira: de FHC aos nossos dias.	20	0

Competências e Habilidades

desenvolver Leitura e produção de textos orais e escritos. Atividades e estratégias de processamento textual. Elementos responsáveis pela textualidade. Gêneros textuais.

Metodologia

As aulas desenvolver-se-ão a partir de leituras prévias dos textos (individuais ou em grupo), aulas expositivas participativas, narrativas orais, exibição e apreciação de filmes, realização de seminários e entrevistas com elaboração de documentário.

Referências Bibliográficas Obrigatórias

AZEVEDO, Fernando de. A transmissão da Cultura: parte 3ª da 5ª edição da obra: A Cultura Brasileira. São Paulo: Melhoramentos: Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1964.
 CATANI, Denice Barbosa (Org.) Docência, memória e gênero: estudos sobre formação. São Paulo: Escrituras, 1997;
 COSTA, M. A T; Oliveira, J.P.G. A docência exercida pelos padres jesuítas no Brasil: 1549-1759. In: Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História. UFPB: Paraíba, 2002.

Referências Bibliográficas Complementares

Referencias Bibliograficas Complementares
 FREIRE, Paulo. Educação e mudança. Trad. De Moacir Gadotti e Lilian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. (Coleção Educação e Comunicação vol. 1)
 GERMANO, José Willington. Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985). São Paulo:Cortez, 1993).

LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. 500 anos de educação no Brasil. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
LOURENÇO FILHO, Manoel Bergstron. Introdução ao estudo da escola nova. 9. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1967
NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta. 4. ed. Historiografia da Educação e fontes. Cadernos ANPED. Porto Alegre, (5): p. 7-64; Set, 1993

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



Componente Curricular: CAC0573 - INTRODUÇÃO À LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Conceitos básicos da LIBRAS. Relação LIBRAS/Português. Status da língua de Sinais no Brasil. O trabalho com a língua sinalizada. Atividade prática: prática da LIBRAS: os cinco parâmetros, alfabeto, números, semanas, calendário, cores, vocabulários, sinais de nome. Ensino para surdos.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Iniciar os primeiros passos no estudo da Língua Brasileira de Sinais, desmistificando fatos e ampliando a visão para novos conhecimentos. Reconhecer a LIBRAS como forma de expressão da comunidade surda

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	1.1 A Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS 1.2 Alfabetos Manuais x Datilologia 1.3 Sinais de nome e Nomes Próprios 1.4 As saudações e os Cumprimentos 1.5 Surdos e D.A. (Deficiente auditivo) 1.6 Numerais cardinais e Quantidades 1.7 Sistemas de Transcrição para a LIBRAS 1.8 Parâmetros da LIBRAS	20	0
II	2.1 Comunidades Surdas 2.2 Culturas Surdas 2.3 A Ambientes escolas e disciplinas 2.4 Família/Pronomes Pessoais e Demonstrativos 2.1 Histórias dos Surdos no mundo 2.2 Educações de Surdos no Brasil 2.3 Indicadores temporais; advérbio de tempo/dias da semana	20	0
III	3.1 Legislações: Reconhecimento da LIBRAS, inclusão, acessibilidade, pessoa surda 3.2 Sinais de Profissões 3.3 FENEIS 3.4 Acessibilidade 3.5 Tipos de frases na LIBRAS 3.6 Os pares mínimos da LIBRAS 3.7 Verbos Classificadores 3.8 Tipos de Verbos da LIBRAS 3.9 Role Play a LIBRAS	20	0

Competências e Habilidades

Compreender a relação Libras/Português e o sistema de transcrição para a Libras, bem como a ética nas questões de interpretação.

Metodologia

- Recursos Didáticos
- Aulas com apresentação de slides e vídeos;
 - Atividades em grupo;
 - Apresentação de seminários;
 - Apresentação e palestras.

Recursos Materiais

- Quadro branco
- Datashow
- TV e Vídeo
- Textos

Instrumentos de Avaliação

- Pontualidade/Assiduidade;
- Discussões/Debates;
- Prova em vídeo;
- Prova prática em LIBRAS (SEMINÁRIO)

Referências Bibliográficas Obrigatórias

- FELIPE, T. A. A Estrutura Frasal na LSCB. In: Anais do IV Encontro Nacional da ANPOLL, Recife, 1989.
- FERREIRA BRITO, Lucinda. Por uma Gramática das Línguas de Sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro 1995.
- QUADROS, R. M. de & KARNOPP, L. Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: ArtMed, 2004.

Referências Bibliográficas Complementares

- CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte; MAURÍCIO, Aline Cristina L. Deit-Libras – Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira (Libras) baseado em Linguística e Neurociências Cognitivas. Volumes I e II. São Paulo: Editora EDUSP, 2013.
- HONORA, M.; FRIZANCO, M.L.E. Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: desvendando a Comunicação pelas pessoas usadas pelas pessoas com surdez. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009. Volumes I, II, III.
- GESSER, Audrei. Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



Componente Curricular: CAC0573 - INTRODUÇÃO À LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Conceitos básicos da LIBRAS. Relação LIBRAS/Português. Status da língua de Sinais no Brasil. O trabalho com a língua sinalizada. Atividade prática: prática da LIBRAS: os cinco parâmetros, alfabeto, números, semanas, calendário, cores, vocabulários, sinais de nome. Ensino para surdos.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Iniciar os primeiros passos no estudo da Língua Brasileira de Sinais, desmistificando fatos e ampliando a visão para novos conhecimentos. Reconhecer a LIBRAS como forma de expressão da comunidade surda

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	1.1 A Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS 1.2 Alfabetos Manuais x Datilologia 1.3 Sinais de nome e Nomes Próprios 1.4 As saudações e os Cumprimentos 1.5 Surdos e D.A. (Deficiente auditivo) 1.6 Numerais cardinais e Quantidades 1.7 Sistemas de Transcrição para a LIBRAS 1.8 Parâmetros da LIBRAS	20	0
II	2.1 Comunidades Surdas 2.2 Culturas Surdas 2.3 A Ambientes escolas e disciplinas 2.4 Família/Pronomes Pessoais e Demonstrativos 2.1 Histórias dos Surdos no mundo 2.2 Educações de Surdos no Brasil 2.3 Indicadores temporais; advérbio de tempo/dias da semana	20	0
III	3.1 Legislações: Reconhecimento da LIBRAS, inclusão, acessibilidade, pessoa surda 3.2 Sinais de Profissões 3.3 FENEIS 3.4 Acessibilidade 3.5 Tipos de frases na LIBRAS 3.6 Os pares mínimos da LIBRAS 3.7 Verbos Classificadores 3.8 Tipos de Verbos da LIBRAS 3.9 Role Play a LIBRAS	20	0

Competências e Habilidades

Compreender a relação Libras/Português e o sistema de transcrição para a Libras, bem como a ética nas questões de interpretação.

Metodologia

- Recursos Didáticos
- Aulas com apresentação de slides e vídeos;
 - Atividades em grupo;
 - Apresentação de seminários;
 - Apresentação e palestras.

Recursos Materiais

- Quadro branco
- Datashow
- TV e Vídeo
- Textos

Instrumentos de Avaliação

- Pontualidade/Assiduidade;
- Discussões/Debates;
- Prova em vídeo;
- Prova prática em LIBRAS (SEMINÁRIO)

Referências Bibliográficas Obrigatórias

- FELIPE, T. A. A Estrutura Frasal na LSCB. In: Anais do IV Encontro Nacional da ANPOLL, Recife, 1989.
- FERREIRA BRITO, Lucinda. Por uma Gramática das Línguas de Sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro 1995.
- QUADROS, R. M. de & KARNOPP, L. Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: ArtMed, 2004.

Referências Bibliográficas Complementares

- CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte; MAURÍCIO, Aline Cristina L. Deit-Libras – Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira (Libras) baseado em Linguística e Neurociências Cognitivas. Volumes I e II. São Paulo: Editora EDUSP, 2013.
- HONORA, M.; FRIZANCO, M.L.E. Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: desvendando a Comunicação pelas pessoas usadas pelas pessoas com surdez. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009. Volumes I, II, III.
- GESSER, Audrei. Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/05/2024 10:53

Componente Curricular: CAC0692 - INTRODUÇÃO À LINGUÍSTICA APLICADA

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Estudo de modelos teóricos de ensino e aprendizagem de línguas. As contribuições das ciências cognitivas para a área. Concepções de língua(gem) e sujeito nos modelos e teorias.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

1. Identificar o histórico de formação do campo teórico da Linguística Aplicada
2. Caracterizar a configuração mais recente do campo, no que se entende por LA crítica, mestiça ou indisciplinar
3. Refletir sobre questões teóricas e metodológicas que hoje atravessam o campo para a compreensão de problemas atuais em que a linguagem ocupa papel central, com ênfase nas discussões sobre educação de línguas

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	Percurso histórico: da aplicação da Linguística à Linguística Aplicada	20	0
II	Configuração atual do campo: uma LA indisciplinar	20	0
III	Perspectivas para o campo (a agenda em LA): por uma ciência ética e crítica	20	0

Competências e Habilidades

Compreender a visão contemporânea da Linguística Aplicada, bem como sua conceituação e terminologias específicas da área.
 Aprofundar-se numa perspectiva teórico-metodológica crítica e implicada com as questões sociais.
 Mobilizar perspectivas éticas, epistemológicas, teóricas e metodológicas para a identificação, compreensão e resolução de questões do fazer prático do professor e pesquisador.

Metodologia

Constitui-se de estratégias plurais que favoreçam o ensino-aprendizagem dos tópicos teórico-práticos de cada aula e objetivo determinado, compreendendo aulas expositiva dialogada, leitura dirigida de textos teóricos, seminários, discussões mediadas, cotejamento de textos, análise de filmes e documentários, diálogos interdisciplinares com convidados.

Referências Bibliográficas Obrigatórias

MOITA LOPES, L. P. (Org.) Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
 KLEIMAN, A. B. Os significados do letramento: uma perspectiva sobre a prática social da escrita. São Paulo: Mercado de Letras, 1995.
 SIGNORINI, I. Linguística aplicada e transdisciplinaridade: questões e perspectivas. São Paulo: Mercado de Letras, 1998.

Referências Bibliográficas Complementares

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. Tradução, notas e posfácio de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016.
 KLEIMAN, A. B.; ASSIS, J. A. (Org.). Significados e ressignificações do letramento: desdobramentos de uma perspectiva sociocultural sobre a escrita. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2016.

RAJAGOPALAN, Kanavillil (2003) *Linguística Aplicada: perspectivas para uma pedagogia crítica*. Parábola, 2003

VOLOCHINOV, V. N. (Círculo de Bakhtin). *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Tradução, notas e glossário de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2017.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/05/2024 10:54

Componente Curricular: CAC1757 - INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS LINGÜÍSTICOS I

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Histórico dos estudos linguísticos que precederam a Linguística. Caracterização do objeto de estudo da Linguística. Evolução dos estudos linguísticos. Fundamentos do Formalismo: perspectiva estrutural e gerativa.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

1. Identificar o objeto teórico da Linguística
2. Definir as bases dos estudos linguísticos no período pré-saussuriano
3. Sistematizar os princípios gerais das teorias linguísticas formalistas: Estruturalismo e Gerativismo
4. Desenvolver uma postura investigativa, de ordem científica, sobre a linguagem

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	Caracterização do objeto da Linguística. Evolução dos estudos sobre linguagens na perspectiva filosófica e gramatical.	20	0
II	Estudos pré-saussureanos: a linguística histórico-comparativa. A Linguística sincrônica do séc. XX proposta por Saussure. O Estruturalismo europeu.	20	0
III	Corrente Distribucionalista: o estruturalismo norte-americano. Introdução à teoria gerativa.	20	0

Competências e Habilidades

Compreender o estudo científico sobre linguagem, localizando a área da linguística e seu objeto, desenvolvendo uma curiosidade epistemológica sobre esse objeto. Localizar historicamente a evolução dos estudos em linguagem até as correntes formalistas.

Metodologia

Constitui-se de estratégias plurais que favoreçam o ensino-aprendizagem dos tópicos teórico-práticos de cada aula e objetivo determinado, compreendendo aulas expositivo-dialogadas, leitura dirigida de textos teóricos, PBL, fichamentos, resumos críticos, quadros sinóptico, discussões em grupo (presencial e em fórum online da turma), questionários, seminário, exibição de vídeos e documentários.

Referências Bibliográficas Obrigatórias

FIORIN, J. L. Introdução à Linguística: objetos teóricos. São Paulo: Contexto, 2014.
 SAUSSURE, Ferdinand de. (1916). Curso de Linguística Geral. 20. ed. São Paulo: Cultrix, 2013.
 MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Referências Bibliográficas Complementares

BIDERMAN, Teresa. Teorias Linguísticas. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
 MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. Introdução à linguística: domínios e fronteiras. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2012.
 CARVALHO, Castelar de. Para Compreender Saussure. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BORDA, F. S. Introdução aos Estudos Linguísticos. 13 ed. Campinas, SP: Pontes, 2013.
CHOMSKY, Noam. Estruturas Sintáticas. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/05/2024 10:55

Componente Curricular: CAC1759 - INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS LINGÜÍSTICOS II

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Estudos das correntes linguísticas funcionalistas: Linguística Funcional, Linguística Aplicada, Linguística da Enunciação, Análise do Discurso e Linguística Textual. Contribuições dessas perspectivas teóricas para o ensino.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

1. Aprofundar a compreensão formalista da linguística.
2. Estabelecer um panorama das correntes linguísticas contemporâneas.
3. Sistematizar princípios gerais de análise linguística na perspectiva formal.
4. Compreender as contribuições destas perspectivas para a pesquisa e o ensino de línguas.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	Estruturalismo ao longo do século XX	20	0
II	Texto e enunciado na Linguística Textual e na Análise de Discurso	20	0
III	Contribuições destas perspectivas para o ensino de línguas	20	0

Competências e Habilidades

Compreender o estudo científico sobre linguagem, localizando os estudos mais recentes da área da linguística, desenvolvendo uma curiosidade epistemológica sobre esse objeto. Mobilizar as contribuições das correntes contemporâneas para o ensino de Línguas.

Metodologia

Constitui-se de estratégias plurais que favoreçam o ensino-aprendizagem dos tópicos teórico-práticos de cada aula e objetivo determinado, compreendendo aulas expositiva dialogadas, leitura dirigida de textos teóricos, PBL, fichamentos, resumos críticos, quadros sinóptico, discussões em grupo (presencial e em fórum online da turma), mapa mental, microaula, diário de turma e exibição de documentários. A disciplina ainda prioriza a discussão coletiva de conteúdos em sala e/ou espaços online como o fórum da turma no SIGAA e conta também com atendimento individual.

Referências Bibliográficas Obrigatórias

CAVALCANTE, M. M. Os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2012.
 CUNHA, M. A. F.; OLIVEIRA, M. R. Linguística Funcional: teoria e prática. São Paulo: Parábola, 2015.
 ORLANDI, Eni P. Análise de Discurso: princípios e procedimentos. 3. ed. Campinas: Pontes, 2013.

Referências Bibliográficas Complementares

COELHO, I. L. et al. Para conhecer Sociolinguística. São Paulo: Contexto, 2018.
 BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do Discurso. São Paulo: Editora 34, 2016.
 KOCH, I. G. V. Introdução à Linguística Textual. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
 RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. Análise do discurso crítica. São Paulo: Contexto, 2021.
 SOUZA, E. R. Funcionalismo linguístico: novas tendências teóricas. São Paulo: Contexto, 2012.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/05/2024 10:55

Componente Curricular: CAC0644 - INTRODUÇÃO À PRAGMÁTICA

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Estudo dos princípios da análise pragmática, considerando as principais abordagens dos processos de produção e recepção de enunciados em contextos situacionais que levam à construção dos sentidos.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

- Apresentar um panorama dos referenciais teóricos em que se pauta a Pragmática Contemporânea.
- Conceituar e situar a Pragmática no campo dos estudos da linguagem.
- Compreender os principais conceitos da Pragmática.
- Analisar gêneros que circulam socialmente a partir dos pressupostos das vertentes teóricas da Pragmática.
- Desenvolver metodologias de análise pragmática aplicada ao ensino de línguas.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	1. Conceituação, gênese e domínios da Pragmática 1.1 As relações entre Semântica e Pragmática 1.2 Pragmática Conversacional: as máximas conversacionais (Grice) 1.3 Pragmática Illocucional: Teoria dos Atos de Fala (Austin e Searle)	15	5
II	2. A modalização 2.1 Modalização e modalidade 2.2 Classificação dos modalizadores 3. O fenômeno da dêixis 3.1 Categorias da dêixis 3.2 Dêixis em gêneros textuais 4. A teoria da polidez 4.1 Face positiva e face negativa 4.2 Atos de ameaça à face 4.3 Polidez negativa e positiva	15	5
III	5. Facetas da Nova Pragmática 6. A Pragmática e o ensino de línguas	15	5

Competências e Habilidades

Compreensão das características pragmáticas dos gêneros textuais que circulam socialmente.
 Aplicação das diversas perspectivas da Pragmática no âmbito do ensino de línguas.

Metodologia

- Aulas expositivo-dialogadas; leituras/discussão de textos teóricos, podendo compreender a elaboração de fichamentos, resumos e resenhas; produção de artigo científico.

Referências Bibliográficas Obrigatórias

AUSTIN, J. How to do things with words. Cambridge: Harvard University Press, 1962.
 BARBOSA, J. R. A Linguística: outra introdução. Mossoró: Queima Bucha, 2013.
 BEAUGRANDE, R. de, DRESSLER, W. Introduction to text linguistics. New York: Longman, 1981.

Referências Bibliográficas Complementares

MARTELOTTA, M. E. (Org.) Manual de linguística. São Paulo: Contexto, 2008.
MARTIN, R. Para compreender a Linguística. Tradução Marcos Bagno. São Paulo:Parábola, 2002.
MUSSALIM, F., BENTES, A. M. Introdução à Linguística: fundamentos epistemológicos. V. 3. São Paulo: Pontes, 2004.
ORLANDI, E. P. O que é Linguística. São Paulo: Brasiliense, 1986.
PAVEAU, M. A., SARGATI, G. E. As grandes teorias da linguística: da gramática comparada à pragmática. São Carlos: Claraluz, 2006.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



Componente Curricular: CAC0641 - INTRODUÇÃO À PSICOLINGUÍSTICA

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Conceito, histórico, objeto de estudo e campo de atuação. Estudo dos modelos e teorias explicativas da aquisição, desenvolvimento, processamento e uso da linguagem. Aspectos psicossociais da aprendizagem de leitura, da fala e da escrita.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Conhecer os processos de aquisição da linguagem e as estruturas psicológicas envolvidas.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	- Aquisição da linguagem	20	0
II	- Distúrbios na aquisição da linguagem e suas implicações na alfabetização - Questões teóricas e metodológicas da psicolinguística experimental.	20	0
III	- Processos de leitura e escrita	20	0

Competências e Habilidades

Ser capaz de compreender o processo de aquisição da linguagem, processos metodológicos para pesquisa nesta área e os possíveis distúrbios ligados a esta aquisição.

Metodologia

Recursos Didáticos

- Exposições dialogadas;
- Aulas mediadas por construções grupais.

Recursos Materiais

- Quadro branco
- Datashow
- TV e Vídeo
- Textos

Instrumentos de Avaliação

- Provas individuais
- Trabalhos temáticos em grupo
- Resenhas e fichamentos de leituras

Referências Bibliográficas Obrigatórias

- MAIA, Marcus. (Org.). Psicolinguística, psicolinguísticas: uma introdução. São Paulo: Editora Contexto, 2015. 208 p.
- MAIA, Marcus. PSICOLINGUÍSTICA, PSICOLINGUÍSTICAS: UMA INTRODUÇÃO. São Paulo: Contexto, 2015. 208 p.
- MOTA, Mailce Borges; LENT, Robert; BUCHWEITZ, Augusto. Ciência para educação: Uma ponte entre dois mundos. Rio de Janeiro: Atheneu, 2018. 272 p.

Referências Bibliográficas Complementares

ALMEIDA, Ana Rita de – A emoção na sala de aula. São Paulo: Papyrus, 2006.
FONTANA, Roseli e Cruz, Nazaré – psicologia e Trabalho Pedagógico, São Paulo: Atual, 1997
COOL, César et alli – O Construtivismo na sala de aula. São Paulo: Ática, 1996
MATUI, Jiron – Construtivismo: Teoria construtivista sócio-histórica aplicada ao ensino. S. Paulo: Moderna , 2005
BOCK, Ana Mercês – Psicologias: uma introdução ao estudo da Psicologia. S. Paulo: Saraiva, 1999

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação

Componente Curricular: CAC0582 - INTRODUÇÃO À SOCIOLINGUÍSTICA**Créditos:** 4 créditos**Carga Horária:** 60 horas**Unidade Responsável:** DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS**Tipo do Componente:** DISCIPLINA

Ementa: O estudo da relação entre língua e sociedade com foco na variação e mudança linguística. Teoria da variação. Variáveis linguísticas e extralinguísticas. Fenômenos de variação e mudança linguística no português brasileiro. Variação e ensino. Língua e gênero. O tratamento quantitativo e a pesquisa sociolinguística. AAM0780 Conceitos de distribuição física. Operadores logísticos. Produtividade, eficiência e benchmarking de serviços logísticos. Custos logísticos. Análise e projeto de redes logísticas. Logística Internacional: conceitos e gerenciamento das cadeias de suprimentos globais. Tecnologia da informação dentro de cadeias de suprimentos. Redes de cooperação empresarial: conceitos, estratégias, benefícios e gestão. "

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1**Quantidade de Avaliações:** 3

Objetivos

Compreender as relações existentes entre língua e sociedade, tendo por base os pressupostos da Sociolinguística Variacionista.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	Historicizando a sociolinguística; <ul style="list-style-type: none"> • Traçar um breve histórico da Sociolinguística; • Apresentar os precursores dessa teoria linguística; • Introduzir os conceitos de variação e mudança linguística e os termos variante, formas padrão (culto) e não padrão (coloquial) • Expandir os conceitos de variação e mudança linguística; • Introduzir as noções de variação regional, social e de registro; • Apresentar exemplos de variação em nível lexical, gramatical e fonético-fonológico. 	20	0
II	Discutir preconceito linguístico <ul style="list-style-type: none"> • Apresentar o que é o preconceito linguístico e suas múltiplas manifestações; • Discutir os mitos que envolvem as ações de preconceitos linguísticos; • Refletir sobre ações que podem auxiliar na dispersão desse fenômeno. • Discutir e conceituar a prática social; • Exemplificar e sugerir posturas de práticas sociais; • Refletir sobre duas práticas sociais cotidianas: a leitura e a gíria. • Entender a relação interseccional e indissociável entre língua, sociedade, cultura e contexto; • Compreender a língua como uma experiência social e cultural; 	20	0

	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentar a língua e algumas perspectivas de pesquisa. 		
III	<ul style="list-style-type: none"> • Refletir sobre sociolinguística, escola e ensino; • Compreender historicamente uma visão sociolinguista no contexto escolar brasileiro; • Refletir criticamente sobre a relação entre sociolinguística, escola e ensino. • Compreender a relação entre Sociolinguística e Ensino de Libras; • Refletir sobre o ensino de Libras/Português; 	20	0

Competências e Habilidades

Ser capaz de compreender a relação entre língua e sociedade com foco na variação e mudança linguística.

Metodologia

TÉCNICAS

Exposições dialogadas;
Aulas mediadas por construções grupais.

RECURSOS DIDÁTICOS

Quadro branco
Datashow
TV e Vídeo
Textos

INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

Provas individuais
Estudos Dirigidos
Exercícios de Fixação
Trabalhos temáticos grupais
Resenhas e fichamentos

Referências Bibliográficas Obrigatórias

CALVET, Luis-Jean. Sociolinguística: uma introdução crítica. Trad. Marcos Macionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.
BAGNO, Marcos. Preconceito Linguístico: o que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 2001.
COELHO, Izete Lehmkuhl. et al. Para conhecer sociolinguística. São Paulo: Contexto, 2015.

Referências Bibliográficas Complementares

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. Educação em Língua Materna: a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
LOPES, Luis Paulo da Moita. Identidades Fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula. Campinas: Mercado de Letras, 2002.
MICKAY, Sandra Lee; HORNBERGER, Nancy H. (Org.). Sociolinguistics and Language Teaching. Cambridge: CUP, 2001.
MOLLICA, M. C. & BRAGA, M. L. Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação. Rio de Janeiro: Contexto, 2003.
MONTEIRO, José Lemos. Para compreender Labov. Petrópolis: Vozes, 2000.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/05/2024 10:58

Componente Curricular: CAC1763 - LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS ACADÊMICOS

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Compreensão e produção de textos acadêmicos na perspectiva da metodologia científica e da análise de gêneros. Elaboração de resenha, resumo e artigo científico. Práticas danosas na academia: o caso do plágio.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Aprimorar procedimentos teórico-metodológicos e sociodiscursivos necessários à compreensão e produção de textos diversos, de natureza acadêmico-científica.
 Familiarizar-se com a estrutura composicional dos gêneros acadêmicos mais comuns.
 Compreender o campo acadêmico e suas práticas.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	Aspectos globais de texto (enunciado discursivo). Leitura acadêmica.	20	0
II	Aspectos de construção e organização de texto. Gêneros acadêmicos.	20	0
III	Normalização do texto técnico-científico: citações e referências bibliográficas (ABNT) Plágio.	20	0

Competências e Habilidades

Compreender leitura e produção de textos dentro da esfera discursiva acadêmica. Compreender o enunciado em seus aspectos globais e de construção. Familiarizar-se com gêneros acadêmicos mais comuns. Assimilar as regras para citação e referência, conforme ABNT. Compreender o plágio como prática nociva à produção científica.

Metodologia

Constitui-se de estratégias plurais que favoreçam o ensino-aprendizagem dos tópicos teórico-práticos de cada aula e objetivo determinado, compreendendo aulas expositivo-dialogadas, TBL, leituras dirigidas, práticas de leitura, escrita e revisão textual, elaboração de referências, quadro sinóptico, fichamento, mapa mental, resumo, seminário, resenha crítica. A disciplina ainda prioriza a discussão coletiva de conteúdos em sala e/ou espaços online como o fórum da turma no SIGAA e conta também com atendimento individual.

Referências Bibliográficas Obrigatórias

ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
 MEDEIROS, J. B. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
 MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. H. Produção textual na universidade. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

Referências Bibliográficas Complementares

BAKHTIN, Mikhail. Questões de Estilística no Ensino de Línguas. São Paulo: Editora 34, 2013.
 CORACINI, M. J. Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da Ciência. 2. ed. Campinas: Pontes, 2007.
 FONTANA, N. M.; PAVIANI, N. M. S.; PRESSANTO, I. M. P. Práticas de linguagem: gêneros discursivos e interação. Caxias do Sul, R.S: Educs, 2009.

KOLLER, S. H.; COUTO, M. C. P. de.; HOHERNDORFF, J. V. (Org.). Manual de produção científica. Porto Alegre: Penso, 2014.
MACHADO, Anna Rachel; LOUSADA, Eliane & ABREU-TARDELLI, Lílian Santos (Org.) Planejar gêneros acadêmicos. São Paulo: Parábola, 2005.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



Componente Curricular: CAC0679 - LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS EM LIBRAS

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Definição de texto. Fatores de textualidade. Coesão e coerência na língua de sinais.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Reconher os procedimentos linguísticos e estratégias argumentativas e pragmáticas da construção do sentido e mobilizar tais conhecimentos no processo de leitura e produção de texto em Libras.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	Tópicos e Conteúdo da Unidade 1 I O que é um texto? 1.1 O que é um texto 1.2 A comunicabilidade de seqüências linguísticas 1.3A coesão dentro da frase 1.3.1 Exemplo no português 1.3.2 Exemplo na Libras 1.4 A coesão fora da frase 1.5 A coerência do texto 1.6 A intenção e aceitação dos usuários do texto 1.7 O grau de informação do texto 1.8 A situação do texto 1.9 A relação do texto com outros textos 1.10 A adequação dos Textos	10	10
II	Tópicos e Conteúdo da Unidade 2 2.0 A coesão dentro da frase 2.1 Palavras de conteúdo 2.2 Palavras gramaticais 2.2.1 Preposições 2.2.2 Artigos 2.2.3 Flexões verbais e nominais 2.2.4 Constituintes sintáticos 2.3 Um exemplo concreto no português	10	10
III	Tópicos e Conteúdo da Unidade 3 3: A coesão fora da frase 3.1 Recorrência total 3.2 Recorrência parcial 3.3 Paralelismo 3.4 Paráfrase 3.5 Pro-formas 3.6 Elipse 3.7 Conectivos 3.8 Conclusão	10	10

Competências e Habilidades

Que os alunos reconheça, tenha competência e habilidade para leitura e produção de texto em Libras.

Metodologia

Exposições dialogadas, dinâmicas de grupo, painel e filmes/documentários. Tais atividades como: seminário, teatro, leitura de texto, prática em Libras que serão desenvolvidas a partir dos princípios da aprendizagem significativa, acordo com desenvolvimento de cada aluno.

Referências Bibliográficas Obrigatórias

COSTA, Deborah Cristina Lopes; SALCES, Claudia Dourado de. Leitura e Produção de Texto na Universidade. Campinas, SP: Editora Alínea, 2013.

FERREIRA, Lucinda. Por uma Gramática de Línguas de Sinais. [reimpr.] Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.

LEITE, Tarcísio de Arantes. A Segmentação da Língua de Sinais Brasileira (Libras): um estudo lingüístico descritivo a partir da conversação espontânea entre surdos. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês). Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2008

Referências Bibliográficas Complementares

KATO, M. No Mundo da Escrita: Uma perspectiva psicolingüística. São Paulo: Ática, 1995.

KOCH, I. V. G.; TRAVAGLIA, L. C. (1989). Texto e Coerência. São Paulo: Cortez.

ONG, W. Oralidade e Cultura Escrita. Campinas: Papyrus, 1998.

AZEVEDO, I. B. O prazer da produção científica: descubra como é fácil e agradável elaborar trabalhos acadêmicos. São Paulo: Hagnos, 2001.

EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editorial, 2008.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



Componente Curricular: CAC1785 - LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS EM LIBRAS

Créditos: 6 créditos

Carga Horária: 90 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Definição de texto. Fatores de textualidade. Coesão e coerência na língua de sinais.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Tem como objetivo proporcionar aos discentes sobre o que é considerado texto, bem como a distinção de textos no português e na Libras, análises e produção de gêneros textuais na Libras.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	Tópicos e Conteúdo da Unidade 1 Discutir texto: O que é um texto? Atividade avaliativa individual "Apresentação das análises dos textos". Pesquisa dos textos em grupo e entrevista surdo. Avaliação da unidade I "seminário texto apresentado ao surdo"	15	15
II	Tópicos e Conteúdo da Unidade 2 Discutir sobre o tema "Fonética e Fonologia das Línguas de Sinais". Discutir texto "Morfologia das línguas de sinais". Discutir sobre "sintaxe e pragmática na língua de sinais". Texto: Coesão textual na escrita de um grupo de adultos surdos usuários da língua de sinais brasileira Explicação avaliação. Avaliação unidade II "seminário apresentação do plano de aula sobre narrativas em Libras".	15	15
III	Tópicos e Conteúdo da Unidade 3 Analisar poesias em Libras. Analisar piadas em Libras. Atividade avaliativa. Apresentação da Atividade avaliativa. Explicar sobre avaliação "seminário organizar aula sobre gênero textual em Libras para alunos surdos". Apresentação dos seminários.	15	15

Competências e Habilidades

Definir e distinguir sobre o que são textos, analisar e produzir textos na Libras.

Metodologia

As aulas:
Discussão de textos em sala;
Análises de textos em Libras;
Refletir sobre textos voltados para trabalhar com sujeito surdo.

Avaliações:
Atividades individuais;
Seminários em grupos.

Referências Bibliográficas Obrigatórias

QUADROS, R.M. de; KARNOPP, L. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004, P. (47-80).
KARNOPP, Lodenir. Fonética e Fonologia. Universidade Federal de Santa Catarina, Educação a Distância, Unidade 4, Fonologia da Língua de Sinais, P. (29-45).
QUADROS, Ronice et al. Língua Brasileira de Sinais II. Universidade Federal de Santa Catarina. Licenciatura em Letras Libras na modalidade a distância. Tópicos de linguística aplicados à Língua de Sinais: Sintaxe. Florianópolis. Jan. 2008.
Almeida EOC, Filasi CR, Almeida LC. Coesão textual na escrita de um grupo de adultos surdos usuários da língua de sinais brasileira. Rev. CEFAC, São Paulo.

Referências Bibliográficas Complementares

Silva MPM. A construção de sentidos na escrita do aluno surdo. São Paulo: Plexus; 2001. P. (37 – 64)
_____. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: A. P. Dionísio et al. (orgs.). Gêneros textuais & ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.
Sutton-Spence, Rachel Literatura em libras [livro eletrônico] / Rachel Sutton-Spence ; [tradução Gustavo Gusmão]. -- 1. ed. -- Petrópolis, RJ : Editora Arara Azul, 2021.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



Componente Curricular: CAC0681 - LIBRAS - ESTUDOS ACADÊMICOS

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Normatização de trabalhos acadêmicos em Libras. Estrutura do discurso acadêmico filmado. Tecnologias de vídeo e seu impacto nas pesquisas sobre língua de sinais. Prática de produções acadêmicas em Libras.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Apresentar uma proposta de normatização da produção acadêmica das pessoas surdas partindo do registro presente na experiência dos estudantes surdos, isto é, dos vídeos produzidos para expressar suas ideias com relação a vários temas como política, pesquisa acadêmica, produção de poesias, contação de histórias, entre outros.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	<ul style="list-style-type: none"> • Texto: Construindo o Saber • Metodologia científica dos Estudos em Língua de sinais • Fundamentos e técnicas de trabalhos científicos • Avaliação visual I <p>- Estudo da arte com trabalhos realizados por surdos e ouvintes com foco no estudo da LIBRAS.</p>	10	10
II	<ul style="list-style-type: none"> • Texto base: Planejar Gêneros Acadêmicos • Fases de um planejamento na área de LIBRAS • Avaliação visual II <p>- Adaptação de resumo expandido em LIBRAS</p>	10	10
III	<ul style="list-style-type: none"> • Redação e Textualidade • Aspectos dos contextos em estudos Surdos acadêmicos • Avaliação visual III <p>- Produção final de vídeo em LIBRAS - (temática individual sobre estudos surdos acadêmicos)</p>	10	10

Competências e Habilidades

Explicação para os alunos entenderem que conhecimento como fazer artigos e práticas como vídeo em LIBRAS.

Metodologia

RECURSOS DIDÁTICOS

- Exposições dialogadas;
- Aulas mediadas por construções grupais.

RECURSOS MATERIAIS

- Quadro branco
- Datashow
- NOTEBOOK
- Textos

INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

- Provas individuais
- Estudos de Casos
- Exercícios de Fixação
- Trabalhos temáticos grupais
- Resenhas de leituras

Referências Bibliográficas Obrigatórias

Construindo o saber metodologia científica - fundamentos e técnicas. 24. ed.. Papyrus. 2013. ISBN: 978-85-308-0911-9 (broch.).

MACHADO, A. R.; LOUSADA, E.; ABREU-TARDELLI, L. S. Planejar Gêneros Acadêmicos. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

VAL, M. G. C. Redação e Textualidade. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

Referências Bibliográficas Complementares

CITELLI, A. Linguagem e Persuasão. São Paulo: Ática, 2000.

FERNANDES, J. Técnicas de Estudo e Pesquisa. Goiânia: Kelps, 1999.

MOTTA-ROTH, D. (org.). Redação acadêmica: princípios básicos. 3. ed. Santa Maria: UFSM, Imprensa Universitária, 2003.

NEVES, M. H. de M. Gramática de usos do português. São Paulo: Ed. UNESP, 2000

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



Componente Curricular: CAC0676 - LIBRAS - ESTUDOS AVANÇADOS

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Descrições complexas de contextos concretos e abstratos. Definição conceitual de termos. Argumentação: gerenciamento de razão e emoção. Soletração manual fluente. Narrativas como forma de argumentação. Exploração coesa e coerente do corpo e do espaço em textos argumentativos. Exploração criativa de classificadores. Estratégias argumentativas.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Possibilitar a a aquisição dos aspectos tradutórios de Libras para o português e do português para Libras, como também exercitar a prática do diálogo para a aquisição de fluência em Libras.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	Tópicos e Conteúdo da Unidade 1 1. Um breve passeio pela história do surdo; 2. Diferença entre datilologia e soletração de sinais; 3. O emprego da datilologia em textos;	10	10
II	Tópicos e Conteúdo da Unidade 2 1. Classificador e sua empregabilidades; 2. Metáforas em Libras e Português 3. Interpretação de textos distintos; 4. Interpretação de diferentes situações;	10	10
III	Tópicos e Conteúdo da Unidade 3 1. Aplicabilidade de recursos (classificador, role play, expressão corporal e facial) na interpretação; 2. Estratégias de competência comunicativa, linguística e tradutória; 3. Prática em Libras: preparação e performance; 4. Dinâmicas relacionadas aos contextos em libras: sinais informais e formais	10	10

Competências e Habilidades

Os alunos devem ter noção de leitura e interpretação de textos sinalizados, reconhecer os classificadores e ter competência para expressão.

Metodologia

Recursos Didáticos

- Exposições dialogadas;
- Aulas mediadas por construções grupais.

Recursos Materiais

- Quadro branco
- Datashow
- Notebook
- Textos

Instrumentos de Avaliação

- Provas individuais

- Exercícios de Fixação
- Trabalhos temáticos grupais
- Resenhas de leituras

Referências Bibliográficas Obrigatórias

ESTELITA, M. Elis. Escrita das Línguas de Sinais. Petrópolis: Arara Azul, 2007.

FELIPE, T.; MONTEIRO, M. S. LIBRAS em Contexto. Curso Básico. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria de Educação Especial, 2001.

QUADROS, R. M. de & KARNOPP, L. Língua de Sinais Brasileira: estudos lingüísticos. ArtMed: Porto Alegre, 2004.

Referências Bibliográficas Complementares

BRITO, L. F. Por uma Gramática de Língua de Sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

CAPOVILLA, F. C., RAPHAEL, W. D. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngüe da Língua de Sinais Brasileira. Vols. 1 e 2. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. (Ed.). Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira. Vols. 1 e 2. São Paulo: EDUSP, 2004.

FELIPE, T. A. Sistema de Flexão Verbal na Libras: os classificadores enquanto marcadores de flexão de gênero. Anais do Congresso Surdez e Pós-modernidade: Novos rumos para a educação brasileira – 1

Congresso Internacional do INES. 7. Seminário Nacional do INES. Rio de Janeiro: INES, Divisão de estudos e pesquisas, 2002, pp. 37-58.

SANDLER, W.; LILLO-M

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/05/2024 11:02

Componente Curricular: CAC0580 - LIBRAS - ESTUDOS INTERMEDIÁRIOS I

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Descrições complexas de pessoas, cenários e eventos. Recontagem de narrativas com enredos complexos. Diferenças de perspectivas na sinalização e o particionamento do corpo do sinalizador. Expressão de relações causais complexas. Uso avançado de classificadores. Exploração avançada do corpo e do espaço. Desenvolvimento de fluência na soletração manual e de números. Introdução ao uso de apoio no discurso.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Estudar os aspectos sócio-cultural e linguísticos da LIBRAS; Reconhecer a LIBRAS como forma de expressão da comunidade surda; Identificar e emitir aspectos da estrutura gramatical da LIBRAS com o contexto na qual está inserida.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	<p>Tópicos e Conteúdo da Unidade 1</p> <p>Apresentação da disciplina</p> <p>1. Alfabeto Manual: Poesia A até Z.</p> <p>2. Configuração de Mão: Jogo do sinal, desafio da frase e história em partes</p> <p>3. O Que é Libras?</p> <p>4. Fatores: Visuais e Gestuais</p> <p>5. Números em Libras - Contextualização</p> <p>5.1 Números Cardinais</p> <p>5.2 Utilização Pesos e Medidas</p> <p>5.3 Números Ordinais</p> <p>5.4 Números Quantitativos</p> <p>5.5 Expressões Idiomáticas Relacionadas ao Ano Sideral</p> <p>6. Localização em Libras: Pronomes Demonstrativos e Advérbios de Lugar</p> <p>6.1 Longe/Perto: Localização Regional Cidades e Estados</p> <p>6.2 Vocabulário Sinais Relacionado Trabalho/Escola</p> <p>7. Variações Linguísticas</p> <p>7.1 Dialeto Regional</p> <p>7.2 Dialeto Social</p> <p>7.3 Mudanças Históricas</p> <p>8. Iconicidade e Arbitrariedade</p> <p>8.1 Sinais Icônicos</p> <p>8.2 Sinais Arbitrários.</p> <p>9. Texto: Linguística e Libras</p>	10	10
II	<p>Tópicos e Conteúdo da Unidade 2</p> <p>2.1. Diferenças Básicas entre Português e LIBRAS</p> <p>2.2. Texto: Gramática de LIBRAS e Português</p> <p>2.3. Tipos de Verbos</p> <p>a. Verbos direcionais</p> <p>b. Verbos não direcionais</p> <p>c. Verbos com incorporação de negação</p> <p>d. Sinais em Contexto</p> <p>2.4. Adjetivos na LIBRAS</p> <p>a. Característica das Pessoas</p> <p>b. Sinais para Cores e Tonalidades</p> <p>2.5. Classificadores na LIBRAS</p> <p>2.6. Comparativo de Igualdade, Superioridade e Inferioridade</p>	10	10

	a. Grau Comparativo 2.7. Diálogos		
III	Tópicos e Conteúdo da Unidade 3 3.1. Sistema de Transcrição para a LIBRAS a. Sinais Simples b. Sinais Compostos c. Datilologia d. Sinal Soletrado e. Desinência de Gênero f. Traços Não Manuais g. Plural. 3.2. Procurado Emprego a. Sinais de Contextualização: Profissões e Meios de Comunicações b. Sinais Relacionados ao Ambiente de Trabalho/Escola c. Conversando Em Libras – Dialogo e Comunicação Expressão. 3.3. "Vamos Viajar?!" a. Expressões e Adverbios de Tempo/Frenquencia b. Conversando em Libras - Dialogo 3.4. Vamos as Compras?! a. Locais para as Compras - Caraúbas b. Conversando em Libras – Dialogo 3.5. Texto: Ética Profissional	10	10

Competências e Habilidades

Fluência na sinalização e na compreensão do sinalizante.
Compreensão de expressões não manuais
Uso avançado de classificadores
Compreensão e elaboração de textos complexos sinalizados

Metodologia

- Aulas com apresentação de slides e vídeos;
- Atividades em grupo;
- Apresentação de seminários;
- Apresentação e palestras.

Recursos Materiais

- Quadro branco
- Datashow
- TV e Vídeo
- Textos

Instrumentos de Avaliação

- Pontualidade/Assiduidade;
- Discussões/Debates;
- Prova em vídeo;
- Prova prática em LIBRAS (SEMINÁRIO)

Referências Bibliográficas Obrigatórias

ESTELITA, M. Elis – Escrita das Línguas de Sinais. Petrópolis: Arara Azul, 2007.
FELIPE, T.; MONTEIRO, M. S. LIBRAS em Contexto. Curso Básico. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria de Educação Especial, 2001.
QUADROS, R. M. de & KARNOPP, L. Língua de Sinais Brasileira: estudos lingüísticos. ArtMed: Porto Alegre, 2004.

Referências Bibliográficas Complementares

BRITO, L. F. Por uma Gramática de Língua de Sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.
BRITO, L. F. Por uma Gramática de Língua de Sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.
CAPOVILLA, F. C., RAPHAEL, W. D. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngüe da Língua de Sinais Brasileira. Vols. 1 e 2. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.
CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. (Ed.). Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira. Vols. 1 e 2. São Paulo: EDUSP, 2004.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



Componente Curricular: CAC0674 - LIBRAS - ESTUDOS INTERMEDIÁRIOS II

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Descrições complexas de pessoas, cenários e eventos. Recontagem de narrativas com enredos complexos. Diferenças de perspectivas na sinalização e o particionamento do corpo do sinalizador. Expressão de relações causais complexas. Uso avançado de classificadores. Exploração avançada do corpo e do espaço. Desenvolvimento de fluência na soletração manual e de números. Introdução ao uso de apoio no discurso.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Aprender alguns sinais da LIBRAS e revisar com o objetivo de absorver os sinais aprendidos no Nível I, tendo como forma de atividade diálogos em LIBRAS e em Português:

- Explorar diálogos e pequenas narrativas;
- Entender e criar diálogos;
- Conhecer um pouco o mundo e a cultura dos surdos

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	Tópicos e Conteúdo da Unidade 1 1.1 Sinais "MAIS" e seus contextos em Frases; 1.2 Utilizados com a função de verbos/substantivo em Libras e Português. 1.3 Processo Formação na Libras: Pares Mínimos e Derivação 1.4 Estudos Linguísticos das Línguas de Sinais	10	10
II	Tópicos e Conteúdo da Unidade 2 2.1 Tipos de Classificadores em LIBRAS 2.2 Classificadores em Pequenas Histórias e Filmes. 2.3 Sinais para Comidas e Tempero 2.4 Sinais para Bebidas, Refrigerantes e Sucos 2.5 Refeições em Texto da Tradução de português para Libras	10	10
III	Tópicos e Conteúdo da Unidade 3 3.1 Propriedades das Línguas Naturais 3.2 Uso de espaço 3.3 Tipos de Referentes presentes e ausentes sem localização 3.4 Os artefatos culturais do povo surdo	10	10

Competências e Habilidades

Desenvolver as habilidades de recepção e de produção sinalizada, visando às competências linguística, discursiva e sociolinguística na Língua Brasileira de Sinais em nível intermediário;

Metodologia

Referências Bibliográficas Obrigatórias

ESTELITA, M. Elis. Escrita das Línguas de Sinais. Petrópolis: Arara Azul, 2007.

FELIPE, T.; MONTEIRO, M. S. LIBRAS em Contexto. Curso Básico. Brasília: Ministério da

Educação e do Desporto/Secretaria de Educação Especial, 2001.

QUADROS, R. M. de & KARNOPP, L. Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos. ArtMed: Porto Alegre, 2004.

Referências Bibliográficas Complementares

Referencias Bibliograficas Complementares

BRITO, L. F. Por uma Gramática de Língua de Sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

CAPOVILLA, F. C., RAPHAEL, W. D. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngüe da Língua de Sinais Brasileira. Vols. 1 e 2. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. (Ed.). Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira Vols. 1 e 2. São Paulo: EDUSP, 2004.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



Componente Curricular: CAC1758 - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS I

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Movimentos corporais e faciais com ênfase em mímicas e gestos. Diferenças nas expressões faciais gramaticais e afetivas. Uso dos parâmetros da Libras: configurações de mão, movimento, ponto de articulação, orientação da mão e direção da mão. Reflexão sobre as estruturas léxico-gramaticais para o desenvolvimento das habilidades linguísticas e comunicativas na Libras.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

- Conceituar gestos, sinais e mímicas
- Observar as expressões faciais e os corporais são fundamental importância para o entendimento real do sinal, sendo que a entonação em língua de sinais é feita pela expressão facial.
- Diferenciar expressões faciais afetivas e gramaticais.
- Identificar a ordem básica da sentença, bem como as demais ordenações possíveis das sentenças na língua brasileira de sinais.
- Apresentar a gramática e distinguir os parâmetros na constituição dos sinais e também melhorar a gesticulação da formação de sinal.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	Tópicos e Conteúdo da Unidade 1 Aulas iniciais - Apresentação e discussão da disciplina. Conteúdos Programáticos; 1. Movimentos corporais e faciais 1.1. Língua de Sinais não é expressão corporal (Mímica) 1.2. Diferenças entre Gestos, Sinais e Mímica 1.3. Expressão facial 1.4. Expressão corporal	20	0
II	Tópicos e Conteúdo da Unidade 2 2. Diferenças nas expressões faciais gramaticais e afetivas 2.1 Nível morfológico. 2.2 Nível sintático. 2.3 A estrutura da frase na língua de sinais. 2.4 Construções com aspecto, tópico, foco. 2.5 Construções com negativas, interrogativas, afirmativas. 2.6 Construções com argumentos pronunciados e nulos.	20	0
III	Tópicos e Conteúdo da Unidade 3 3. Parâmetros da Libras 3.1 Configurações de mão 3.2 Movimento 3.3 Ponto de articulação 3.4 Orientação da mão e direção da mão 3.5 Expressão corporais e faciais	20	0

Competências e Habilidades

A disciplina tem por finalidade fazer a distinção do que é Libras e mímicas, bem como explicar sobre as configurações de mão, os parâmetros, movimento, orientação da mão e expressões corporais e faciais dentro da Libras, estruturação de frases dentro do contexto da Libras.

Metodologia

Metodologia:

- Aulas
- Exposições/dialogadas
- Apresentação slides
- Textos PDF
- Assistir dos vídeos
- Atividades Grupo
- Discussão de aula
- Dialogo em LIBRAS - Grupo
- Prática de aula
- Atividades
- Cronograma da unidade III: Apresentação da LIBRAS
- Orientação dos alunos
- Plano de aula - conteúdos, metodologia e material didático
- Apresentação na sala de aula

Procedimentos de Avaliação da Aprendizagem:

- Participação das aulas;
- Assiduidade;
- Pontualidade no retorno das atividades Propostas;
- Avaliação por unidade;

Referências Bibliográficas Obrigatórias

Quadros, Ronice Muller. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. . Artmed. 2004. ISBN: 978-85-363-0308-6 (Broch.)

Quadros, Ronice Müller. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. . Artmed. 1997. ISBN: 978-85-7307-265-5 (broch.)

Gesser, Audrei. LIBRAS?: que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. 8.ed.. Parábola. 2009. ISBN: 978-85-7934-001-7 (Broch.)

Referências Bibliográficas Complementares

Ferreira, Lucinda. Por uma gramática de língua de sinais . . Tempo Brasileiro. 2010. ISBN: 85820069-8 (Broch)

Gesser, Audrei. LIBRAS?: que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. 8.ed.. Parábola. 2009. ISBN: 978-85-7934-001-7 (Broch.)

Choi, Daniel. Libras: conhecimento além dos sinais. . Pearson Prentice Hall. 2011. ISBN: 978-85-7605-878-6 (Broch.)

· Letras libras: ontem, hoje e amanhã. . Editora UFSC. 2014. ISBN: (Broch.)

Segala, Sueli Ramalho. A imagem do pensamento: libras. . Escala Educacional. 2012. ISBN: 978-85-377-1716-5(Broch.)

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/05/2024 11:04

Componente Curricular: CAC1762 - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS II

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Exploração do espaço de sinalização do ponto de vista linguístico e topográfico. Descrição visual de nível inicial: técnicas e habilidades. Estudo das situações prático-discursivas da Libras mediante a aprendizagem e o uso de estruturas léxico-gramaticais de nível inicial para o desenvolvimento das habilidades linguísticas e comunicativas.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

- Discutir os princípios da linguística das línguas de sinais e problematizar possíveis estratégias de ensino.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	Tópicos e Conteúdo da Unidade 1 1.1 Apresentação, discussão do plano da disciplina e do conteúdo programático; 1.2 Nível morfológico 1.3 Nível da sintaxe 1.4 Negação (neg) 1.5 Expressões não-manuais da sintaxe	10	10
II	Tópicos e Conteúdo da Unidade 2 2.1 Estrutura da sentença em Libras 2.2 Frases na Libras 2.3 Tipos de verbos na Libras 2.4 Comparativos: superioridade, inferioridade, igualdade e MAIS e seus contextos	0	20
III	Tópicos e Conteúdo da Unidade 3 3.1 Tipos de Classificadores em Libras 3.2 Atividade: formas e descritivos classificadores 3.3 Análise de Conhecimento - classificadores	0	20

Competências e Habilidades

A disciplina motiva o aluno a conhecer um pouco mais sobre a Libras, a contextualização dentro de frases e discursos, o uso de verbos e classificadores.

Metodologia

Metodologia:

- Aulas com apresentação de slides e vídeos;
- Aulas expositivas e dialogadas
- Atividades de individual e em grupo
- Apresentação de trabalhos individuais e em grupo

Procedimentos de Avaliação da Aprendizagem:

- Participação das aulas;
- Assiduidade;
- Pontualidade no retorno das atividades Propostas;

· Avaliação por unidade;

Referências Bibliográficas Obrigatórias

Quadros, Ronice Muller. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. . Artmed. 2004. ISBN: 978-85-363-0308-6 (Broch.)

Quadros, Ronice Müller. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. . Artmed. 1997. ISBN: 978-85-7307-265-5 (broch.).

Gesser, Audrei. LIBRAS?: que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. 8.ed.. Parábola. 2009. ISBN: 978-85-7934-001-7 (Broch.)

Referências Bibliográficas Complementares

Ferreira, Lucinda. Por uma gramática de língua de sinais . . Tempo Brasileiro. 2010. ISBN: 85820069-8 (Broch)

. Letras libras: ontem, hoje e amanhã. . Editora UFSC. 2014. ISBN: (Broch.)

Gesser, Audri. O ouvinte e a surdez : sobre ensinar e aprender a Libras. . Parábola. 2012. ISBN: 978-85-7934-050-5 (Broch.)

Segala, Sueli Ramalho. A imagem do pensamento: libras. . Escala Educacional. 2012. ISBN: 978-85-377-1716-5(Broch.)

Baggio, Maria Auxiliadora. Libras . . InterSaberes. 2017. ISBN: 978-85-443-0188-3(Broch.)

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/05/2024 11:05

Componente Curricular: CAC1766 - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS III

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Descrição visual de nível intermediário: técnicas e habilidades. Uso de expressões não-manuais com enfoque facial. Classificadores: Tipos de classificadores e restrições que se aplicam ao uso dos mesmos. Estudo das situações prático-discursivas da Libras mediante a aprendizagem e o uso de estruturas léxico-gramaticais de nível pré-intermediário para o desenvolvimento das habilidades linguísticas e comunicativas. Inclusão dos aspectos socioculturais das comunidades surdas.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Compreensão da importância do uso do espaço e dos classificadores nas línguas de sinais.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	Tópicos e Conteúdo da Unidade 1 1 - Parâmetros de Libras com vocabulários e sinais formais e informais. 2 - Marcações não-manuais. 3 - Uso do espaço: Role-play em Libras.	10	10
II	Tópicos e Conteúdo da Unidade 2 1 - Código de Ética do intérprete. 2 - Perspectiva Longe/Perto. 3 - Contextualização sinalizada: Tipos de verbos. 4 - Comparativo de igualdade, superioridade e inferioridade.	10	10
III	Tópicos e Conteúdo da Unidade 3 1 - Classificadores em Libras – O que são e como usa-los? 2 - Tipo de Classificadores. 3 - Papel dos classificadores em Libras. 4 - Descritivos visuais (descritivos imagéticos).	10	10

Competências e Habilidades

Atividades individuais e em grupo;
 Participação nas aulas e em debate;
 Vivência da prática da disciplina em sala de aula, tendo como critérios a responsabilidade e execução de tarefas realizadas.

Metodologia

Aulas expositivas e dialógicas;
 Aulas mediadas individuais e em grupo;
 Produção visual em Libras.

Referências Bibliográficas Obrigatórias

CAPOVILLA, F.C.; RAPHAEL, W.D.. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais. 3ª Ed. São Paulo: EDUSP, 2008.
 QUADROS, R.M. de; KARNOPP, L. Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.
 QUADROS, R.M. de; STUMPF, M.R.; LEITE, T.A. (orgs.). Estudos da língua brasileira de sinais I. Florianópolis: Insular, 2013.

Referências Bibliográficas Complementares

Referencias Bibliograficas Complementares

FERREIRA BRITO, L.. Por uma gramática de línguas de sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

GESSEER, A.. Libras: que língua é essa? São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

TEIXEIRA, V.G.. A iconicidade e arbitrariedade na Libras. Disponível em:

http://www.filologia.org.br/vii_sinefil/COMPLETOS/A%20iconicidade%20e%20arbitrariedade%20na%20Libras%20-%20VANESSA.pdf

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse

https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/05/2024 11:07

Componente Curricular: CAC1776 - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS IV

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Descrição visual de nível avançado: técnicas e habilidades. Uso de expressões não-manuais com enfoque corporal. Papel dos classificadores na língua de sinais. Estudo das situações prático-discursivas da LIBRAS mediante a aprendizagem e o uso de estruturas léxico-gramaticais de nível intermediário para o desenvolvimento das habilidades linguísticas e comunicativas. Inclusão dos aspectos socioculturais das comunidades surdas.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Aprimoramento do vocabulário avançado de Libras, compreendendo as particularidades culturais e linguísticas das comunidades surdas, além de desenvolver habilidades comunicativas que contribua para a inclusão da pessoa surda no âmbito escolar e social

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	Tópicos e Conteúdo da Unidade 1 1. Um breve passeio pela história do surdo; 2. Diferença entre datilografia e soletração de sinais; 3. O emprego da datilografia em textos;	10	10
II	Tópicos e Conteúdo da Unidade 2 1. Classificador e sua empregabilidades; 2. Metáforas em Libras e Português 3. Interpretação de textos distintos; 4. Interpretação de diferentes situações;	10	10
III	Tópicos e Conteúdo da Unidade 3 1. Aplicabilidade de recursos (classificador, role play, expressão corporal e facial) na interpretação; 2. Estratégias de competência comunicativa, linguística e tradutória; 3. Prática em Libras: preparação e performance; 4. Dinâmicas relacionadas aos contextos em libras: sinais informais e formais;	10	10

Competências e Habilidades

Para que os alunos adquiram a habilidade e autonomia de usar a Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS em qualquer ambiente que tenha surdo.

Metodologia

Exposições dialogadas, dinâmicas de grupo, painel e filmes/documentários. Tais atividades como: seminário, leitura de texto, prática em Libras que serão desenvolvidas a partir dos princípios da aprendizagem significativa, acordo com desenvolvimento de cada aluno.

Referências Bibliográficas Obrigatórias

CAPOVILLA, F.C.; RAPHAEL, W.D. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

Quadros, Ronice Muller. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. . Artmed. 2004. ISBN: 978-85-363-0308-6 (Broch.)

QUADROS, R.M. de; STUMPF, M. R.; LEITE, T.A. (orgs.). Estudos da língua brasileira de sinais I. Florianópolis: Insular, 2013.

Referências Bibliográficas Complementares

Referencias Bibliograficas Complementares

HURFORD, J.R.; HEASLEY, B.. Curso de semântica. Trad. Delzimar da Costa Lima e Dóris Cristina Gedrat. Canoas: Ed. ULBRA, 2004.

McCLEARY, L.; VIOTTI, E.. Transcrição de dados de uma língua sinalizada: um estudo piloto da transcrição de narrativas na língua de sinais brasileira (LSB). In:

SALLES, H. (org.) Bilinguismo e surdez. Questões linguísticas e educacionais. Goiânia: Cânone Editorial, 2007.

QUADROS, R.M. de. Efeitos de modalidade de língua: as línguas de sinais. In: Educação Temática Digital. Campinas, v.7, n.2, p.167 177, jun. 2006. Disponível em: ojs.fe.unicamp.br/ged/etd/article/view/1640



QUADROS, R.M. de, PIZZIO, A.L.. Aquisição da língua de sinais brasileira: constituição e transcrição dos corpora. In: SALLES, H. (org.) Bilinguismo e surdez. Questões linguísticas e educacionais. Goiânia: Cânone Editorial, 2007.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação

 UFERSA Graduação	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS	 SUTIC
EMITIDO EM 23/05/2024 11:05		

Componente Curricular: CAC1778 - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS V

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Estudo das situações prático-discursivas da LIBRAS, mediante a aprendizagem e o uso de estruturas léxico-gramaticais de nível intermediário-avançado para o desenvolvimento das habilidades linguísticas e comunicativas. Inclusão dos aspectos socioculturais das comunidades surdas.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Compreensão e interpretação do texto envolvido aos fenômenos semânticos nas línguas de sinais.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº c Teóric
I	Tópicos e Conteúdo da Unidade 1 1 - A História de Educação de Surdos e a perspectiva da Pedagogia Surda. 2 - Os Sinais para Valores Monetários relacionados ao contexto de compras e valores monetários. 3 - Os Aspectos gramaticais de Libras: Polissemia, Derivação e Pares mínimos.	10
II	Tópicos e Conteúdo da Unidade 2 1 - As formas de referência na Língua Brasileira de Sinais. 2 - Referências dêiticas e anafóricas. 3 - Categorização, Hiperonímia e Hiponímia. 4 - Produção de texto envolvendo o aspecto de referências no espaço de sinalização.	10
III	Tópicos e Conteúdo da Unidade 3 1 - Significados em Libras. 2 - Estudo semântico de Libras. 3 - Metáfora d existentes na Língua Brasileira de Sinais.. 4 - Produção de texto envolvendo a Metáfora da Libras.	10

Competências e Habilidades

Atividades individuais e em grupo;
Participação nas aulas;
Produções visuais;
Assiduidade na entrega de tarefas solicitadas.

Metodologia

Aulas expositivas e dialógicas;
Aulas mediadas individuais e em grupo;
Produção e interpretação de textos em Libras.

Referências Bibliográficas Obrigatórias

FERREIRA BRITO, L. Por uma gramática de línguas de sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.
SACKS, O. Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998.
QUADROS, R.M. de; KARNOPP, L.. Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Referências Bibliográficas Complementares

Referencias Bibliograficas Complementares
CAPOVILLA, F.C.; RAPHAEL, W.D.; MAURICIO, A.C.L.. Novo Deit-Libras: dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais São Paulo: EDUSP, 2009. v. I e II.
FELIPE, T.A. Libras em contexto: curso básico. Brasília: MEC/SEESP, 2007. Disponível: <https://repositorio.faculadefama.edu.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/14/Libras%20em%20contexto%20Livro%20do%20est%20sequence=1&isAllowed=y>
GRIPP, H. A história da língua de sinais dos surdos brasileiros. Rio de Janeiro: Editora Arara Azul, 2011. Disponível: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/93667/282673.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
WILCOX, S.; WILCOX, P. Aprender a ver. Trad. Tarcísio Leite. Rio de Janeiro: Arara Azul, 2005. Disponível: <https://www.editora-arara-azul.com.br/pdf/livro2.pdf>

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação
--



Componente Curricular: CAC1781 - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS VI

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Estudo de situações prático-discursivas da Libras, mediante a aprendizagem e o uso de estruturas léxico-gramaticais de nível avançado para o desenvolvimento das habilidades linguísticas e comunicativas, com ênfase nos aspectos socioculturais das comunidades surdas.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

A disciplina tem como objetivo discutir sobre temas que envolva a Libras, as praticas discursivas e os aspectos socioculturais da comunidade surda.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	Apresentação pessoal; Apresentação da ementa; Discutir texto: Aquisição da Linguagem. Exibição de vídeo. Explicar sobre avaliação. Momento de organizar os grupos e elaborar as perguntas. Sorteio das apresentações. Realização das entrevistas. Apresentação do seminário.	10	10
II	Discutir texto: Diferentes olhares na história de surdos Discutir texto: Língua Brasileira de Sinais: Aspectos Linguísticos e culturais. Explicação da avaliação: Elaboração de um plano de aula. Aula livre para elaboração dos Planos de Aula. Apresentação dos grupos de seminário unidade II.	10	10
III	Apresentar a unidade III, explicar como será a avaliação, bem como organizar os grupos e sorteios das apresentações. Apresentação de filmes ou series que envolva o sujeito surdo como personagens. Orientações do seminário. Apresentação de um grupo. Apresentação de um grupo. Apresentação de um grupo.	10	10

Competências e Habilidades

Discutir sobre os conteúdos que envolva a Libras e sua aquisição por pessoas surdas nas aulas, bem como fazer com que os alunos reflitam sobre o sujeito surdo e suas vivências perante a sociedade.

Metodologia

A Metodologia se da por meio de discuções e reflexões sobre o entendimento dos alunos mediante os conteúdos ministrados dentro de sala.

Referências Bibliográficas Obrigatórias

FERREIRA BRITO, L.. Por uma gramática de línguas de sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

SACKS, O. Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

QUADROS, R.M. de; KARNOPP, L. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Referências Bibliográficas Complementares

CAPOVILLA, F.C.; RAPHAEL, W.D.; MAURICIO, A.C.L.. Novo Deit-Libras: dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira. São Paulo: EDUSP, 2009. v. I e II.

GRASSI, D.; ZANONI, G. G.; VALENTIN, S. M. L. Língua brasileira de sinais: aspectos linguísticos e culturais. Revista Trama, v. 7, n. 14, 2011.

GUIMARÃES, A. R. G. P. O signo linguístico e as imagens: sobre representar e desvendar. Revista Interfaces, v. 9, p. 163 -171, 2018.

QUADROS, R.M. de. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/05/2024 11:08

Componente Curricular: CAC0576 - LINGÜÍSTICA

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Estudos das correntes linguísticas funcionalistas: Linguística Aplicada, Linguística Funcional, Linguística da Enunciação, Análise do Discurso e Linguística Textual. Contribuições dessas perspectivas teóricas para o ensino.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

1. Objetivo Geral
2. Compreender as especificidades das correntes linguísticas pós-estruturalistas e suas implicações no âmbito do ensino de línguas.
3. Objetivos Específicos
 - Situar o percurso teórico-metodológico das correntes linguísticas pós-estruturalistas.
 - Entender os principais conceitos e abordagens do Funcionalismo, da Linguística Textual, da Linguística Aplicada e da Análise do Discurso.
 - Discutir possibilidades de aplicação dos princípios das teorias antes mencionada à análise, organização e ensino de textos, considerando suas implicações para o ensino de línguas.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	1. A virada pragmática nos estudos linguísticos 1.1 Visão panorâmica sobre o paradigma funcionalista nos estudos da linguagem 1.2 A noção de função 1.3 O funcionalismo europeu 1.4 O funcionalismo norte-americano 1.5 Os principais conceitos do funcionalismo	15	5
II	2. Introdução à Linguística Textual 2.1 Conceito, percurso histórico, objeto e pressupostos 2.2 Propriedades da textualidade 2.3 Texto e noções de textualidade 2.4 Coesão textual: conceitos e recursos 2.5 Coerência textual: um princípio de interpretabilidade 2.6 Referenciação	15	5
III	3. Introdução à Linguística Aplicada e à Análise do Discurso 3.1 Conceito, percurso histórico, objeto e pressupostos da LA 3.2 A Linguística Aplicada e o ensino e a aprendizagem de línguas 3.3 Análise do Discurso: conceitos, pressupostos e objetos	15	5

Competências e Habilidades

Compreensão da natureza funcional da linguagem, das propriedades textuais, aspectos enunciativos e discursivos dos diversos gêneros que circulam socialmente.
 Aplicação dos pressupostos teóricos das correntes teóricas no ensino de línguas.

Metodologia

- Aulas expositivo-dialogadas; leituras/discussão de textos teóricos, podendo compreender a elaboração de fichamentos, resumos e resenhas.

Referências Bibliográficas Obrigatórias

BENTES, Anna Christina.; MUSSALIM, Fernanda. Introdução à linguística: domínios e fronteiras. 9.ed. rev. São Paulo: Cortez, 2012.
KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender: os sentidos do texto. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2012.
KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. Introdução à linguística textual. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

Referências Bibliográficas Complementares

ANTUNES, Irandé. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
ORLANDI, E. P. O que é Linguística. São Paulo: Brasiliense, 1986.
KOCH, Ingedore G. Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Texto e coerência. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
SOUZA, Edson Rosa De. Funcionalismo linguístico: novas tendências teóricas. São Paulo: Editora Contexto, 2012.
SAUSSURE, F. de. Curso de Linguística Geral. Tradução de Antônio Chelini, José Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1995.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/05/2024 11:09

Componente Curricular: CAC1797 - LITERATURA INFANTO-JUVENIL

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Literatura infanto-juvenil: conceito, abrangência, temas e formas. Os gêneros literários e a literatura infanto-juvenil: a poesia e a prosa. Tendências clássicas e contemporâneas da literatura infanto-juvenil.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Geral

- Analisar a origem e formação da literatura infanto-juvenil e obras do Brasil e do mundo, com vistas a favorecer a construção do indivíduo em seu meio afetivo, social e cultural.

Propostas de procedimentos metodológicos para a abordagem de obras no universo escolar.

Específicos

- Apresentar um panorama histórico da literatura infanto-juvenil, a partir do conceito e das origens dos textos literários.
- Compreender as influências e tendências clássicas e contemporâneas para o processo de formação da literatura infanto-juvenil.
- Habilitar o aluno para a utilização prazerosa e eficiente da poesia, da prosa e do drama na literatura infantojuvenil.
- Discutir a importância da literatura infantil e juvenil na formação do/a leitor/a.
- Estimular o uso adequado do texto literário infantojuvenil na escola como ferramenta pedagógica para a formação ética e estética do leitor(a).
- Promover estratégias metodológicos para a abordagem de obras no universo da literatura infanto juvenil de incentivo à leitura na escola

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	1 – Contextualização da literatura infantojuvenil na história. 2 – Influência da literatura infanto-juvenil europeia sobre a produção brasileira – traduções e adaptações. 3 - Precusores da Literatura infanto-juvenil brasileira: Lourenço Filho, Cecília Meireles e Monteiro Lobato.	20	0
II	4 – Panorama geral da literatura infantojuvenil contemporânea no mundo e no Brasil 5 – O Gênero lírico para crianças e adolescentes 6 – O Teatro infantil: um gênero menor para menores? 7 – O Gênero narrativo para crianças e adolescentes	20	0
III	8 - Tendências contemporâneas dos gêneros literários para crianças e adolescentes 9 - O lugar da literatura infantojuvenil no universo escolar. 10 – O letramento literário e a formação do leitor: procedimentos metodológicos a partir do texto literário infantojuvenil.	20	0

Competências e Habilidades

Participação em atividades de aprendizagem presencial, propostas durante a execução do componente curricular. Todas as atividades serão avaliadas, embora nem sempre pontuadas, tendo em vista a importância da avaliação contínua para o processo de ensino e aprendizagem:

Habilidades durante as Atividades

Aulas Expositivas

Exposições dialogadas

Seminários

Atividades escritas

Uso de recursos midiáticos;

Leitura de Textos (teóricos e literários).
Questionários.

Metodologia

Metodologias

A disciplina Literatura Infante Juvenil segue a RESOLUÇÃO No 33, DE 6 DE JULHO DE 2022, que estabelece as diretrizes para o retorno integralmente presencial das atividades de ensino dos cursos de graduação presenciais, no âmbito da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), para o semestre 2022.1. As aulas presenciais contemplarão discussão de textos críticos-teóricos e de obras literárias que as temáticas destacadas na disciplina e atividades avaliativas.

O aluno matriculado em Literatura Infante Juvenil precisará participar das aulas presenciais para o sucesso das atividades.

As atividades serão realizadas de forma individual e colaborativas.

Referências Bibliográficas Obrigatórias

Bibliografia Básica:

ARROIO, Leonardo. Literatura infantil brasileira. 3. ed. São Paulo: Unesp, 2011.

BORDINI, M.G. Poesia Infantil. São Paulo: Ática, 1986.

COELHO, Nelly Novaes. Literatura infantil: teoria, análise, didática. 7. ed. São Paulo: Moderna, 2002.

Referências Bibliográficas Complementares

Referencias Bibliograficas Complementares

COELHO, Nelly Novaes. Panorama histórico da literatura infantil/juvenil: das origens indoeuropeias ao Brasil contemporâneo. 5. ed. São Paulo: Amariyls, 2010.

E CUNHA, M.A.A. Literatura Infantil: teoria e prática. 4 ed. São Paulo: Ática, 1990.

HUNT, Peter. Crítica, teoria e literatura infantil. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

KHEDE, S.S. Personagens da Literatura Infante-Juvenil. São Paulo: Ática, 2000.

PAIVA, Aparecida; SOARES, Magda (orgs.). Literatura infantil: políticas e concepções. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



Componente Curricular: CAC0673 - METODOLOGIA CIENTÍFICA

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Conhecimento e saber: O conhecimento científico e outros tipos de conhecimento. Principais abordagens metodológicas. Contextualização da ciência contemporânea. Documentação científica. Tipos de trabalho acadêmico-científico. Pesquisa: tipos de pesquisa.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

- Apresentar aos alunos os fundamentos da construção do conhecimento científico.
- Entender o percurso da construção de uma pesquisa científica: objetivos, hipóteses e problemas.
- Compreender as bases epistemológicas da ciência moderna e da ciência contemporânea.
- Identificar os elementos básicos do método científico.
- Compreender as fases da investigação científica: planejamento, elaboração do projeto de pesquisa, execução, análise dos dados, divulgação.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	- Conhecimento científico e outros tipos de conhecimento - Contextualização da ciência contemporânea.	20	0
II	- Tipos de trabalho acadêmico-científicos – relatórios, artigos de pesquisa, monografias, dissertações, teses. - Técnicas de estudo. - Normas técnicas de informação e documentação - ABNT	20	0
III	- Metodologias de pesquisa: abordagens qualitativas e quantitativas. - Métodos de procedimentos. - Tipos de pesquisa: bibliográfica, estudo de caso, pesquisa de campo, pesquisa etnográfica. - Instrumentos de pesquisa.	20	0

Competências e Habilidades

Conhecimento e saber: o conhecimento científico e outros tipos de conhecimento. Principais abordagens metodológicas. Contextualização da ciência contemporânea. Documentação científica. Tipos de trabalho acadêmico-científico. Pesquisa: tipos de pesquisa.

Metodologia

Recursos Didáticos

- Exposições dialogadas;
- Aulas mediadas por construções grupais.

Recursos Materiais

- Quadro branco
- Datashow
- TV e Vídeo
- Textos

Instrumentos de Avaliação

- Provas individuais
- Estudos de Casos
- Exercícios de Fixação

- Trabalhos temáticos grupais
- Resenhas de leituras

Referências Bibliográficas Obrigatórias

ARANHA, Maria L. de Arruda; MARTINS, Maria H. Pires. Temas de Filosofia. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1998.
ANDRADE, Maria M. Introdução à Metodologia do Trabalho Científico. 4. ed. Atlas, 1989.
SEVERINO, A J. Metodologia do Trabalho Científico. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

Referências Bibliográficas Complementares

LAKATOS, Eva Maria; Marconi, Marina de Andrade. Fundamentos da Metodologia Científica. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992.
MATTAR NETO, João Augusto. Metodologia Científica na Era da Informática. São Paulo: Saraiva, 2002.
GALLIANO, A. Guilherme. O Método Científico: teoria e prática. São Paulo: Herbra. 1990.
GIL, Antonio Carlos. Como Elaborar projetos de pesquisa. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
RUDIO, Franz Victor. Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse
https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código
do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



Componente Curricular: CAC0686 - METODOLOGIA DE ENSINO DE LIBRAS COMO L2

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Aspectos metodológicos do ensino da língua de sinais como segunda língua, por meio do contexto e textualização em sinais articulado com o uso da língua e da prática da análise linguística. Análise dos livros didáticos existentes no país. Atividades metalinguísticas como instrumento de apoio para a discussão dos aspectos da língua. Uso de recursos expressivos da língua que convêm às condições de produção do discurso e às finalidades e objetivos do texto: expressões não manuais. Noções de planejamento. Produção de unidades pedagógicas. Atividades de prática como componente curricular.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

O objetivo geral é apresentar e relacionar as metodologias cânones de ensino de línguas segundas e/ou estrangeiras (L2/LE) ao contexto de ensino de LIBRAS.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	<p>Tópicos e Conteúdo da Unidade 1</p> <p>1. Aspectos metodológicos do ensino da língua de sinais como segunda língua, por meio do contexto e textualização em sinais articulado com o uso da língua e da prática da análise linguística.</p> <p>1. O que é metodologia de ensino de línguas?</p> <p>1.1 Começando a conversa...</p> <p>1.2 L1, L2, e LE: por uma definição quase possível...</p> <p>2. Histórico e princípios das metodologias de ensino de línguas</p> <p>2.1 E os métodos em Línguas de Sinais, o que dizer?</p> <p>2.2 Alguns jargões utilizados no Ensino de Língua Comunicativo</p> <p>2.3 O que é ensinar línguas?</p> <p>2.4 Ensinar é uma arte...</p> <p>2.5 Ensinando a partir de princípios cognitivos, afetivos e linguísticos</p> <p>2.6 Por uma prática de ensino reflexivo</p> <p>2.7 Operação global de ensino e as competências do professor.</p>	10	10
II	<p>Tópicos e Conteúdo da Unidade 2</p> <p>3. Atividades metalinguísticas como instrumento de apoio para a discussão dos aspectos da língua.</p> <p>3.1 Variáveis no contexto de ensino</p> <p>3.2 O papel da Língua Materna na aprendizagem de L2/LE</p> <p>3.3 Estilos cognitivos de aprendizagem</p> <p>3.4 Estratégias de aprendizagem</p> <p>4. Produção de unidades pedagógicas</p> <p>4.1 Habilidades receptivas e produtivas das línguas</p> <p>4.2 Compreensões oral e compreensão visual: alguns paralelos</p> <p>4.3 Produção oral e expressão sinalizada: alguns paralelos</p> <p>4.4 Observações sobre o ensino de vocabulário</p> <p>4.4 Ensino da gramática da LIBRAS</p> <p>4.5 Ensino da datilografia</p>	10	10

	4.6 Classificando as técnicas de ensino...		
III	Tópicos e Conteúdo da Unidade 3 5. Análise dos livros didáticos existentes no país, Noções de planejamento e Atividades de prática como componente curricular. 5.1 Material didático 5.2 Delineando princípios e critérios para avaliar livros-texto 5.3 Notas sobre reformulação e criação de material didático 5.4 Cursos, unidades e aulas 5.5 Elaborando o plano de aula... 5.6 Questões no planejamento de cursos e unidades 5.7 Uma palavrinha sobre currículo	10	10

Competências e Habilidades

Desenvolver projetor e/ou atividades em libras com L2
Noções de planejamento
Elaboração de material didático adaptado e adequado para o ensino de libras como L2

Metodologia

Recursos Didáticos
- Aulas com apresentação de slides e vídeos;
- Atividades em grupo;
- Apresentação de seminários;
- Apresentação e palestras.

Recursos Materiais

- Quadro branco
- Datashow
- TV e Vídeo
- Textos

Instrumentos de Avaliação

- Pontualidade/Assiduidade;
- Discussões/Debates;
- Prova em vídeo;
- Prova prática em LIBRAS (SEMINÁRIO)

Referências Bibliográficas Obrigatórias

KEMP, Mike. Fatores para o sucesso da aquisição da língua de sinais: variáveis sociais. In: Congresso Surdez e Pós-Modernidade: novos rumos para educação brasileira, 18 a 20 de setembro de 2002. INES, divisão de Estudos e Pesquisas – Rio de Janeiro, 2002.
LACERDA, Cristina B. F. de, MANTELATTO, Sueli A. C. & LODI, Ana Claudia B. Problematizando o ensino de língua de sinais: discutindo aspectos metodológicos. In: Anais do VI Congresso Latinoamericano de Educacion Bilingüe-Bicultural para Sordos. Santiago de Chile, julho de 2001.
POERSCH, J. M. Atitudes e Aptidões no Ensino de Línguas: é possível alfabetizar em língua Estrangeira? Letras de Hoje, Porto Alegre, v.30, n.2, pp. 193-205, junho 1995.

Referências Bibliográficas Complementares

CIAVATTA, Maria; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org). Ensino médio: ciência, cultura e trabalho. Brasília: MEC: SEMTEC, 2004.
COMENIUS, J. A. Didática magna. Lisboa: Fundação Calouste Glubenkian, 1987
ELLIS, Rod. Second Language Acquisition and Language Pedagogy. Multilingual Matters Ltd. Clevedon. Philadelphia. Adelaide. 1993.
SCLIAR-CABRAL, L. Semelhanças e diferenças entre a aquisição das primeiras línguas e a aquisição sistemática das segundas línguas. In.: BOHN, H; VANDRESEN, P. Tópicos de Linguística Aplicada: o ensino de línguas estrangeiras. Florianópolis: Ed. UFSC, 1988
VENTURI, Maria Alice. Aquisição de Língua Estrangeira numa Perspectiva de Estudos Aplicados. Ed. Contexto, São Paulo, 2006.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/05/2024 11:05

Componente Curricular: CAC0691 - METODOLOGIA DE ENSINO DE LITERATURA SURDA

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Metodologia de ensino de Literatura Surda. Organização de unidades pedagógicas de língua e literatura na língua de sinais brasileira. Atividades de prática como componente curricular.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Viabilizar a discussão sobre como ensinar literatura surda incentivando a produção de histórias e poemas sinalizados, como também organizar unidades pedagógicas de literatura surda.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	Tópicos e Conteúdo da Unidade 1 Análise de livros 1. Análise de livros: ênfase na literatura infantil sobre surdos. 2. Reconhecer as representações da cultura surda, caracterizada pela experiência visual. 3. Registros da ficção e do imaginário surdo como método de aproximação com a literatura. 4. Formas de ler, traduzir, conhecer, analisar e produzir material literário surdo.	10	10
II	Tópicos e Conteúdo da Unidade 2 Contaçõ de história 1. Formas de transmissão das histórias. 2. Contaçõ de histórias em sala de aula (mista), como exploraçõ à criatividade ao imaginário. 3. Contaçõ de história sem texto. 4. A função social dos contos e a importância do papel que desempenham na vida do ser surdo.	10	10
III	Tópicos e Conteúdo da Unidade 3 Produção e adaptação de material literário 1. Monteiro Lobato - Sítio do Picapau Amarelo. 2. Irmãos Grimm – Chapeuzinho Vermelho e A Bela Adormecida. 3. Contos de fadas. 4. Teatro Surdo.	10	10

Competências e Habilidades

Produzir material didático para compreensão e aplicação da literatura surda no cotidiano dos discentes;

Desenvolver estratégias que viabilizem o ensino da literatura surda;

Utilizar métodos que valorize a literatura e a cultura surda.

Metodologia

Recursos Didáticos

- Exposições dialogadas;
- Aulas mediadas por construções grupais.
- Dramatização

Recursos Materiais

- Quadro branco
- Datashow
- Notebook
- Textos
- Caneta para Lousa

Instrumentos de Avaliação

- Provas individuais
- Exercícios de Fixação
- Trabalhos temáticos grupais
- Resenhas de leituras

Referências Bibliográficas Obrigatórias

COTES, CLÁUDIA. O Som do Silêncio. São Paulo: Lovise, 2004.

ESTÓRIAS EM LÍNGUAS DE SINAIS. Disponível em: <<http://www.brinquelibras.com.br/>>

SILVEIRA, Rosa H. Contando histórias sobre surdos(as) e surdez. In: COSTA, M. (org.). Estudos Culturais em Educação. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

Referências Bibliográficas Complementares

ROSA, Fabiano; KARNOPP, Lodenir. Patinho Surdo. Canoas: ULBRA, 2005.

SILVEIRA, Rosa Maria H. Texto e Diferenças. In: Leitura em Revista 03. Ano 02, Janeiro-Junho, 2002, pp. 19-22.

SKLIAR, Carlos (org.). A Surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.

LEBEDEFF, Tatiana. Reflexões sobre adaptações culturais em histórias infantis produzidas para a comunidade surda. In: ORMEZZANO, Graciela; BARBOSA, Márcia (org.). Questões de Intertextualidade. Passo Fundo: UPF, 2005, pp. 179-188.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/05/2024 11:04

Componente Curricular: CAC0661 - MÉTODOS DE CRÍTICA LITERÁRIA

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Tipos de crítica (formalista, hermenêutica, estruturalista, fenomenológica, psicanalítica, estilística, sociológica, genética, poética, filosófica). Literatura e história. Literatura e memória. Literatura e estudos culturais. Técnicas de abordagem e de leitura do texto literário.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Perceber e refletir sobre as mais correntes perspectivas da Crítica Literária. Praticar métodos e técnicas de análise do texto literário.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	Apresentação da Disciplina 1.A Crítica Literária e as correntes de análise – “A Filosofia da Composição”, de Edgar Allan Poe – reflexões; 2.Correntes da crítica literária – formalista, hermenêutica, estruturalista, fenomenológica e psicanalítica – reflexões; 3.Correntes da crítica literária – estilística, sociológica, genética, poética e filosófica – reflexões.	20	0
II	1.Hayden White; Carlo Ginzburg – as narrativas históricas: a questão do narrador (reflexões); 2.Le Goff; Ecléa Bosi – Literatura e Memória: a questão do texto literário como documento/monumento e registro histórico (reflexões); 3.Literatura e Estudos Culturais – Homi Bhabha; Stuart Hall; Edward Said: literatura e identidade – a questão da autoria (reflexões).	20	0
III	1.Técnicas e métodos para a abordagem do texto literário: Antonio Candido, Roberto Schwarz; 2.Técnicas e métodos para a abordagem do texto literário: Freud, Lacan; 3.Técnicas e métodos para a abordagem do texto literário: Spivak, Chauí.	20	0

Competências e Habilidades

Ser capaz de reconhecer diferentes tipos de crítica (formalista, hermenêutica, estruturalista, fenomenológica, psicanalítica, estilística, sociológica, genética, poética, filosófica).

Metodologia

Recursos Didáticos:

- Exposições dialogadas;
- Aulas mediadas por construções grupais.

Recursos Materiais:

- Quadro branco
- Datashow
- Notebook
- Textos

Instrumentos de Avaliação:

- Provas individuais
- Exercícios de análise crítica de textos literários

•Seminários

Referências Bibliográficas Obrigatórias

BERGEZ, Daniel. Métodos críticos para a análise literária. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
PERRONE-MOISÉS, Leyla. Texto. Crítica. Escritura. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
RALLO, Elizabeth Ravox. Métodos de crítica literária. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Referências Bibliográficas Complementares

AUERBACH, Erich. Ensaio de literatura ocidental. Trad. Samuel Titan Jr e José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2007.
EAGLETON, Terry. Marxismo e crítica literária. São Paulo: EDUNESP, 2011.
LUKÁCS, Gyorgy. A teoria do romance. Trad. José Marcos Macedo. São Paulo: Duas Cidades/Ed. 34. 2000.
_____. O romance histórico. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
NOBRÉ, Marcos. Curso livre de Teoria Crítica. Campinas: Papyrus, 2008.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/05/2024 11:04

Componente Curricular: CAC1799 - MULTIMODALIDADE

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Fundamentos teóricos sobre multimodalidade e Semiótica Social. Gêneros multimodais: noção e características. Construção do sentido de textos verbo-visuais e visuais. Leitura multimodal e compreensão em textos impressos e ambientes online. Gramática do Design Visual. Multimodalidade e ensino.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Introdução à multimodalidade. Construção do sentido em textos multimodais. Conhecimento do hipertexto. Análise de gêneros multimodais. Abordagens multimodais interacionais que relacionam corpo, linguagem e mundo. Reflexões sobre multimodalidade e ensino.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	Teoria de geral sobre modalidades da língua e a multimodalidade. O hipertexto.	20	0
II	Construção do sentido em textos multimodais. Análise de gêneros multimodais.	20	0
III	Abordagens multimodais interacionais que relacionam corpo, linguagem e mundo. Reflexões sobre multimodalidade e ensino.	20	0

Competências e Habilidades

Permitir ao aluno compreender e agenciar o conceito de modalidade e de multimodalidade para interpretar e produzir sentidos em diversas semioses. Refletir sobre abordagens multimodais interacionais que relacionam corpo, linguagem e mundo. E construir possibilidades de ensino de línguas que abordem multimodalidade.

Metodologia

Constitui-se de estratégias plurais que favoreçam o ensino-aprendizagem dos tópicos teórico-práticos de cada aula e objetivo determinado, compreendendo aulas expositivo-dialogadas, leitura dirigida de textos teóricos, PBL, fichamentos, resumos críticos, quadros sinóptico, discussões em grupo (presencial e em fórum online da turma), questionários, seminário, exibição de vídeos e documentários.

Referências Bibliográficas Obrigatórias

MARCUSCHI, L. A. Da fala para a escrita: atividades de retextualização. São Paulo: Cortez: 2010.
ROJO, Roxane; BARBOSA, Jacqueline P. Hipermodernidade, multiletramentos e gêneros discursivos. São Paulo: Parábola, 2015.
SANTAELLA, Lucia. Leitura de Imagens. São Paulo: Melhoramentos, 2012.

Referências Bibliográficas Complementares

DONDIS, Donis A. Sintaxe da linguagem visual. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
KRESS, G. R. e van LEEUWEN, T. Reading Images: a Grammar of Visual Design. Londres: Routledge, 1996.
PAIVA, F. A. Análise de discurso multimodal: o uso de topologias em infográfico digital do New York Times. Linguagem & Ensino (UCPel. Impresso), v. 17, p. 875, 2014.
PIETROFORTE, A. V. Semiótica visual: os percursos do olhar. São Paulo: Contexto, 2012.
SANTAELLA, Lucia; NOTH, Winfried. Imagem: cognição, semiótica, mídia. São Paulo: Iluminuras, 2020.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/05/2024 11:04

Componente Curricular: CAC1793 - NOÇÕES DE LÍNGUAS DE SINAIS INTERNACIONAIS

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Histórico da língua de sinais internacional. Noções básicas de uso de estruturas léxicas: produção e recepção. Estudo da língua de sinais internacional em eventos internacionais.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Compreensão da importância dos sinais internacionais

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	Tópicos e Conteúdo da Unidade 1 1.1. As principais características da língua de sinais internacional. 1.2. Os sinais internacionais originários da Europa.	10	10
II	Tópicos e Conteúdo da Unidade 2 2.1 Aspectos da língua; 2.2 localização 2.3 variação dos verbos 2.4 formas interrogativas, expressão facial, negação, empréstimos lexicais	10	10
III	Tópicos e Conteúdo da Unidade 3 3. 1 Ofício de extensão Estudo da língua de sinais internacional em eventos internacionais.	10	10

Competências e Habilidades

Atividades individuais e em grupo;
 Participação nas aulas e em debate;
 Vivência da prática da disciplina em sala de aula, tendo como critérios a responsabilidade e execução de tarefas realizadas.

Metodologia

Aulas expositivas e dialógicas;
 Aulas mediadas individuais e em grupo;
 Produção visual em Libras.

Referências Bibliográficas Obrigatórias

CAPOVILLA, F.C.; RAPHAEL, W.D.. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais. 3ª Ed. São Paulo: EDUSP, 2008.
 QUADROS, R.M. de; KARNOPP, L. Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.
 QUADROS, R.M. de; STUMPF, M.R.; LEITE, T.A. (orgs.). Estudos da língua brasileira de sinais I. Florianópolis: Insular, 2013.

Referências Bibliográficas Complementares

Referências Bibliográficas Complementares
 FERREIRA BRITO, L.. Por uma gramática de línguas de sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.
 GESSER, A.. Libras: que língua é essa? São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

TEIXEIRA, V.G.. A iconicidade e arbitrariedade na Libras. Disponível em:

http://www.filologia.org.br/vii_sinefil/COMPLETOS/A%20iconicidade%20e%20arbitrariedade%20na%20Libras%20-%20VANESSA.pdf

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/05/2024 11:03

Componente Curricular: CAC0646 - ORALIDADE, LETRAMENTO E ENSINO

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Oralidade e letramento e seus valores para a escola e para sociedade; a escrita como tecnologia e como sistema simbólico; o letramento numa perspectiva sócio-histórica; letramento e ensino.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

- Refletir criticamente sobre a relação entre as práticas de ensino de língua materna;
- Conhecer a relação entre oralidade, letramento e ensino;
- Perceber a escrita quer enquanto tecnologia, quer enquanto sistema simbólico, como um bem sociocultural cujo valor está estritamente relacionado às demandas que a sociedade que dela faz uso lhe atribui;
- Compreender o letramento a partir de uma concepção sócio-histórica de aquisição e uso de um sistema escrito, percebendo-o, assim, como um conjunto de práticas sociais em que se faz uso de um sistema gráfico;
- Entender a constituição e uso de gêneros orais e como isso é contemplado no ensino.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	Oralidade e ensino • Conceito, origem, características • Análise da Conversa • A organização da fala em turnos • Oralidade x Escrita	20	0
II	Alfabetização e letramento • Conceitos. • Psicogênese da língua escrita. • Alfabetização, escolarização, letramento. • Educação e letramento.	20	0
III	Gêneros orais e ensino • Abordagem dos gêneros nos PCN. • Gêneros textuais orais e escritos. • Estratégias pedagógicas para o trabalho com os gêneros textuais. • Escolarização dos gêneros.	20	0

Competências e Habilidades

Discutir sobre oralidade e letramento e seus valores para a escola e para sociedade; a escrita como tecnologia e como sistema simbólico; o letramento numa perspectiva sócio-histórica; letramento e ensino.

Metodologia

- Recursos Didáticos
- Exposições dialogadas;
 - Aulas mediadas por construções grupais.

Recursos Materiais

- Quadro branco
- Datashow
- TV e Vídeo

•Textos

Instrumentos de Avaliação

- Provas individuais
- Estudos de Casos
- Exercícios de Fixação
- Trabalhos temáticos grupais
- Resenhas de leituras

Referências Bibliográficas Obrigatórias

FÁVERO, L. L.; ANDRADE, M. L. C. V. O.; AQUINO, Z. G. O. Oralidade e Escrita: perspectivas para o ensino de língua materna. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2009.
MARCUSCHI, L. A.; DIONÍSIO, A. P. (Org.). Fala e Escrita. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. (Org.). Gêneros Orais e Escritos na Escola. Tradução e Organização: ROJO, R. H.R.; CORDEIRO, G. S. São Paulo: EDUC; Campinas: Mercado de Letras, 2004.

Referências Bibliográficas Complementares

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa. SEF, Brasília, MEC/SEF, 1998.
KARWOSKI, Acir M.; GAYDECZKA, Beatriz; BRITO, Karim S. (Org.). Gêneros Textuais: reflexões e ensino. Palmas; União da Vitória: Kaygangue, 2005.
LOVATO, C. S. Gêneros Textuais e Ensino: uma leitura dos PCNs de língua portuguesa do ensino fundamental.
MORAIS, A. G.; ALBUQUERQUE, E. B.; LEAL, T. F. (Org.). Alfabetização: apropriação do sistema de escrita alfabética. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
ROJO, Roxane (Org.). A Prática de Linguagem em Sala de Aula: praticando os PCNs. São Paulo: Mercado das Letras, 2000.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/05/2024 11:01

Componente Curricular: CAC1786 - PESQUISA APLICADA À LÍNGUA E À LITERATURA

Créditos: 7 créditos

Carga Horária: 105 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Concepções relacionadas à pesquisa científica. Elaboração de um projeto de pesquisa, observando a sua organização retórica. Procedimentos básicos para a sistematização da pesquisa.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

- Apresentar o discurso científico aplicado aos estudos da língua e da literatura.
- Entender como se constroem pesquisas nas áreas de língua e literatura.
- Desenvolver o projeto de pesquisa para a monografia.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	- Abordagens científicas aplicadas à Linguística - Abordagens científicas aplicadas à Literatura	20	15
II	Desenvolvimento do projeto de pesquisa - Problemas de pesquisa, hipóteses e objetivos. - Justificativa	20	15
III	- Fundamentação teórica do projeto - Metodologia do projeto	20	15

Competências e Habilidades

Discutir sobre concepções relacionadas à pesquisa científica.

Metodologia

Recursos Didáticos

- Exposições dialogadas;
- Aulas mediadas por construções grupais.

Recursos Materiais

- Quadro branco
- Datashow
- TV e Vídeo
- Textos

Instrumentos de Avaliação

- Provas individuais
- Estudos de Casos
- Exercícios de Fixação
- Trabalhos temáticos grupais
- Resenhas de leituras

Referências Bibliográficas Obrigatórias

CANÇADO, M. Um Estudo sobre Pesquisa Etnográfica em Sala de Aula. Trabalhos em Linguística Aplicada, Campinas, n.23, pp. 55-69, jan/jun. 1994.

ECO, Umberto. Como se Faz uma Tese. São Paulo: Perspectiva, 1983.

SEVERINO, A Y. Metodologia do Trabalho Científico. 22 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

Referências Bibliográficas Complementares

DUARTE, Neves, D. A, Santos, B. L. Manual Técnico para Realização de Trabalhos Monográficos. 3 ed. João Pessoa: Universitária, 1998.

FAZENDA, I. (org) A Pesquisa em Educação e as Transformações do Conhecimento. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

GARCEZ, L. H. C. do. Técnica de Redação. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

LAVILLE, C. DIONNE, J. A Construção do Saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Trad. Heloísa Monteiro e Fancisco Settineri. Porto Alegre: Artes Médicas; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

MACHADO, Anna R. (Coord.) Planejar Gêneros Acadêmicos. São Paulo: Parábola, 2005.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/05/2024 11:00

Componente Curricular: CAC0635 - PESQUISA APLICADA À LÍNGUA E LITERATURA

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Concepções relacionadas à pesquisa científica. O discurso científico. Prática de documentação científica. Elaboração de um projeto de pesquisa, observando a sua organização retórica. Procedimentos básicos para sistematização da pesquisa.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

- Apresentar o discurso científico aplicado aos estudos da língua e da literatura.
- Entender como se constroem pesquisas nas áreas de língua e literatura.
- Desenvolver o projeto de pesquisa para a monografia.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	- Abordagens científicas aplicadas à Linguística - Abordagens científicas aplicadas à Literatura	20	0
II	Desenvolvimento do projeto de pesquisa - Problemas de pesquisa, hipóteses e objetivos. - Justificativa	20	0
III	- Fundamentação teórica do projeto - Metodologia do projeto	20	0

Competências e Habilidades

Discutir sobre concepções relacionadas à pesquisa científica.

Metodologia

Recursos Didáticos

- Exposições dialogadas;
- Aulas mediadas por construções grupais.

Recursos Materiais

- Quadro branco
- Datashow
- TV e Vídeo
- Textos

Instrumentos de Avaliação

- Provas individuais
- Estudos de Casos
- Exercícios de Fixação
- Trabalhos temáticos grupais
- Resenhas de leituras

Referências Bibliográficas Obrigatórias

- ECO, Umberto. Como se Faz uma Tese. São Paulo: Perspectiva, 1983.
 RUDIO, F.V. Introdução ao Projeto de Pesquisa. Petrópolis: Vozes, 1978.

SEVERINO, A Y. Metodologia do Trabalho Científico. 22 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

Referências Bibliográficas Complementares

BAGNO, M. Pesquisa na Escola: o que e como se faz. São Paulo: Loyola, 1998.

CANÇADO, M. Um Estudo sobre Pesquisa Etnográfica em Sala de Aula. Trabalhos em Lingüística Aplicada, Campinas, n.23, pp. 55-69, jan/jun. 1994.

DUARTE, Neves, D. A, Santos, B. L. Manual Técnico para Realização de Trabalhos Monográficos. 3 ed. João Pessoa: Universitária, 1998.

GARCEZ, L. H. C. do. Técnica de Redação. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

LAVILLE, C. DIONNE, J. A Construção do Saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Trad. Heloísa Monteiro e Fancisco Settineri. Porto Alegre: Artes Médicas; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

MACHADO, Anna R. (Coord.) Planejar Gêneros Acadêmicos. São Paulo: Parábola, 2005.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/05/2024 11:00

Componente Curricular: CAC1788 - PORTUGUÊS COMO SEGUNDA LÍNGUA

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Introdução aos estudos léxico-gramaticais da língua portuguesa na perspectiva de segunda língua. Análise do gênero textual acadêmico em segunda língua. Desenvolvimento da capacidade de expressão escrita, com base nos processos de composição textual e nos aspectos linguísticos, discursivos e pragmáticos que envolvem a organização textual e discursiva em segunda língua.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

- Aprimorar os conhecimentos referentes à Leitura, Interpretação e Produção de Textos em Português
- Desenvolver competências linguísticas para usar o Português escrito nas diferentes esferas sociais

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	Tópicos e Conteúdo da Unidade 1 Conhecimentos básicos da Língua Portuguesa	10	10
II	Tópicos e Conteúdo da Unidade 2 Leitura, Produção escrita e Análise Linguística I	0	20
III	Tópicos e Conteúdo da Unidade 3 Leitura, Produção escrita e Análise Linguística II	0	20

Competências e Habilidades

Desenvolver conhecimentos básicos do português, na modalidade escrita
 Ter consciência de sua condição bilíngue, onde a língua portuguesa é uma segunda língua

Metodologia

A prática pedagógica do apoio pedagógico orienta-se pela concepção de educação para surdos

Referências Bibliográficas Obrigatórias

Kleiman, Angela. Oficina de leitura teoria & prática. 15. ed.. Pontes. 2013. ISBN: 978-85-7113-077-7(broch.).
 Antunes, Irlandé. Lutar com palavras coesão e coerência. . Parábola Editorial. 2005. ISBN: 978-85-88456-42-6 (broch.)
 FIORIN, J.L.; SAVIOLI, F.L. Para entender o texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2007.

Referências Bibliográficas Complementares

Koch, Ingedore Grunfeld Villaça. A coesão textual . 21.ed.. Contexto. 2009. ISBN: 978-85-85134-46-4 (broch.)
 Koch, Ingedore Villaça. O texto e a construção dos sentidos . . Contexto. 2013. ISBN: 987-85-7244-068-4 (Broch.)
 Koch, Ingedore Villaça.. Planejar gêneros acadêmicos . . Parábola. 2005. ISBN: 978-85-88456-43-3 (broch.)
 Koch, Ingedore G. Villaça. Texto e coerência . 13. ed.. Cortez. 2011. ISBN: 978-85-249-1679-3 (broch.).
 SALLES, H.M.M.L. et al. Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica. Brasília, DF: MEC, 2004.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



Componente Curricular: CAC0588 - PORTUGUÊS INSTRUMENTAL

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Compreensão e produção de diversos tipos de textos, percebendo-lhes a natureza; literários ou técnicos; e o tipo de composição; narrativos, descritivos, argumentativos, expositivos, injuntivos. Revisão de aspectos gramaticais mais ligados à produção de textos técnicos. Estudo e elaboração de uma monografia e outras composições de natureza técnica.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Aprimorar procedimentos teórico-metodológicos e sociodiscursivos necessários às práticas de leitura e produção de textos diversos, em língua portuguesa, com ênfase para os de natureza técnico científica. Familiarizar-se com a estrutura composicional dos gêneros acadêmicos mais comuns. Pensar estratégias de ensino de português escrito como segunda língua para surdos.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	Aspectos teóricos: Texto, enunciado, gênero discursivo	10	10
II	Normalização do texto técnico-científico: citações e referências bibliográficas (ABNT)	10	10
III	Gêneros acadêmicos: abstract/resumo acadêmico, artigo científico, projeto de pesquisa, monografia	10	10

Competências e Habilidades

Aprimoramento procedimentos teórico-metodológicos e sociodiscursivos necessários às práticas de leitura e produção de textos diversos, em língua portuguesa, com ênfase para os de natureza técnico científica. Familiarização com a estrutura composicional dos gêneros acadêmicos mais comuns. Exploração de estratégias de ensino de português escrito como segunda língua para surdos.

Metodologia

Aula expositiva dialogada, leitura dirigida de textos teóricos, atividades reflexivas, produção textual, discussões em grupo, seminário e atendimento individual.

Referências Bibliográficas Obrigatórias

KOCH, I. V. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2012.
MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. R. Produção textual na universidade. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
SAUTCHUK, Inez. Perca o medo de escrever. São Paulo: Saraiva, 2017.

Referências Bibliográficas Complementares

BATISTA, R. de O. (org.). O texto e seus conceitos. São Paulo, Parábola Editorial, 2016.
GARCIA, O. M. Comunicação em Prosa Moderna. Rio de Janeiro: FGV, 1975.
KOCH, I. V. Desvendando os segredos do texto. São Paulo: Cortez, 2011.
MAINGUENEAU, D. Análise de textos de comunicação. São Paulo: Cortez, 2013.
MEDEIROS, J. B. Português Instrumental. São Paulo: Atlas, 2010.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/05/2024 10:59

Componente Curricular: CAC0682 - PRÁTICA PEDAGÓGICA EM LIBRAS COMO L1

Créditos: 8 créditos

Carga Horária: 120 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

A língua de sinais como primeira língua (L1) da criança surda. Aspectos metodológicos do ensino da Libras na escola para surdos. Importância da inserção da escrita de sinais na educação dos surdos.

Ementa: O ensino de língua de sinais e a variação linguística. Aspectos temáticos, estruturais, linguísticos e a funcionalidade dos textos nos diferentes contextos sociais. Análise de materiais didáticos. Prática como componente curricular.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Utilizar a língua brasileira de sinais para expressar sentimentos, experiências e idéias, acolhendo, interpretando, considerando e respeitando os diferentes níveis de expressão veiculados no sistema de comunicação visual, produzindo sinais com coesão e coerência, respeitando o sistema linguístico, buscando as informações necessárias para a compreensão da língua na elaboração e produção de textos visuais considerando características das línguas de sinais valorizando a identidade e cultura surda. Utilizar abordagens e metodologias no ensino-aprendizagem da LIBRAS como primeira língua (L1). Analisar e criar materiais didáticos que facilitem a aprendizagem da LIBRAS como L1. Reconhecer a prática como componente curricular.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	Tópicos e Conteúdo da Unidade 1		
	Apresentação da disciplina 1 Prática educativa, Pedagogia e Didática 1.1 Educação, instrução e ensino de LIBRAS 1.2 A escolarização e as lutas democráticas pela escola bilingue	20	20
II	2 O processo de ensino na escola		
	2.1 Importância da inserção da escrita de sinais na educação dos surdos. 2.2 Práticas pedagógicas no ensino da escrita de sinais 2.3 As características do processo de ensino de LIBRAS como L1 2.4 Aspectos metodológicos do ensino da Libras na escola para surdos	20	20
II	Tópicos e Conteúdo da Unidade 2		
	3. O professor e a prática pedagógica no ensino de LIBRAS como L1 3.1 O ensino de língua de sinais e a variação linguística 3.2 Ensinando LIBRAS através de brincadeiras 3.3 Uso das tecnologias para ensino de LIBRAS como L1 4. Aspectos temáticos, estruturais, linguísticos e a funcionalidade dos textos nos diferentes contextos sociais 4.1 A leitura visual e os gêneros textuais na aquisição da L1	20	20

	4.2 Coesão, coerência e a escrita dos surdos 4.3 Língua e Identidade nos diferentes contextos sociais		
III	Tópicos e Conteúdo da Unidade 3 5 Análise de materiais didáticos. Prática como componente curricular. 5.1 O papel dos materiais curriculares 5.2 Os materiais curriculares nos processos de ensino/aprendizagem: materiais de aula e materiais para o aluno 5.3 Proposta de materiais curriculares para a escola	20	20

Competências e Habilidades

Com o ensino do conteúdo da disciplina prometer-se que os alunos aprendam qual o função do discente bilíngue, como ele deve se desenvolver e organizar materiais didáticos visuais para ensinar da língua brasileira de sinais e suas variações para alunos surdos

Metodologia

Recursos Didáticos

- Exposições dialogadas;
- Aulas mediadas por construções grupais.

Recursos Materiais

- Quadro branco
- Datashow
- TV e Vídeo
- Textos

Instrumentos de Avaliação

- Provas individuais
- Estudos de Casos
- Exercícios de Fixação
- Livro-fórum
- Trabalhos temáticos grupais
- Resenhas de leituras

Referências Bibliográficas Obrigatórias

ANTUNES, Irandé. Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
LIBÂNEO, J. C. Didática. São Paulo: Cortez, 1994.
THOMA, A. S., LOPES, M. C. (org). – A Invenção da Surdez: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação. Porto Alegre: Mediação, 2004.

Referências Bibliográficas Complementares

QUADROS, R. M. Alfabetização e o Ensino de Língua de Sinais. Mimeo (s/d).
_____, PERLIN, G. (org.). Estudos Surdos II. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2007.
_____, KARNOPP, L. Língua de Sinais Brasileira: Estudos Lingüísticos. Porto Alegre: ArtMed, 2004.
LODI, A. C.B., HARRISON, K.M.P. e CAMPOS, S.R.L. (org). Leitura e Escrita no Contexto da Diversidade. Porto Alegre: Editora Mediação, 2004.
ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar, Porto Alegre: Artmed,1998.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



Componente Curricular: CAC0683 - PRÁTICA PEDAGÓGICA EM LIBRAS COMO L2

Créditos: 8 créditos

Carga Horária: 120 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Abordagens e metodologias no ensino-aprendizagem da LIBRAS como segunda língua (L2). O ensino da Língua Brasileira de Sinais e a variação linguística. Aspectos temáticos, estruturais, linguísticos e a funcionalidade dos textos nos diferentes contextos sociais. Análise de materiais didáticos. Prática como componente curricular.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Utilizar a língua brasileira de sinais para expressar sentimentos, experiências e idéias, acolhendo, interpretando, considerando e respeitando os diferentes níveis de expressão veiculados no sistema de comunicação visual, produzindo sinais com coesão e coerência, respeitando o sistema linguístico, buscando as informações necessárias para a compreensão da língua na elaboração e produção de textos visuais considerando características das línguas de sinais valorizando a identidade e cultura surda. Utilizar abordagens e metodologias no ensino-aprendizagem da LIBRAS como segunda língua (L2). Analisar e criar materiais didáticos que facilitem a aprendizagem da LIBRAS como L2. Reconhecer a prática como componente curricular.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	Tópicos e Conteúdo da Unidade 1 Apresentação da disciplina Abordagens e metodologias no ensino-aprendizagem da LIBRAS como segunda língua (L2) 1.2. Por um ensino reflexivo 1.3. Modelos de aprendizagem 1.4 Interesses e necessidades do ouvinte 1.5 Estilos de aprendizagem 1.6. Estratégias de aprendizagem 1.7 Culturas de aprender 1.8 Crenças sobre a natureza da LIBRAS	20	20
II	Tópicos e Conteúdo da Unidade 2 2. Quem é o professor surdo 2.1 Um pouco de história 2.2 A língua de sinais como objeto de luta 2.3 Formações culturais e identitárias 2.4 Culturas de ensinar	20	20
III	Tópicos e Conteúdo da Unidade 3 3. O ensino da Língua Brasileira de Sinais e a variação linguística 3.1 Crenças sobre a natureza da libras 3.2 Crenças sobre o aprendiz ouvinte 3.3 Crenças sobre ensinar a libras 3.4 Vocabulário, gramática e datilologia 3.5 Instrução com base em textos 3.6 O ensino de língua de sinais e a variação linguística 5. Análise de materiais didáticos. Prática como componente curricular.	20	20

5.1 Ensinar libras para ouvintes		
5.2 Recursos e materiais didáticos		

Competências e Habilidades

Com o ensino do conteúdo da disciplina espera-se que os alunos aprendam qual o papel do professor bilíngue, como ele deve se desenvolver e organizar materiais didáticos visuais para ensinar da língua brasileira de sinais e suas variações para alunos ouvintes.

Metodologia

Recursos Didáticos

- Exposições dialogadas;
- Aulas mediadas por construções grupais.

Recursos Materiais

- Quadro branco
- Datashow
- TV e Vídeo
- Textos

Instrumentos de Avaliação

- Provas individuais
- Estudos de Casos
- Exercícios de Fixação
- Livro-fórum
- Trabalhos temáticos grupais
- Resenhas de leituras

Referências Bibliográficas Obrigatórias

LIBÂNEO, J. C. Didática. São Paulo: Cortez, 1994.

THOMA, A. S., LOPES, M. C. (org). – A Invenção da Surdez: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação. Porto Alegre: Mediação, 2004.

_____. A Invenção da Surdez II: espaços e tempos de aprendizagens na educação de surdos. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

Referências Bibliográficas Complementares

BRASIL/SEF – Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa. Brasília/SEF, 1997.

QUADROS, R. M. Alfabetização e o Ensino de Língua de Sinais. Mimeo (s/d).

GESSER, Audrei. O ouvinte e a Surdez: Sobre ensinar e aprender a LIBRAS, São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

LODI, A. C.B., HARRISON, K.M.P. e CAMPOS, S.R.L. (org). Leitura e Escrita no Contexto da Diversidade. Porto Alegre: Editora Mediação, 2004.

ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar, Porto Alegre: Artmed, 1998.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/05/2024 10:58

Componente Curricular: CAC1761 - PRÁTICA PEDAGÓGICA PROGRAMADA I

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Analisar diferentes contextos escolares e refletir sobre a atuação docente na Educação Básica. Estudo sobre o planejamento e gestão escolar.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Discutir os diferentes contextos escolares refletindo sobre a atuação docente na Educação Básica, bem como sobre o papel do planejamento e gestão escolar nesse cenário.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	Tópicos e Conteúdo da Unidade 1 1. Desenvolvimento e aprendizagem. 2. Concepções de ensino e aprendizagem. 3. Princípios da aprendizagem. 4. Organização da escola 5. Planejamento	20	0
II	Tópicos e Conteúdo da Unidade 2 1. O trabalho coletivo na escola. 2. A organização do trabalho escolar: o ensino, o tempo e o espaço. 3. Currículo e interdisciplinaridade. 4. A LDB e a organização do trabalho pedagógico. 5. O papel do(a) gestor(a) na condução do trabalho pedagógico da escola.	20	0
III	Tópicos e Conteúdo da Unidade 3 1. Avaliação como instrumento de gestão. 2. Mitos que cercam a avaliação. 3. Avaliação e legislação	20	0

Competências e Habilidades

Compreender o papel do planejamento escolar na prática docente;
 Saber os elementos necessários a uma aula;
 Saber quais as competências e habilidades necessárias ao gestor escolar;
 Compreender os mecanismos envolvidos para uma boa gestão.

Metodologia

Faremos uso de aula expositiva dialogada, realizaremos fichamentos, leituras de textos indicados, visita a escolas, Mini-aulas, Portfólio, por fim culminaremos com a apresentação do seminário de experiência.

Referências Bibliográficas Obrigatórias

CANÁRIO, R. A escola tem futuro? Das promessas às incertezas. Porto Alegre: Artmed, 2006.
 LIBÂNEO, J. C. Organização e gestão da escola – teoria e prática. Goiânia, Editora Alternativa, 2004.
 SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia. 40ª edição – Campinas: Autores Associados, 2007.

Referências Bibliográficas Complementares

Referencias Bibliograficas Complementares

ANDRÉ, M. (Org.). Práticas inovadoras na formação de professores. Campinas, SP: Papyrus, 2016.
DAYRELL, Juarez. A escola como espaço sociocultural. In: DAYRELL, Juarez (Org.) Múltiplos olhares sobre a Educação e Cultura. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
LIBÂNEO, José Carlos; ALVES, Nilda (Orgs.). Temas de Pedagogia: diálogos entre didática e currículo. São Paulo: Cortez, 2012.
LIBÂNEO, José Carlos. SANTOS, Akiko (Orgs.). Educação na era do conhecimento em rede e transdisciplinaridade. Campinas: Editora Alínea, 2005.
Lück, Heloísa. Dimensões de gestão escolar e suas competências. Heloísa Lück. – Curitiba: Editora Positivo, 2009.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/05/2024 10:57

Componente Curricular: CAC1765 - PRÁTICA PEDAGÓGICA PROGRAMADA II

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Diagnóstico de contextos escolares e não-escolares (CAPS, ONG, associações, empresas, classes hospitalares, educação em prisões, órgãos que discutem a educação ambiental etc.) para atuação dos profissionais em Letras, nos domínios da língua e da literatura.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Compreensão da celeridade na produção de conhecimentos e saberes da Educação formal, informal e educação não escolar. na prática de ressocialização.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	Tópicos e Conteúdo da Unidade 1 1 - Explorando outros cenários: educação não escolar. 2 - Um olhar sobre as práticas educativas nos espaços não escolares. 3 - Educação não formal; Pedagogia social. 4 - Educação não escolar como campo de práticas pedagógicas.	10	10
II	Tópicos e Conteúdo da Unidade 2 1 - Gestão escolar: o que é, como desenvolver e quais são os pilares? 2 - Gestão escolar: pilares, estratégias e principais desafios. 3 - Ciclo de seminários de Gestão Educacional.	10	10
III	Tópicos e Conteúdo da Unidade 3 1 - Aprendendo a aprender ou ensinando a ensinar: momentos dialógicos de formação e autoformação 2 - Papel da Educação na Humanização. 3 - Pesquisa do campo: Espaço não Escolar.	10	10

Competências e Habilidades

Os discentes realizarão provas sinalizadas e de análise, agendando-se meio, data e hora conforme melhores convier aos(às) discentes e ao(à) docente do componente curricular. As datas e horários das três avaliações serão acordados com os discentes no primeiro encontro da disciplina.

Metodologia

Para a reposição das atividades didáticas do componente curricular Prática Pedagógica Programada II, os(as) discentes deverão realizar a leitura da bibliografia básica indicada e desenvolver tarefas solicitadas referentes às unidades I, II e III do conteúdo programático, o que serão consideradas para cômputo da frequência. A validação das atividades para o cômputo da frequência será realizada pelo(a) docente do componente curricular, mensurando o atendimento dos critérios estabelecidos nas tarefas deste programa.

Referências Bibliográficas Obrigatórias

FERNANDES, Renata Sieiro. Educação não-formal: contextos, percursos e sujeitos. Campinas, SP: UNICAMP/CMU; Holambra, SP: Editora setembro, 2005.
NETO, João Clemente de Souza; SILVA, Roberto da; MOURA, Rogério. Pedagogia Social. São Paulo: 2009.
ZUCCHETTI, Dinora Tereza; MOURA, Eliana P. G. Explorando outros cenários: Educação Não Escolar e Pedagogia Social. Revista Unisinos de Educação, v. 10, n. 3, São Leopoldo: Unisinos, 2007.

Referências Bibliográficas Complementares

Referencias Bibliograficas Complementares

ALHEIT, Peter; DAUSIEN, Bettina. Processo de formação e aprendizagens ao longo da vida. Educação e Pesquisa, v. 32, n. 1, São Paulo: Jan/Abril 2006. Disponível:

<https://www.scielo.br/j/ep/a/V7ZBjRgcZD976QMnpqdPp/>

PASSEGGI, Maria da Conceição. A experiência em formação. Educação, Porto Alegre, v. 4, n. 2, 147-156, 2011. Disponível: <http://educa.fcc.org.br/pdf/reveduc/v34n02/v34n02a04.pdf>

SANTOS, Boaventura de Sousa. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000.

TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2002.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse

https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



Componente Curricular: CAC1774 - PRÁTICA PEDAGÓGICA PROGRAMADA III

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Estudo dos aspectos legais e o processo de inclusão social, familiar, educacional e profissional. Conhecer espaços escolares e não-escolares com práticas pedagógicas destinadas ao atendimento da pessoa com deficiência. Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei nº 12.764). Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (CF/88, Art. 205 e 208, na NBR 9050/2004, na Lei Nº 10.098/2000, nos Decretos Nº 5.296/2004, Nº 6.949/2009, Nº 7.611/2011 e Portaria Nº 3.284/2003).

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Promover um olhar mais amplo para pessoas que tem diferentes tipos de deficiências e suas necessidades específicas no ambiente escolar.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	Tópicos e Conteúdo da Unidade 1 Discutir sobre "Deficiência Múltiplas"; Educação Inclusiva e Educação Especial na perspectiva inclusiva: repensando uma Educação Outra;	20	0
II	Tópicos e Conteúdo da Unidade 2 Práticas Pedagógicas Inclusivas Bilíngues de Letramento para Estudantes Surdos1. Castro e Kelman (2022); Discussões sobre "Comunidade surda: a questão de sua identidade";	20	0
III	Tópicos e Conteúdo da Unidade 3 Discutir sobre Síndrome Down: desafios e perspectivas na inclusão escolar; Entrevistas com profissionais que atuam AEE;	10	10

Competências e Habilidades

Estudar sobre os diversos tipos de deficiências no âmbito escolar.

Metodologia

Aulas:
Discussões de textos;
Diálogos;
Reflexões sobre os temas;

Avaliações:
Atividades individuais;
Seminários em grupos;
Entrevistas.

Referências Bibliográficas Obrigatórias

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. MEC; SEEP; 2008.
LIMA, P. A. Educação Inclusiva e Igualdade Social. São Paulo: Avercamp, 2006.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2006.

Referências Bibliográficas Complementares

Referencias Bibliograficas Complementares

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a convenção internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência e seu protocolo facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, 2009.

MARQUES, Carlos Alberto; MARQUES, Luciana Pacheco. A educação especial e as mudanças de paradigmas. In: JESUS, Denise Meyrelles de; VICTOR, Sonia Lopes (Org.) Pesquisas e Educação Especial: mapeando produções. Vitória: Editora, 2005.

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos; SILVA, Luzia Guacira dos Santos Silva (Orgs.). Educação Inclusiva: pesquisa, formação e práticas. João Pessoa: Ideia, 2015.

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos; PIRES, Gláucia Nascimento da Luz; PIRES, José (Orgs.). Inclusão Escolar e Social: Novos contextos, Novos Aportes. Natal: EDUFRRN, 2012.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/05/2024 10:56

Componente Curricular: CAC1777 - PRÁTICA PEDAGÓGICA PROGRAMADA IV

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Fundamentos, princípios e conceito de material didático para a educação de surdos. Análise de material didático para ensino de Libras. Elaboração de material didático para ensino de Libras.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

- Materiais didáticos e sua importância no ensino de Libras como L1;
- Realizar uma análise crítica de recursos didáticos para ensino de Libras;
- Selecionar recursos didáticos para o ensino de Libras, considerando aspectos relacionados ao contexto de ensino;
- Reconhecer a importância dos artefatos culturais da comunidade surda no ensino de Libras como segunda língua;
- Elaborar materiais e recursos para o ensino de Libras como L1.
- Apresentar grupos exposição de materiais didáticos didático para ensino de Libras

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	Tópicos e Conteúdo da Unidade 1 1.1 Material didático x Livro didático; algumas considerações e discussões neste trabalho podem contribuir para outras área 1.2 Como produzir materiais para o ensino de Línguas 1.3 Análise de material didático para ensino de Libras	20	0
II	Tópicos e Conteúdo da Unidade 2 2.1 Seleção de materiais para o ensino de Libras 2.2 Dinâmicas: Jogos e Brincadeiras para curso de Libras jovens e adultos surdos- Ensino fundamental II a Ensino Médio; Letramento de EJA surdos 2.3 Elaboração de material didático para ensino de Libras	10	10
III	Tópicos e Conteúdo da Unidade 3 3.1 Apresentar grupos exposição de materiais didáticos didático para ensino de Libras - Oficiais e Curso de Extensão – PPPIV (Contexto prático) 3.2 orientação para resumo expandido	10	10

Competências e Habilidades

Competências e Habilidades: Elementos para uma reflexão pedagógica

Metodologia

Referências Bibliográficas Obrigatórias

Gesser, Audri. O ouvinte e a surdez : sobre ensinar e aprender a Libras. . Parábola. 2012. ISBN: 978-85-7934-050-5 (Broch.)

Libâneo, José Carlos. Didática . . Cortez. 2013. ISBN: 978-85-249-1603-8 (broch.)

Redes sociais e ensino de línguas : o que temos de aprender?. . 2016. Parábola. ISBN: 978-85-7934-107-6 (Broch.)

Referências Bibliográficas Complementares

Gesser, Audrei. LIBRAS?: que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. 8.ed.. Parábola. 2009. ISBN: 978-85-7934-001-7 (Broch.)

Brasil. Com direito à palavra: dicionários em sala de aula. . Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. 2012. ISBN: 978-85-7783-091-6 (Broch.)

Botelho, Paula. Linguagem e letramento na educação dos surdos ideologias e práticas pedagógicas. . Autêntica. 2013. ISBN: 978-85-7526-001-2 (broch.).

. Multiletramentos e multimodalidade : ações pedagógicas aplicadas à linguagem. . Pontes Editores. 2016. ISBN: 978-85-7113-744-8 (Broch.)

Moran, José Manuel. Novas tecnologias e mediação pedagógica . 21. ed.. Papyrus. 2013. ISBN: 978-85-308-0996-6

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



Componente Curricular: CAC1779 - PRÁTICA PEDAGÓGICA PROGRAMADA V

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Abordagens e metodologias para o ensino e o aprendizado de Libras como L1. Ensino de Libras para alunos surdos. Prática de ensino de Libras como L1.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

1. Fornecer aos alunos subsídios teóricos e práticos para o exercício de docência em Língua Brasileira de Sinais como primeira língua para pessoas surdas na Educação Básica.
2. Compreender a perspectiva visual como fundamento metodológico do ensino da Libras como língua materna das crianças e jovens surdos.
3. Praticar ensino de Libras como L1 de alunos surdos

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	Tópicos e Conteúdo da Unidade 1 1. LÍNGUA DE SINAIS COMO L1; METODOLOGIA DE ENSINO DE LÍNGUA DE SINAIS 1.1 Conceito de língua de sinais: linguagem ou língua, primeira língua, língua materna 1.2 Diferenças entre aquisição e aprendizagem de língua de sinais 2.1 Conceito geral de metodologia de ensino de línguas 2.2 Princípios dos processos de ensino e aprendizagem de línguas 2.3 Abordagens metodológicas de ensino de língua de sinais	10	10
II	Tópicos e Conteúdo da Unidade 2 AS PRÁTICAS NO ENSINO DE LIBRAS EM CONTEXTO: ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS E RECURSOS DIDÁTICOS 2.1 O contexto brasileiro atual 2.2 Os professores de língua de sinais e sua formação 2.3 A prática pedagógica: O trabalho com a língua sinalizada, O trabalho com a escrita de sinais 2.6 A leitura de sinais e da escrita de sinais 2.7 A análise linguística ou estudo da gramática 2.8 O lugar da língua de sinais na escola de surdos e na escola inclusiva	10	10
III	Tópicos e Conteúdo da Unidade 3 3. ENSINO DA LÍNGUA DE SINAIS 3.1 Construção de objeto de ensino: a língua de sinais como área curricular 3.2 Revendo conceitos: o planejamento e seus elementos 3.3 Planejando o ensino de LIBRAS na educação básica 3.4 A aula como processo 3.5 Atividade em Prática 3.6 Apresentação final – (RELATO DE EXPERIÊNCIA)	5	15

Competências e Habilidades

Práticos para que o futuro professor de Libras (L1) possa construir sua prática buscando ampliar a competência linguística, espaço-visual de seus alunos surdos

Metodologia

Recursos Didáticos

- Aulas com apresentação de slides e vídeos;
- Atividades em grupo;
- Apresentação de seminários;
- Apresentação e palestras.

Recursos Materiais

- Quadro branco
- Datashow
- TV e Vídeo
- Textos

Instrumentos de Avaliação

- Pontualidade/Assiduidade;
- Discussões/Debates;
- Atividade em Prática LIBRAS

Referências Bibliográficas Obrigatórias

ALMEIDA FILHO, J. C. P. de. Dimensões comunicativas no ensino de línguas. Campinas, SP: Pontes,1998.
MOITA LOPES, L. P. Oficina de Linguística Aplicada: A natureza social e educacional dos processos de ensino/aprendizagem de línguas. Campinas, SP. Mercado de Letras. 1996.
RICHARDS, J. C.; RODGERS, T. S. Enfoques y métodos en la enseñanza de idiomas. Cambridge: Cabridge University, 1986.

Referências Bibliográficas Complementares

DEMO, P. Ser professor é cuidar que o aluno aprenda. Porto Alegre: Mediação, 2004
FIORIN, J.L.; SAVIOLI, F.L. Para entender o texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2007.
LUJÁN, M.A. "As crianças surdas adquirem sua língua". In: MOURA, M.C.; Lodi, A.C.B. e PEREIRA, M.C.C. (Orgs.). Língua de Sinais e Educação do Surdo. São Paulo: Tec Art, 1993.
SÁ, N. R. L. de. Educação de Surdos: a caminho do bilingüismo. Niterói: Eduff, 1999.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/05/2024 10:55

Componente Curricular: CAC1782 - PRÁTICA PEDAGÓGICA PROGRAMADA VI

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Abordagens e metodologias para o ensino e o aprendizado de segunda língua. O ensino de língua de sinais para pessoas ouvintes. Prática de ensino de Libras como L2.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Discutir as abordagens e metodologias para o ensino e o aprendizado de segunda língua voltada para pessoas ouvintes, refletindo sobre prática de ensino de Libras como L2 nos múltiplos contextos.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	Tópicos e Conteúdo da Unidade 1 <ul style="list-style-type: none"> Métodos para o ensino de língua Especificidades no ensino de Libras Papel docente no ensino de Libras 	15	5
II	Tópicos e Conteúdo da Unidade 2 <ul style="list-style-type: none"> Ensino de Libras como L2 Avaliação da aprendizagem 	5	15
III	Tópicos e Conteúdo da Unidade 3 <ul style="list-style-type: none"> Material didático Práticas e saberes para o ensino 	5	15

Competências e Habilidades

Desenvolver a reflexão sobre a prática docente;
 Elaborar planejamento com foco no ensino de língua na perspectiva de L2;
 Executar aula com vista a execução do planejamento;
 Analisar as metodologias de ensino e avaliação docente;

Metodologia

A metodologia adotada para o desenvolvimento do componente curricular Prática pedagógica programada VI se dará a partir de: aulas expositivas e dialogadas, leitura e discussão de textos, atividades e trabalhos para fixação do conteúdo e avaliação da aprendizagem.

A avaliação será de forma contínua e cumulativa, observando-se a participação dos alunos no desenvolvimento das atividades solicitadas, a pontualidade na entrega dos trabalhos e a assiduidade nas aulas e nas discussões. No final de cada unidade os alunos serão submetidos a instrumentos avaliativos.

Referências Bibliográficas Obrigatórias

GESSER, Audrei. O ouvinte e a surdez: sobre ensinar e aprender a Libras. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

QUADROS, R. M.; CRUZ, C. R. Língua de Sinais: instrumentos de avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2011. 159 p.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; CAPORALI, Sueli Aparecida; LODI, Ana Claudia. Questões preliminares sobre o ensino de língua de sinais a ouvintes: reflexões sobre a prática. *Distúrbios da Comunicação*, v. 16, n. 1, 2004.

Referências Bibliográficas Complementares

Referencias Bibliograficas Complementares

GESSER, Audrei. "Um olho no professor surdo e outro na caneta": ouvintes aprendendo a Língua Brasileira de Sinais. Unpublished doctoral dissertation. Universidade de Campinas, Campinas, Brazil, 2006.

GESSER, Audrei. Metodologia de ensino em Libras como L2. Florianópolis: Ed. UFSC, 2010.

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. Língua de Sinais Brasileira: estudos lingüísticos. Porto Alegre: ARTMED, 2004.

QUADROS, R. M. Aquisição de L1 e L2: o contexto da pessoa surda. In: SEMINÁRIO NACIONAL DO INES, 2, 1997, Rio de Janeiro. Desafios e Possibilidades na Educação Bilíngüe para Surdos. Rio de Janeiro: INES, 1997b. p.70-87.

TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2002.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/05/2024 10:55

Componente Curricular: CAC1783 - PRÁTICA PEDAGÓGICA PROGRAMADA VII

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Metodologias para o ensino da Literatura Surda e organização de unidades pedagógicas para alunos surdos do Ensino fundamental II e Médio. A Literatura como um artefato cultural da comunidade surda. Prática de ensino de Literatura Surda.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

- Preparar os alunos para ensinar literatura surda e ensinar Libras com o apoio de Literatura Visual
- Desenvolver a Cultura Surda e os seus artefatos culturais através da Literatura Surda
- Entender por que importam as narrativas em Língua de Sinais para alunos surdos

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	Tópicos e Conteúdo da Unidade 1 Por que importam as narrativas em Língua de Sinais para alunos surdos? Quais os recursos disponíveis?	20	0
II	Tópicos e Conteúdo da Unidade 2 O que os Professores Surdos acham importante nas narrativas em Língua de Sinais? Ensino de literatura visual para alunos de Libras de todas as idades e como L2	0	20
III	Tópicos e Conteúdo da Unidade 3 A produção de literatura visual dos alunos de Libras como L1 e L2	0	20

Competências e Habilidades

Apresentar a literatura visual na aula e como estimular a produção de literatura pelos alunos.

Metodologia

Aulas expositivas
Assistem aos vídeos

Referências Bibliográficas Obrigatórias

. Literatura e cinema . . Novera. 2007. ISBN: 978-85-60000-10-4

Amora, Antônio Soares. Introdução à teoria da literatura . . Cultrix. 2006. ISBN: 978-85-316-0208-5 (broch.).

Perissé, Gabriel. Literatura & educação . . Autêntica. 2006. ISBN: 85-7526-223-8 (broch.).

Referências Bibliográficas Complementares

Gesser, Audrei. LIBRAS?: que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. 8.ed.. Parábola. 2009. ISBN: 978-85-7934-001-7 (Broch.)

Gesser, Audri. O ouvinte e a surdez : sobre ensinar e aprender a Libras. . Parábola. 2012. ISBN: 978-85-7934-050-5 (Broch.)

Quadros, Ronice Müller. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. . Artmed. 1997. ISBN: 978-85-7307-265-5 (broch.).

Pereira, Rachel de Carvalho. Surdez : aquisição de linguagem e inclusão social. 2.ed.. Revinter. 2015. ISBN: 978-85-372-0641-6 (Broch.)

. Didática . . Papyrus. 2010. ISBN: 85-308-0423-6 (broch.)

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/05/2024 10:54

Componente Curricular: CAC0666 - PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Conceitualização. Transdisciplinaridade e interdisciplinaridade na sala de aula. Planejamento interdisciplinar. Práticas interdisciplinares na sala de aula.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Refletir sobre a construção do conhecimento científico, as racionalidades e as linguagens que utilizam professores para comunicar o saber científico.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	Conceitos: interdisciplinar, transdisciplinar, multidisciplinar A interdisciplinaridade e o contexto escolar Temas transversais e formação cidadã	20	0
II	Características da prática Pedagógica Pedagogia de Projetos Teoria do Professor Reflexivo	20	0
III	Pesquisas Interdisciplinares e sua aplicação no ambiente escolar Propostas Pedagógicas Interdisciplinares para sala de aula Planejamento Interdisciplinar	20	0

Competências e Habilidades

Conceitualização. Transdisciplinaridade e interdisciplinaridade na sala de aula. Planejamento interdisciplinar. Práticas interdisciplinares na sala de aula.

Metodologia

Recursos Didáticos

- Exposições dialogadas
- Seminários
- Leitura Dirigida de Textos Complementares
- Oficinas em Escolas Públicas

Recursos Materiais

- Quadro branco
- Projektor
- Vídeo
- Textos

Instrumentos de Avaliação

- Avaliações individuais
- Apresentação de seminários
- Trabalho em grupo
- Resenhas e resumos

Referências Bibliográficas Obrigatórias

FAZENDA, Ivani C. A. Dicionário em Construção: interdisciplinaridade. São Paulo: Cortez, 2002.
_____. O que é interdisciplinaridade? São Paulo: Cortez, 2008.
_____. Práticas Interdisciplinares na Escola. Ed. 3. São Paulo: Cortez, 1996.

Referências Bibliográficas Complementares

DELORS, Jacques. Educação: um tesouro a descobrir. Ed.6. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2001.
FAZENDA, Ivani C. A. Integração e Interdisciplinaridade no Ensino Brasileiro: efetivação ou ideologia? São Paulo: Loyola 5ª Ed. 2002.
LÜCK, Heloísa. Pedagogia Interdisciplinar: fundamentos teóricos metodológicos. Ed.14. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
MORIN, Edgar. A Cabeça Bem-Feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. Ed.18. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
NOGUEIRA, Nilbo Ribeiro. Pedagogia dos Projetos: uma jornada interdisciplinar rumo ao desenvolvimento das múltiplas inteligências. 7ª Ed. São Paulo: Érica, 2007.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/05/2024 10:54

Componente Curricular: CAC0599 - PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: A contribuição da Psicologia para a Educação e para o processo de ensino e aprendizagem. Estudo das principais concepções teóricas da aprendizagem e interconexões no ato educativo: Inatista, Comportamentalista, Humanista, Psicogenética e Sociocultural. As Abordagens Piagetiana e Vygotskyana.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

- Compreender as contribuições das teorias psicogenéticas da aprendizagem e do desenvolvimento para a prática pedagógica e a formação docente.
- Desenvolver uma reflexão crítica sobre os processos de aprendizagem e de desenvolvimento humanos.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	<ul style="list-style-type: none"> • A Psicologia e sua importância para a Educação • A inteligência • A vida afetiva: emoções e sentimentos • Crescimento e desenvolvimento • A Psicologia da adolescência • Identidade 	10	10
II	<ul style="list-style-type: none"> • Como se aprende • Estratégias e estilos de aprendizagem • Dinâmica de grupos • A família • A escola 	10	10
III	<ul style="list-style-type: none"> • Sexualidade • A questão das drogas • Violência • Os meios de comunicação 	10	10

Competências e Habilidades

Desenvolver o pensamento crítico;
 Aprender a compreender a diferença;
 Depreender as singularidades do aluno em sala de aula;
 Conectar-se com o universo da docência.

Metodologia

Atividades pedagógicas: leitura e discussão de textos; aulas dialogadas; exibição de documentários, trabalhos em grupo e individual. O curso adota uma perspectiva de compromisso mútuo entre os participantes, visando a favorecer momentos de reflexão que possibilitem ao grande grupo posicionar-se científica e criticamente quanto aos conteúdos estudados.

Referências Bibliográficas Obrigatórias

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia. 14ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
 CARRARA, K. (Org.). Introdução à Psicologia da Educação: seis abordagens. São Paulo: Avercamp, 2004.

POZO, Juan Ignacio. Aprendizes e mestres. A nova cultura da aprendizagem. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

Referências Bibliográficas Complementares

FONTANA, Roseli e Cruz, Nazaré. Psicologia e Trabalho Pedagógico. São Paulo: Atual, 1997.
FRANCISCO FILHO, Geraldo. A Psicologia no Contexto Educacional. Campinas: Átomo, 2002.
OLIVEIRA, Marta Kohl de. VYGOTSKY. Aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico. São Paulo: Editora Scipione, 1998.
PLACCO, V. M. S de S. (Org). Aprendizagem do Adulto Professor. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
VYGOTSKY, L. S. A Formação Social da Mente. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/05/2024 10:53

Componente Curricular: CAC1764 - PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: A contribuição da Psicologia para a Educação e para o processo de ensino e aprendizagem. Estudo das principais concepções teóricas da aprendizagem e interconexões no ato educativo: Inatista, Comportamentalista, Humanista, Psicogenética e Sociocultural.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

- Compreender as contribuições das teorias psicogenéticas da aprendizagem e do desenvolvimento para a prática pedagógica e a formação docente.
- Desenvolver uma reflexão crítica sobre os processos de aprendizagem e de desenvolvimento humanos.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	Tópicos e Conteúdo da Unidade 1 <ul style="list-style-type: none"> • A Psicologia e sua importância para a Educação • A inteligência • A vida afetiva: emoções e sentimentos • Crescimento e desenvolvimento • A Psicologia da adolescência • Identidade 	20	0
II	Tópicos e Conteúdo da Unidade 2 <ul style="list-style-type: none"> • Como se aprende • Estratégias e estilos de aprendizagem • Dinâmica de grupos • A família • A escola 	20	0
III	Tópicos e Conteúdo da Unidade 3 <ul style="list-style-type: none"> • Sexualidade • A questão das drogas • Violência • Os meios de comunicação 	20	0

Competências e Habilidades

Desenvolver o pensamento crítico;
 Aprender a compreender a diferença;
 Depreender as singularidades do aluno em sala de aula;
 Conectar-se com o universo da docência.

Metodologia

Atividades pedagógicas: leitura e discussão de textos; aulas dialogadas; exibição de documentários, trabalhos em grupo e individual. O curso adota uma perspectiva de compromisso mútuo entre os participantes, visando a favorecer momentos de reflexão que possibilitem ao grande grupo posicionar-se científica e criticamente quanto aos conteúdos estudados.

Referências Bibliográficas Obrigatórias

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO. Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia. 14ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

CARRARA, K. (Org.). Introdução à Psicologia da Educação: seis abordagens. São Paulo: Avercamp, 2004.
POZO, Juan Ignacio. Aprendizagem e mestres. A nova cultura da aprendizagem. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

Referências Bibliográficas Complementares

Referencias Bibliograficas Complementares

FONTANA, Roseli e Cruz, Nazaré. Psicologia e Trabalho Pedagógico. São Paulo: Atual, 1997.
FRANCISCO FILHO, Geraldo. A Psicologia no Contexto Educacional. Campinas: Átomo, 2002.
OLIVEIRA, Marta Kohl de. VYGOTSKY. Aprendizagem e desenvolvimento: um processo sócio-histórico. São Paulo: Editora Scipione, 1998.
PLACCO, V. M. S de S. (Org). Aprendizagem do Adulto Professor. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
VYGOTSKY, L. S. A Formação Social da Mente. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/05/2024 10:53

Componente Curricular: CAC1798 - SEMIÓTICA

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Estudo dos limites da Semiótica e dos signos como elementos de produção do sentido. Percurso gerativo de sentido.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Conhecer aspectos históricos e filosóficos das teorias dos signos. Se apropriar de conceitos fundamentais da semiótica (signo, significação, sentido, interpretação, aspectos discursivos da significação). Refletir sobre processos de representações nas esferas cotidianas, midiáticas, estéticas e científicas.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	Histórico. Panorama da semiótica – de Platão à semiótica moderna. Conceito de signo e semiótica. Signo, comunicação e linguagem. Noções das teorias do signo.	20	0
II	Saussure e a linguística moderna. Arbitrariedade do signo linguístico. Dupla articulação do signo linguístico.	20	0
III	Volochinov e a semiótica do Círculo de Bakhtin. Abordagem filosófica e sociológica do signo.	0	20

Competências e Habilidades

Capacitar os alunos a identificar os principais conceitos da semiótica, aplicando-os na análise de imagens e textos provenientes de diversos suportes midiáticos (escultura, desenho, pintura, fotografia, cinema, quadrinhos, vídeo, computação gráfica, design gráfico, etc) avaliando sua produção simbólica, em contextos informativos, comunicacionais e estéticos.

Metodologia

Constitui-se de estratégias plurais que favoreçam o ensino-aprendizagem dos tópicos teórico-práticos de cada aula e objetivo determinado, compreendendo aulas expositivo-dialogadas, leitura dirigida de textos teóricos, PBL, fichamentos, resumos críticos, quadros sinóptico, discussões em grupo (presencial e em fórum online da turma), questionários, seminário, exibição de vídeos e documentários.

Referências Bibliográficas Obrigatórias

FIORIN, José Luiz. Elementos de análise do discurso. São Paulo: Contexto, 2001.
 SANTAELLA, Lúcia. O que é semiótica. São Paulo: Brasiliense, 2012.
 VOLOCHINOV, V. N. Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Trad. Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2017.

Referências Bibliográficas Complementares

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Teoria semiótica do texto. São Paulo: Editora Ática, 2011.
 BRAIT, Beth. Dialogismo e construção do sentido. Campinas, Unicamp, 1997
 ECO, Umberto. Semiótica e filosofia da linguagem. São Paulo: Ática, 1989.
 MEDVIÉDEV, P. N. O método formal nos estudos literários: introdução crítica a uma poética sociológica. Trad.

Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Contexto, 2012.
SANTAELLA, L. Teoria geral dos signos. São Paulo: Ática, 2001.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



Componente Curricular:	CAC1775 - SINTAXE, SEMÂNTICA E PRAGMÁTICA DE LÍNGUAS DE SINAIS
Créditos:	4 créditos
Carga Horária:	60 horas
Unidade Responsável:	DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS
Tipo do Componente:	DISCIPLINA
Ementa:	A estrutura das sentenças em Libras. Dimensões da significação: sentido, referência. Significação e uso da linguagem: performatividade, atos de fala, Máximas conversacionais. Enunciação e sentido. Aspectos sociais da pragmática e a língua de sinais. Descrição e interpretação de características linguístico-funcionais: troca de turno, estruturas gramaticais e léxico, unidades e níveis de organização textual, coesão, coerência e intertextualidade e sua relação com diferentes contextos socioculturais.
Modalidade:	Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

- Compreender a sintaxe da Libras como parte integrante das línguas visuais, analisando as construções sintáticas das Línguas de Sinais e suas relações com o espaço de sinalização.
- Compreender as relações entre aspectos semânticos e pragmáticos da Libras.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	Tópicos e Conteúdo da Unidade 1 1.1 Aulas iniciais - Apresentação e discussão da disciplina. Conteúdos Programáticos; 1.2 Exposição e discussão de plano de ensino. 1.3 A sintaxe da Libras como parte integrante das línguas visuais. 1.4.As construções sintáticas das Línguas de Sinais e suas relações com o espaço de sinalização. 1.5.A sintaxe espacial nos processos de incorporação de funções gramaticais e a interferência dos classificadores na ordem direta da sentença. 1.6.As expressões interrogativas, negativas, afirmativas e exclamativas.	20	0
II	Tópicos e Conteúdo da Unidade 2 2.1 As diferentes relações sintáticas dentro do discurso em Libras. 2.2 A ordem Sujeito Verbo Objeto e suas variações na Libras. 2.3 Situações concretas de uso da sintaxe na Libras. 2.4 O objeto de estudo da Semântica e da Pragmática 2.5 Conceitos e conceitualização 2.6 Categorização 2.7 Teoria de protótipos 2.8 Esquema e instância 2.9 Hiponímia e hiperonímia	20	0
III	Tópicos e Conteúdo da Unidade 3 3.1 Explique o significado de cada termo e exemplifique. 3.2 Definição 3.3 Hiponímia 3.4 Sinonímia 3.5 Antonímia 3.6 Polissemia 3.7 Ambiguidade 3.8 O que são atos de fala? O que significa Dêixis dentro da Libras?	20	0

Competências e Habilidades

A disciplina tem a finalidade de os alunos poderem conhecer mais sobre os estudos linguísticos da Libras com mais clareza, percebendo como se dá o processo da elaboração dos sinais, bem como se estrutura frases e diálogos dentro da Libras.

Metodologia

Metodologia:

- Aulas com apresentação de slides e vídeos;
- Discussão de textos
- Aulas expositivas e dialogadas
- Atividades de individual e em grupo
- Apresentação de trabalhos individuais e em grupo

Procedimentos de Avaliação da Aprendizagem:

- Participação das aulas;
- Assiduidade;
- Pontualidade no retorno das atividades Propostas;
- Avaliação por unidade;

Referências Bibliográficas Obrigatórias

Quadros, Ronice Muller. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. . Artmed. 2004. ISBN: 978-85-363-0308-6 (Broch.)

Levison, Stephen C.. Pragmática . .. Martins Fontes. 2007. ISBN: 978-85-336-2332-3 (broch.).

Ferreira, Lucinda. Por uma gramática de língua de sinais . . Tempo Brasileiro. 2010. ISBN: 85820069-8 (Broch)

Referências Bibliográficas Complementares

Cançado, Márcia. Manual da Semântica : noções básicas e exercícios. 2.ed.. Editora Contexto. 2018. ISBN: 978-85-7244-722-5 (Broch.)

Ilari, Rodolfo. Introdução a semântica brincando com a gramática. 8. ed.. Contexto. 2014. ISBN: 978-85-7244-164-3 (broch.).

Cançado, Márcia. Manual da Semântica : noções básicas e exercícios. 2.ed.. Editora Contexto. 2018. ISBN: 978-85-7244-722-5 (Broch.)

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/05/2024 10:52

Componente Curricular: CAC0670 - TECNOLOGIAS E EDUCAÇÃO

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: A sociedade contemporânea, a educação e o uso das tecnologias. O uso das tecnologias e os processos de exclusão e de emancipação social. As Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) e os desafios na formação do Professor. Educação à Distância. Recursos Tecnológicos e Ensino.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Compreender a relação tecnologia, comunicação e conhecimento e suas interfaces com a educação, a formação de professores e a prática docente.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	O uso das tecnologias da informação e comunicação no processo de ensino e aprendizagem Formação docente e tecnologia Redes colaborativas e trabalho docente	20	0
II	Texto e Hipertexto Experiências didáticas em espaços digitais Inclusão Digital	20	0
III	Informática na educação especial Educação à distância Tecnologias e sala de aula	20	0

Competências e Habilidades

A sociedade contemporânea, a educação e o uso das tecnologias. O uso das tecnologias e os processos de exclusão e de emancipação social. As Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) e os desafios na formação do Professor. Educação à Distância. Recursos Tecnológicos e Ensino.

Metodologia

Recursos Didáticos:

- Exposições dialogadas
- Seminários
- Leitura Dirigida de Textos Complementares
- Oficinas em Escolas Públicas

Recursos Materiais:

- Quadro branco
- Projektor
- Vídeo
- Textos

Instrumentos de Avaliação:

- Avaliações individuais
- Apresentação de seminários
- Trabalho em grupo

•Resenhas e resumos

Referências Bibliográficas Obrigatórias

KENSKI, Vani Moreira. Tecnologia e Ensino Presencial e a Distância. Campinas. São Paulo. Papirus. 2003. (Série Práticas Pedagógicas).
MORAN, J. M. MASETTO, M. T. e BEHENS, M. A. Novas Tecnologias e Mediações Pedagógicas. São Paulo, Papirus, 2000. (Coleção Papirus Educação).
PINTO, Manuel. Novas Metodologias em Educação. O currículo escolar e os media. Porto: Porto Editora.1995.

Referências Bibliográficas Complementares

COUTO, Maria Elizabete Souza; COELHO, Livia. Políticas públicas para inserção das TIC nas escolas: algumas reflexões sobre as práticas. Revista Digital da CVA - Ricesu, Volume 8, Número 30, Dezembro de 2013. pp. 1-11.
DUARTE, Newton. Concepções afirmativas e negativas sobre o ato de ensinar. Cadernos CEDES. Centro de Estudos Educação e Sociedade, v. 19, n. 44, p. 85-106, 1998. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/28244>>. Acesso em: 05 outubro. 2015.
PINTO, Manuel. Novas Metodologias em Educação. O currículo escolar e os media. Porto: Porto Editora.1995.
PARENTE, André. Imagem e Máquina. 2. ed. Rio de Janeiro. Editora 34, 1996.
SANTAELLA, Lúcia. A Cultura das Mídias. São Paulo: Brasiliense, 1996.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/05/2024 10:51

Componente Curricular: CAC0572 - TEORIA DA LITERATURA I

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Concepções de literatura. Os gêneros literários. Natureza do fenômeno literário. Historiografia e teoria literárias. O cânone na literatura. Procedimentos de análise e interpretação do texto literário.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

GERAL

Compreender a natureza do fenômeno literário e ter base dos instrumentos científicos convenientes para a leitura do texto literário (poesia, prosa e teatro)

ESPECÍFICOS

- Estabelecer as distinções entre o texto literário e o não-literário;
- Conhecer os diversos conceitos de literatura;
- Compreender os mecanismos da criação literária;
- Posicionar-se acerca do cânone na literatura;
- Compreender as relações Literatura-Mundo-Forma;
- Distinguir os gêneros literários, suas formas e caracterizações;
- Ter noção das teorias e dos procedimentos de análise e interpretação do texto literário.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	O que é literatura? A função da literatura O texto literário e a natureza da literatura A literatura e os estudos literários	20	0
II	A linguagem literária Os gêneros literários Épica Ficção narrativa Ficção dramática Ficção cinematográfica	20	0
III	O gênero lírico Escolas e movimentos teóricos O cânone literário Procedimentos básicos de leitura, análise e interpretação de textos literários	20	0

Competências e Habilidades

Conhecer diferentes concepções de literatura e gêneros literários. Discutir a natureza do fenômeno literário, historiografia e teoria literárias.

Metodologia

- Recursos Didáticos
- Exposições dialogadas;

- Aulas mediadas por construções grupais.

Recursos Materiais

- Quadro branco
- Datashow
- Textos

Instrumentos de Avaliação

- Provas individuais
- Desempenho dos alunos nas atividades que venham ser propostas (leitura, fichamento, resumo, resenha etc.)

Referências Bibliográficas Obrigatórias

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CULLER, Jonathan. Introdução à Teoria Literária. São Paulo: Beca Edições, 1999.

MOISÉS, Massaud. A criação literária: poesia e prosa. São Paulo: Cultrix, 2012.

REIS, Carlos. O conhecimento da literatura. Introdução aos estudos literários. 2 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013.

Referências Bibliográficas Complementares

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Ozana (org.). Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas. Maringá: EDUEM, 2005.

COMPAGNON, Antoine. O demônio da teoria: literatura e senso comum. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

COSTA, Lúcia Militz da. A poética de Aristóteles: mimese e verossimilhança. São Paulo: Ática: 1992.

EAGLETON, Terry. Teoria da Literatura: uma introdução. Trad. Waltensir Dutra. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

KOTHE, Flavio Rene. Fundamentos da Teoria Literária. Brasília: EDUNB, 2002.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse

https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/05/2024 10:51

Componente Curricular: CAC0577 - TEORIA DA LITERATURA II

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Conceitos clássicos da poética ocidental. Introdução às teorias da poesia, da narrativa e do drama.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Geral: Construir o repertório teórico básico para leitura, análise e crítica de textos literários

ESPECÍFICOS

- Conhecer e identificar os elementos de composição da forma narrativa;
- Ler, analisar e interpretar textos literários narrativos;
- Compreender mecanismos de construção dos textos literários narrativos;
- Reconhecer os processos de formação, ascensão e consolidação do romance como gênero literário.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	Gênero épico (texto literário narrativo) Teoria da narrativa; Categorias de análise da narrativa literária; Procedimentos e recursos de composição literária narrativa.	20	0
II	O conto (elementos estruturais e estilísticos), conto moderno e conto contemporâneo; A novela (elementos estruturais e estilísticos)	20	0
III	Gênero literário romance Processos de formação, ascensão e consolidação do romance como gênero literário; Romance nos séculos XIX e XX; Experimentações romanescas na contemporaneidade.	20	0

Competências e Habilidades

Conhecer o repertório teórico básico concernente ao texto literário narrativo;
 Identificar e classificar textos literários narrativos com base em seus elementos estéticos e estruturais.
 Realizar exercícios críticos de análise literária a partir das teorias estudadas.

Metodologia

Recursos Didáticos

- Exposições dialogadas;
- Aulas mediadas por construções grupais.

Recursos Materiais

- Quadro branco
- Datashow
- Textos (teóricos e literários)

Instrumentos de Avaliação

- Provas individuais ou em grupos
- Desempenho dos alunos nas atividades que venham ser propostas (leitura, fichamento, resumo, resenha etc.

Referências Bibliográficas Obrigatórias

Moisés, Massaud.. A criação literária poesia e prosa. . Cultrix. 2012. ISBN: 978-85-316-1181-0 (broch.).

Silva, Vítor Manuel de Aguiar e. Teoria da literatura . 8.ed.. Almedina. 2011. ISBN: 978-972-40-0422-8 (broch.).

Todorov, Tzvetan. As estruturas narrativas . . Perspectiva. 2013. ISBN: 978-85-273-0386-6 (broch.).

Referências Bibliográficas Complementares

Yves Reuter. A análise da narrativa : o texto, a ficção e a narração. 2.ed.. Difel. 2007. ISBN: 978/85-7432-029-8 (Broch.)

. Análise estrutural da narrativa . 8. ed.. vozes. 2013. ISBN: 978-85-326-3669-0 (broch.).

Gancho, Cândida Vilarés. Como analisar narrativas . 9.ed.. Editora Ática. 2006. ISBN: 978-850810213-6 (Broch.)

Carvalho, Alfredo Leme Coelho. Foco narrativo e fluxo da consciência . . Editora Unesp. 2012. ISBN: 978-85-393-0239-0 (broch.).

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



Componente Curricular: CAC1760 - TEORIA DA LITERATURA II

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Teoria da narrativa. O romance. As narrativas curtas. Metodologias, abordagens críticas e os princípios essenciais da análise interna do romance e das narrativas curtas.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

GERAIS

- Adquirir conhecimentos fundamentais para a distinção do texto literário e suas características, desenvolvendo a capacidade de realizar análise e interpretação de textos, de variados gêneros, com maior propriedade.
- Construir o repertório básico para leitura, análise e interpretação de textos narrativos: o romance e as narrativas curtas.

ESPECÍFICOS

- Introduzir questões relativas a teoria da prosa, observando a constituição dos gêneros narrativos;
- Conhecer a formação e a construção da forma romanesca;
- Aprofundar noções relativas às categorias elementares da narrativa: enredo, foco narrativo, espaço, tempo, personagens;
- Compreender os mecanismos de construção do romance e das narrativas curtas;
- Conhecer e identificar os elementos de composição da forma narrativa;
- Ler, analisar e interpretar textos narrativos;
- Fazer uso das teorias e dos procedimentos de análise e interpretação de textos narrativos.
- Discutir a influência da literatura na construção do texto cinematográfico e sua linguagem específica.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	Tópicos e Conteúdo da Unidade 1 Programa da Disciplina Teoria da Literatura II A teoria da narrativa A narrativa Narração - a instância narrativa (Yves Rother) A narrativa literária (Carlos Reis) A narrativa de ficção - A leitura literária O narrador (Walter Benjamin) Posição do narrador no romance contemporâneo (Adorno) As estruturas narrativas Como analisar narrativas Elementos estruturais da narrativa O Romance: Conceito e estrutura	20	0
II	Tópicos e Conteúdo da Unidade 2 A ascensão do romance As duas linhas estilísticas do romance Reflexões do romance moderno Procedimentos de análise de narrativa A nova teoria do romance Ficção e realidade - Tipologia do romance Elaboração de projetos Discussão sobre a organização de projeto de artigo Elaboração de projetos - Elementos da análise da narrativa	20	0
III	Tópicos e Conteúdo da Unidade 3 Formas breves: o conto e a novela	20	0

	Teoria do Conto Alguns aspectos do conto (Cortázar) Ensaio sobre o conto: os estudos de Poe e Julio Cortázar – A consagração da impertinência		
--	--	--	--

Competências e Habilidades

Procedimentos de análise da narrativa: cada aluno deverá fazer trabalho escrito de textos narrativos selecionados. Na avaliação do trabalho, deve-se considerar a linguagem utilizada/ estilo do texto e a utilização das normas técnicas.

Projeto - Estudos Literários: apresentação ESCRITA de uma abordagem literária que sirva de análise pelo aluno onde deve constar: 1) proposta da análise 2) comentários sobre a relevância do assunto do texto para a sua pesquisa, 3) a linguagem utilizada/ estilo do texto e 4) a utilização das normas técnicas.

Apresentação de Artigo na área dos estudos literários: O Artigo com base no projeto de pesquisa do aluno será apresentado em evento on-line. Os(As) alunos(as) devem seguir o modelo disponibilizado na disciplina. Devem observar a delimitação do tema da pesquisa e a revisão de literatura. Aconselha-se que elaborem os artigos com originalidade, os casos de plágio serão descartados de avaliação.

Metodologia

Metodologia

A disciplina Teoria da Literatura II segue a RESOLUÇÃO No 33, DE 6 DE JULHO DE 2022, que estabelece as diretrizes para o retorno integralmente presencial das atividades de ensino dos cursos de graduação presenciais, no âmbito da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), para o semestre 2022.2.

Unidade 1 – Procedimentos de análise da narrativa: cada aluno deverá fazer trabalho escrito de textos narrativos selecionados. Na avaliação do trabalho, deve-se considerar a linguagem utilizada/ estilo do texto e a utilização das normas técnicas.

Unidade 2 - Projeto - Estudos Literários: apresentação ESCRITA de uma abordagem literária que sirva de análise pelo aluno onde deve constar: 1) proposta da análise 2) comentários sobre a relevância do assunto do texto para a sua pesquisa, 3) a linguagem utilizada/ estilo do texto e 4) a utilização das normas técnicas.

Unidade 3 – Apresentação de Artigo na área dos estudos literários: O Artigo com base no projeto de pesquisa do aluno será apresentado em evento on-line. Os(As) alunos(as) devem seguir o modelo disponibilizado na disciplina. Devem observar a delimitação do tema da pesquisa e a revisão de literatura. Aconselha-se que elaborem os artigos com originalidade, os casos de plágio serão descartados de avaliação.

Referências Bibliográficas Obrigatórias

REFERENCIAS BÁSICAS

- ADORNO, Theodor W. Notas de Literatura I. Trad. e apresentação Jorge de Almeida. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2003.
- BAKHTIN, Mikhail. Questões de literatura e de estética: a teoria do romance. Tradução de Aurora Fornoni Bernardini [et al.]. São Paulo: Editora da UNESP; Hucitec, 1988.
- BARTHES, Roland et al. Análise estrutural da narrativa. Trad. Maria Zélia Barbosa. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CANDIDO, Antonio. Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000.
- _____. A personagem de ficção. 10 ed. São Paulo: Perspectiva, 2002
- GANCHO, C. V. Como analisar narrativas. 7. ed. São Paulo, Ática, 2001.
- GOTLIB, Nadia Battella. Teoria do conto. São Paulo: Ática, 1991.
- LEITE, L. C..M. O Foco narrativo. 3. ed. São Paulo, Ática, 2003.
- LUKÁCS, Georg. A teoria do romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica. São Paulo: Editora 34; Duas Cidades, 2009.
- REUTER, Yves. A análise da narrativa: o texto, a ficção e a narração. São Paulo: DIFEL, 2007.

Referências Bibliográficas Complementares

Referencias Bibliograficas Complementares

REFERENCIAS COMPLEMENTARES

- MOISÉS, Massaud. A análise literária. São Paulo: Cultrix, 1984.
- REIS, Carlos & LOPES, Ana Cristina M. Dicionário de teoria da narrativa. São Paulo: Ática, 1988. (Série Fundamentos, 29)
- ROSENFELD, Anatol. Reflexões sobre o romance moderno. In: Texto/Contexto I. São Paulo: Perspectiva, 1996.
- SILVA, Vitor Manuel de Aguiar. O romance: História e sistema de um gênero literário. In: Teoria da Literatura. Coimbra: Livraria Almedina, 1997.

WATT, Ian. A ascensão do romance. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

WOOD, James. Como funciona a ficção. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



Componente Curricular: CAC0642 - TEORIA E PRÁTICA DE LEITURA

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Concepções de linguagem, de ensino e de leitura; a leitura como atividade sociointerativa; o desenvolvimento do processo inferencial na leitura; estratégias psicolinguísticas na leitura; leitura e ensino. Pesquisa sobre concepções e práticas de leitura no ambiente escolar.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

- Apresentar ao aluno variadas perspectivas da leitura.
- Compreender como são trabalhadas as concepções de leitura em ambiente escolar.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	Concepções de linguagem, ensino e leitura – perspectivas estruturalistas e funcionalistas	20	0
II	Estratégias psicolinguísticas de leitura Leitura e ensino	20	0
III	Pesquisas sobre concepções e práticas de leitura no ambiente escolar	10	10

Competências e Habilidades

Conhecer e discutir sobre concepções de linguagem, de ensino e de leitura; compreender a leitura como atividade sociointerativa.

Metodologia

Recursos Didáticos

- Exposições dialogadas;
- Aulas mediadas por construções grupais.

Recursos Materiais

- Quadro branco
- Datashow
- TV e Vídeo
- Textos

Instrumentos de Avaliação

- Provas individuais
- Estudos de Casos
- Exercícios de Fixação
- Trabalhos temáticos grupais
- Resenhas de leituras

Referências Bibliográficas Obrigatórias

BATISTA, Antônio Augusto Gomes; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira (Org.). Leitura: práticas, impressos. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
BEZERRA, Maria A. Visão Panorâmica de Concepções de Leitura. (mínimo), 1999.
LEFFA, Vilson. Aspecto da Leitura. Porto Alegre: Sagra, 1996.

Referências Bibliográficas Complementares

CORACINI, Maria José (Org.). O Jogo Discursivo na Aula de Leitura: língua materna e língua estrangeira. Campinas: Pontes, 1995.
FIORIN, J. L. e SAVIOLI, F. P. Lições de Texto: Leitura e redação. São Paulo: Ática, 1997.
GALVES, Charlotte; ORLANDI, Eni Punicelli; OTONI, Paulo (Org.). O Texto Leitura e Escrita. Campinas: Pontes, 1997.
KATO, Mary. O Aprendizado da Leitura. São Paulo: Martins Fontes, 1985.
KLEIMAN, Angela. Leitura, Ensino e Pesquisa. 2ª ed. Campinas: Pontes, 1996.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/05/2024 10:49

Componente Curricular: CAC0570 - TEORIA E PRÁTICA DE TRADUÇÃO

Créditos: 2 créditos

Carga Horária: 30 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Teorias da tradução modelos estruturalistas e funcionalistas estudo da equivalência tradução literal e não-literar visões culturais e políticas sobre tradução.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

- Compreender os processos que envolvem o Estudo de Tradução;
- Perceber as questões de (in)fidelidade/equivalência e não-traduzibilidade das ações tradutórias;
- Desenvolver as competências/habilidades de tradução, nos seus aspectos culturais e políticos.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	<ul style="list-style-type: none"> •Introdução aos Estudos da Tradução I •Introdução aos Estudos da Tradução II •Os princípios da Traduzibilidade e da Não-Traduzibilidade em Tradução 	10	0
II	<ul style="list-style-type: none"> •Aspectos Políticos e Culturais da Tradução •Estudos da Semiótica para a Tradução I •Estudos da Semiótica para a Tradução II 	10	0
III	<ul style="list-style-type: none"> •Exercícios de Tradução Semiótica I •Exercícios de Tradução Semiótica II •Exercícios de Tradução Semiótica III •Exercícios de Tradução Semiótica IV •Exercícios de Tradução Semiótica V 	10	0

Competências e Habilidades

Compreender sobre teorias da tradução; modelos estruturalistas e funcionalistas.

Metodologia

Recursos Didáticos

- Exposição de conteúdo, através de mídias digitais e impressas;
- Discussão e debates sobre os conteúdos vivenciados;
- Exercícios de Tradução Semiótica (literal e não-literar)

Recursos Materiais

- Quadro branco
- Datashow
- TV e Vídeo
- Textos

Instrumentos de Avaliação

- UNIDADE I - Prova Escrita
- UNIDADE II - Debates Estruturados: questionários e discussões
- UNIDADE III - Exercícios de Tradução Semiótica: seminários

Referências Bibliográficas Obrigatórias

ARROJO, R. Oficina de Tradução: a teoria na prática. São Paulo: Ática, 2002.
AUBERT, F. H. As (In)fideliades da Tradução: servidões e autonomia do tradutor. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1994.
SANTAELLA, Lucia. O Que é Semiótica? Coleção Primeiros Passos (103). São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

Referências Bibliográficas Complementares

CATFORD, J. C. Uma Teoria Linguística da Tradução: um ensaio de linguística aplicada. São Paulo: Cultrix, 1980.
CORACINI, M. J. R. F. O Sujeito Tradução entre a "sua" Língua e a Língua do Outro. Cadernos de tradução, Florianópolis, n 16. p. 9-24, 2005.
FURLAN, M. Brevíssima História da Teoria da Tradução no Ocidente, I Romanos. Cadernos de Tradução, Florianópolis, n 8. p. 1128, 2001.
GREUEL, M. V. Reflexões Fenomenológicas sobre a Teoria da Tradução. Cadernos de Tradução, Florianópolis, n 1. p. 28-36, 1996.
GONÇALVES, J. L. V. R.; Machado, I. T. N. Um panorama do ensino de tradução e a busca da competência do tradutor. Cadernos de tradução, Florianópolis, n. 17, p. 45-69, 2006.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



Componente Curricular: CAC1800 - TÓPICOS EM REVISÃO TEXTUAL

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Processos de refacção e revisão textual. Estratégias de revisão textual. Modos de construção da autoria no texto académico-científico.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Geral

- Focalizar o estudo de gramática da frase e do texto as regras e nomenclaturas gramaticais como subsídios para a produção escrita e revisão textual: noções gerais de sintaxe e pontuação, processos de coordenação e subordinação; regras gerais de concordância e de regência.

Específicos

- Apresentar estratégias de revisão textual.
- Discutir a importância da revisão de texto.
- Compreender as influências e tendências da revisão de texto.
- Habilitar o aluno para a utilização e modos de construção da autoria no texto académico-científico.
- Promover estratégias metodológicas para a abordagem de revisão de texto e incentivo à leitura.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	Tópicos e Conteúdo da Unidade 1 UNIDADE I O Revisor Iniciando a Revisão Aspectos Importantes da revisão	20	0
II	Tópicos e Conteúdo da Unidade 2 UNIDADE II Uma inter-relação necessária Reverendo os dizeres sobre revisão Escrita social e discursiva	20	0
III	Tópicos e Conteúdo da Unidade 3 UNIDADE III Caminhos da escrita A escrita como objeto de estudo Do discurso à estrutura Gêneros do discurso	0	20

Competências e Habilidades

Participação em atividades de aprendizagem presencial, propostas durante a execução do componente curricular. Todas as atividades serão avaliadas, embora nem sempre pontuadas, tendo em vista a importância da avaliação contínua para o processo de ensino e aprendizagem:

Habilidades nas Atividades

Aulas Expositivas

Exposições dialogadas

Atividades escritas

Uso de recursos mediáticos;

Leitura de Textos (teóricos e literários).

Questionários.

Metodologia

Metodologias

A disciplina Tópicos de Revisão de Texto segue a RESOLUÇÃO No 33, DE 6 DE JULHO DE 2022, que estabelece as diretrizes para o retorno integralmente presencial das atividades de ensino dos cursos de graduação presenciais, no âmbito da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), para o semestre 2022.1.

As aulas presenciais contemplarão discussão de textos críticos-teóricos e de obras literárias que as temáticas destacadas na disciplina e atividades avaliativas.

O aluno matriculado em Tópicos de Revisão de Texto precisará participar das aulas presenciais para o sucesso das atividades.

As atividades serão realizadas de forma individual e colaborativas.

Referências Bibliográficas Obrigatórias

ATHAYDE, P. Revisão de textos: teoria e prática. São Paulo: AGBook, 2012.

COELHO NETO, A. Além da revisão: critérios para a revisão textual. Brasília: SENAC, 2013.

KOCH, Ingedore V. G.; Elias, Vanda. Ler e escrever: estratégias de produção textual. São Paulo: Contexto, 2009.

Referências Bibliográficas Complementares

COSTA VAL, M. G. Redação e textualidade. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

GARCEZ, Lucília H. do Carmo. Técnica de redação. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. A escrita e o outro: os modos de participação na construção do texto. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

RIBEIRO, A. E. Em busca do texto perfeito: questões contemporâneas de edição, preparação e revisão textual. Divinópolis: Gulliver, 2016.

RIOLFI, C. R.; ALMEIDA, S. BARZOTTO, V. H. (Org.). Leitura e escrita: impasses na universidade. São Paulo: Paulistana, 2013.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse

https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/05/2024 10:48

Componente Curricular: CAC0648 - TÓPICOS ESPECIAIS EM LINGUÍSTICA APLICADA I

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Estudo de modelos teóricos de ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras. As contribuições das ciências cognitivas para a área. Concepções de língua(gem) e sujeito nos modelos e teorias.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Compreender as características da Linguística Aplicada (LA), sua origem e utilidade. Além de conhecer o histórico da LA incluindo um panorama atual, bem como reconhecer seus princípios e aspectos metodológicos, e entender aspectos da sua prática presentes no cotidiano do professor/pesquisador da área.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	- Conhecer o histórico da LA incluindo um panorama atual - Saber o que é LA - De onde vem - Para que serve	20	0
II	- Reconhecer os princípios metodológicos da LA	20	0
III	- Compreender os aspectos da prática em LA presentes no cotidiano do professor/pesquisador da área	20	0

Competências e Habilidades

Compreensão dos modelos teóricos de ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras e das contribuições das ciências cognitivas para a área.

Metodologia

Recursos Didáticos:

- Exposições dialogadas;
- Aulas mediadas por construções grupais.

Recursos Materiais:

- Quadro branco
- Datashow
- TV e Vídeo
- Textos

Instrumentos de Avaliação:

- Provas individuais
- Trabalhos temáticos grupais
- Resenhas de leituras

Referências Bibliográficas Obrigatórias

ALMEIDA FILHO, J.C. de. O Ensino de Línguas no Brasil de 1978. E Agora? In: Revista Brasileira de Linguística Aplicada, 1, 15-29, 2001.
CELCE-MURCIA, M.; OLSHTAIN, E. Discourse and Context in Language Teaching. Cambridge: Cambridge, 2000.
McDONOUGH, S. Applied Linguistics in Language Education. London: Arnold, 2002.

Referências Bibliográficas Complementares

CORACINI, M.J. (org.) Identidade & Discurso: (des)construindo subjetividades. Campinas: Ed. Da Unicamp; Chapecó: Argos Ed Universitária, 2003.
CORDER, S.P. The Significance of Learners' Errors. IRAL, 5, p.161-170, 1967.
COX, M.; A. ASSIS-PETERSON. O Professor de Inglês entre a Alienação e a Emancipação. Linguagem e Ensino, 4, 11-36, 2001.
ELLIS, R. SLA Research and Language Teaching. Oxford: OUP, 1997.
KAPLAN, R. (org.) The Oxford Handbook of Applied Linguistics. Oxford: OUP, 2002.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/05/2024 10:47

Componente Curricular: CAC0649 - TÓPICOS ESPECIAIS EM LITERATURA I

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Discussão de problemas teóricos de literatura em nível intermediário.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

O curso visa a oferecer um panorama de um gênero literário específico (conto ou romance ou poema, etc.) a partir da obra de autores de diferentes nacionalidades, estilos e épocas. Objetivamos, também, discutir os aspectos teóricos e metodológicos da análise desses gêneros, além da relação entre eles e outras artes, como cinema ou pintura.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	Aspectos teóricos, críticos e metodológicos de um gênero literário específico (conto ou romance ou poema, etc.)	20	0
II	As obras de um gênero literário específico (conto ou romance ou poema ou etc.): aspectos sociais, econômicos, históricos e literários em diálogo.	20	0
III	O gênero literário específico (conto ou romance ou poema, etc.) e outras artes (cinema, pintura, etc.)	20	0

Competências e Habilidades

Prmover a discussão de problemas teóricos de literatura em nível intermediário.

Metodologia

Recursos Didáticos

- Exposições dialogadas;
- Aulas mediadas por construções grupais.

Recursos Materiais

- Quadro branco
- Datashow
- TV e Vídeo
- Textos

Instrumentos de Avaliação

- Provas individuais
- Trabalhos temáticos grupais
- Resenhas e fichamentos de leituras

Referências Bibliográficas Obrigatórias

AGUIAR e SILVA, V.M. Teoria da Literatura. 8 ed. vol I, Lisboa: Almedina, 1999.
 AMORA, S. Antônio. Introdução à Teoria da Literatura. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1980.
 BOSI, Alfredo. História Concisa da Literatura Brasileira. 40. ed. São Paulo: Cultrix, 2002.

Referências Bibliográficas Complementares

ARISTÓTELES. Poética Clássica. Aristóteles, Horácio e Longino. São Paulo: Cultrix, 1990.
CAMPEDELLI, Samira Youssef. Literatura, História e Texto. 18.ed.reformulada, São Paulo: Saraiva, 1999.
CANDIDO, Antonio. Formação da Literatura Brasileira. 6ed. Vol I e II, Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.
COUTINHO, Afrânio. A Literatura no Brasil. 2. ed. Vol. IV, São Paulo: Sul Americana, 1969.
INFANTE, Ulisses. Textos: Leitura e Escritas. São Paulo: Scipione, 2000.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/05/2024 10:47

Componente Curricular: CAC0651 - TÓPICOS ESPECIAIS EM LITERATURA II

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Discussão de problemas de crítica literária em nível avançado.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Ler e debater textos sobre as tendências contemporâneas na teoria e crítica literárias.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	A transição da perspectiva estruturalista para a pós-estruturalista; A Estética da Recepção; Os textos de Roland Barthes e Michel Foucault	20	0
II	Derrida e a Desconstrução; A crítica Feminista; A crítica Pós-Colonial	20	0
III	O Newhistoricism ; Os Marxistas e Neomarxistas; Debates sobre a função do crítico nos dias atuais	20	0

Competências e Habilidades

Ser capaz de discutir de problemas de crítica literária em nível avançado.

Metodologia

TÉCNICAS

Exposições dialogadas; Aulas mediadas por construções grupais; Atividades individuais e em grupo; Exercícios e estudos de caso; Seminários.

RECURSOS DIDÁTICOS

Quadro branco; Projetor multimídia; Textos; Internet

INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

Provas individuais; Trabalhos temáticos grupais (Seminários); Fichamentos; Produção de artigos.

Referências Bibliográficas Obrigatórias

BRUNEL, P. et al. A Crítica Literária. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BUTLER, Judith. Problemas de Gênero – Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

WELLEK, René. História da Crítica Moderna. São Paulo: Editora Herder, Edusp, 2002.

Referências Bibliográficas Complementares

FRYE, N. Anatomia da Crítica. São Paulo: Cultrix: 1973.

HUTCHEON, L. Poética do Pós-Modernismo. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

WILLIAMS, R. O Campo e a Cidade: na história e na Literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/05/2024 10:46

Componente Curricular: CAC0694 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Créditos: 8 créditos

Carga Horária: 120 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: ATIVIDADE

Ementa: Análise e crítica de monografias que abrangem temas de Libras e das Literaturas Surdas. Possibilidades para pesquisas em língua, literatura e temáticas culturais. Orientação bibliográfica e de produção científica. Monografia de final de curso escrita e defendida em Língua Portuguesa.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Desenvolver as etapas para a construção do Trabalho de Conclusão de Curso.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	<ul style="list-style-type: none"> Normas da ABNT para Trabalhos de Conclusão de Curso; Levantamento bibliográfico e referencial Teórico; Introdução. 	20	20
II	<ul style="list-style-type: none"> Problematização e análise do corpus; Metodologia de análise do corpus. 	20	20
III	<ul style="list-style-type: none"> Considerações finais do TCC; Formatação e revisão do TCC; Defesa do TCC. 	20	20

Competências e Habilidades

Conhecer monografias que abrangem temas de Língua Inglesa e das Literaturas de Língua Inglesa, escrever e defender seu trabalho de conclusão de curso.

Metodologia

Recursos Didáticos:
 - Orientação para a redação do TCC.

Recursos Materiais:
 - Quadro branco; Datashow; Livros.

Instrumentos de Avaliação:
 - Avaliação por banca da parte escrita do Trabalho de Conclusão de Curso;
 - Defesa oral feita pelo/a estudante, perante banca avaliadora, do Trabalho de Conclusão de Curso.

Referências Bibliográficas Obrigatórias

ANDRADE, Maria M. Introdução à Metodologia do Trabalho Científico. 4. ed. Atlas, 1989.
 COSTA, Ana Rita Firmino. Orientações Metodológicas para a Produção de Trabalhos Acadêmicos. 4. ed. Maceió: UFAL, 2002.
 CRUZ, Anamaria da Costa, MENDES, Maria Tereza Reis. Trabalhos Acadêmicos, Dissertações e Teses: estrutura e apresentação (NBR 14724/2002). 2. ed. Niterói: Intertexto, 2004.

Referências Bibliográficas Complementares

DEMO, Pedro. Metodologia do Conhecimento Científico. São Paulo: Atlas, 2000.
GALLIANO, A. Guilherme. O Método Científico: teoria e prática. São Paulo: Herbra. 1990.
GIL, Antonio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
LAKATOS, Eva Maria; Marconi, Marina de Andrade. Fundamentos da Metodologia Científica. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992.
MEDEIROS, João Bosco. Redação Científica: a prática de fichamentos, resumos e resenhas. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/05/2024 10:46

Componente Curricular: CAC1784 - TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO EM LIBRAS

Créditos: 6 créditos

Carga Horária: 90 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS - CARAÚBAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Mapeamento dos Estudos da Tradução. Estudo da atividade tradutória em diferentes países e tempos históricos. Concepção de tradução, papel e prática do tradutor. Conceitos, tipologias e conscientização dos problemas teóricos e práticos da Tradução. Mediação do conhecimento através do intérprete de língua de sinais. O papel do intérprete de Libras na sala de aula. O intérprete de Libras na educação de surdos: funções e limites.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Apresentar os Estudos da Tradução e os Estudos da Interpretação como campos disciplinares estabelecidos e consolidados e refletir sobre a formação do profissional que nela atua, com vistas a desenvolver sua identidade e seu senso de responsabilidade enquanto profissional dessa área.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Teórico
I	Tópicos e Conteúdo da Unidade 1 1. Mapeamento dos Estudos da Tradução no âmbito internacional e nacional 2. A língua de sinais como parte dos mapas atuais	20
II	Tópicos e Conteúdo da Unidade 2 3. Estudo da atividade tradutória em diferentes países e tempos históricos 4. Conceito de tradução, papel e prática do tradutor	20
III	Tópicos e Conteúdo da Unidade 3 5. Conceitos, tipologias e conscientização dos problemas teóricos e práticos da Tradução, noções de fidelidade e texto original.	10

Competências e Habilidades

Conhecimento sobre a área de estudo e a profissão
Dominar os fundamentos teóricos da tradução e interpretação
Capacidade de argumentar sobre suas escolhas tradutórias e interpretativas linguístico-discursivas
Competência de metalinguagem
Competência de documentação de tradução desenvolvida

Metodologia

- Exposição por meio de aula com conceitos-chave em Libras e português.
- Leitura de textos teóricos específicos.
- Análise de traduções (vídeos).
- Produção de traduções (vídeos).
- Aulas dialogadas, orientadas pelas professoras.
- Exercícios para verificação da aprendizagem

Referências Bibliográficas Obrigatórias

QUADROS, R. M. de. O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa. Secretaria de Educação Especial; Pr Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília: MEC, SEESP, 2004.

ROBINSON, D. Construindo o tradutor. Bauru, SP: EDUSC, 2002. [Tradução de Jussara Simões]

ZIPSER, Meta Elisabeth. POLCHLOPEK. Silvana Ayub. Introdução aos estudos de tradução. Florianópolis: LLE/CCE/UFSC, 2008.
<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/117279/Livro%20de%20Introducao%20Estudos%20da%20Traducao%20sequence=1>

Referências Bibliográficas Complementares

Referencias Bibliograficas Complementares

ALVES, D., & VASCONCELLOS, M.. Metodologias de pesquisa em Estudos da Tradução: uma análise bibliométrica de teses e dissert produzidas no brasil entre 2006-2010. DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada, 32(2). 2016. Recuperad <https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/21949>

ALBRES, Neiva de Aquino; LACERDA, Cristina Broglia. Interpretação educacional como campo de pesquisa: estudo bibliométrico de publicações internacionais e suas marcas no campo nacional. Cadernos de Tradução 2013.
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/2175->

7968.2013v1n31p179

PAGANO, Adriana; VASCONCELLOS, Maria Lúcia. Estudos da tradução no Brasil: reflexões sobre teses e dissertações elaboradas por pesquisadores brasileiros nas décadas de 1980 e 1990. DELTA, São Paulo, v. 19, n. spe, p. 1-25, 2003. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502003000300003&lng=en&nrm=iso>. access on 18 Dec. 2022 <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-44502003000300003>.

SANTIAGO, Vânia de Aquino Albres. Português e libras em diálogo: os procedimentos de tradução e o campo do sentido. In: ALBRES, V. de A. A. Libras em estudo: tradução/interpretação. São Paulo: Feneis, 2012. https://libras.ufsc.br/wpcontent/uploads/2019/09/2012-04-ALBRES-e-SANTIAGO_LIBRAS_-trad_int.pdf

VASCONCELLOS, M.L. & BARTHOLAMEI, L. J. Estudos da Tradução I. 2008.

http://www.libras.ufsc.br/hiperlab/avalibras/moodle/prelogin/adl/fb/logs/Arquivos/textos/estudos_da_traducao/Estudos_Traducao.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



Universidade Federal Rural do Semi-Árido (Ufersa)
Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe)
5ª Reunião Ordinária de 2024

3º PONTO

Apreciação e deliberação sobre recurso apresentado por Rachel Leite Klibis Araújo, conforme processo nº 23091.005686/2024-13;

[Visualizar no Portal Público](#)

À PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (CONSEPE) DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO (UFERSA)

Eu, **RACHEL LEITE KLIBIS ARAÚJO**, brasileira, casada, estudante do Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia (PROFNIT), nível de mestrado, matrícula n. [REDACTED], venho através do presente interpor **RECURSO** em face da decisão do Comitê de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica (CPPGIT), proferida em sua 2ª Reunião Ordinária de 2024, realizada em 21 de março de 2024, cuja ata encontra-se em anexo (a decisão ainda não foi publicada no site da PROPPG até o presente dia).

Neste sentido, requer o recebimento do presente recurso, bem como que o mesmo seja distribuído a um conselheiro para emissão de parecer, e em seguida, seja encaminhado ao Conselho para deliberação, conforme determina o art. 15 do Regimento da UFERSA.

1 DO CABIMENTO DO RECURSO

O presente recurso trata-se de um pedido de defesa extemporânea de dissertação de mestrado da ora requerente.

Este pleito foi objeto de apreciação inicial pela COMISSÃO ACADÊMICA INSTITUCIONAL (CAI)/COLEGIADO DO PROFNIT, na 4ª. reunião extraordinária de 2024, ocorrida em 06 de março de 2024, onde foi indeferido.

Irresignada, a requerente pleiteou novo recurso para o CPPGIT, que também indeferiu o pedido de defesa extemporânea de sua dissertação, na 2ª. reunião ordinária de 2024, ocorrida em 21 de março de 2024. Esta decisão ainda não foi publicada, sendo disponibilizada pelo Comitê apenas a ata da reunião.

Por sua vez, observe-se que o Comitê de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica (CPPGIT), é um órgão assessor do CONSEPE, consoante disposição do art. 33, inciso I, do Regimento da UFERSA:

DOS COMITÊS

Art. 32. Os comitês são órgãos de assessoramento que têm por finalidade subsidiar a elaboração da política de graduação, pesquisa, pós-graduação, extensão e cultura, administração, governança e planejamento da Ufersa.

Art. 33. A Ufersa possui os seguintes comitês assessores do Consepe:

I – Comitê de Graduação (CG);

II - Comitê de Extensão e Cultura (CEC); e

III - Comitê de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica (CPPGIT);

Portanto, a autoridade superior ao CPPGIT é o CONSEPE, sendo este o órgão competente para análise do recurso.

Por outro lado, estabelece o art. 276 que o prazo para interposição de recurso é de 05 dias **a contar da data de publicação da decisão a que se recorre:**

Art. 276. O prazo para interposição de pedido de reconsideração ou de recurso é de 5 (cinco) dias, a contar da data de publicação da decisão.

Assim, tendo em vista que ainda não se publicou a decisão do CPPGIT que indeferiu o recurso da ora requerente (conforme print do site da PROPPG), embora a decisão já tenha sido tomada pelo Comitê, tendo-se apenas a ata da reunião que foi encaminhada pela Assessoria Especial do Gabinete à requerente no dia 19 de abril de 2024, conforme e-mail em anexo, encontra-se, portanto, o presente recurso tempestivo e apto para análise. Acredita-se que a decisão não foi publicada devido à greve dos servidores técnico-administrativos, o que não impede que o corpo docente do

CONSEPE analise o recurso, juntamente com os técnicos administrativos, discentes e demais autoridades que fazem parte do Conselho.

2 DOS FATOS

Em 2021, a requerente ingressou no Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia (PROFNIT), por meio do Exame Nacional de Acesso (ENA - 2021). O curso foi iniciado com grande entusiasmo, porém, ao longo do tempo, a desmotivação decorrente das aulas remotas devido à pandemia da COVID-19 afetou a saúde de alguns colegas da turma, incluindo a requerente. Todas as disciplinas cursadas foram no formato remoto, mesmo sendo um curso programado para ser presencial.

Ao término do ano de 2022, a requerente foi diagnosticada com um quadro de **DEPRESSÃO GRAVE (CID 10 F32.2 - Episódio depressivo grave sem sintomas psicóticos), conforme se comprova com laudo médico em anexo, datado de 17/10/2022**, o que a tornou completamente incapaz de exercer minhas atividades laborais e acadêmicas. Além da depressão, a ansiedade também tem afetado sua saúde, apresentando sintomas como pressão arterial alterada e insônia, em decorrência da tensão relacionada ao mestrado e ao estresse associado. Foi iniciado então tratamento psiquiátrico, incluindo o uso de medicamentos para controle da condição.

Nesse período, foi necessário solicitar o trancamento do curso, o que foi feito por seis meses, referente ao semestre 2023.1 (de 13/03/2023 a 08/07/2023).

Assim que a requerente se julgou apta para retomar as suas atividades acadêmicas, buscou orientação junto à Professora Dr^a Liz Carolina, que, na ocasião, iniciou a orientação, porém, em seguida, assumiu a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, tornando-se impossibilitada de continuar. Durante este período, o curso encontrava-se trancado no semestre 2023.1. A Professora Dr^a Ana Lucia Brenner assumiu então a orientação para a dissertação.

Ao final do ano de 2023, a requerente voltou a manifestar sintomas depressivos, porém, não os reconheceu imediatamente como uma recaída. Quando percebeu, já haviam decorrido alguns meses cruciais para a conclusão do seu trabalho dentro do prazo estipulado, o que a prejudicou imensamente.

A orientadora da requerente, Profa. Dr^a Ana Lucia Brenner, observando o histórico da discente, a informou que o 30º mês de curso seria em fevereiro de 2024.

Assim, vendo que não havia possibilidade legal, de acordo com as normas do PROFNIT, de ultrapassar os trinta meses de permanência no programa sem a defesa da dissertação, comunicou que poderia agendar a qualificação da dissertação em 19 de fevereiro de 2024 e a defesa da dissertação final em 29 de fevereiro de 2024.

Este prazo exíguo se deve a que o registro escolar determinava que o 30º. mês do curso era em fevereiro de 2024, conforme print do registro escolar abaixo baixado em fevereiro de 2024:

SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
UFERSA - Universidade Federal Rural do Semi-Árido
PROPPG - Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Av. Francisco Mota, 572 - Costa e Silva, CEP: 59625-900

Histórico Acadêmico - Emitido em: 07/02/2024 às 07:45

Dados Pessoais

Nome: **RACHEL LEITE KLIBIS ARAUJO** Matrícula: [REDACTED]
Data de Nascimento: [REDACTED] Local de Nascimento: **SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP**
Nome do Pai: [REDACTED]
Nome da Mãe: [REDACTED]
Endereço: [REDACTED] Bairro: [REDACTED]
Município: [REDACTED] UF: [REDACTED]

Dados do Vínculo do Discente

Programa: **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROPRIEDADE INTELECTUAL E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA PARA INOVAÇÃO** Índices Acadêmicos
Nível: **MESTRADO** CR: **8.5565**
Curso: **MESTRADO PROFISSIONAL EM PROPRIEDADE INTELECTUAL E**
Currículo: **PFT202** Status: **ATIVO**
Área de Concentração: **Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação**
Linha de Pesquisa:
Orientador: **1434542 - ANA LUCIA BRENNER BARRETO MIRANDA**
Coorientador(es): **1866895 - FABRICIO JOSE NOBREGA CAVALCANTE**

Forma de Ingresso: **SELECAO POS-GRADUACAO**
Mês/Ano Inicial: **MAR/2021**
Trancamentos: **6 meses**
Prorrogações: **0 meses**
Tipo Salda:
Mês/Ano de Salda:

Mês Atual: **30º**
Prazo para Conclusão **AGO/2023**

Data da Defesa:

Disciplinas/Atividades Cursadas/Cursando

Assim, tendo em vista este exíguo prazo, a recorrente dedicou-se incansavelmente para cumprir os prazos do programa para, conforme combinado com sua professora orientadora, mesmo enfrentando o quadro grave de depressão, cumprir a meta determinada.

Os esforços para conseguir realizar um trabalho acadêmico do peso de uma dissertação foram imensos, mesmo em face do quadro de depressão grave. Ainda assim, heroicamente **a requerente conseguiu ser aprovada por sua banca de qualificação no dia 19 de fevereiro de 2024, conforme ata em anexo.**

Após a aprovação na defesa da qualificação, foi acertado com a orientadora, professora Dr^a Ana Lucia Brenner, que a dissertação deveria ser encaminhada até o dia 26 de fevereiro de 2024, e que a defesa seria marcada para o dia 29 de fevereiro de 2024. Ficou acertado também que os membros da banca de defesa da dissertação seriam os mesmos da qualificação.

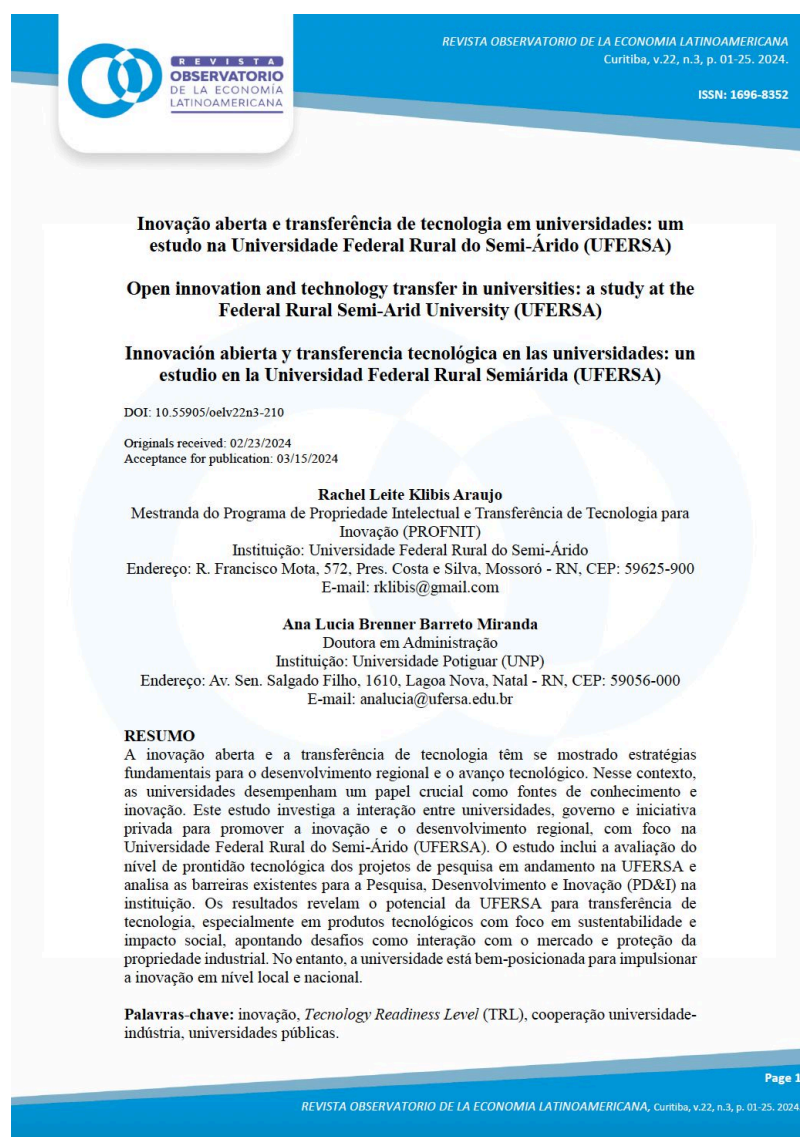
Pois bem. Cumprindo o prazo determinado, a requerente enviou para sua orientadora, via aplicativo *WhatsApp*, a dissertação final, conforme print abaixo:



Após o envio do arquivo da dissertação para a orientadora, no dia 26 de fevereiro de 2024, a requerente foi informada pela Profa. Ana Lucia Brenner que não seria possível realizar a defesa por conta dos prazos. A requerente também foi comunicada de que para efetivar esta etapa, era necessário submeter um artigo da dissertação para publicação em uma revista científica.

Assim, reunindo grandes esforços na tentativa de salvar o seu prazo e o seu curso, a requerente em 03 (três) dias, a partir do seu trabalho de dissertação, elaborou o artigo “Inovação aberta e transferência de tecnologia em universidades: um estudo na Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) e o **encaminhou no dia 29 de fevereiro de 2024 para publicação na revista Observatório de La Economia**

Latinoamericana, com classificação qualis A4, sendo o manuscrito aceito e publicado, conforme print abaixo (em anexo na íntegra).



Assim, os dois últimos requisitos para finalização do curso estavam presentes: entrega da dissertação dentro do prazo e envio de artigo para publicação em revista científica.

Neste contexto, com toda a boa vontade, a orientadora da requerente, Profa. Ana Lucia Brenner, solicitou ao Conselho do Programa uma nova prorrogação do prazo, para defesa da dissertação, uma vez que todos os requisitos estavam cumpridos, faltando apenas a defesa da dissertação, o que não foi aceito. A requerente ficou sabendo apenas do resultado dessa reunião, e desse modo, não pode anexar toda a documentação necessária para argumentar e fundamentar a sua solicitação. Assim, na 4ª REUNIÃO

EXTRAORDINÁRIA DE 2024 DA COMISSÃO ACADÊMICA INSTITUCIONAL (CAI)/COLEGIADO DO PROFNIT, no dia 06 e março de 2024, a solicitação de prorrogação de prazo para defesa da dissertação foi indeferida (ver ata em anexo).

Um dia antes desta reunião, em 05 de março de 2024, a requerente inclusive foi até uma nova consulta com o médico especializado que lhe acompanha em razão da Depressão Grave, e obteve um novo laudo médico constatando a continuidade do quadro depressivo. **Este laudo chegou até o conhecimento da orientadora e dos membros do Colegiado do Curso na reunião, que mesmo conhecendo o quadro de depressão grave da discente, acabou por indeferir o pedido simplesmente alegando que a defesa da dissertação não poderia passar dos 30 meses previsto no regimento, conforme se pode notar da ata da reunião (em anexo).**

Irresignada com a decisão, a requerente apresentou um recurso ao CPPGIT para revisão da decisão da CAI/PROFNIT, no sentido de que fosse concedido prazo para defesa da dissertação, o que foi negado na 2ª. Reunião Ordinária do CCPGIT, realizada em 21 de março de 2024, conforme ata em anexo. Em suas falas, vários membros do Comitê recomendaram recorrer-se ao CONSEPE, uma vez que o Conselho estaria acima do CCPGIT, e teria condição de conceder a prorrogação, caso fosse viável.

A decisão do CCPGIT então somente foi comunicada à requerente no dia 18 de abril de 2024, pela Assessoria Especial do Gabinete da Reitoria (ver e-mail em anexo), onde foi informado das possibilidades de recursos da decisão do CCPGIT e os prazos devidos.

Assim, ante todo o exposto, e com todas as adversidades que a requerente tem passado em seu quadro de depressão grave, a mesma se encontra com seu trabalho pronto para defesa (desde o dia 26 de fevereiro aproveitou e o aprimorou mais ainda), de forma que se este Conselho determinar que a dissertação deve ser entregue no dia seguinte à decisão tomada, e que a defesa seja realizada 1 ou 2 dias depois, a requerente estará pronta!!!

Contudo, visando dar um tempo razoável para a orientadora examinar o trabalho de dissertação, e caso aprovado, o envie para a banca examinadora, **requer, humildemente, ao CONSEPE que seja conferida possibilidade de defesa extemporânea de sua dissertação em um prazo de duas semanas, tempo suficiente para que a orientadora analise seu trabalho em uma semana, bem como a banca examinadora tenha o tempo de uma semana para leitura.**

3 DOS FUNDAMENTOS DO DIREITO

3.1. DA ANÁLISE DAS NORMATIVAS APLICADAS AO CASO E DO DIREITO À PRORROGAÇÃO DE PRAZO E DEFESA EXTEMPORÂNEA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Ao tratar da previsão do trancamento de curso e do período máximo para permanência no curso, o regulamento do PROFNIT/UFERSA determina o seguinte:

“Art. 31 O **trancamento** de matrícula do período letivo em execução corresponde à interrupção de estudos e só poderá ser concedido em caráter excepcional por solicitação do discente, devidamente justificada e com anuência do orientador, e a critério da CAI.

§ 1º O tempo de interrupção de estudos de que trata o caput deste Artigo não será computado no tempo de integralização do curso.

§ 2º Será permitida a interrupção de estudos pelo prazo máximo de 1 (um) período letivo.

(...)

Art. 66 Para conclusão do PROFNIT, e obtenção do respectivo grau de Mestre, o discente deve:

(...)

§ 1º O prazo máximo para integralização do PROFNIT na UFERSA é de 24 meses para o Mestrado, podendo o discente requerer a prorrogação do curso por até 06 (seis) meses, mediante justificativa com parecer de concordância do orientador, cabendo à CAI decidir sobre os pedidos de prorrogação”. (*grifos nossos*).

Por sua vez, o REGULAMENTO GERAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO – UFERSA, traz disposições idênticas em seu texto:

“Art. 43. O **trancamento** de matrícula do período letivo em execução corresponde à interrupção de estudos e só poderá ser concedido em caráter excepcional por solicitação do discente e justificativa do orientador e a critério do Colegiado.

§ 1º O tempo de interrupção de estudos de que trata o caput deste Artigo não será computado no tempo de integralização do Programa de Pós-graduação.

§ 2º Os prazos permitidos para interrupção de estudos obedecerão aos seguintes critérios:

I – para discentes de curso de Mestrado, será permitida a interrupção de estudos pelo prazo máximo de um período letivo;

(...).

Art. 52. A duração dos cursos estabelecida nos Regulamentos Específicos dos Programas de Pós-graduação deverá observar os limites mínimos e máximos de 12 e 24 meses para o Mestrado e de 24 e 48 meses para o Doutorado, contados a partir do mês/ano da matrícula inicial no curso até o mês/ano da efetiva defesa de Dissertação ou Tese.

Parágrafo único. Nos casos devidamente justificados e com parecer de concordância do orientador, **os discentes poderão requerer a prorrogação do curso por até 06 (seis) meses**, para o Mestrado, e até 12 (doze) meses para o Doutorado, cabendo ao Colegiado do Programa de Pós-graduação decidir sobre os pedidos de prorrogação.

Observa-se dos textos do Regulamento do PROFNIT e do Regulamento da UFERSA duas questões fundamentais para o deslinde do caso.

O prazo máximo para conclusão do curso é de 24 meses, podendo ser **prorrogado** por mais 06 meses pelos mais variados motivos. Nesta prorrogação de 06 meses, o discente continua matriculado no curso, pois por algum motivo não conseguiu concluir o curso e precisa de mais tempo para desenvolvimento.

Em relação ao **trancamento** de matrícula, ocorre a interrupção dos estudos, ou seja, o estudante tranca a sua matrícula, não podendo obter os benefícios de um aluno matriculado.

Determina ainda o regulamento geral dos programas de pós-graduação da UFERSA, semelhante ao do PROFNIT, que o discente não pode cursar nenhuma disciplina ou defender projeto de dissertação, devendo constar no registro escolar a menção interrupção de estudos:

“Art. 43.

(...)

§ 3º Durante a vigência da interrupção de estudos, o discente não pode cursar nenhuma disciplina de Pós-graduação na UFERSA, efetuar

Exame de Qualificação ou defender projeto de Dissertação ou Tese ou mesmo Dissertação ou Tese.

§ 4º O **trancamento** concedido deverá ser, obrigatoriamente, mencionado no Histórico Escolar do discente, com a menção "Interrupção de Estudos" acompanhada do(s) período(s) letivo(s) de ocorrência e da data de homologação pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação”.

Neste sentido, veja-se que consta do registro escolar da requerente a menção de que ela teve 06 meses de trancamento, mas sem nenhuma prorrogação:

UFERSA		SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas		SUTIC	
		UFERSA - Universidade Federal Rural do Semi-Árido			
		PROPPG - Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação			
		Av. Francisco Mota, 572 - Costa e Silva, CEP: 59625-900			
Histórico Acadêmico - Emitido em: 07/02/2024 às 07:45					
Dados Pessoais					
Nome:	RACHEL LEITE KLIBIS ARAUJO			Matrícula:	██████████
Data de Nascimento:	██████████	Local de Nascimento:	██████████		
Nome do Pai:	██████████				
Nome da Mãe:	██████████				
Endereço:	████████████████████	Bairro:	██████████		
Município:	██████████	UF:	██████████		
Dados do Vínculo do Discente					
Programa:	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROPRIEDADE INTELECTUAL E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA PARA INOVAÇÃO			Índices Acadêmicos	
Nível:	MESTRADO			CR:	8.5565
Curso:	MESTRADO PROFISSIONAL EM PROPRIEDADE INTELECTUAL E				
Currículo:	PFT202	Status:	ATIVO		
Área de Concentração:	Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação				
Linha de Pesquisa:					
Orientador:	1434542 - ANA LUCIA BRENNER BARRETO MIRANDA				
Coorientador(es):	1866895 - FABRÍCIO JOSÉ NOBREGA CAVALCANTE				
Forma de Ingresso:	SELECAO POS-GRADUACAO				
Mês/Ano Inicial:	MAR/2021			Mês Atual:	30º
Trancamentos:	6 meses			Prazo para Conclusão:	AGO/2023
Prorrogações:	0 meses				
Tipo Salda:					
Mês/Ano de Salda:				Data da Defesa:	
Disciplinas/Atividades Cursadas/Cursando					

Portanto, o efeito da **prorrogação** é bastante distinto do trancamento: na prorrogação de 06 meses do prazo normal para conclusão do curso, o aluno continua matriculado no curso.

Em relação ao **trancamento** é diferente. O discente é impedido de cursar disciplinas, qualificar projeto de dissertação e defesa do trabalho final, ações que na prorrogação podem ser feitas.

Este raciocínio é tão lógico que ambos os regulamentos do PROFNIT e o dos programas de Pós-graduação da UFERSA determinam que o **tempo de interrupção de estudos por meio do trancamento não será computado no tempo de integralização do Programa de Pós-graduação.**

Assim, trazendo a interpretação para o caso da requerente, se em fevereiro de 2024 ela completou 30 meses de permanência no curso, conforme seu histórico escolar, tendo no meio deste período 06 meses de trancamento de matrícula, como o período de trancamento não conta na integralização do curso, a requerente ainda teria direito a mais 06 (seis) meses de prorrogação de prazo para a defesa de sua dissertação. Portanto, seria mais do que justo que este direito fosse conferido por este nobre Conselho Superior, que tem a missão de velar pelas normas de ensino, pesquisa e extensão da UFERSA.

Estes dispositivos apontados anteriormente não foram levados em consideração pela CAI/PROFNIT nem pelo CCGPIT, portanto, o CONSEPE poderá fazer justiça, ao tomar a decisão com base nos dispositivos que regulamentam o trancamento de matrícula nos cursos de pós-graduação da UFERSA.

3.2 DOS CASOS DE DEFESAS EXTEMPORÂNEAS SEMELHANTES DEFERIDAS PELO CPPGIT

Observa-se da prática do CPPGIT que este órgão tem por costume deferir as solicitações de defesas de dissertação ou tese extemporâneas em programas de pós-graduação stricto sensu da UFERSA.

Veja-se, por exemplo, que na pauta da 1ª. Reunião Extraordinária de 2023 do CPPGIT¹, foi deliberado sobre a prorrogação do prazo de defesa de tese de doutorado de **Klívio Loreno Raulino Tomaz, onde no MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 51/2022 – PPGCA, de 12 de dezembro de 2022, o Coordenador do Programa de Pós Graduação em Ciência Animal, Prof. MOACIR FRANCO DE OLIVEIRA, informou que o discente supracitado já havia passado mais de 48 meses de curso, pedido prorrogação por mais 12 meses, e sendo assim, legalmente não havia mais possibilidade de prorrogação de prazo para defesa da tese, conforme determina o art. 40 do Regulamento do PPGCA²:**

¹ A pasta desta reunião encontra-se publicada no seguinte link:
<https://proppg.ufersa.edu.br/wp-content/uploads/sites/11/2023/02/Pasta-1.pdf>

² Regulamento disponível em:
https://ppgca.ufersa.edu.br/wp-content/uploads/sites/50/2020/09/Regulamento-PPGCA_2019.pdf

Art. 40°. A duração dos cursos deverá observar os limites mínimos e máximos de 12 (doze) e 24 (vinte e quatro) meses para o Mestrado e de 24 (vinte e quatro) e 48 (quarenta e oito) meses para o Doutorado, contados a partir do mês/ano da matrícula inicial no curso até o mês/ano da efetiva defesa de Dissertação ou Tese.

Parágrafo único. **Nos casos devidamente justificados e com parecer de concordância do orientador, os discentes poderão requerer a prorrogação do curso por até 06 (seis) meses, para o Mestrado, e até 12 (doze) meses para o Doutorado**, cabendo ao Colegiado do PPGCA deliberar e decidir sobre as solicitações de prorrogação.

Neste sentido, observe-se o trecho do ofício do Coordenador do PPGCA:

“b) Os pedidos de prorrogações foram todos aprovados conforme solicitações e anuências dos orientadores, salvo a solicitação do discente Klívio Loreno Raulino Tomaz, onde o Colegiado deliberou por encaminhar seu pedido à PROPPG para análise e providências junto ao Comitê de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação Tecnológica (CPPGIT), por considerar que pelo fato do discente já ter gozado os doze meses previsto no Regulamento, a decisão extrapolava seu poder de deliberação Colegiada.

c) Diante da situação **o Colegiado pediu para que constasse da Ata da reunião que concordava com a prorrogação, mas que não possuía amparo legal para a tomada decisão e, portanto, orientou a coordenação a enviar comunicação essa Pró-Reitoria, aspecto que motivou a emissão desse documento**³. (*Grifos Nossos*).

Assim, o Coordenador do Programa enviou a solicitação para deliberação do PPGCIT, sem qualquer outro documento de justificativa do discente, apenas com o seu memorando.

O PPGCIT, por sua vez, deferiu o pedido de prorrogação de prazo para defesa de tese de doutorado por mais 3 meses, mesmo tendo o discente passados mais de 60 meses no curso, ou seja, extrapolou o limite permitido no regimento do programa, conforme se pode ver na ata da reunião (disponível em :

³ Veja-se este documento na página 150 da pasta da reunião, disponível em: <https://proppg.ufersa.edu.br/wp-content/uploads/sites/11/2023/02/Pasta-1.pdf>

<https://proppg.ufersa.edu.br/wp-content/uploads/sites/11/2023/05/Ata-1a-Reuniao-Extraordinaria-de-2023.pdf>), sem qualquer restrição ou voto em contrário, conforme se pode ver do extrato da ata:

“Ponto 2, sobre a solicitação de prorrogação de prazos para defesas de dissertações e teses de discente do PPGCA, a presidente da reunião convidou o coordenador do PPGCA Moacir Franco de Oliveira para comentar as condições da solicitação do discente. **Segundo ele, depois de quatro solicitações de prorrogação, o discente já completou sessenta meses. O Colegiado não se opôs, mas considerou que não poderia tomar essa decisão sem remeter à PROPPG, que o regimento do programa, em seu artigo 40 não permite prorrogações maiores que doze meses além dos 48 meses regimentais.** O Colegiado não se opôs, mas considerou que não poderia tomar essa decisão sem remeter à PROPPG. Lembrou ainda o coordenador do PPGCA que o discente, que é servidor da Ufersa, não é bolsista nem está afastado. **Depois dessas explicações, a solicitação do discente de prorrogação por mais 3 (três) meses foi aprovada por 3 (três) votos favoráveis; 0 (zero) contrário e 3 (três) abstenções**”. (*grifos nossos*).

Assim, foi expedida a DECISÃO CPPGIT/UFERSA Nº 02, de 16 de janeiro de 2023, que aprovou a solicitação de prorrogação de prazo de defesa de tese do discente Klívio Loreno Raulino Tomaz do Programa de Pós-Graduação em Ciência Animal – PPGCA por mais 3 (três) meses⁴.

O mesmo caso ocorreu com a discente Karol Alves Barroso, que era estudante do Doutorado do Programa de Fitotecnia e solicitou prorrogação de mais 3 meses para conclusão do doutorado. O MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 9/2023 – PGFITO, que instrui a pasta da 2ª. Reunião Ordinária de 2023 do CPPGIT, relatou que “**A aluna já contava com doze meses de prorrogação**, isso em decorrência de um intercâmbio nos Estados Unidos. Levando-se em conta, ainda, os preparativos para retorno ao Brasil e o fato de a aluna ter conseguido uma vaga de emprego na Bayer, o Colegiado decidiu por conceder a prorrogação além do máximo permitido. 2. Com base no que foi exposto, solicitamos que o CPPGIT ratifique essa decisão, apreciando-a na próxima reunião, com o objetivo de garantir a legalidade da medida”⁵.

⁴ Disponível em: <https://proppg.ufersa.edu.br/wp-content/uploads/sites/11/2023/01/Decisao-No-02-CPPGIT-2023-Aprova-a-solicitacao-de-prorrogacao-de-prazo-de-defesa-de-tese-do-discente-Klivio-Loreno-Raulino-Tomaz-do-Programa-de-Pos-Graduacao-em-Ciencia-Animal-%E2%80%93.pdf>

⁵ Ver o documento na página 104 da pasta da reunião, disponível em: <https://proppg.ufersa.edu.br/wp-content/uploads/sites/11/2023/04/Pasta-sem-o-ponto-03.pdf>

Assim, sem qualquer discussão ou votos contra, **mesmo tendo a discente ultrapassado os 60 meses permitidos pelo Regimento do Programa para o curso de Doutorado**, o CPPGIT aprovou a prorrogação da permanência da discente por mais 3 meses no curso, conforme se observada da ata⁶.

Ainda mais recente, veja-se o caso do discente José Michelangelo Bandeira, do Programa de Pós-Graduação em Ciência e Engenharia de Materiais, que também teve seu pedido de qualificação e defesa de dissertação de mestrado prorrogado por decisão do CPPGIT na 1ª. reunião ordinária de 2024, onde a justificativa dada pelo professor orientador foi devido a questão da pandemia nos anos 2021 e 2022, aliado a questões de ordem estrutural do prédio onde deveria ser feito a pesquisa, bem como fatores inerentes à própria pesquisa⁷.

Assim, através da DECISÃO CPPGIT/UFERSA Nº 05, de 22 de fevereiro de 2024⁸, foi deferido o pedido de defesa extemporânea de qualificação e defesa de dissertação.

Neste ponto, Nobres Conselheiros, o que chama a atenção é fato de que o ocorreu com a ora requerente, foi um grado de uma enfermidade grave, onde a sociedade por vezes rechaça e nega dar a devida importância à gravidade que é um quadro de depressão aguda.

Mesmo padecendo desta enfermidade, a requerente conseguiu qualificar a sua dissertação, aprovou e publicou um artigo com sua orientadora com o tema da sua dissertação em uma revista com **Qualis A4** (quando a maior parte dos discentes do curso aprovam artigos em revistas no estrato B), e finalizou e entregou sua dissertação ainda no dia 26 de fevereiro de 2024, antes do prazo final dos 30 meses, e, portanto, antes do dia 29 de fevereiro de 2024.

Embora em análise da dissertação, sua orientadora pediu que fossem realizados alguns ajustes para a defesa, hoje a dissertação se encontra pronta, e caso este Conselho determine, ela poderá ser defendida até 1 dia depois da decisão deste Conselho.

Assim, o que se pede é uma clemência por parte do CONSEPE por uma questão de respeito à dignidade da pessoa humana, tão presente em várias discussões acadêmicas e prevista na Constituição Federal como um direito humano fundamental.

⁶ <https://proppg.ufersa.edu.br/wp-content/uploads/sites/11/2023/11/Ata-4a-Ordinaria-CPPGIT-2023-Corrigida.pdf>

⁷ Veja os documentos nas páginas 11 a 13 da pasta da reunião, disponível em: <https://proppg.ufersa.edu.br/wp-content/uploads/sites/11/2024/02/Pauta-1a-ORD-CPPGIT-2024-1.pdf>

⁸ <https://proppg.ufersa.edu.br/wp-content/uploads/sites/11/2024/02/Decisao-No-05-CPPGIT-2023-Aprovar-as-solicitacoes-de-defesas-extemporaneas-referendadas-pelo-Colegiado-do-PPgCEM.pdf>

Não se está solicitando um prazo absurdo para finalização do mestrado da requerente, mas sim unicamente requerendo a oportunidade de defesa de um trabalho que já está pronto. **Neste ínterim, observa-se que o CPPGIT em muitos casos deferiu pedidos de prorrogações sem justificativas equivalentes ao quadro de depressão que passou e passa a requerente, portanto, por uma questão de justiça se pede a este Conselho uma ponderação e razoabilidade para deferir o pedido, para que se possa defender a dissertação de mestrado que já se encontra pronta.**

3.3 DA JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS SOBRE A MATÉRIA

O princípio da proporcionalidade e da razoabilidade tem sido utilizado pelo Poder Judiciário para afastar a legalidade da regulação de programas de pós-graduação, **quando em casos excepcionais**, decide-se pela não prorrogação de prazos para finalização de cursos de mestrado e doutorado.

Como exemplo, veja-se o caso de um processo julgado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª. Região (TRF 4), no qual uma estudante do programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR ficou formalmente afastada por 6 meses, sem condições de concluir o projeto de dissertação por razões de saúde, e solicitou o trancamento da matrícula. Ao necessitar da prorrogação por mais um período para conclusão da dissertação, foi indeferido pelo Programa.

Assim, ao decidir, o TRF4 considerou que *“Não se mostra razoável, portanto, obstar que ela conclua o programa, máxime considerando que houve o investimento de recursos públicos em sua formação - ela recebeu bolsa do CAPES durante 2 anos. Diante desse quadro, parece-me que o desligamento foi prematuro, sendo a pretensão da impetrante cabível, nos termos do próprio Regimento Interno do PPGS”*.

O Tribunal considerou a ainda que *“se o Regimento Interno expressamente prevê que, no prazo máximo para conclusão do curso, não se computam os períodos de trancamento, também devem ser descontados os períodos de afastamento(...) Como o Regimento Interno do Programa limita o período de trancamento/afastamento ao máximo de 180 dias - conforme artigo 24, § 4º acima transcrito -, este parâmetro deverá ser levado em consideração. E, como ela esteve*

afastada por mais do que 180 dias, a prorrogação do prazo para conclusão do curso limitar-se-á este lapso regimental”.

Assim, o TRF4, com as considerações acima, invoca o princípio da proporcionalidade e razoabilidade para garantir que a estudante tenha mais 180 dias para conclusão do seu mestrado. Observe-se a ementa do julgado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. ENSINO SUPERIOR. PRAZO PARA CONCLUSÃO DE CURSO DE MESTRADO. PRORROGAÇÃO. MOTIVO DE SAÚDE. **PROPORCIONALIDADE. RAZOABILIDADE.** 1. Há probabilidade no direito alegado pela agravada - de impossibilidade de cumprir o prazo para apresentação da dissertação de mestrado, por motivo de saúde, fato que, inclusive, ensejou o seu afastamento. 2. Em atenção aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, autoriza-se a prorrogação do lapso temporal original, de modo a viabilizar a conclusão do curso no seu interesse e da sociedade. 3. Quanto à alegação de discricionariedade do ato, perfeitamente admissível o controle de legalidade dos atos praticados pela Administração, pelo Poder Judiciário, sendo razoável excluir o período de afastamento por motivo de doença do cômputo do prazo máximo para conclusão do curso. (TRF-4 - AG: 50051851820194040000 5005185-18.2019.4.04.0000, Relator: VIVIAN JOSETE PANTALEÃO CAMINHA, Data de Julgamento: 29/05/2019, QUARTA TURMA). (*grifos nossos*)⁹.

Em outro caso do TRF4, uma estudante do Programa de Pós-graduação em Ciência do Solo - UFPR (Mestrado), cumpriu todos os créditos exigidos, mas não conseguiu concluir o projeto de dissertação em razão de graves problemas de saúde, de ordem psíquica, que lhe acometeram em decorrência do falecimento repentino de sua irmã, a quem era muito ligada. A estudante relata que passou por vários tratamentos durante o ano de 2013, e que em 2014 recebeu comunicação de que estaria desligada do programa. Mesmo assim, o Tribunal concedeu o prazo de 90 dias para que ela concluísse a dissertação e pudesse defendê-la perante banca examinadora. Pelo teor qualitativo da decisão, transcrevemos aqui partes do acórdão:

“Como é de geral sabença, no caso de moléstias psiquiátricas, além da dificuldade em se estabelecer o marco inicial dos sintomas e de seus reflexos na vida do doente, também se deve considerar que o período de recuperação não se restringe ao tempo de internamento, sendo necessário tratamento e acompanhamento por longos períodos.

Assim, não se sustenta o argumento de que, pelo fato do prazo de prorrogação concedido superar o número de dias de internamento, já teriam sido devidamente consideradas as peculiaridades do caso concreto.

⁹ Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/trf-4/729514933>

A impetrante adoeceu em 2012, sendo que durante o ano de 2013 continuou em tratamento (vide receiptuários evento 1 - RECEIT10 a RECEIT15), sendo plausível concluir que tais fatos prejudicaram sobremaneira o desenvolvimento de sua dissertação, na medida em que, mesmo que indiretamente, suas funções cognitivas foram afetadas nesse período.

O documento do evento 1 - DECL17, demonstra claramente que, não obstante, a impetrante tenha obtido alta hospitalar em abril de 2013, ao menos até agosto de 2013, permanecia em tratamento psicológico, o que permite concluir pela maior dificuldade na conclusão da pesquisa e na elaboração da dissertação durante o ano de 2013.

(...).

Dessa forma, em que pese a justa preocupação da UFPR/PR com a qualidade de ensino do profissional e com o atendimento à normatização pertinente, entendo que, por ter havido motivo de força maior, é o caso de se prestigiar o bom senso e dirimir o conflito com justiça, no sentido de reconhecer que os princípios da dignidade humana, da razoabilidade e da proporcionalidade, devem sobrepujar o princípio da legalidade.

(...)

Assim, segundo os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, as medidas adotadas pela Administração devem ser aptas e suficientes a cumprir o fim a que se destinam, e com o menor gravame aos administrados para a consecução dessa finalidade.

Nesse contexto, cumpre ressaltar ainda, que os recursos investidos na formação da impetrante já lhe foram destinados, tendo esta recebido bolsa de estudos, cursado as matérias teóricas e cumprido o programa de pesquisas, conforme relatado pelo professor orientador. É forçoso que se reconheça, portanto, que os prejuízos decorrentes da medida impugnada pela impetrante, são muito superiores aos alegados benefícios dela advindos.

Por óbvio, que não se pode considerar legítima a pretensão de postergar, de maneira ad eternum, a conclusão do mestrado pela impetrante. Todavia, no caso em tela, também não é possível que se passe ao largo da situação particular da impetrante, que perdeu a irmã durante o período do curso, teve sérios problemas de saúde, passou por dois internamentos e esteve submetida à tratamento médico durante todo o ano passado.

Com efeito, não pode ser corroborada a conduta que, deixando de optar pela solução que melhor correspondesse ao caso concreto, relega a um segundo plano a tutela dos direitos e garantias fundamentais do cidadão, a ponto de ignorarem-se fatos e acontecimentos humanos, sociais e naturais, vindo a obstar que a autora perfectibilize sua graduação, depois de ter cursado com êxito todo o curso de do Programa de Pós-Graduação em Ciência do Solo da UFPR.

(...).

Impõe-se, portanto, o deferimento do prazo derradeiro de 90 (noventa) dias para a conclusão da dissertação pela impetrante, conforme requerido”¹⁰.

¹⁰ Sobre o caso, segue a ementa e os dados do processo: “ADMINISTRATIVO. PÓS-GRADUAÇÃO. APRESENTAÇÃO DE DISSERTAÇÃO. PRAZO. DILAÇÃO. MOTIVO DE FORÇA MAIOR. SUSPENSÃO DO DESLIGAMENTO. As instituições de ensino superior têm o direito de adotar

Ante o exposto, observa-se que os Tribunais Superiores são sensíveis à questão de que as Universidades possibilitem a estudantes que passaram por algum motivo de força maior, como uma doença grave que impossibilitou a concluir um curso de Pós-Graduação, a conceder mais um prazo razoável para conclusão e defesa de seus cursos, fundamentando-se em princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, razoabilidade, proporcionalidade e o direito à educação.

Não obstante o entendimento do Poder Judiciário seja neste sentido, não deseja a requerente litigar contra a Universidade por algo que entende ser um direito seu, e por compreender que este Conselho terá condições suficientes de ponderar os valores em jogo e analisar os dispositivos legais que regulamentam o trancamento de matrícula de forma adequada.

Assim, requer esta estudante unicamente que lhe seja permitida a prorrogação do prazo de permanência no curso para unicamente fazer o depósito oficial de sua dissertação, que já está pronta, e defendê-la perante banca examinadora.

4 DOS PEDIDOS


Ante o exposto, a requerente solicita que o CONSEPE reforme a decisão do CPPGIT proferida em sua **2ª Reunião Ordinária de 2024, realizada em 21 de março de 2024**, e que lhe seja concedida a prorrogação do prazo de permanência no Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia (PROFNIT), por mais 02 (duas) semanas, precipuamente para o depósito e defesa de sua dissertação.

Nestes termos, pede deferimento.

medidas administrativas para que sejam observadas suas normas internas e externas, inclusive as atinentes ao estabelecimento de prazos máximos para a conclusão de cursos. Sendo assim, é perfeitamente válida a previsão de um prazo tal no regulamento da instituição de ensino superior a que pertence a impetrada. Em que pese a justa preocupação da UFPR/PR com a qualidade de ensino do profissional e com o atendimento à normatização pertinente, entendo que, por ter havido motivo de força maior, é o caso de se prestigiar o bom senso e dirimir o conflito com justiça, no sentido de reconhecer que os princípios da dignidade humana, da razoabilidade e da proporcionalidade, devem sobrepujar o princípio da legalidade, razão pela qual deve ser mantida a sentença monocrática suspendeu os efeitos do desligamento da impetrante e deferiu-lhe mais 90 dias para o término e avaliação da dissertação do mestrado.

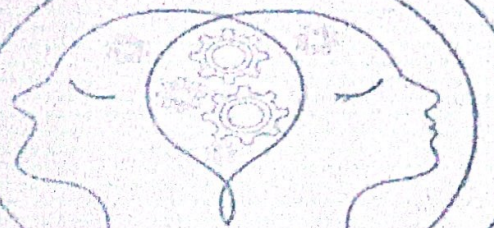
(TRF-4 - APELREEX: 50294622620144047000 PR 5029462-26.2014.404.7000, Relator: VIVIAN JOSETE PANTALEÃO CAMINHA, Data de Julgamento: 26/05/2015, QUARTA TURMA). Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/trf-4/427051666/inteiro-teor-427051768>

Mossoró-RN, 23 de abril de 2024.

 Documento assinado digitalmente
RACHEL LEITE KLIBIS ARAUJO
Data: 23/04/2024 17:18:51-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Rachel Leite Klibis Araújo
Matrícula 2021110124

Dr. Nelson Lariú



LAUDO MÉDICO-PSIQUIÁTRICO

A paciente Rachel Leite Klibis Araujo, veio para consulta de avaliação psiquiátrica, sendo a primeira consulta no dia 14/01/2022. Durante a avaliação psíquica e anamnese detalhada, foram constatadas desordens psicológicas e alterações psicopatológicas atual e progressa, que se encaixam segundo a patologia CID – 10: F32.2. Encontra-se com quadro emocional instável, com labilidade emocional. Devido ao seu quadro atual, vem tendo prejuízos para realizar suas atividades intelectuais sem conseguir ter bom rendimento para produção de material. Desta forma solicito o afastamento de suas funções laborativas por 6 (Seis) meses.

Mossoró, 17/10/2022



O. Lariú
PSIQUIATRIA
17/10/2022

Nelson Roberto de Oliveira Lariú
Médico de Saúde da Família
Pós Graduado de Psiquiatria Clínica
CRM – [REDACTED]



LAUDO PSIQUIÁTRICO

Atesto para os devidos fins que a avaliação psiquiátrica da paciente Rachel Leite Klibis Araujo, durante a primeira consulta em 14/01/2022. Os achados indicam desordens psicológicas e alterações psicopatológicas consistentes com o diagnóstico CID-10: F32.2.

Dados do Paciente:

- Nome: Rachel Leite Klibis Araujo
- Data da Avaliação: 14/01/2022
- Diagnóstico: CID-10: F32.2 (Episódio Depressivo Grave)

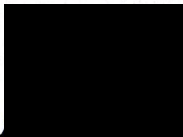

História Clínica: A paciente apresenta quadro emocional instável, caracterizado por labilidade emocional. A anamnese revelou prejuízos significativos em suas atividades intelectuais, refletindo na dificuldade de manter um rendimento satisfatório em suas responsabilidades laborativas no período do segundo semestre de 2023, durante todo o período fez acompanhamento psiquiátrico regular

Sintomatologia no período:

1. Labilidade emocional.
2. Dificuldade de concentração e prejuízos nas atividades intelectuais.
3. Impacto negativo no desempenho profissional.

Avaliação Psiquiátrica: O quadro clínico sugere a presença de um Episódio Depressivo Grave (F32.2), exigindo uma intervenção terapêutica adequada e acompanhamento regular.


Mossoró, 05/03/2024


Nelson Roberto de Oliveira Lariú
Médico de Saúde da Família
Pós Graduado de Psiquiatria Clínica
CRM - 

Ata número 03/2024. Ata da **2ª Reunião Ordinária de 2024 do Comitê de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação Tecnológica (CPPGIT)** da Universidade Federal Rural do Semi-Árido, realizada em vinte e um de março de dois mil e vinte e quatro.

Às dez horas do dia vinte e um de março do ano de dois mil e vinte e quatro, por videoconferência, em razão da convocação 2ª Reunião Ordinária de 2024 do Comitê de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação Tecnológica (CPPGIT), estavam presentes os membros: **Idalmir de Souza Queiroz Júnior** - Representante da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação; **Francisco Carlos Gurgel da Silva Segundo** - Representante do Centro Multidisciplinar de Pau dos Ferros; **Patrício de Alencar Silva**, Representante do Centro de Ciências Exatas e Naturais; **Maria Isabela Batista Clemente**, Representante Discente; **Bruno Coriolano de Almeida Costa**, Representantes do Centro Multidisciplinar de Caraúbas; **Ulisses Levy Silvério dos Reis** - Representante do Centro de Ciências Sociais, Aplicadas e Humanas – CCSAH; **Rafael Oliveira Batista** - Representante do Centro de Engenharias; **Aurélio Paes Barros Júnior**, Coordenador de Pós-graduação e **Evanilson Gurgel de Carvalho Filho**, Representante do Centro Multidisciplinar de Angicos. Justificaram a ausência **João Paulo Damásio Sales**, Representante do Centro Multidisciplinar de Angicos; **Karla Raphaella Costa Pereira**, Representantes do Centro Multidisciplinar de Caraúbas; **Alex Martins Varela de Arruda**, Representantes do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde; **Andiara Araújo Conegundes de Brito** e **Juliana Rocha Vaez**, Representantes titular e suplente do Centro de Ciências Agrárias; **Bruno Caio Chaves Fernandes** e **Paulo Sérgio das Chagas Fernandes**, Representantes titular e suplente dos Técnicos-administrativos com atuação em pesquisa; **Rui Sales Júnior**, Representante do Comitê de Iniciação Científica (CIC) da UFERSA e **Júlio César Rodrigues de Sousa** Representante do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) da UFERSA. O professor **Idalmir de Souza Queiroz Júnior** cumprimentou a todos (as) os (as) presentes, e **colocou a pauta em discussão, a qual foi aprovada por unanimidade**. Segue a pauta da reunião: **PONTO 1**. Apreciação e deliberação sobre a solicitação de prorrogação de prazo da discente do PROFNIT Rachel LEITE Klibis Araújo; **PONTO 2**. Apreciação e deliberação sobre a Pauta da 3ª Reunião Ordinária do CONSEPE-2024; **PONTO 3**. Outras Ocorrências. Depois da aprovação da pauta, passou-se à apreciação do **Ponto 01**, sobre a **solicitação de prorrogação de prazo da discente do PROFNIT Rachel Leite Klibis Araújo**, na qual o presidente se pronunciou explicando a solicitação da discente e apresentando os comprovantes de saúde e a documentação enviada, bem como a documentação encaminhada posteriormente à convocação da reunião, informando que a discente havia aprovado um artigo referente ao seu trabalho de dissertação de mestrado, também foi apresentada ao comitê a ata de reunião do colegiado do Programa de Pós-Graduação da discente informando que devido ao prazo já utilizado pela discente o colegiado era contrário à solicitação, o **Prof. Idalmir de Souza Queiroz Júnior** também informou que havia conversado com a coordenadora do programa, a Profa. Ana Lucia Brenner Barreto Miranda, e que havia informado da necessidade do colegiado se reunir e encaminhar uma deliberação acerca deste caso, caso contrário o comitê não teria como analisar e aprovar a solicitação da discente e que caso não fosse aprovado a discente teria como opção recorrer ao CONSEPE ou participar novamente do processo seletivo do programa para poder defender sua

dissertação, o **Prof. Patrício de Alencar Silva** se pronunciou destacando o problema de saúde que a discente havia tido no período, o artigo aprovado para publicação e a necessidade que a mesma tinha em defender sua dissertação de mestrado mesmo com o prazo tendo sido ultrapassado, em seguida o **Prof. Ulisses Levy Silvério dos Reis** destacou a importância de ter encaminhado a documentação anteriormente para análise e não se sentiria à vontade de analisar documentação que não fosse recebida com antecedência e que o comitê deveria acompanhar ao Programa de Pós-Graduação que havia analisado o caso com mais propriedade, visto que a orientação e o colegiado foram contrários à aprovação, e que ele havia sugerido à coordenação que alguém participasse desta reunião para retirar as dúvidas, posteriormente o **Prof. Aurélio Paes Barros Júnior** explicou a importância de que o comitê tomasse uma decisão mais técnica e acompanhasse a decisão do colegiado do programa, visto que tanto a orientação quanto o colegiado foram contrários, informou também que a decisão do comitê não impedia que a discente recorresse junto ao CONSEPE, e alertou também que se mantivessem os prazos de defesa, pois isso poderia prejudicar o programa junto à CAPES, e que no último quadriênio a CAPES foi mais sensível com relação ao prazo devido à pandemia, e que a CAPES iria voltar a cobrar os prazos de defesa, o **Prof. Patrício de Alencar Silva** destacou que era um problema de saúde e que nem a coordenação e nem a discente estavam presentes para se pronunciar, além de sugerir que ela fosse recorrer ao CONSEPE ou voltasse ao colegiado, o **Prof. Aurélio Paes Barros Júnior** informou que o correto seria recorrer ao CONSEPE do que voltar ao colegiado ou ao COMITÊ, pois as decisões do CONSEPE são superiores às decisões do comitê ou do colegiado, e sugeriu que a PROPPG enviasse a documentação via ofício, a qual foi **apreciada e não foi aprovada por 0 (zero) votos favoráveis; 4 (quatro) votos contrário e 3 (três) abstenções**. Em seguida, veio apreciação e deliberação do **Ponto 02**, sobre a **Pauta da 3ª Reunião Ordinária do CONSEPE-2024, os pontos de pauta do CONSEPE foram apresentados** de forma resumida para os membros do comitê tendo sido **aprovados por unanimidade**. No **PONTO 3**, outras ocorrências, o **Prof. Aurélio Paes Barros Júnior** discutiu a reunião da ADUFERSA a respeito da proposição de movimentação sobre a greve, e os problemas do calendário desregulado à vários anos, o **Prof. Idalmir de Souza Queiroz Júnior** destacou o tempo de quase 10 anos de calendário desregulado e em descompasso com o calendário da Pós-Graduação, nos quais os professores entram em férias, porém continuam em aula na pós-graduação, prejudicando os alunos e os docentes da pós-graduação, o **Prof. Patrício de Alencar Silva** também apresentou as dificuldades para progressões, visto que algumas vezes a carga horária mínima não é coberta, e pode prejudicar os docentes que terão progressão. Tendo sido apreciados todos os pontos de pauta, às onze horas e cinco minutos, o Pró-Reitor Adjunto **Prof. Idalmir de Souza Queiroz Júnior** deu por encerrada a reunião agradecendo a presença de todos. Eu, **Idalmir de Souza Queiroz Júnior**, presidente e secretário desta Reunião, também lavrei a presente ata que será assinada por mim e demais presentes quando aprovada.....

Documento assinado digitalmente
 **AURELIO PAES BARROS JUNIOR**
Data: 05/04/2024 18:17:09-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Aurélio Paes Barros Júnior: _____



Documento assinado digitalmente
BRUNO CORIOLANO DE ALMEIDA COSTA
Data: 05/04/2024 17:01:49-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Bruno Coriolano de Almeida Costa: _____



Documento assinado digitalmente
EVANILSON GURGEL DE CARVALHO FILHO
Data: 08/04/2024 12:05:56-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Evanilson Gurgel de Carvalho Filho: _____

Francisco Carlos Gurgel da Silva Segundo: _____



Documento assinado digitalmente
IDALMIR DE SOUZA QUEIROZ JUNIOR
Data: 05/04/2024 15:49:00-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Idalmir de Souza Queiroz Júnior: _____



Documento assinado digitalmente
MARIA ISABELA BATISTA CLEMENTE
Data: 08/04/2024 19:42:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Maria Isabela Batista Clemente: _____



Documento assinado digitalmente
PATRICIO DE ALENCAR SILVA
Data: 05/04/2024 18:03:35-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Patrício de Alencar Silva: _____



Documento assinado digitalmente
RAFAEL OLIVEIRA BATISTA
Data: 05/04/2024 17:52:30-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Rafael Oliveira Batista: _____



Documento assinado digitalmente
ULISSES LEVY SILVERIO DOS REIS
Data: 05/04/2024 16:59:24-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Ulisses Levy Silvério dos Reis: _____

Histórico Acadêmico - Emitido em: 23/04/2024 às 13:15

Dados Pessoais

Nome: **RACHEL LEITE KLIBIS ARAUJO** Matrícula: [REDACTED]
 Data de Nascimento: [REDACTED] Local de Nascimento: **SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP**
 Nome do Pai: **GILBERTO RENATO KLIBIS**
 Nome da Mãe: [REDACTED]
 Endereço: [REDACTED] Bairro: [REDACTED]
 Município: [REDACTED] UF: [REDACTED]

Dados do Vínculo do Discente

Programa: **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROPRIEDADE INTELECTUAL E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA PARA INOVAÇÃO** Índices Acadêmicos
 CR: **8.4933**
 Nível: **MESTRADO**
 Curso: **MESTRADO PROFISSIONAL EM PROPRIEDADE INTELECTUAL E**
 Currículo: **PFT202** Status: **ATIVO**
 Área de Concentração: **Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação**
 Linha de Pesquisa: [REDACTED]
 Orientador: **1434542 - ANA LUCIA BRENNER BARRETO MIRANDA**
 Coorientador(es): **1866895 - FABRICIO JOSE NOBREGA CAVALCANTE**

Forma de Ingresso: **SELECAO POS-GRADUACAO**
 Mês/Ano Inicial: **MAR/2021** Mês Atual: **32º**
 Trancamentos: **6 meses** Prazo para Conclusão **AGO/2023**
 Prorrogações: **0 meses**
 Tipo Saída: [REDACTED]
 Mês/Ano de Saída: [REDACTED] Data da Defesa: [REDACTED]

Disciplinas/Atividades Cursadas/Cursando

Início	Fim	Componente Curricular	Turma	CH	Freq %	Nota	Situação
03/2021	02/2023	PROFNITO 010 CONCEITOS E APLICAÇÕES DE PROPRIEDADE INTELECTUAL <i>Dr. MARCELO BARBOSA BÉZERRA (20h), Dr. FRANCISCO SILVESTRE BRILHANTE BEZERRA (25h)</i>	01	45	100,0	8.8	APROVADO
03/2021	06/2022	PROFNITO 012 PROSPECÇÃO TECNOLÓGICA <i>Dr. JOSE ANÍZIO ROCHA DE ARAUJO (20h), Dr. THOMAS EDSON ESPINDOLA GONCALO (25h)</i>	01	45	100,0	8.7	APROVADO
03/2021	01/2023	PROFNITO 013 METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTIFICO-TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO <i>Dr. ALEX SANDRO DE ARAUJO SILVA (15h), Dr. FRANCISCO MARLON CARNEIRO FEIJO (15h), Dra. MICHELLY FERNANDES DE MACEDO (15h)</i>	01	45	100,0	7.0	APROVADO
08/2021	12/2021	PROFNITO 011 CONCEITOS E APLICAÇÕES DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA <i>Dra. FERNANDA MATIAS (30h), Dra. LIZ CAROLINA DA SILVA LAGOS CORTES ASSIS (15h)</i>	01	45	100,0	9.3	APROVADO
08/2021	02/2023	PROFNITO 014 POLÍTICAS PÚBLICAS DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO E O ESTADO BRASILEIRO <i>Dr. LEONARDO QUERIDO CARDENAS (45h)</i>	01	45	100,0	8.8	APROVADO
08/2021	02/2023	PROFNITO 029 SEMINÁRIO DE PROJETO DE MESTRADO <i>Dr. WASHINGTON SALES DO MONTE (30h)</i>	01	30	100,0	7.5	APROVADO
03/2022	02/2023	PROFNITO 026 EMPREENDEDORISMO EM SETORES TECNOLÓGICOS <i>Dr. WASHINGTON SALES DO MONTE (45h)</i>	01	45	100,0	8.0	APROVADO
02/2022	--	PROFNITO 031 EXAME DE QUALIFICAÇÃO	--	15	100,0	--	MATRICULADO
08/2022	02/2023	PROFNITO 016 PROJETOS EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO <i>Dr. DAVID CUSTODIO DE SENA (45h)</i>	01	45	83,3	10.0	APROVADO
08/2022	12/2022	PROFNITO 028 OFICINA PROFISSIONAL <i>Dr. WASHINGTON SALES DO MONTE (90h)</i>	01	90	100,0	8.0	APROVADO
08/2023	12/2023	PROFNITO 030 SEMINÁRIO INTEGRADOR <i>Dra. ANA LUCIA BRENNER BARRETO MIRANDA (15h)</i>	01	15	100,0	10.0	APROVADO
01/2024	01/2024	PROFNITO 034 PROFICIÊNCIA EM LÍNGUA ESTRANGEIRA	--	0	--	--	CUMPRIU

Histórico Acadêmico - Emitido em: 23/04/2024 às 13:15

Nome: **RACHEL LEITE KLIBIS ARAUJO**

Matrícula: **2021110124**

Carga Horária Integralizada/Pendente

	Obrigatórias	Optativos	Total
Exigido	435 h	90 h	525 h
Integralizado	360 h	90 h	450 h
Pendente*	75 h	0 h	75 h

*Contabilizado com base no valor estabelecido no mínimo exigido da estrutura curricular.

Componentes Curriculares Obrigatórios Pendentes:3

Código	Componente Curricular	CH
PROFNIT0033	DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO	15 h
PROFNIT0031	EXAME DE QUALIFICAÇÃO Matriculado	15 h
PROFNIT0032	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	45 h

Observações:

- Conforme determinação da Coordenação de Curso do PROFINIT.

Atenção, agora o histórico possui uma verificação automática de autenticidade e consistência, sendo portanto dispensável a assinatura da coordenação do curso ou PROPPG. Favor, ler instruções no rodapé.

Inovação aberta e transferência de tecnologia em universidades: um estudo na Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)

Open innovation and technology transfer in universities: a study at the Federal Rural Semi-Arid University (UFERSA)

Innovación abierta y transferencia tecnológica en las universidades: un estudio en la Universidad Federal Rural Semiárida (UFERSA)

DOI: 10.55905/oelv22n3-210

Originals received: 02/23/2024

Acceptance for publication: 03/15/2024

Rachel Leite Klibis Araujo

Mestranda do Programa de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação (PROFNIT)

Instituição: Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Endereço: R. Francisco Mota, 572, Pres. Costa e Silva, Mossoró - RN, CEP: 59625-900

E-mail: [REDACTED]

Ana Lucia Brenner Barreto Miranda

Doutora em Administração

Instituição: Universidade Potiguar (UNP)

Endereço: Av. Sen. Salgado Filho, 1610, Lagoa Nova, Natal - RN, CEP: 59056-000

E-mail: [REDACTED]

RESUMO

A inovação aberta e a transferência de tecnologia têm se mostrado estratégias fundamentais para o desenvolvimento regional e o avanço tecnológico. Nesse contexto, as universidades desempenham um papel crucial como fontes de conhecimento e inovação. Este estudo investiga a interação entre universidades, governo e iniciativa privada para promover a inovação e o desenvolvimento regional, com foco na Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). O estudo inclui a avaliação do nível de prontidão tecnológica dos projetos de pesquisa em andamento na UFERSA e analisa as barreiras existentes para a Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) na instituição. Os resultados revelam o potencial da UFERSA para transferência de tecnologia, especialmente em produtos tecnológicos com foco em sustentabilidade e impacto social, apontando desafios como interação com o mercado e proteção da propriedade industrial. No entanto, a universidade está bem-posicionada para impulsionar a inovação em nível local e nacional.

Palavras-chave: inovação, *Technology Readiness Level* (TRL), cooperação universidade-indústria, universidades públicas.

ABSTRACT

Open innovation and technology transfer have proven to be fundamental strategies for regional development and technological advancement. In this context, universities play a crucial role as sources of knowledge and innovation. This study investigates the interaction between universities, government and the private sector to promote innovation and regional development, focusing on the Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). The study includes assessing the level of technological readiness of ongoing research projects at UFERSA and analyzing existing barriers to Research, Development and Innovation (RD&I) at the institution. The results reveal UFERSA's potential for technology transfer, especially in technological products with a focus on sustainability and social impact, highlighting challenges such as interaction with the market and protection of industrial property. However, the university is well-positioned to drive innovation at a local and national level.

Keywords: innovation, *Technology Readiness Level* (TRL), university-industry cooperation, public universities.

RESUMEN

La innovación abierta y la transferencia de tecnología han demostrado ser estrategias clave para el desarrollo regional y el avance tecnológico. En este contexto, las universidades desempeñan un papel crucial como fuentes de conocimiento e innovación. Este estudio indaga la interacción entre universidades, gobierno y empresa privada para promover la innovación y el desarrollo regional, con énfasis en la Universidad Federal Rural Semiárida (UFERSA). El estudio incluye una evaluación del nivel de preparación tecnológica de los proyectos de investigación en curso en UFERSA y analiza las barreras existentes para la Investigación, el Desarrollo y la Innovación (PD&I) en la institución. Los resultados revelan el potencial de transferencia tecnológica de UFERSA, especialmente en productos tecnológicos con enfoque en sostenibilidad e impacto social, señalando retos como la interacción con el mercado y la protección de la propiedad industrial. Sin embargo, la universidad está bien posicionada para impulsar la innovación a nivel local y nacional.

Palabras clave: innovación, *nivel de preparación tecnológica* (TRL), cooperación universidad-industria, universidades públicas.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade moderna está em constante evolução, pensando em novos comportamentos, métodos educacionais e interações sociais. Nos anos 2000, seria difícil prever a adoção em massa do ensino a distância, tão comum atualmente. O advento da pandemia de Covid-19 acelerou ainda mais a necessidade de adaptação das universidades

a novos modelos de ensino e interação virtual, impulsionando a busca por inovações para acompanhar os avanços tecnológicos desta era.

Neste contexto, o papel das universidades como centros de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) ganha nova importância (Gimenez et al., 2016). Elas são essenciais para contribuir com a sociedade, compartilhando tecnologias, conhecimentos e formando profissionais qualificados de acordo com as demandas do mercado (Benedetti; Torkomian, 2009). A inovação aberta tem revolucionado a relação entre as universidades e a sociedade, beneficiando a todos e criando oportunidades de colaboração que impulsionam o crescimento econômico (Gimenez; Bonacelli; Carneiro, 2016).

A adoção da inovação aberta pelas universidades facilita a criação de novos empreendimentos e promove uma cultura empreendedora. Essas parcerias podem resultar na criação de startups, facilitando o acesso a recursos acadêmicos para pesquisa e desenvolvimento, e oferecendo programas de capacitação personalizados para atender às necessidades das empresas (Pazmino, 2021).

Para facilitar essa interação, especialmente nas universidades públicas, que representam importantes centros de PD&I no país, o governo federal implementou medidas para facilitar a interação com o setor privado. Uma dessas medidas foi a criação da Lei da Inovação, em 2004 (Lei 10.973), que visa promover a inovação, pesquisa científica e tecnológica, e o comprometimento entre os institutos de ciência e tecnologia (ICTs) e as empresas (Brasil, 2004).

A necessidade dessa lei aconteceu do reconhecimento da importância da inovação para o desenvolvimento econômico e social do país, juntamente com a necessidade de aproveitar de forma mais eficaz as pesquisas realizadas pelas universidades. A lei também exigiu a criação de Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs), estruturas formadas por um ou mais ICTs, com o objetivo de gerenciar as políticas de inovação dessas instituições (Agustinho; Garcia, 2018). Os NITs têm a função de facilitar a transferência de conhecimento e tecnologia, promover a proteção da propriedade intelectual e desenvolver estratégias para prospecção tecnológica, apoiando a cultura empreendedora e

transformando o conhecimento e as pesquisas em aplicações práticas que beneficiam a sociedade e impulsionam o crescimento econômico (Castro; Souza, 2012).

Para complementar a Lei da Inovação, foi criado o Novo Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação, a partir da Lei n. 13.243/2016 (Brasil, 2016), a Emenda Constitucional n. 85/2015 (Brasil, 2015) e o Decreto n. 9.283/2018 (Brasil, 2018). Essas medidas alteraram várias leis visando criar um ambiente favorável para a PD&I, tanto nas universidades como nas empresas, promovendo o desenvolvimento econômico e social e fortalecendo o sistema de inovação, aproveitando ao máximo o conhecimento gerado nas universidades em benefício da sociedade e das empresas (IPEA, 2016).

A interação entre ICTs, governo e iniciativa privada deu origem ao conceito da Tríplice Hélice, criado por Henry Etzkowitz e Loet Leydesdorff. Esse modelo descreve a interação e colaboração entre esses atores para promover a inovação e o desenvolvimento econômico e social (Etzkowitz; Zhou, 2017). Na atuação da Tríplice Hélice, o governo se esforça para promover o desenvolvimento econômico regional, a universidade procura direcionar suas pesquisas para as demandas do mercado e as empresas focam no lucro (Rau; Valle; Camara, 2021).

As ICTs, nesse modelo, são fontes de conhecimento; o governo atua como criador de políticas e regulamentações, fornecedor de financiamento e facilitador de um ambiente favorável aos negócios; e as empresas transformam o conhecimento e a pesquisa em produtos, serviços e inovações que sejam viáveis, além de poder financiar pesquisas e fechar parcerias com as ICTs (Etzkowitz; Zhou, 2017). A interação entre esses três atores é importante para a criação de um ecossistema de inovação forte capaz de impulsionar o crescimento econômico e social na região onde está instalado (Gimenez; Bonacelli; Carneiro, 2016).

Para que esse relacionamento seja eficaz, é importante realizar um levantamento amostral das pesquisas em desenvolvimento e avaliar seu potencial inovador nas universidades. Este artigo visa à identificação do Nível de Prontidão Tecnológica (TRL), muito usado em atividades de PD&I, principalmente em iniciativas de inovação tecnológica. O TRL serve para guiar investidores, ajudando na tomada de decisões referentes a investimentos e na compreensão do progresso tecnológico, além de fornecer

uma visão clara do desenvolvimento das pesquisas em andamento. Essa ação não só beneficia a universidade, ao fornecer subsídios ao NIT para a promoção de parcerias estratégicas, mas também contribui para o desenvolvimento regional ao destacar as potenciais inovações tecnológicas capazes de gerar impacto positivo na comunidade local.

A avaliação da prontidão tecnológica dessas pesquisas é de extrema importância para verificar a possibilidade de investimentos e parcerias, contribuindo para o desenvolvimento regional e o progresso da sociedade (Olechowski; Eppinger; Joglekar, 2015). Assim, a partir da interação entre ICTs, governo e iniciativa privada, surgem questões fundamentais: Os projetos de PD&I executados na UFERSA apresentam potencial de transferência de tecnologia para a indústria? Qual o nível de maturidade tecnológica desses projetos em desenvolvimento? De que forma os dados referentes ao nível de maturidade tecnológica podem favorecer as parcerias universidade-indústria?

Este estudo se justifica pela sua inovação, pois não foi identificado esse tipo de levantamento na UFERSA. Ele analisa o potencial de transferência de tecnologia da UFERSA, identificando o nível de maturidade tecnológica dos projetos de P&D em andamento, abordando a importância das informações sobre esse nível de maturidade no processo de transferência de tecnologia para a indústria. Considerando que a maioria das pesquisas brasileiras está sendo realizada dentro das universidades, é importante compreender a capacidade delas de transformar conhecimento em inovação (Castro; Souza, 2012). Nas universidades, as pesquisas aplicadas são desenvolvidas com base no conhecimento científico derivado de pesquisas básicas, terminando em produção tecnológica (Serzedello; Tomaél, 2011). Entender as pesquisas em inovação tecnológica nas universidades é fundamental para tomar decisões colaborativas entre governo, universidades e empresas, explorando tecnologias em potencial para impulsionar o desenvolvimento social e econômico regional (Fava de Moraes, 2000).

A coleta de informações sobre tecnologias, pesquisadores e nível de prontidão tecnológica permite direcionar recursos para pesquisas que apresentem maior benefício para o desenvolvimento social e econômico da região. Além disso, o NIT passará a ter mais informações sobre a capacidade inovadora de seus pesquisadores, identificando

pontos fortes e fracos e as áreas mais produtivas. A produção tecnológica é um indicador importante do desenvolvimento tecnológico da região onde a universidade está inserida (Serzedello; Tomaél, 2011).

O artigo além dessa introdução conta com uma revisão de literatura sobre os principais temas relacionados para subsidiar a pesquisa, seguido da metodologia utilizada, a análise e discussão dos resultados, terminando com as considerações finais.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO

A universidade desempenha um papel fundamental na produção de conhecimento científico e tecnológico. É dentro desse ambiente acadêmico que a pesquisa é desenvolvida, impulsionada por uma cultura de investigação, inovação e descobertas (Cruz, 2004).

A importância dessas pesquisas é variada. Em primeiro lugar, ela contribui para o avanço do conhecimento nas mais diversas áreas. Os cientistas estão sempre investigando novos limites, experimentando teorias e questionando ideias já aceitas. Esse esforço contínuo leva a descobertas que ampliam nosso entendimento do mundo e enriquecem o conhecimento humano.

Além disso, a pesquisa das universidades é fundamental para a inovação tecnológica. Muitas das tecnologias e avanços científicos que transformaram a sociedade foram concebidas nas universidades. Da medicina à engenharia, da biotecnologia à inteligência artificial, as universidades são como berços de inovação, onde surgem ideias e soluções que influenciam nosso futuro. (Bessant; Tidd, 2019).

Um outro ponto de extrema importância é que a pesquisa acadêmica promove o desenvolvimento econômico e social. As descobertas e invenções resultantes da pesquisa universitária precisa ser transferida para o setor privado, onde poderão ser comercializadas e aplicadas em produtos e serviços que beneficiam a sociedade. Além disso, as universidades também desempenham um papel importante na formação de recursos humanos altamente qualificados, preparando estudantes e pesquisadores para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo.

A pesquisa realizada no ambiente acadêmico é essencial para o progresso da humanidade. A universidade é um ambiente dinâmico e vibrante, é um lugar onde as pessoas são incentivadas a serem curiosas e onde começam a surgir novas ideias para fazer coisas diferentes. Valorizar e apoiar a pesquisa universitária é investir no futuro, garantindo um mundo mais próspero, justo e sustentável para as gerações futuras.

2.2 INOVAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA EM UNIVERSIDADES

A inovação é um elemento essencial para o progresso e a competitividade das empresas e países. No contexto das universidades, a inovação muitas vezes é resultado da interação entre os setores acadêmico, empresarial e governamental, evidenciando a importância da transferência de tecnologia como um mecanismo para transformar o conhecimento em produtos, processos e serviços comercializáveis (Chesbrough; Vanhaverbeke, West, 2017).

A transferência de tecnologia, entendida como a disseminação e aplicação de conhecimento científico e tecnológico para a produção de bens e serviços, desempenha um papel crucial nesse processo. Ela envolve a troca de conhecimento e recursos entre a universidade e outras entidades, como empresas e instituições públicas, visando à exploração comercial de resultados de pesquisa (Etzkowitz; Leydesdorff, 2000).

No Brasil, a Lei da Inovação (Lei 10.973/2004) foi um marco importante ao estabelecer diretrizes para a cooperação entre universidades e empresas, incentivando a inovação e a transferência de tecnologia (Pereira; Kruglianskas, 2005). Essa legislação foi posteriormente atualizada para promover uma maior integração entre academia e setor produtivo, visando ao desenvolvimento tecnológico e econômico do país (BRASIL, 2016).

A inovação aberta, conceito introduzido por Chesbrough (2003), também tem ganhado destaque como uma abordagem para promover a transferência de tecnologia e a colaboração entre universidades e empresas. Essa abordagem sugere que as empresas devem buscar ativamente conhecimento externo para complementar suas capacidades internas de inovação, resultando em benefícios como redução de custos e aceleração do desenvolvimento de novos produtos (Chesbrough, 2012).

Nesse contexto, a interação entre universidades, governo e iniciativa privada é fundamental para promover a inovação e o desenvolvimento regional. A Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), como instituição de ensino e pesquisa, desempenha um papel importante nesse cenário, contribuindo para a formação de profissionais qualificados e para o desenvolvimento de tecnologias com potencial inovativo (Benedetti; Torkomian, 2009).

A avaliação do nível de prontidão tecnológica dos projetos de pesquisa da UFERSA, utilizando a escala Technology Readiness Level (TRL), pode fornecer insights sobre o estágio de desenvolvimento das tecnologias e sua viabilidade de transferência para o mercado (Velho et al., 2017). Além disso, a análise da interação entre universidade, governo e iniciativa privada pode revelar oportunidades e desafios para promover a inovação e o desenvolvimento regional (Etzkowitz; Zhou, 2017).

Em resumo, a transferência de tecnologia e a inovação aberta são elementos-chave para promover o desenvolvimento econômico e social, tanto a nível local quanto global. A colaboração entre universidades, empresas e governo é fundamental para aproveitar o potencial inovador das pesquisas acadêmicas e transformá-lo em benefícios tangíveis para a sociedade.

2.3 A TRÍPLICE HÉLICE

A Tríplice Hélice é um modelo no qual indústria, universidade e governo interagem com o objetivo de promover a inovação e o desenvolvimento. Cada ator desempenha um papel específico, com as universidades focadas em pesquisa e formação de mão de obra qualificada, a indústria contribuindo com conhecimento prático e recursos financeiros para fomentar inovações, e o governo regulamentando ações para facilitar essa interação, como isenções para empresas inovadoras e formas simplificadas de contratos entre organizações e universidades (Etzkowitz; Leydesdorff, 2014).

Hira (2013) destaca que o modelo da Tríplice Hélice foi desenvolvido para superar impasses que podem surgir em relacionamentos entre dois atores, ao introduzir um terceiro para mediar possíveis conflitos e equilibrar interações. Essa abordagem aumenta as oportunidades para resolução de conflitos, formação de grupos de colaboração e

criação de conexões de maneira menos direta, impulsionando a inovação para resolver problemas sociais e econômicos.

No cerne da Tríplice Hélice está a identificação de fontes geradoras de progresso socioeconômico com base no conhecimento, preenchendo lacunas na interação entre instituições acadêmicas, empresas e governo (Etzkowitz; Zhou, 2017). Nesse novo arranjo, as universidades passam a atuar como players em ecossistemas de inovação, direcionando ensino, pesquisa e extensão para contribuir com o desenvolvimento econômico, gerando emprego e renda em um ambiente de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) (Pazmino, 2021). Gimenez, Bonacelli e Carneiro (2016) enfatizam que as universidades estão sendo reconhecidas como fundamentais no desenvolvimento econômico e social, sendo incentivadas a gerar vínculos externos.

Na Tríplice Hélice, são analisados os pontos fortes e fracos no relacionamento entre universidade, empresa e governo, com o objetivo de encontrar uma estratégia eficaz de inovação. Isso é feito por meio da identificação da fonte geradora do desenvolvimento socioeconômico baseado no conhecimento, centralizando o projeto de inovação da Tríplice Hélice para melhorar as interações entre esses atores (Etzkowitz; Zhou, 2017).

2.4 NÚCLEO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA - NIT

Os Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) surgem como instrumentos fundamentais para intermediar a relação entre universidade e empresas, desempenhando um papel crucial no desenvolvimento de inovações para impulsionar avanços tecnológicos em benefício da sociedade (Castro e Souza, 2012). Esses núcleos são essenciais porque as universidades, por si só, muitas vezes não conseguem atender às demandas para impulsionar o desenvolvimento regional com suas pesquisas, dependendo das condições estabelecidas para levar as pesquisas ao mercado para gerar impacto na região (Fava de Moraes, 2000).

A partir da Lei da Inovação 10.973 de 2004, todas as Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs) do país foram obrigadas a criar sua agência de inovação, compartilhando com outras universidades ou criando sua própria. Essa exigência fez com que as universidades criassem suas políticas de inovação, mesmo sem experiência

anterior em gestão ou estímulo à criação de tecnologia (Castro; Souza, 2012). Todos os NITs têm como objetivo principal estimular a gestão da inovação e a transferência de tecnologia, aproximando os pesquisadores das organizações para facilitar o uso das pesquisas desenvolvidas nas universidades (Agustinho; Garcia, 2018).

Os NITs desempenham diversas funções, como auxiliar os pesquisadores na proteção da propriedade intelectual registrando patentes, facilitar a transferência de tecnologia para as empresas, estimular parcerias, gerir contratos e convênios, apoiar projetos que contribuam com a sociedade, apoiar o empreendedorismo, oferecer treinamentos e informações sobre propriedade intelectual, incubação e suporte para startups, manter relações com empresas e governo, captar recursos para pesquisas e acompanhar o desenvolvimento dos projetos de pesquisa aplicada (Agustinho; Garcia, 2018).

O Núcleo de Inovação Tecnológica da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), criado em junho de 2014, desempenha o papel de administrar a política de inovação e proteger o conhecimento gerado na instituição. Vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG), o NIT tem como objetivo fortalecer a integração entre a universidade, órgãos governamentais, setor produtivo e sociedade, contribuindo para o progresso econômico, social e cultural da região e do país (Ufersa, 2023).

Após a criação do NIT, o número de pedidos de propriedade intelectual junto ao INPI (Instituto Nacional de Propriedade Industrial) aumentou, demonstrando o interesse da UFERSA em implantar uma cultura de inovação e disseminar o conhecimento desenvolvido em seus laboratórios. Os pedidos de propriedade intelectual começaram a crescer. No ano seguinte, a procura pelo NIT para registros junto ao INPI aumentou ainda mais, fechando o ano de 2022 com o acúmulo de pedidos de registro de 49 software, 39 patentes e 20 marcas (Ufersa, 2023).

2.5 TECHNOLOGY READINESS LEVEL (TRL OU NÍVEL DE PRONTIDÃO TECNOLÓGICA)

A aplicação de novas tecnologias, seja em missões da NASA ou no uso cotidiano de eletrodomésticos, é essencial para impulsionar a inovação (Olechowski; Eppinger;

Joglekar, 2015). O mapeamento dessas tecnologias contribui para alinhar as expectativas dos projetos com a realidade, mas o progresso tecnológico também traz riscos e incertezas, como a possibilidade de atrasos no cronograma e problemas de desempenho (Bergamini, 2020).

A falta de informações coesas sobre a tecnologia pode resultar em atrasos na entrega, estouro de orçamento e desempenho inadequado, podendo até levar ao cancelamento do projeto e gerar prejuízos significativos (Bergamini, 2020). Portanto, entender adequadamente o nível de maturidade da tecnologia é crucial para tomar decisões informadas sobre seu desenvolvimento (Gil, Andrade; Costa, 2014).

As organizações têm adaptado a escala TRL para seus próprios projetos, visto que ela é compreendida tanto pelos pesquisadores quanto pelos administradores, desempenhando um papel crucial na obtenção de recursos. Além disso, o TRL desempenha um papel importante nas negociações de parcerias na indústria, ajudando a diminuir incertezas e facilitar a compreensão do estágio atual da pesquisa (Velho et al., 2017).

A escala TRL, originalmente desenvolvida pela NASA, teve seu conceito implementado nos anos 70 e expandido em 1995 para fornecer descrições mais detalhadas dos níveis de maturidade tecnológica (Gil, Andrade; Costa, 2014). Nos Estados Unidos, o uso obrigatório da escala TRL pelo departamento de defesa resultou na sua ampla adoção, inclusive com a criação de TRLs personalizadas para o desenvolvimento de sistemas (Olechowski; Eppinger; Joglekar, 2015).

Atualmente, o TRL é utilizado por diversas instituições no Brasil, como EMBRAPPII, SENAI e INPE, para verificar o andamento de projetos financiados (Velho et al., 2017). A avaliação rápida e precisa da tecnologia é crucial para orientar decisões de gestão e desenvolvimento de projetos (Bergamini, 2020). A aplicação da TRL permite que os pesquisadores e financiadores avaliem o progresso de uma tecnologia ao longo do seu desenvolvimento, identifiquem desafios e possam direcionar os recursos de maneira mais eficiente até que a implementação na prática seja bem-sucedida (Gil, Andrade; Costa, 2014).

A escala TRL varia de 1 a 9 e é fundamental para orientar o desenvolvimento de tecnologias, permitindo avaliar seu progresso, identificar desafios e direcionar recursos de forma eficiente até a implementação bem-sucedida (Gil, Andrade; Costa, 2014). Os custos para desenvolver pesquisas podem variar dependendo da área, e a TRL ajuda a visualizar a viabilidade e a necessidade de patrocínios (Mankis, 1995). O TRL 2, por exemplo, envolve aplicações teóricas com baixos custos, enquanto o TRL 9 representa a tecnologia pronta para uso, com custos elevados (Veras, 2022).

A escala TRL é uma ferramenta crucial para a gestão e desenvolvimento de tecnologias, pois permite uma avaliação sistemática do progresso das pesquisas e ajuda a identificar os próximos passos necessários para o avanço da tecnologia (Mankis, 1995). Além disso, a TRL auxilia na comunicação entre pesquisadores, financiadores e gestores, facilitando a compreensão do estágio de desenvolvimento da tecnologia e dos riscos envolvidos (Olechowski; Eppinger; Joglekar, 2015).

Em suma, a TRL é uma ferramenta essencial para a avaliação e gestão do desenvolvimento de tecnologias, permitindo uma abordagem mais estruturada e eficaz para a inovação e o progresso tecnológico (Gil, Andrade; Costa, 2014).

3 METODOLOGIA

A pesquisa teve como objetivo realizar um levantamento amostral das tecnologias com potencial inovativo e dos projetos de PD&I em andamento na Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). Trata-se de um estudo de survey com abordagem descritiva, envolvendo uma população composta por professores e técnicos que desenvolvem pesquisas com potencial inovador na UFERSA. A amostra foi selecionada de forma aleatória e por conveniência, abrangendo todas as áreas de estudo da universidade.

A coleta de dados foi realizada por meio da elaboração de um instrumento de pesquisa estruturado, validado por especialistas da área e submetido a um pré-teste com professores doutores. Após os ajustes necessários, os questionários foram aplicados diretamente aos responsáveis pela pesquisa, na forma impressa, precedidos por uma conversa para esclarecer dúvidas, garantindo a precisão e a qualidade das respostas. Os

dados coletados foram tabulados e organizados em planilha eletrônica para posterior análise.

A análise dos dados foi conduzida utilizando o software estatístico SPSS (Statistical Package for the Social Sciences), empregando técnicas de estatística descritiva para descrever as características essenciais dos dados obtidos. Esses procedimentos proporcionaram uma compreensão aprofundada das informações coletadas, facilitando a interpretação dos resultados e validando as conclusões da pesquisa.

4 ANÁLISE DOS DADOS

O instrumento de pesquisa contém 16 perguntas, cujas respostas são variáveis nominais, sem parametrização em nenhum tipo de escala. Alguns itens abrangem mais de uma resposta, permitindo assim o enriquecimento de detalhes relacionados ao objeto de pesquisa. A pesquisa contou com 32 respondentes, classificados como coordenadores de suas respectivas pesquisas. A Tabela 1 apresenta as frequências dessas variáveis.

Tabela 1 – descrição das variáveis do instrumento de pesquisa

Cód.	Variável	Respostas	Freq. Abs.	Freq. Rel. (%)
Q1	Qual a área da tecnologia que você está desenvolvendo?	Agricultura e Agronomia	7	21,9
		Zootecnia	6	18,7
		Ciências Ambientais	2	6,3
		Ciências da Saúde	3	9,3
		Ciências Sociais	1	3,1
		Engenharia	8	25,0
		Ciências Exatas e Tecnológicas	2	6,3
		Educação		
		Ciências Humanas		
		Ciências Econômicas e Administrativas		
Q2	Como você considera essa tecnologia?	Produto	15	46,8
		Processo	6	18,8
		Os dois	11	34,3
Q3	Dentro desta perspectiva como você considera o potencial da pesquisa que está desenvolvendo?	Inovação Incremental	26	81,3
		Inovação Radical	5	15,6
		Inovação Disruptiva	1	3,1
Q4	Quais as aplicações da sua tecnologia em desenvolvimento?	Tecnologias Habilitadoras	3	9,3
		Sustentabilidade e Impacto Social	18	56,2
		Integração e Interdisciplinaridade	4	12,5



		Transformação Digital	2	6,3
		Segurança e Privacidade		
		Conectividade Global		
		Inovação Aberta e Colaboração	2	6,3
		Ética e Governança	1	3,1
		Educação e Capacitação	2	6,3
		Exploração Espacial e Fronteiras da Ciência		
		Originalidade	7	8,1
		Melhorias Substanciais	20	23,2
		Resolução de Problemas	13	15,1
		Disrupção	1	1,2
		Escalabilidade	8	9,3
		Aplicabilidade Multidisciplinar	9	10,5
		Valor Agregado	10	11,6
		Viabilidade Técnica	12	14,0
		Aceitação de Mercado	4	4,7
		Evolução Contínua	2	2,3
		Foi no período de idealização	6	18,8
		Foi no período de desenvolvimento		
		Está sendo feito	1	3,1
		Ainda será feito	20	62,5
		Não vejo como importante	5	15,6
		Sim	23	71,9
		Não	4	12,5
		Já ouvi falar	5	15,6
		Barreiras Financeiras	28	43,1
		Barreiras Técnicas e Científicas	9	13,8
		Barreiras Regulatórias e Legais	7	10,8
		Barreiras de Mercado	2	3,1
		Barreiras de Aceitação	2	3,1
		Barreiras de Recursos Humanos	9	13,8
		Barreiras de Infraestrutura	8	12,3
		Sim	19	65,5
		Parcialmente	6	20,7
		Não	4	13,8
		TRL 1	7	21,9
		TRL 2 e 3	6	18,8
		TRL 4 e 5	10	31,2
		TRL 6	3	9,4
		TRL 7 e 8	5	15,6
		TRL 9	1	3,1
		Tempo	9	15,3
		Dinheiro	23	39,0
		Mão de Obra	11	18,6
		Espaço Físico	3	5,1
		Laboratórios	8	13,5
		Outros	5	8,5
		Parceria com Instituições	9	33,4
		Parceria com Empresa	4	14,8

		Parceria com Departamento	3	11,1
		Parceria com Laboratório	2	7,4
		Parceria com NIT	5	18,5
		Outros interessados	4	14,8
Q13	Quanto aos recursos gastos no desenvolvimento da tecnologia até hoje?	Até 50 mil reais	16	53,3
		De 50 a 100 mil reais	5	16,7
		De 100 a 500 mil reais	3	10,0
		De 500 a 1 milhão de reais	3	10,0
		Mais de 1 milhão de reais	1	3,3
		Prefiro não divulgar	2	6,7
Q14	Quais os benefícios são esperados para a universidade caso haja a transferência dessa tecnologia?	Recursos Financeiros	1	14,9
		Fortalecimento da Reputação	18	24,3
		Colaborações Industriais	8	10,8
		Impacto Econômico Social	18	24,3
		Apoio a Pesquisa Futura	19	25,7
Q15	Quais os benefícios são esperados para o governo caso haja a transferência dessa tecnologia?	Recursos Financeiros	8	15,4
		Fortalecimento da Reputação	4	7,7
		Colaborações Industriais	7	13,5
		Impacto Econômico Social	18	34,6
		Apoio a Pesquisa Futura	15	28,8
Q16	Quais os benefícios são esperados para a indústria caso haja a transferência dessa tecnologia?	Recursos Financeiros	16	30,2
		Fortalecimento da Reputação	7	13,2
		Colaborações Industriais	11	20,7
		Impacto Econômico Social	9	17,0
		Apoio a Pesquisa Futura	10	18,9

Fonte: dados da pesquisa 2024

A Tabela 1 sumariza os percentuais relacionados a cada item do instrumento de pesquisa. Observa-se que a instituição apresenta certa vocação para as seguintes áreas: Engenharia (25,0%), Agricultura e Agronomia (21,9%) e Zootecnia (18,7%). As pesquisas desenvolvidas apresentam um foco maior em Produtos Tecnológicos (46,8%), desenvolvendo também em conjunto com o Produto o Processo (34,4%). O tipo de inovação revela que a instituição tem um perfil para melhoria gradual em produtos já existentes, com uma Inovação Incremental (81,3%), apresentando também certo interesse em Inovação Radical (15,6%), com uma mudança significativa para introduzir uma nova tecnologia ou abordagem que transformam um mercado. Estas pesquisas apresentam um foco para Sustentabilidade e Impacto Social (56,2%), que alinhado as engenharias, se materializam em pesquisas com: energias renováveis, eficiência energética, soluções para desafios ambientais, dentre outros.

Os critérios que mais se destacam estão associados a melhorias substanciais em tecnologias existentes (23,2%), a resolução de problemas (15,1%), a viabilidade técnica

e econômica (14,0%), ao valor agregado a tecnologia (11,6%) e a aplicabilidade multidisciplinar (10,5%) com frequências relativas sem apresentar nenhuma disparidade se complementam para traçar o perfil da instituição no que se diz respeito ao método adotado para desenvolver uma tecnologia inovadora. O conjunto desses critérios utilizados reuni algumas das principais características do mercado para promover PD&I. A compreensão das características das organizações e a consideração dos processos de inovação como determinados por práticas e procedimentos específicos são fundamentais para a promoção eficaz da PD&I no mercado (Sartori, 2011).

Um ponto importante é descrito ao indagar os coordenadores destas pesquisas sobre o mapeamento de mercado e 62,5% responderam que ainda será feito. Isso pode refletir certa ineficiência da aplicação da tríplice hélice para esta instituição, uma vez que se distância do mercado ao não interagir com ele acerca de suas demandas. Este poderá ser um dos motivos para a falta de investimento, uma vez que reflete pouca proximidade com o mercado. De fato, o custo para se promover PD&I é muito elevado e esse investimento tem um retorno de médio a longo prazo e necessita ser subsidiado para que seja viabilizado. O modelo da Tríplice Hélice transforma a universidade de uma instituição focada principalmente no ensino para uma que integra pesquisa e tem uma missão voltada ao desenvolvimento econômico e social da sociedade. Isso estimula ambientes de inovação e promove uma cultura empreendedora (Audy, 2017).

Um trabalho realizado pelo Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) da Ufersa nos últimos anos é refletido na pesquisa com o reconhecimento da importância do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), com 71,9% dos respondentes.

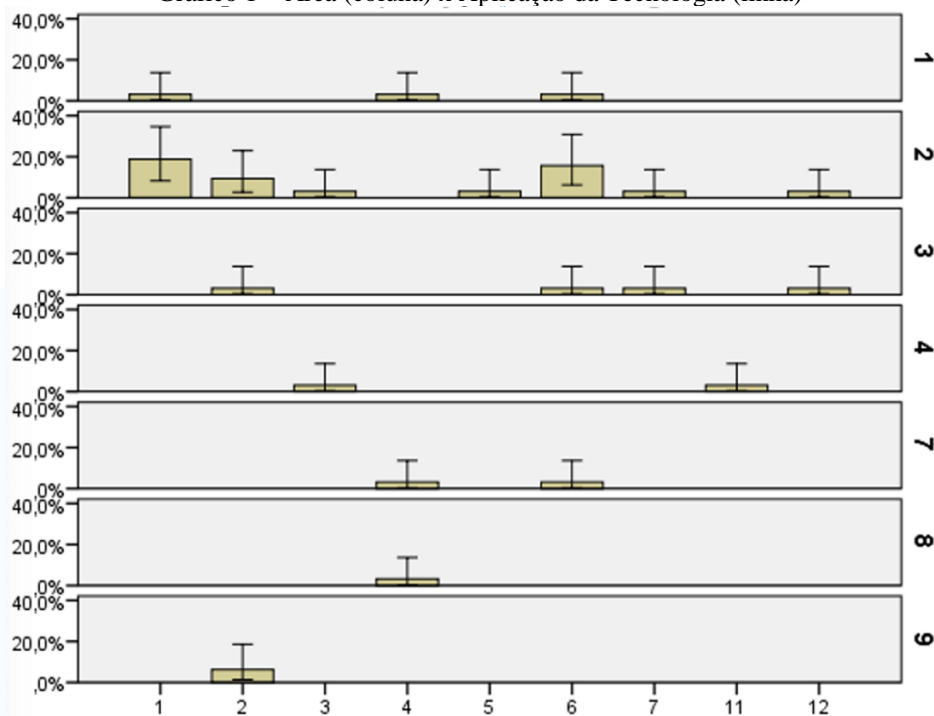
A barreira financeira (43,1%) imposta aos pesquisadores desta instituição é aderente ao questionamento acerca do investimento necessário para a conclusão da pesquisa, dinheiro (39,0%). A criação de políticas institucionais mais fortes voltadas a PD&I, parcerias para potencializar as prospecções em novos projetos de inovação tecnológicas por parte das fundações de apoio, criação de uma agência de inovação, a exemplo da INOVA na Unicamp que articula oportunidades para todas as áreas em inovação, podem ser realizadas nesse sentido para financiar novas pesquisas.

Dos nove níveis da *Technology Readiness Level* (TRL), o estudo revela que 31,2% estão classificados nos níveis quatro e cinco, somados aos valores subsequentes de nível seis 9,4% e níveis sete e oito 15,6%, sinalizam o fato de que a instituição em breve poderá estar demandando transferência de tecnologia. Este desempenho pode estar relacionado a parceria com outras instituições (33,4%) ou com o próprio NIT (18,5%), o que por outro lado pode explicar a falta de recurso e investimentos em projetos de pesquisas de maior envergadura. O que é evidenciado ao indagar sobre o total do recurso utilizado no desenvolvimento da pesquisa, onde 53,3% relataram o recebimento de uma aporte até 50 mil reais, seguidos de 16,7% situados no extrato entre 50 e 100 mil reais, ou seja, a instituição opera com 73% dos recursos alocados em pesquisa, inferior a 100 mil reais.

Em relação aos benefícios esperados, o tripé da tríplice hélice é analisado: universidade, governo e indústria. Dentre os benefícios para a instituição, destacam-se: à pesquisa futura 25,7%, fortalecimento da reputação com 24,3% e impacto econômico e social com 24,3%, refletindo um engajamento da instituição com a seriedade no desenvolvimento de suas pesquisas. Dos benefícios esperados para o governo recebem destaque o impacto econômico social com 34,6% e o apoio a pesquisas futuras com 28,8%, evidenciando o bem-estar social que deve ser a prioridade de todo e qualquer governo e o reconhecimento da parceria com as ICTs que detém o conhecimento para avançar nas pesquisas e desenvolvimento. Os resultados apontados pela ótica da indústria, corroboram com o esperado, de que o mercado tem o foco na receita financeira com 30,2%, seguido das colaborações industriais com 20,7% que podem vir a potencializar seus resultados.

Uma análise mais robusta é realizada no Gráfico 1 ao perceber o efeito de duas variáveis simultaneamente, a área e aplicação da tecnologia.

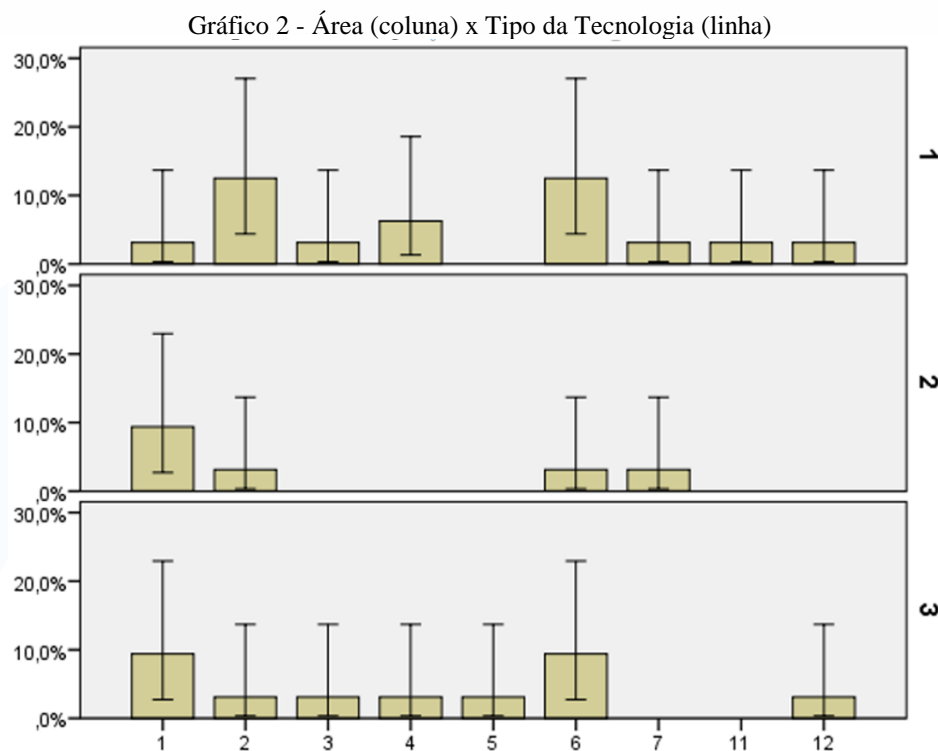
Gráfico 1 – Área (coluna) x Aplicação da Tecnologia (linha)



Nota: Barras de erro com 95% I. C.

Fonte: dados da pesquisa 2024, *output* do SPSS

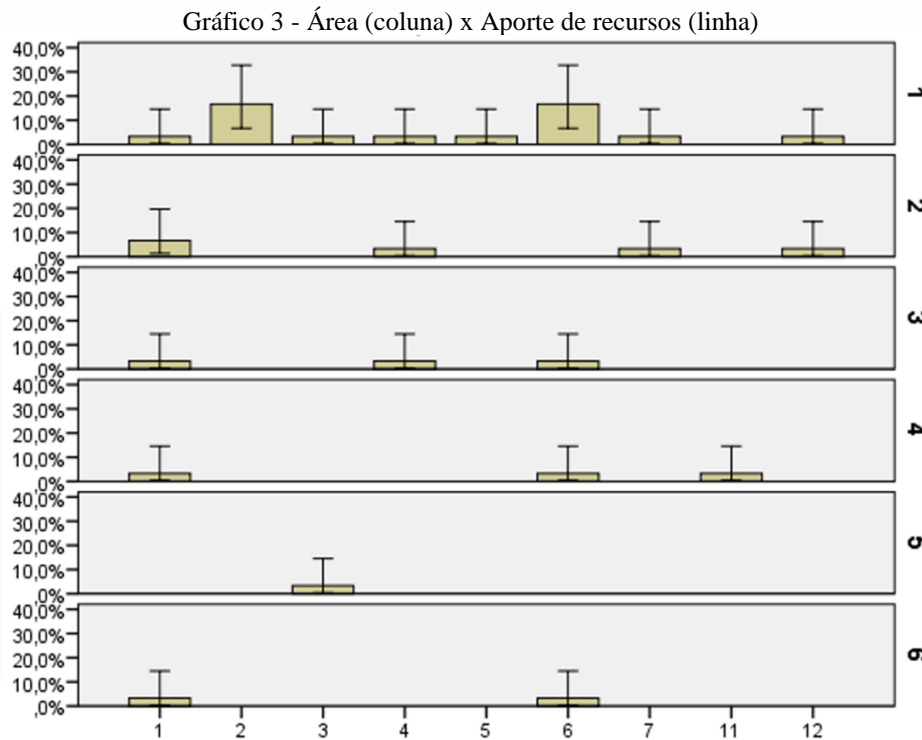
O Gráfico 1 destaca que a sustentabilidade e o impacto social são as aplicações da tecnologia em desenvolvimento mais presentes na instituição, sendo desenvolvida prioritariamente nas áreas da engenharia, zootecnia e ciências da saúde, respectivamente. Há um destaque para a aplicação de tecnologia também para a integração e interdisciplinaridade, sendo desenvolvida majoritariamente na área das engenharias.



Nota: Barras de erro com 95% I. C.

Fonte: dados da pesquisa 2024, *output* do SPSS

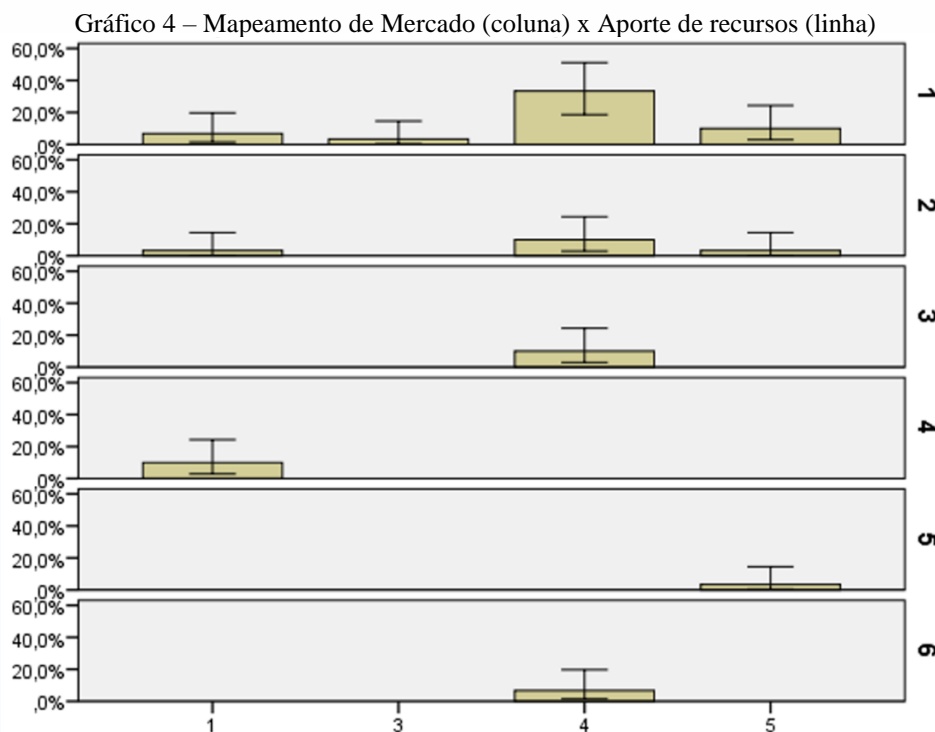
O Gráfico 2 apresenta de forma conjunta a atuação da área do pesquisador e o tipo de tecnologia utilizada, com igual destaque para as tecnologias desenvolvidas a nível de produto em conjunto com as áreas zootecnia e engenharia. Também merecem destaque as tecnologias desenvolvidas simultaneamente para produtos e processos com atuação prioritária nas áreas de agricultura e agronomia, e engenharia.



Nota: Barras de erro com 95% I. C.

Fonte: dados da pesquisa 2024, *output* do SPSS

O Gráfico 3 mostra que a área de agricultura e agronomia possui maior aporte de recursos, seguida da área das engenharias. O gráfico permite ainda observar os extratos desses recursos, identificando as áreas que receberam mais orçamento para a pesquisa.



Nota: Barras de erro com 95% I. C.

Fonte: dados da pesquisa 2024, *output* do SPSS

Observa-se no Gráfico 4, para efeito dessa pesquisa, com um intervalo de confiança de 95%, a predominância do compromisso de que ainda será realizado um mapeamento de mercado para quase todos os extratos de aporte de recursos, excetuando-se o extrato (mais de um milhão). Isso revela uma tendência dos pesquisadores desta instituição no que tange ao procedimento de mapeamento de mercado, deixando preferencialmente para ser realizado em um momento posterior ao do desenvolvimento da pesquisa tecnológica.

5 CONCLUSÕES

Os resultados demonstram que a UFERSA possui um potencial significativo de transferência de tecnologia. A predominância de projetos voltados para produtos tecnológicos, aliada a uma abordagem incremental de inovação, sugere um ambiente propício para o desenvolvimento de tecnologias maduras e prontas para serem transferidas para o mercado. Além disso, a forte presença de aplicações em



sustentabilidade e impacto social indica uma sintonia com as demandas atuais da sociedade e do mercado, aumentando o potencial de aceitação e adoção das tecnologias desenvolvidas.

Apesar disso, foram identificados desafios a serem superados, como a necessidade de maior interação com o mercado, a garantia da proteção da propriedade intelectual e a busca por recursos financeiros. Ainda assim, os resultados sugerem que a instituição está bem-posicionada para contribuir de forma significativa para a inovação e o desenvolvimento tecnológico, tanto em âmbito regional quanto nacional

REFERÊNCIAS

AGUSTINHO, E. O.; GARCIA, N. Inovação, transferência de tecnologia e cooperação. **Direito e Desenvolvimento**, v. 9, n. 1, 2018.

BENEDETTI, M.H.; TORKOMIAN, A.L.V.; Cooperação Universidade-Empresa: uma relação direcionada à Inovação Aberta, **In: ENANPAD**, 2009, v. 33, p.2009, São Paulo. Anais... São Paulo: ANPAD, 2009.

BESSANT, John; TIDD, Joe. **Inovação e empreendedorismo**. Bookman Editora, 2019. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582605189/>. Acesso em: 13 dez. 2023.

BERGAMINI, R. L.; Avaliação do Nível de Maturidade de Tecnologia (TRL) nas Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs) com o modelo adaptado da AFRL – Air Force Research Laboratory. **Revista de administração de Roraima**. v. 10, 2020.

Brasil. Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015. Altera os arts. 165, 166, 198 e acrescenta o art. 165-A à Constituição Federal, para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária que especifica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 fev. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc85.htm. Acesso em: 20 jan 2024.

_____. Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018. Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 fev. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9283.htm. Acesso em: 21 Jan. 2024.

CASTRO, B. S. de; SOUZA, G. C. de. O papel dos Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) nas universidades brasileiras | The role of Technological Innovation Centers in Brazilian Universities. **Liinc em Revista**, [S. l.], v. 8, n. 1, 2012. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/3345>. Acesso em: 21 jan. 2024.

CHESBROUGH, Henry; VANHAVERBEKE, Wim; WEST, Joel. Novas fronteiras em inovação aberta. São Paulo: **Editora Blucher**, 2017. E-book. ISBN 9788521211211. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521211211/>. Acesso em: 07 fev. 2024.

CRUZ, C. H.B.; A Universidade, a empresa e a pesquisa que o país precisa. **Revista Humanidades**, v. 45, p. 15-19,1999.

ETZKOWITZ, H., & LEYDESDORFF, L. (2014). The triple helix--university-industry-government relations: A laboratory for knowledge based economic development. **EASST Review**, 29(3), 14-19.

ETZKOWITZ, H., & ZHOU, C. (2017). Hélice Tríplice: inovação e empreendedorismo universidade-indústria-governo. **Estudos Avançados**, v. 31, n.90, p. 23-48, maio 2017 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/4gMzWdcjVXCMp5XyNbGYDMQ/>. Acesso em 09 Fev. 2024.

GACHIE, W. Higher education institutions, private sector, and government collaboration for innovation under the Triple Helix Model. **African Journal of Science, Technology, Innovation and Development**, African, ano 2020, v. 12, ed. 2, p. 203-2015, 2020. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/20421338.2019.1631120>. Acesso em: 22 fev. 2024.

GIL, L.; Andrade, M. H.; Costa, M. C. Os TRL (Technology Readiness Level) como ferramenta na avaliação de tecnologias. **Ingenium**, Portugal, Lisboa, ano 2014, v. 2, ed. 139, p. 94-98, 2014.

GIMENEZ, A. M. N.; MACHADO BONACELLI, M. B.; CARNEIRO, A. M. A Universidade em um contexto de mudanças: integrando ciência, tecnologia e inovação. **Revista de Propriedade Intelectual - Direito Constitucional e Contemporâneo**, v. 10, n. 1, p. 115–133, 2016.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Radar: tecnologia, produção e comércio exterior 2016. Brasília: Ipea, 2016.

_____. O Novo Marco Legal da Inovação no Brasil: O que muda na relação ICT-empresa? Brasília: Ipea, (Artigos, n.43, p. 21-35, fev. 2016).

HIRA, A. Mapping the Triple Helix: How institutional coordination for competitiveness is achieved in the global wine industry. **Prometheus**, [s. l.], ano 2013, v. 31, ed. 4, p. 271-303, 2013. DOI <https://doi.org/10.1080/08109028.2014.934126>. Disponível em: <https://www.scienceopen.com/hosted-document?doi=10.1080/08109028.2014.934126>. Acesso em: 22 fev. 2024.

MANKINS, J. C. Technology Readiness Leves: A White Paper. **Advanced Concepts Office**, [s. l.], ano 1995, 1995. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/247705707_Technology_Readiness_Level_-_A_White_Paper. Acesso em: 21 fev. 2024

MORAES, Flavio Fava. **Universidade, Inovação e Impacto Socioeconomico**. São Paulo em Perspectiva, v. 14, p. 8-11, 2000. Acesso em: 29 fev. 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/4FY7bXQX6nthzbyfXTJX7Cd/?lang=pt&format=html>. Acesso em 12 Fev. 2024.

OLECHOWSKI, A.; EPPINGER, S. D.; JOGLEKAR, N. Technology readiness levels at 40: A study of state-of-the-art use, challenges, and opportunities. In: **2015 Portland international conference on management of engineering and technology (PICMET)**. IEEE, 2015. p. 2084-2094.

PAZMINO, A. V.; Panorama de ações de inovação nas universidades Brasileiras. **Revista Gestão e Regionalidade**. São Caetano do Sul-SP, v. 37, n. 112, p. 85-100, 2021.

PEREIRA, J.M.; KRUGLIANSKAS, I.; A lei da inovação tecnológica como ferramenta de apoio às políticas industrial e tecnológica do Brasil. **RAE-eletrônica**, São Paulo-SP, V. 4, n.2, artigo 18, 2005. Disponível em: <http://www.rae.com.br/electronica/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=1912&Secao=ARTIGOS&Volume=4&Numero=2&Ano=2005>. Acesso em: 15 dez. 2023.

RAU, R.M.O.B; VALLE, R. S.; CAMARA, M. A. A. O papel da universidade empreendedora na Tríplice Hélice. In: XXXI Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica, 31., 2021, Evento on line. **Anais[...]**. Evento on line: ANPAD, 2021. p. 17-18. Disponível em: <https://anpad.com.br/uploads/articles/112/approved/e836d813fd184325132fca8edcdfb40e.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2024.

SARTORI, S. Características da Inovação: Uma Revisão de Literatura. **Revista Ingepro: Inovação, Gestão e Produção**, Santa Maria - RS, ano 2011, v. 03, ed. 09, p. 52-64, 2011.

SERZEDELLO, N. T. B.; TOMAÉL, M. I. Produção tecnológica da Universidade Estadual de Londrina (UEL): mapeamento da área de Ciências Agrárias pela Plataforma Lattes. **AtoZ**, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 23-37, 2011. Disponível em: <http://www.atoz.ufpr.br>. Acesso em: 24 jan. 2024.

VELHO, S.R.K; CAMPAGNOLO, J.M, DUBEUX, R.R.; O regulamento do novo marco legal da inovação. **Parcerias estratégicas**, v. 24, p. 83-102, 2019.

VERAS, Carlos Alberto Gurgel; PEREIRA, Flávio Duque Estrada Soares. *Escala de Maturidade Tecnológica (TRL)*. Parque Científico e Tecnológico da Universidade de Brasília (PCTec/UnB), 2022. Disponível em: <<https://pctec.unb.br/documentos/179-documentos/142-trl>>. Acesso em: 21 fev 2024.



Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPPG

Sobre a PROPPG

[Equipe](#)

[Agenda do Pró-Reitor](#)

[Agenda do Pró-reitor Adjunto](#)

[Estatísticas da PROPPG](#)

[Legislação e Normas](#)

[Instruções Normativas](#)

[Formulários e Documentos](#)

[Cotas de Bolsas DS/CAPES
\(Portaria CAPES nº 73 de 06 de
abril de 2022\)](#)

Calendário de Reuniões de Órgãos de Apoio

▼ [Decisões -CPPGIT](#)

Decisões – CPPGIT-2024

DECISÃO CPPGIT/UFERSA Nº 05, de 22 de fevereiro de 2024 – Art. 1º Aprovar as solicitações de defesas extemporâneas referendadas pelo Colegiado do PPGCEM e encaminhar para a Secretária das Coordenações dos Cursos de Pós-graduação para as Devidas providências.

DECISÃO CPPGIT/UFERSA Nº 04, de 22 de fevereiro de 2024 – Aprovar, no âmbito da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação – PROPPG, a criação de curso de pós-graduação stricto sensu, conforme Ofício Nº 34 -2024 – Pau dos Ferros e encaminhar para Secretaria dos Órgãos Colegiados para as Devidas providências.

DECISÃO CPPGIT/UFERSA Nº 03, de 26 de janeiro de 2024 – Ratificar o desligamento da discente Andresa Pereira da Silva do programa de Pós-graduação em Ciência Animal e encaminhar à Secretaria das Coordenações dos Cursos de Pós-graduação para as devidas providências.

DECISÃO CPPGIT/UFERSA Nº 02, de 26 de janeiro de 2024 – Aprovar mudança em disciplina DOR: fisiologia, avaliação e tratamento do Programa de Pós-graduação Ciências Animais para carga-horária de 60 horas e encaminhar à Secretaria de Órgãos Colegiados para as devidas providências.

DECISÃO CPPGIT/UFERSA Nº 01, de 26 de janeiro de 2024 – Aprovar a realização de matrícula de alunos estrangeiros de mobilidade, antes do período letivo, com a permissão de atualização dessas matrículas, ao início das aulas, a fim de adequar o período de permanência destes alunos ao cronograma do curso de pós-graduação.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Av. Francisco Mota, 572 – Caixa Postal 137 – Bairro Presidente Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296 – E-mail: proppg@ufersa.edu.br

REGULAMENTO GERAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO
***STRICTO SENSU* DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA**
(Anexo da Resolução CONSUNI/UFERSA nº 007/2018, de 23 de novembro de 2018)



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

Av. Francisco Mota, 572 – Caixa Postal 137 – Bairro Presidente Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296 – E-mail: proppg@ufersa.edu.br

**REGULAMENTO GERAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO
STRICTU SENSU DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA
(Anexo da resolução CONSUNI/UFERSA nº 007/2018, de 23 de novembro de 2018)**

**TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**CAPÍTULO I
DA NATUREZA E DOS OBJETIVOS DOS PROGRAMAS**

Art. 1º Os Programas de Pós-graduação *Stricto sensu* oferecidos pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), compreendendo os níveis de Mestrado e de Doutorado, têm a finalidade de desenvolver atividades voltadas para a formação aprofundada de pesquisadores e para a produção científica, tecnológica, filosófica, cultural e artística, desenvolvendo a capacidade de pesquisa e inovação, nos diferentes ramos do saber.

§ 1º Os Programas ou níveis de que trata o *caput* deste Artigo são distintos e autônomos.

§ 2º Aos estudantes que concluírem os cursos de Mestrado e de Doutorado serão atribuídos os títulos de “Mestre” e de “Doutor”, respectivamente.

§ 3º O curso de Mestrado pode ser oferecido na modalidade Mestrado Acadêmico ou Mestrado Profissional.

§ 4º O Mestrado Profissional, por diferir do Mestrado Acadêmico em vários aspectos, poderá se sujeitar a normas específicas vigentes no país.

Art. 2º Os Programas de Pós-graduação *Stricto sensu* oferecidos pela UFERSA devem ser estruturados em Área(s) de Concentração, Linhas de Pesquisa e Projetos de Pesquisa articulados e coerentes entre si.

§ 1º Áreas de Concentração são os domínios específicos do conhecimento nos quais atua o Programa de Pós-graduação e para os quais estão direcionadas suas atividades, admitindo-se o caráter interdisciplinar ou multidisciplinar.

§ 2º Linhas de Pesquisa são domínios temáticos e, ou, metodológicos de investigação caracterizados pelo desenvolvimento de Projetos de Pesquisa.

§ 3º Projetos de Pesquisa são investigações desenvolvidas por um ou mais docentes, participantes externos ou discentes do Programa de Pós-graduação.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Av. Francisco Mota, 572 – Caixa Postal 137 – Bairro Presidente Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296 – E-mail: proppg@ufersa.edu.br

CAPÍTULO II
DA CRIAÇÃO E ALTERAÇÃO DOS PROGRAMAS

Art. 3º A UFERSA poderá criar Cursos ou Programas de Pós-graduação *Stricto sensu*, acadêmicos ou profissionais, nos termos estabelecimento pela Capes e suas respectivas áreas, ou pesquisadores da própria instituição portadores do título de Doutor, admitindo-se a participação de docentes ou pesquisadores portadores do título de Doutor pertencentes a outras instituições, desde que a proporção de docentes da UFERSA, em relação ao corpo docente total do Curso ou Programa de Pós-graduação, satisfaça o valor mínimo exigido pela CAPES.

Parágrafo único. Será permitida a criação de Cursos ou Programas de Pós-graduação *Stricto sensu* mediante associação ampla entre a UFERSA e outras instituições, desde que na UFERSA não existam docentes ou pesquisadores com produção intelectual pertinente à(s) área(s) de concentração, docentes que não desejam participar de Programas de Pós Graduação, e, ou, linhas de pesquisa e adequada em termos de quantidade e qualidade.

Art. 4º O grupo de docentes ou pesquisadores da UFERSA, interessados na criação de um Curso ou Programa de Pós-graduação *Stricto sensu*, deverá apresentar uma justificativa à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (PROPPG) da UFERSA, por meio da chefia do Centro ao qual a maioria desses docentes ou pesquisadores estão vinculados.

§ 1º Após a análise do que trata o *caput* deste Artigo e emissão de parecer, a PROPPG deliberará sobre a nomeação de comissão responsável pela elaboração do Projeto de Criação do Programa de Pós-graduação a ser encaminhado para a CAPES.

§ 2º Eventual discordância da PROPPG ao que trata o parágrafo anterior, deve ser acompanhada de decisão devidamente fundamentada e encaminhada ao Centro solicitante.

Art. 5º A comissão instituída nos termos do Artigo anterior deve seguir rigorosamente os requisitos gerais e específicos da CAPES para a criação de cursos novos.

Parágrafo único. A PROPPG poderá solicitar o parecer de um consultor *ad hoc* externo à UFERSA para se pronunciar quanto à viabilidade da proposta e à adequação da mesma aos requisitos gerais e específicos da CAPES para a criação de cursos novos.

Art. 6º Após conclusão dos trabalhos, a comissão responsável pela elaboração do Projeto de Criação do Curso ou Programa de Pós-graduação encaminhará o mesmo para os Centros da UFERSA envolvidos.

Art. 7º Aprovado o Projeto de Criação do Curso ou Programa de Pós-graduação pelos Conselhos dos Centros envolvidos, o mesmo será encaminhado para apreciação da PROPPG e posterior apreciação e deliberação pelo Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CONSEPE) e pelo Conselho Universitário (CONSUNI).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Av. Francisco Mota, 572 – Caixa Postal 137 – Bairro Presidente Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296 – E-mail: proppg@ufersa.edu.br

Art. 8º O Projeto de Criação do Curso ou Programa de Pós-graduação só deve ser enviado para a CAPES após haver sido aprovado pelo CONSEPE e pelo CONSUNI.

Art. 9º Qualquer Curso ou Programa de Pós-graduação *Stricto sensu* da UFERSA só pode entrar em funcionamento após haver sido aprovado pela CAPES.

Art. 10. Cumprido o interstício mínimo de 02 (dois) anos, ou antes desse prazo por recomendação dos Conselhos Superiores da UFERSA ou por recomendação da CAPES, o Colegiado do Programa de Pós-graduação *Stricto sensu* da UFERSA poderá propor mudanças em seu Regulamento Específico quanto às alterações na(s) sua(s) área(s) de concentração, linhas de pesquisas e estrutura curricular, sempre obedecendo a este Regulamento Geral e dependendo de aprovação do CONSEPE.

CAPÍTULO III
DA CONGREGAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Art. 11. A Congregação de Pós-graduação da UFERSA será vinculada à PROPPG, reunindo-se ordinariamente mensalmente e, extraordinariamente, sempre que for convocado pela PROPPG ou por quórum mínimo de 50% mais um de seus membros.

Art. 12. A Congregação de Pós-graduação funcionará como uma instância consultiva imediatamente superior aos Colegiados dos Programas de Pós-graduação.

§ 1º As decisões da Congregação de Pós-graduação, serão encaminhadas para deliberação pelo Comitê de Pesquisa e Pós-graduação.

§ 2º A Congregação de Pós-graduação é formada pelo Pró-Reitor(a) de Pesquisa e Pós-graduação, como presidente, e pelos Coordenadores dos Programas de Pós-graduação *Stricto sensu* da UFERSA.

§ 3º Na eleição para o representante discente referido no parágrafo anterior, deverão ser eleitos um representante titular e um suplente.

§ 4º No caso de Programas de Pós-graduação *Stricto sensu* da UFERSA que são oferecidos em associação com outras instituições, apenas o Coordenador do Programa na UFERSA fará parte da Congregação de Pós-graduação.

§ 5º A convocação para as reuniões ordinárias será feita por escrito ou por e-mail, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas horas), nela devendo constar explicitamente a ordem do dia e a documentação pertinente. Na primeira reunião ordinária de cada ano será estabelecido o calendário de reuniões ordinárias.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

Av. Francisco Mota, 572 – Caixa Postal 137 – Bairro Presidente Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296 – E-mail: proppg@ufersa.edu.br

§ 6º No caso de reuniões extraordinárias, a convocação deverá ser realizada com pelo menos 24 (vinte quatro) horas de antecedência, devendo a ordem do dia limitar-se à discussão e votação da(s) matéria(s) objeto da convocação.

§ 7º De cada reunião da Congregação de Pós-graduação lavrar-se-á ata, que será colocada para apreciação e votação, na reunião seguinte, sendo posteriormente disponibilizadas em versão digital na página da PROPPG, no portal da UFERSA.

§ 8º As decisões da Congregação de Pós-graduação deverão ser respaldadas pela votação da maioria simples de seus membros presentes em uma reunião com quórum mínimo de metade mais um de seus membros.

Art. 13. São competências da Congregação de Pós-graduação da UFERSA:

I – assessorar a PROPPG no cumprimento da política de pesquisa e Pós-graduação traçada pela UFERSA;

II – orientar a obtenção e indicação de bolsas e financiamentos para discentes de Pós-graduação;

III – sugerir meios que favoreçam a captação de recursos para a pesquisa e a Pós-graduação;

IV – prestar serviços técnicos aos Conselhos Superiores da UFERSA;

V – atuar como órgão informativo e consultivo do CONSEPE, em matéria de Pós-graduação *Stricto sensu*;

VI – apreciação e deliberação a respeito de decisões dos Colegiados dos Programas de Pós-graduação;

VII – propor e discutir ajustes, acordos ou convênios, acadêmicos ou financeiros, para suporte, cooperação ou desenvolvimento dos Programas de Pós-graduação;

VIII – avaliar o funcionamento e o desempenho dos Programas de Pós-graduação *Stricto sensu* da UFERSA.

Art. 14. A congregação de Pós-graduação da UFERSA apresentará relatório anual de suas atividades ao CONSEPE, até a 2ª Reunião Ordinária deste Colegiado Superior, do ano subsequente.

**TÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO GERAL E DO FUNCIONAMENTO DOS PROGRAMAS**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Av. Francisco Mota, 572 – Caixa Postal 137 – Bairro Presidente Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296 – E-mail: proppg@ufersa.edu.br

CAPÍTULO I
DA ORGANIZAÇÃO GERAL DOS PROGRAMAS

Art. 15. Os Programas de Pós-graduação *Stricto sensu* da UFERSA terão Regulamentos Específicos, os quais deverão obedecer a este Regulamento Geral e nos quais deverão constar, obrigatoriamente:

I – natureza e objetivos;

II – estrutura curricular assim discriminada:

a) número total de créditos exigidos para a integralização do Programa de Pós-graduação;

b) elenco de línguas estrangeiras aceitas para o cumprimento das exigências contidas no Regimento Geral da UFERSA;

III – número de períodos regulares por ano letivo;

IV – requisitos para inscrição;

V – critérios gerais de seleção;

VI – requisitos para a matrícula;

VII – critérios e procedimentos para trancamento de matrícula e interrupção de estudos;

VIII – sistema de avaliação;

IX – critérios de transferência de discentes;

X – critérios de aproveitamento de estudos;

XI – critérios de desligamento do discente do Programa de Pós-graduação;

XII – critérios gerais de credenciamento e desligamento de docentes do Programa de Pós-graduação;

XIII – requisitos para obtenção dos títulos de Mestre e de Doutor.

Parágrafo único. Na elaboração do Regulamento referido no *caput* deste Artigo, o Programa de Pós-graduação poderá acrescentar outros itens que julgar convenientes.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Av. Francisco Mota, 572 – Caixa Postal 137 – Bairro Presidente Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296 – E-mail: proppg@ufersa.edu.br

Art. 16. Serão requisitos obrigatórios na organização de todos os Programas de Pós-graduação *Stricto sensu* da UFERSA:

- I – ingresso de discentes mediante aprovação e classificação em processo de seleção;
- II – matrícula por disciplina ou por atividade acadêmica;
- III – adoção do sistema de créditos;
- IV – verificação do rendimento acadêmico mediante a avaliação do aproveitamento e a apuração de frequência.

CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA DOS CURSOS E PROGRAMAS

Seção I
Da Estrutura Organizacional

Art. 17. Cada Programa de Pós-graduação terá sua estrutura organizacional e funcional na forma de:

- I – um Colegiado como órgão deliberativo e normativo;
- II – uma Coordenação como órgão executivo do Colegiado;
- III – uma assembleia docente como órgão de caráter consultivo;
- IV – uma Secretaria como órgão de apoio administrativo com, pelo menos, um servidor técnico administrativo para atender a cada programa.

Parágrafo único. Os Programas de Pós-graduação *Stricto sensu* da UFERSA em associação ampla com outras instituições deverão possuir Coordenadores eleitos entre os docentes da UFERSA que participam desses Programas, com a finalidade de facilitar as tarefas executivas e administrativas dos Colegiados Gerais desses Programas no âmbito da UFERSA, devendo suas ações e competências serem definidas no Regulamento Específico de cada Programa de Pós-graduação.

Seção II
Do Colegiado

Art. 18. O Colegiado do Programa de Pós-graduação *Stricto sensu* será composto por cinco docentes permanentes, eleitos (as) pelos docentes permanentes e colaboradores para um



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Av. Francisco Mota, 572 – Caixa Postal 137 – Bairro Presidente Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296 – E-mail: proppg@ufersa.edu.br

mandato de 2 (dois) anos, permitida a recondução, e um discente, eleito(a) por seus pares, colaboradores para um mandato de 1 (um) ano, permitida a recondução, respeitados os dispostos no Estatuto e no Regimento Geral da UFERSA e no Regulamento Específico do Programa de Pós-graduação.

§ 1º Por ocasião da eleição do colegiado serão eleitos dois suplentes docentes e um discente.

§ 2º No caso de Programa de Pós-graduação em associação ampla com outras instituições, a composição do Colegiado será definida no Regulamento Específico do Programa de Pós-graduação.

§ 3º O Colegiado do Programa de Pós-graduação será presidido pelo Coordenador do Programa de Pós-graduação e, na sua ausência, pelo Vice-Coordenador do Programa de Pós-graduação.

§ 4º As reuniões do Colegiado serão convocadas pela Presidência do Colegiado ou por requerimento de metade mais um de seus membros, indicados os motivos da convocação.

§ 5º O quórum para realização das reuniões do Colegiado é metade mais um de seus membros, considerando-se a participação remota.

§ 6º As deliberações do Colegiado do Programa de Pós-graduação terão que ser aprovadas pela maioria dos membros presentes na reunião, observado o disposto no parágrafo anterior, sendo que, em caso de empate, a decisão deve ser levada para a Congregação de Pós-graduação.

Art. 19. São atribuições do Colegiado do Programa de Pós-graduação *Stricto sensu*, além das atribuições constantes no Regimento Geral da UFERSA:

I – orientar e acompanhar o funcionamento acadêmico, pedagógico, didático e orçamentário do Programa de Pós-graduação;

II – propor alterações no Regulamento Específico do Programa de Pós-graduação;

III – apreciar e deliberar, observada a legislação, as indicações de docentes feitas pelo Coordenador do Programa de Pós-graduação para, em comissão ou isoladamente, cumprirem atividades concernentes a:

a) seleção de candidatos ao Programa de Pós-graduação;

b) orientação de Teses e de Dissertações;

c) avaliação de Projetos de Teses e de Dissertações;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Av. Francisco Mota, 572 – Caixa Postal 137 – Bairro Presidente Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296 – E-mail: proppg@ufersa.edu.br

d) comissão de bolsa;

e) outras atividades não previstas neste inciso III;

IV – estabelecer normas de ingresso e manutenção dos docentes no Programa de Pós-graduação, definir critérios para credenciamento e descredenciamento dos docentes nas categorias Permanente, Colaborador e Visitante, observando as recomendações do comitê de área da CAPES;

V – decidir sobre o aproveitamento de estudos e de créditos de disciplinas de Pós-graduação cursadas em outros Programas de Pós-graduação da Ufersa ou de outras Instituições de Ensino Superior (IES);

VI – apreciar e deliberar sobre o edital de seleção de candidatos a discentes do Programa de Pós-graduação;

VII – decidir sobre o desligamento de discentes nos casos previstos nas normas em vigor;

VIII – decidir sobre os pedidos de interrupção de estudos nos casos previstos nas normas em vigor;

IX – decidir sobre a aceitação de discentes vinculados a Programas de Pós-graduação de outras instituições;

X – apreciar e deliberar sobre as decisões das comissões constituídas para o cumprimento das alíneas do inciso III deste Artigo;

XI – apreciar e deliberar sobre o Relatório de Atividades do Programa de Pós-graduação;

XII – apreciar e deliberar sobre o Plano de Aplicação de Recursos Financeiros do Programa de Pós-graduação, elaborado pela Coordenação;

XIII – apoiar o Coordenador do Programa de Pós-graduação no desempenho de suas atribuições;

XIV – desempenhar as demais atribuições que lhe forem determinadas pelo Regimento Geral da Ufersa, por resoluções dos Conselhos Superiores da Ufersa e pelo Regulamento Específico do Programa de Pós-graduação.

Art. 20. Das decisões do Colegiado do Programa de Pós-graduação, caberá recurso em primeira instância a Congregação de Pós-graduação, no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da ciência do interessado, tendo este Conselho prazo equivalente para análise do recurso.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Av. Francisco Mota, 572 – Caixa Postal 137 – Bairro Presidente Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296 – E-mail: proppg@ufersa.edu.br

Seção III
Da Coordenação

Art. 21. A Coordenação do Programa de Pós-graduação é um órgão eleito pelo colegiado, que assegura a organização e o funcionamento deste e, ao mesmo tempo, responde pela execução de suas decisões e aplicação de suas diretrizes.

Art. 22. Apenas os docentes membros do Colegiado podem ser votados para os cargos de Coordenador e de Vice-coordenador do Programa de Pós-graduação, para o mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida uma recondução.

Parágrafo único. Se houver empate no resultado das eleições referidas no *caput* deste Artigo, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, por ordem de prioridade: maior tempo como Docente Permanente do Programa de Pós-graduação, maior tempo como docente lotado na UFERSA e maior idade.

Art. 23. Compete ao Coordenador do Programa de Pós-graduação, além das atribuições constantes no Regimento Geral da UFERSA:

I – submeter à apreciação do Colegiado, para credenciamento, recredenciamento ou descredenciamento, nomes de docentes e, ou, pesquisadores que irão compor o Corpo de Docentes Permanentes do Programa de Pós-graduação;

II – julgar os pedidos de trancamento de matrículas em disciplinas ou atividades acadêmicas;

III – submeter à apreciação do Colegiado do Programa de Pós-graduação os pedidos de interrupção de estudos;

IV – submeter à apreciação do Colegiado do Programa de Pós-graduação os processos de aproveitamento de estudos e de atribuição de créditos de disciplinas de Pós-graduação cursadas em outros Programas de Pós-graduação da UFERSA ou de outras Instituições de Ensino Superior (IES);

V – analisar e deliberar sobre os pedidos de matrícula de discentes vinculados a outros Programas de Pós-graduação e alunos especiais;

VI – indicar ao Colegiado do Programa de Pós-graduação o(s) nome(s) dos docentes para o cumprimento das atividades referidas no inciso III do Artigo 19 deste Regulamento Geral;

VII – propor ao Colegiado do Programa de Pós-graduação o desligamento de discentes, devendo o Coordenador comunicar imediatamente este fato aos interessados, garantindo-lhes o direito de ampla defesa;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Av. Francisco Mota, 572 – Caixa Postal 137 – Bairro Presidente Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296 – E-mail: proppg@ufersa.edu.br

VIII – supervisionar, no âmbito do Programa de Pós-graduação, a manutenção do controle acadêmico em consonância com as diretrizes estabelecidas pela PROPPG;

IX – autorizar à Divisão de Registro Escolar (DRE) a expedição do Certificado ou do Diploma de conclusão do curso;

X – comunicar à PROPPG os desligamentos de docentes e de discentes do Programa de Pós-graduação,

XI – preparar a documentação necessária, visando à integração do Programa de Pós-graduação no Sistema Nacional de Pós-graduação;

XII – preparar a documentação necessária para o credenciamento ou recredenciamento do Programa de Pós-graduação pela CAPES e pelo Conselho Nacional de Educação;

XIII – manter atualizado o Cadastro de Discentes do Programa de Pós-graduação junto a CAPES;

XIV – elaborar, o relatório do Programa de Pós-graduação mediante o preenchimento, de forma contínua, do formulário de coleta de dados, exigido pela CAPES e encaminhá-lo à PROPPG;

XV – elaborar o Plano de Aplicação de Recursos Financeiros do Programa de Pós-graduação, e submetê-lo à apreciação e deliberação do Colegiado;

XVI – enviar todas as informações sobre o Programa de Pós-graduação que forem solicitadas pela PROPPG;

XVII – promover, em comum acordo com a PROPPG e com a Administração Superior da UFERSA, entendimentos com instituições nacionais e estrangeiras, objetivando a cooperação acadêmica e a obtenção de recursos visando à dinamização das atividades do Programa de Pós-graduação;

XVIII – promover, a cada ano, a avaliação do Programa de Pós-graduação com a participação de docentes e de discentes;

XIX – fornecer material para a atualização da página do Programa de Pós-graduação na internet e promover ampla divulgação das atividades do Programa de Pós-graduação;

XX - homologar bancas examinadoras para as defesas de Teses e de Dissertações, e para os exames de qualificação.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

Av. Francisco Mota, 572 – Caixa Postal 137 – Bairro Presidente Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296 – E-mail: proppg@ufersa.edu.br

Art. 24. Das decisões do Coordenador, caberá recurso ao Colegiado do Programa de Pós-graduação.

Art. 25. Nas ausências ou impedimentos do Coordenador, o Vice-Coordenador assumirá todas as competências do Coordenador.

Parágrafo único. Nas ausências e, ou, impedimentos de ambos, o membro do Colegiado que tiver mais tempo como Docente Permanente no Programa de Pós-graduação assumirá as competências do Coordenador.

**Seção IV
Da assembleia**

Art. 26. A assembleia docente do Programa de Pós-graduação *Stricto sensu* será composta por todos os docentes permanentes, colaboradores e visitantes.

Parágrafo único. A assembleia se reunirá ordinariamente por convocação da coordenação, não havendo necessidade de quórum mínimo.

**Seção V
Da Secretaria**

Art. 27. A Secretaria do Programa de Pós-graduação é o órgão de apoio administrativo, incumbido das funções burocráticas e do controle acadêmico direto.

Parágrafo único. As competências da Secretaria são as constantes do Regulamento Específico de cada Programa de Pós-graduação.

Art. 28. Compete à Secretaria, além de outras atribuições conferidas pelo Regulamento Específico de cada Programa de Pós-graduação e pelo Coordenador:

I – organizar e arquivar toda a documentação dos candidatos à admissão no Programa de Pós-graduação e à matrícula de discentes;

II – manter e organizar um arquivo digital das Teses e, ou, de Dissertações defendidas no Programa de Pós-graduação e de toda a documentação de interesse do Programa de Pós-graduação;

III – manter atualizado os dados cadastrais dos docentes e dos discentes do Programa de Pós-graduação, bem como colaborar com o preenchimento do formulário de coleta de dados exigido pela CAPES;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

Av. Francisco Mota, 572 – Caixa Postal 137 – Bairro Presidente Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296 – E-mail: proppg@ufersa.edu.br

IV – secretariar, com elaboração de ata, as reuniões do Colegiado e as apresentações e defesas de Teses e de Dissertações e exames de qualificação.

Parágrafo único. Todos os documentos emitidos pela Secretaria serão assinados pelo Coordenador do Programa de Pós-graduação ou pelo seu substituto legal, sem prejuízo do disposto no Artigo 25 deste Regulamento Geral.

**CAPÍTULO III
DO FUNCIONAMENTO DOS CURSOS E PROGRAMAS**

**Seção I
Do Corpo Docente**

Art. 29. A criação e a manutenção de um Curso ou Programa de Pós-graduação pressupõem a existência, na UFERSA, de um corpo docente em quantidade e qualidade suficientes para este Curso ou Programa de Pós-graduação, de acordo com as exigências do comitê de área da CAPES.

Art. 30. Os docentes dos Programas de Pós-graduação da UFERSA são professores ou pesquisadores portadores do título de Doutor, que atendem a um dos seguintes requisitos:

I – serem servidores docentes ou técnico-administrativos da UFERSA;

II – serem vinculados a outras instituições, mas que receberam permissão, por meio de convênio formal, para atuar como docente de um Programa de Pós-graduação da UFERSA;

III – em caráter excepcional, consideradas as especificidades do comitê de área da CAPES, se enquadrem em uma das seguintes condições especiais:

a) recebam bolsas de agências de fomento para fixação de Doutores, docentes ou de pesquisadores na UFERSA;

b) na qualidade de docente ou pesquisador aposentado, tenham firmado com a UFERSA termo de compromisso de participação como docente do Programa de Pós-graduação;

IV – sejam docentes ou pesquisadores de outras instituições que mantenham regime de dedicação integral à UFERSA, caracterizada pela prestação de quarenta horas semanais de trabalho.

Art. 31. Os docentes do Programa de Pós-graduação são classificados em uma das categorias a seguir, e de acordo com outros critérios estabelecidos pela CAPES:

I – docentes Permanentes, constituindo o núcleo principal de docentes do Programa de Pós-graduação;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

Av. Francisco Mota, 572 – Caixa Postal 137 – Bairro Presidente Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296 – E-mail: proppg@ufersa.edu.br

II – docentes Visitantes;

III – docentes Colaboradores.

Art. 32. Por ocasião do preenchimento do relatório anual a ser enviado para a CAPES, o Colegiado do Programa de Pós-graduação deverá rever o credenciamento e a classificação de seu corpo docente, enquadrando da melhor maneira possível os docentes em uma das categorias listadas no Artigo 31 deste Regulamento Geral.

Art. 33. Os Regulamentos Específicos dos Programas de Pós-graduação poderão estabelecer critérios adicionais para o credenciamento de docentes em uma das categorias listadas no Artigo 31 deste Regulamento Geral e deverão apresentar as competências e responsabilidades dos orientadores.

**Seção II
Da Admissão aos Programas**

**Subseção I
Da Seleção**

Art. 34. A admissão de discentes aos Programas de Pós-graduação *Stricto sensu* da UFERSA far-se-á após aprovação e classificação em Processo de Seleção, observados os princípios da publicidade, impessoalidade, igualdade e moralidade que devem nortear a Administração Pública.

Parágrafo único. Em caráter excepcional, a UFERSA poderá lançar edital de seleção para atender demandas específicas de formação de recursos humanos de profissionais de instituições públicas de ensino, em condições especiais, a exemplo do Mestrado Interinstitucional (MINTER) e do Doutorado Interinstitucional (DINTER), que são programas de formação de recursos humanos estimulados e patrocinados pela CAPES/MEC.

Art. 35. As inscrições para participar do processo de seleção de que trata o Artigo anterior serão abertas mediante Edital de Seleção elaborado pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação, e publicado pela PROPPG no sítio da UFERSA na internet e, ou, em outros meios de divulgação de grande alcance que a PROPPG achar conveniente.

Parágrafo único. O edital de seleção deverá conter pelo menos as seguintes informações:

I – número de vagas;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Av. Francisco Mota, 572 – Caixa Postal 137 – Bairro Presidente Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296 – E-mail: proppg@ufersa.edu.br

II – calendário do processo de seleção, contendo datas para inscrição, entrega de documentos, realização de provas e, ou, entrevistas e para divulgação dos resultados do processo de seleção;

III – definição dos prazos para que os candidatos possam recorrer dos resultados do processo de seleção, assim como para o julgamento desses recursos pela Comissão de Seleção;

IV – critérios específicos de seleção dos candidatos, observados os seguintes preceitos:

a) definição exata de cada item ou quesito a ser considerado na análise curricular, bem como a pontuação máxima a ser atribuída para cada item ou quesito avaliado;

b) informar a pontuação total máxima da análise curricular e, ou, da(s) prova(s) e, ou, da entrevista a serem realizadas;

c) não será permitida a utilização de Cartas de Aceite de Orientação, ou outro documento semelhante, como critério eliminatório ou classificatório de seleção.

Art. 36. A seleção será feita por comissão constituída na forma estabelecida na alínea *a* do inciso III do Artigo 19 deste Regulamento Geral.

Parágrafo único. O processo de seleção será normatizado pelo Edital aprovado pelo colegiado do programa.

Art. 37. Para a inscrição dos candidatos à seleção, exigir-se-á a titulação e os documentos listados no Edital de Seleção.

Parágrafo único. Fica assegurada a inscrição de candidatos que, apesar de não apresentarem a titulação exigida no ato da inscrição, comprovem que estão aptos a obtê-la até o ato da matrícula nos Programas de Pós-graduação para os quais se inscreverem, devendo os candidatos informarem essa condição no ato da inscrição.

Art. 38. Uma Lista Provisória com os nomes dos candidatos aprovados e classificados e com os nomes dos candidatos que ficarem na suplência, deverá ser homologada e publicada pela comissão de seleção.

Parágrafo único. Ultimando-se os julgamentos dos eventuais recursos relativos ao processo seletivo, a Lista Definitiva com os nomes dos candidatos aprovados e classificados e com os nomes dos candidatos que ficarem na suplência, deverá ser homologada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação e depois publicada no sítio da UFERSA na internet, caracterizando o término do processo de seleção.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

Av. Francisco Mota, 572 – Caixa Postal 137 – Bairro Presidente Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296 – E-mail: proppg@ufersa.edu.br

**Subseção II
Da Matrícula**

Art. 39. O candidato aprovado e classificado no processo de seleção deverá efetuar sua matrícula, dentro dos prazos fixados pelo calendário escolar da Pós-graduação da UFERSA, mediante apresentação da documentação exigida de acordo com o Regulamento Específico do Programa de Pós-graduação, recebendo um número de matrícula que o identificará como discente regular da UFERSA.

§ 1º Os candidatos inscritos no processo de seleção, na forma do disposto no parágrafo único do Artigo 37 deste Regulamento Geral, deverão, quando da primeira matrícula no Programa de Pós-graduação, satisfazer à exigência de apresentação do Diploma ou do Certificado de conclusão do Curso de Graduação ou de Mestrado, conforme o caso.

§ 2º A falta de efetivação da matrícula no prazo fixado implica desistência do candidato em matricular-se no Programa de Pós-graduação, o que caracteriza a perda de vaga, e a consequente convocação do candidato suplente que obteve a melhor classificação no processo de seleção, para ocupar a vaga ociosa.

§ 3º A matrícula será feita na Secretaria do Programa de Pós-graduação, mediante o preenchimento de formulário individual de matrícula, o qual deve ser assinado pelo discente, pelo orientador e pelo Coordenador do Programa de Pós-graduação; se o aluno ainda não tiver orientador, o formulário de matrícula será assinado apenas pelo discente e pelo Coordenador

Art. 40. Quando houver desistência de candidato aprovado e classificado no processo de seleção, um candidato cujo nome ficou na lista de suplentes poderá ser convidado a se matricular no Programa de Pós-graduação, a critério de cada programa.

Art. 41. A matrícula dos discentes nos Programas de Pós-graduação ocorrerá no início de cada período letivo da Pós-graduação *Stricto sensu* da UFERSA, sendo permitida, em caráter excepcional, a matrícula de novos discentes com o período letivo em andamento, desde que haja uma justificativa aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação e pela PROPPG.

**Subseção III
Do Trancamento e do Cancelamento de Matrícula**

Art. 42. Será permitido o trancamento de matrícula em uma ou mais disciplinas ou atividades acadêmicas, individualizadas, desde que ainda não se tenham integralizado 30% da carga horária da disciplina ou atividade acadêmica, salvo caso especial, devidamente fundamentado, mediante prudente critério adotado pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Av. Francisco Mota, 572 – Caixa Postal 137 – Bairro Presidente Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296 – E-mail: proppg@ufersa.edu.br

§ 1º O pedido de trancamento de matrícula solicitado no prazo fixado pelo Programa de Pós-graduação, de conformidade com o seu calendário escolar, constará de requerimento do discente ao Coordenador, com as devidas justificativas e aquiescência do orientador.

§ 2º Constará no Histórico Escolar do discente referência a trancamento de matrícula em qualquer disciplina ou atividade acadêmica.

§ 3º É vedado o trancamento da mesma disciplina ou atividade acadêmica mais de uma vez, salvo casos excepcionais, devidamente fundamentados, consoante prudente critério adotado pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação.

Art. 43. O trancamento de matrícula do período letivo em execução corresponde à interrupção de estudos e só poderá ser concedido em caráter excepcional por solicitação do discente e justificativa do orientador e a critério do Colegiado.

§ 1º O tempo de interrupção de estudos de que trata o *caput* deste Artigo não será computado no tempo de integralização do Programa de Pós-graduação.

§ 2º Os prazos permitidos para interrupção de estudos obedecerão aos seguintes critérios:

I – para discentes de curso de Mestrado, será permitida a interrupção de estudos pelo prazo máximo de um período letivo;

II – para discentes de curso Doutorado, será permitida a interrupção de estudos pelo prazo máximo de dois períodos letivos;

§ 3º Durante a vigência da interrupção de estudos, o discente não pode cursar nenhuma disciplina de Pós-graduação na UFERSA, efetuar Exame de Qualificação ou defender projeto de Dissertação ou Tese ou mesmo Dissertação ou Tese.

§ 4º O trancamento concedido deverá ser, obrigatoriamente, mencionado no Histórico Escolar do discente, com a menção "Interrupção de Estudos" acompanhada do(s) período(s) letivo(s) de ocorrência e da data de homologação pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação.

Art. 44. Admitir-se-á o cancelamento de matrícula, em qualquer tempo, por solicitação do discente, correspondendo ao seu desligamento definitivo do Programa de Pós-graduação.

Subseção IV
Do Estudante Especial



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Av. Francisco Mota, 572 – Caixa Postal 137 – Bairro Presidente Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296 – E-mail: proppg@ufersa.edu.br

Art. 45. Considera-se estudante especial de Pós-graduação o aluno(a) com ou sem vínculo com outras instituições matriculado em disciplinas isoladas ofertadas por programas de Pós-graduação *Stricto sensu* da UFERSA, desde que essas não ultrapassem 12 créditos.

Art. 46. No ato da inscrição para estudante especial, o candidato deverá apresentar à Coordenação do Programa de Pós-graduação da UFERSA os seguintes documentos:

I – estudantes especiais com vínculo com outras instituições devem entregar na secretaria do programa a solicitação de inscrição na(s) disciplina(s) que pretende cursar, acompanhada da solicitação do programa de origem, justificando a necessidade de o discente cursar a(s) disciplina(s) solicitada(s) na UFERSA.

II – a inscrição e seleção de estudantes especiais sem vínculo deverão ser regulamentadas pelo programa;

Art. 47. O período de inscrição deverá seguir o estabelecido no calendário de pesquisa e Pós-graduação da UFERSA.

Art. 48. O estudante especial poderá, respeitando-se as datas estabelecidas no Calendário Escolar, solicitar o cancelamento de sua inscrição em uma ou mais disciplinas.

Art. 49. O estudante especial estará sujeito às mesmas normas estabelecidas pelo Curso ou Programa de Pós-graduação para os discentes da UFERSA.

Seção III
Do Regime Didático-Científico

Subseção I
Da Estrutura Curricular

Art. 50. A estrutura curricular deve ser organizada com a finalidade de dar suporte à(s) área(s) de concentração e à(s) linha(s) de pesquisa(s) do Programa de Pós-graduação.

Art. 51. A unidade de planejamento e execução do currículo dos Programas de Pós-graduação é a disciplina, correspondente a determinado programa de conteúdos curriculares, atividades pedagógicas e respectivos processos de avaliação, realizada sob responsabilidade direta de um docente devidamente credenciado.

§ 1º As atividades de Proficiência em língua adicional, Estágio de Docência, Trabalho de Dissertação, Trabalho de Tese e Exame de Qualificação não são consideradas como disciplinas, mas como atividades acadêmicas. A critério do programa poderão ser criadas outras atividades acadêmicas.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Av. Francisco Mota, 572 – Caixa Postal 137 – Bairro Presidente Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296 – E-mail: proppg@ufersa.edu.br

§ 2º Os exames de proficiência em língua adicional serão efetuados de acordo com o Regulamento Específico Programa de Pós-graduação.

Art. 52. A duração dos cursos estabelecida nos Regulamentos Específicos dos Programas de Pós-graduação deverá observar os limites mínimos e máximos de 12 e 24 meses para o Mestrado e de 24 e 48 meses para o Doutorado, contados a partir do mês/ano da matrícula inicial no curso até o mês/ano da efetiva defesa de Dissertação ou Tese.

Parágrafo único. Nos casos devidamente justificados e com parecer de concordância do orientador, os discentes poderão requerer a prorrogação do curso por até 06 (seis) meses, para o Mestrado, e até 12 (doze) meses para o Doutorado, cabendo ao Colegiado do Programa de Pós-graduação decidir sobre os pedidos de prorrogação.

Art. 53. O número mínimo de créditos exigido para integralização dos Programas de Pós-graduação será definido pelos respectivos Programas, ficando o número mínimo de créditos exigido para o Doutorado e Mestrado definido nos seus Regulamentos Específicos.

§ 1º A unidade de integralização curricular será o crédito, que corresponde a 15 (quinze) horas de aulas teóricas ou práticas.

§ 2º Os créditos referidos no *caput* deste Artigo serão obtidos após a aprovação do discente em disciplinas da estrutura curricular do Programa de Pós-graduação ou mediante o aproveitamento de créditos conforme normas estabelecidas nos parágrafos nos Artigos 57, 58 e 59 deste Regulamento Geral.

Art. 54. O discente regularmente matriculado no Programa de Pós-graduação poderá cumprir o Estágio de Docência junto a uma ou mais disciplinas de cursos de graduação da UFERSA ou de instituições de ensino superior, com o objetivo de se aperfeiçoar para o exercício da docência em nível do ensino superior.

§ 1º O período de realização do Estágio de Docência deverá ser combinado entre o discente e seu orientador e com o docente responsável pela(s) disciplina(s) da graduação.

§ 2º O Estágio de Docência, configurado como uma atividade de ensino a ser desenvolvida no campo das áreas do conhecimento contempladas no Programa de Pós-graduação ao qual o discente esteja vinculado, caracterizar-se-á como uma atividade acadêmica do discente no Programa de Pós-graduação.

§ 3º A realização e aprovação no Estágio de Docência será obrigatório para os discentes bolsistas da CAPES, obedecendo aos critérios estabelecidos pela CAPES.

§ 4º A critério do programa e conforme estabelecido em seu regulamento próprio, a obrigatoriedade do Estágio de Docência pode ser estendida aos demais discentes.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Av. Francisco Mota, 572 – Caixa Postal 137 – Bairro Presidente Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296 – E-mail: proppg@ufersa.edu.br

§ 5º O Estágio de Docência deverá ser realizado dentro do período letivo dos cursos de graduação da UFERSA ou de instituições de ensino superior.

§ 6º Ao final do Estágio de Docência o discente entregará um relatório de suas atividades ao colegiado do programa, com a anuência responsável pela(s) disciplina(s) da graduação na qual o discente realizou seu estágio e do orientador, cabendo ao colegiado emitir o conceito “Aprovado” ou “Reprovado”.

Subseção II
Da Verificação do Rendimento Acadêmico

Art. 55. Em cada disciplina, o rendimento acadêmico para fins de registro no Histórico Escolar será expresso mediante nota referente à média final do discente na disciplina, variando de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), utilizando uma casa decimal.

Parágrafo único. O discente que obtiver média final igual ou superior a 7,0 (sete) em uma disciplina será considerado aprovado, tendo frequentado um mínimo de 75 % (setenta e cinco por cento) das aulas.

Art. 56. Para verificação do rendimento do discente nas atividades acadêmicas de Seminário, Estágio de Docência, Exame de Qualificação, Trabalho de Dissertação e Trabalho de Tese será atribuído o resultado “Aprovado” ou “Reprovado”.

Parágrafo único. O programa de Pós-graduação poderá atribuir critérios de distinção na avaliação da dissertação ou da tese, com regulamentação própria.

Subseção III
Do Aproveitamento de Créditos

Art. 57. Considera-se aproveitamento de créditos, para os fins previstos neste Regulamento Geral:

I – a equivalência de disciplinas já cursadas anteriormente pelo discente, em Programa de Pós-graduação *Stricto sensu* reconhecido pela CAPES, com disciplinas da estrutura curricular do Programa de Pós-graduação a que o discente está vinculado;

II – a aceitação de créditos relativos a disciplinas já cursadas anteriormente pelo discente, em um Programa de Pós-graduação *Stricto sensu* reconhecido pela CAPES, mas que não fazem parte da estrutura curricular do Programa de Pós-graduação que o discente está vinculado.

§ 1º Entende-se por disciplina já cursada aquela na qual o discente logrou aprovação com média final igual ou superior a 7,0 (sete), sendo vedado o aproveitamento de créditos em disciplinas em que o discente obteve conceito C.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Av. Francisco Mota, 572 – Caixa Postal 137 – Bairro Presidente Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296 – E-mail: proppg@ufersa.edu.br

§ 2º A aceitação de créditos em disciplinas de que trata o *caput* deste Artigo somente será feita caso as disciplinas sejam consideradas, pelo Colegiado e ouvindo o orientador, de real importância para a formação do discente.

§ 3º Deverão, obrigatoriamente, ser registrados no Histórico Escolar do discente o nome abreviado ou sigla do Programa de Pós-graduação e da IES, se for o caso, no qual o discente cursou a(s) disciplina(s) objeto de aproveitamento e a data de homologação pelo Colegiado.

Art. 58. Quando do aproveitamento de créditos de que trata o Artigo anterior, serão observadas as seguintes normas relativas à disciplina cursada em outros Programas de Pós-graduação:

I – a contagem dos créditos será feita sempre na forma disposta no §1º do Artigo 53 deste Regulamento Geral;

II – a média final na disciplina será anotada no Histórico Escolar do discente, observando-se, caso necessário, a seguinte equivalência entre notas e conceitos: A = 9,5 e B = 8,3.

Art. 59. O discente do Mestrado poderá aproveitar no máximo 12 (doze) créditos e o do Doutorado 24 (vinte e quatro) créditos.

Subseção IV
Do Desligamento e do Abandono

Art. 60. Será desligado do Programa de Pós-graduação o discente que:

I – for reprovado em 3 (três) disciplinas diferentes ou for reprovado duas vezes em uma mesma disciplina;

II – não for aprovado nas atividades acadêmicas, dentro dos prazos estabelecidos por este Regulamento Geral e pelo Regulamento Específico do Programa de Pós-graduação ao qual estiver vinculado;

III – não houver integralizado o número mínimo de créditos exigidos no prazo máximo estabelecido pelo Regulamento Específico do Programa de Pós-graduação;

IV – por duas vezes for reprovado em uma mesma atividade acadêmica referida no §1º do Artigo 51 deste Regulamento Geral;

V – O Regulamento Específico do Programa poderá estabelecer outros critérios de desligamento discente.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Av. Francisco Mota, 572 – Caixa Postal 137 – Bairro Presidente Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296 – E-mail: proppg@ufersa.edu.br

Art. 61. Será considerado em situação de abandono do Programa de Pós-graduação o discente que, em qualquer período letivo regular, não efetuar sua matrícula em disciplina(s) ou em alguma das atividades acadêmicas listadas no §1º do Artigo 51 deste Regulamento Geral, de acordo com os procedimentos definidos no Artigo 44 deste Regulamento Geral.

Parágrafo único. O disposto no *caput* deste Artigo não se aplicará ao discente que estiver com os estudos interrompidos, na forma do Artigo 42 deste Regulamento Geral.

Subseção V
Da Orientação do Discente

Art. 62. Haverá, para cada discente do Programa de Pós-graduação, um orientador homologado pelo Colegiado.

Parágrafo único. O Colegiado poderá substituir o orientador, seja para cumprir o disposto no Artigo 32 deste Regulamento Geral ou para outra finalidade que achar necessária.

Art. 63. A orientação dos discentes deverá ser exercida, preferencialmente, pelos Docentes Permanentes do Programa de Pós-graduação, sendo facultada a qualquer docente ou pesquisador, seja da UFERSA ou de outra instituição, a atuação como co-orientador.

§ 1º O co-orientador deverá obrigatoriamente possuir o título de Doutor e ser credenciado pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação para tal finalidade.

§ 2º O credenciamento de que trata o parágrafo anterior deverá ser específico para o discente que vai receber a co-orientação e ser solicitado pelo orientador principal, acompanhado de justificativa.

Art. 64. São atribuições do orientador:

I – elaborar, juntamente com o orientado, o plano de estudos do discente;

II – acompanhar as atividades acadêmicas do seu orientado;

III – orientar o discente na escolha do tema de pesquisa, no preparo e na elaboração da Dissertação ou da Tese;

IV – propor ao Colegiado do Programa de Pós-graduação, em acordo com o discente, o nome do co-orientador, quando for o caso;

V – avaliar o discente e emitir o conceito “Aprovado” ou “Reprovado” para as atividades acadêmicas;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

Av. Francisco Mota, 572 – Caixa Postal 137 – Bairro Presidente Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296 – E-mail: proppg@ufersa.edu.br

VI – encaminhar a Dissertação ou Tese ao Colegiado do Programa de Pós- Graduação para as providências necessárias à defesa, com a sugestão de nomes para compor a banca examinadora, data e horário da defesa;

VII – presidir as defesas de Dissertação, Tese, Exame de Qualificação de seus orientados;

VIII – exercer as demais funções inerentes às atividades de orientação.

**Subseção VI
Do Projeto de Dissertação ou de Tese**

Art. 65. Todo discente deverá apresentar à Coordenação do Programa de Pós-graduação da UFERSA, com a concordância de seu orientador, um projeto de pesquisa para o desenvolvimento de sua Dissertação ou Tese.

§ 1º O prazo para apresentação do Projeto de Dissertação ou de Tese de que trata o *caput* deste Artigo deverá ser estabelecido pelo Regulamento Específico do Programa de Pós-graduação, mas não poderá ultrapassar 12 (doze) meses contados a partir do ingresso do discente no Programa de Pós-graduação.

§ 2º O não cumprimento do prazo estipulado no parágrafo anterior impedirá a matrícula do discente no Programa de Pós-graduação para o período letivo seguinte.

Art. 66. O discente só poderá defender a Dissertação ou Tese após o seu Projeto de Dissertação ou de Tese ter sido aprovado conforme disposto nos Artigos 68 e 69 deste Regulamento Geral e homologado pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação.

**Subseção VII
Do Exame de Qualificação**

Art. 67. O Exame de Qualificação é obrigatório para o discente do Doutorado e, de acordo com o Regulamento Específico do Programa de Pós-graduação, também poderá ser obrigatório para o discente do Mestrado.

§ 1º O conteúdo e a modalidade do exame de qualificação ficarão a critério do Regulamento Específico do Programa de Pós-graduação.

§ 2º O Exame de Qualificação será realizado perante uma banca examinadora composta por no mínimo 3 (três) examinadores portadores do título de Doutor, sendo obrigatória a participação do orientador, que emitirá o conceito “Aprovado” ou “Reprovado”.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Av. Francisco Mota, 572 – Caixa Postal 137 – Bairro Presidente Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296 – E-mail: proppg@ufersa.edu.br

§ 3º O discente que não obtiver aprovação no Exame de Qualificação terá direito a nova oportunidade de acordo com o Regulamento Específico do Programa de Pós-graduação.

Subseção VIII
Da Dissertação ou Da Tese

Art. 68. A Dissertação ou Tese deverá basear-se em trabalho de pesquisa realizado mediante a aplicação do material e métodos adequados, revelar domínio do tema e capacidade de redação científica por parte do discente.

§ 1º A Dissertação, requisito para obtenção do grau de Mestre, deverá oferecer contribuição à área do conhecimento em que se situa.

§ 2º A Tese, requisito para obtenção do grau de Doutor, deverá representar contribuição original e relevante ao desenvolvimento da área do conhecimento a qual está vinculada.

Art. 69. Para a defesa da Dissertação ou da Tese, deverá o discente regularmente matriculado, dentro dos prazos estabelecidos no Artigo 53 deste Regulamento Geral, satisfazer aos seguintes requisitos:

- a) ter recomendação formal do orientador para a defesa da Dissertação;
- b) ter cumprido o número mínimo de créditos exigidos;
- c) ter sido aprovado nas atividades acadêmicas obrigatórias.

Art. 70. O Programa de Pós deverá elaborar as normas a serem seguidas pelos discentes quanto à elaboração, apresentação e formatação da versão final da Dissertação de Mestrado e da Tese de Doutorado.

Art. 71. A Dissertação ou Tese será julgada por uma banca examinadora aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação, composta pelo orientador como seu Presidente e por pelo menos:

- I – dois especialistas para a Dissertação , sendo um externo ao Programa;
- II – quatro especialistas para a Tese, sendo que pelo menos um deles seja externo à UFERSA e outro externo ao Programa de Pós-graduação.

§ 1º Os especialistas de que tratam os incisos I e II deste Artigo deverão ser portadores do título de Doutor, sem que sejam, necessariamente, docentes.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Av. Francisco Mota, 572 – Caixa Postal 137 – Bairro Presidente Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296 – E-mail: proppg@ufersa.edu.br

§ 2º No caso da maioria dos membros da banca examinadora julgar que a Dissertação ou Tese não apresenta condição de defesa, uma nova data de defesa será marcada pela banca examinadora.

Art. 72. Para fins de defesa da Dissertação ou da Tese, a coordenação do Programa de Pós-graduação, ouvido o orientador, homologará a composição da banca examinadora, a data, local e hora de realização da defesa.

Art. 73. A defesa da Dissertação ou da Tese será realizada publicamente.

Parágrafo único. No caso de haver sigilo de propriedade intelectual, a defesa de dissertação ou de tese deverá ser fechada.

Art. 74. As defesas de Dissertação ou de Tese deverão ser secretariadas pelo(a) secretário(a) do Programa de Pós-graduação, devendo o(a) mesmo(a) elaborar a ata de defesa, a qual deverá ser assinada pelo(a) secretário(a) e pelos membros da banca examinadora.

§ 1º A banca examinadora emitirá o conceito final “Aprovado” ou “Reprovado”.

§ 2º Na ata de defesa deverá constar o prazo para a entrega da versão final da Dissertação ou da Tese, com as devidas correções sugeridas pela banca examinadora. A referida ata deve ser entregue na secretaria do programa em um prazo máximo de três dias úteis.

§ 3º O prazo de que trata o parágrafo anterior não pode ultrapassar 90 (noventa) dias após a data da defesa, sob pena do discente perder o direito ao título de Mestre ou Doutor.

Art. 75. O discente deverá entregar a versão final da Dissertação ou da Tese na Coordenação do Programa de Pós-graduação.

Subseção IX
Da Obtenção do Grau e Expedição do Diploma

Art. 76. Para a obtenção do grau de Mestre ou de Doutor, deverá o discente, dentro do prazo regimental, ter satisfeito todas as exigências do Regimento Geral da UFERSA, deste Regulamento Geral dos Programas de Pós-graduação *Stricto sensu* e do Regulamento Específico do Programa de Pós-graduação ao qual esteja vinculado.

Art. 77. A expedição do Diploma de Mestre ou de Doutor será efetuada pela Divisão de Registro Escolar da UFERSA, satisfeitas as exigências do Artigo anterior.

§ 1º Caberá à Coordenação do Programa de Pós-graduação solicitar a expedição do Diploma de que trata o caput deste Artigo, instruído dos seguintes documentos:

I – requerimento do discente solicitando o Diploma;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Av. Francisco Mota, 572 – Caixa Postal 137 – Bairro Presidente Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296 – E-mail: proppg@ufersa.edu.br

II – certidão do Colegiado do Programa de Pós-graduação atestando que o discente cumpriu todas as exigências para obtenção do grau de Mestre ou de Doutor, de acordo com o Artigo 84 deste Regulamento Geral;

III – comprovante de quitação do discente com a Biblioteca da UFERSA;

IV – cópia do Diploma de Graduação, para concluintes do Mestrado, ou do Diploma de Mestrado, quando couber, para concluintes do Doutorado;

V – cópia do documento oficial de identidade e do CPF do discente;

VI – documento comprobatório em caso de alteração do nome.

§ 2º Enquanto o diploma não for expedido, o discente concluinte terá direito a receber o Certificado de Conclusão de Curso de Mestrado ou de Doutorado expedido pela Divisão de Registro Escolar da UFERSA, após a emissão da certidão referida no inciso II do parágrafo anterior.

TÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 78. Em nível da Administração Superior, a PROPPG é o órgão executivo, supervisor e controlador das atividades acadêmicas de Pós-graduação da UFERSA.

§ 1º A PROPPG terá competência para emitir normas e instruções às Coordenações dos Programas de Pós-graduação, para a racionalização dos seus serviços e rotinas administrativas, visando a um melhor funcionamento de suas atividades.

§ 2º É atribuição da PROPPG a elaboração e divulgação do calendário letivo da Pós-graduação, no âmbito da UFERSA.

Art. 79. A UFERSA poderá, por recomendação da PROPPG e autorização do CONSEPE e do CONSUNI, extinguir ou desativar temporariamente qualquer um dos seus Programas de Pós-graduação *Stricto sensu*.

§ 1º Dar-se-á a extinção de um Programa de Pós-graduação, quando verificada a sua inviabilidade de funcionamento, ou quando não permanecerem válidos os motivos que justificaram a sua criação, ou se o Programa de Pós-graduação for descredenciado pelo CNE/MEC.

§ 2º A desativação temporária de um Programa de Pós-graduação ou de uma(s) área(s) de concentração de determinado Programa de Pós-graduação implica a suspensão



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Av. Francisco Mota, 572 – Caixa Postal 137 – Bairro Presidente Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296 – E-mail: proppg@ufersa.edu.br

provisória do processo de admissão de discentes para esses Programas de Pós-graduação ou para a(s) área(s) de concentração desativada(s).

Art. 80. Ressalvados os direitos emanados da legislação vigente no país sobre direitos autorais ou de propriedade intelectual, os resultados de pesquisa provenientes de Dissertações e de Teses defendidas nos Programas de Pós-graduação da UFERSA serão de propriedade da UFERSA e na sua divulgação, qualquer que seja o meio, constará obrigatoriamente a menção da UFERSA e do orientador.

Parágrafo único. No caso da pesquisa da Dissertação ou da Tese ter sido realizada fora da UFERSA, cujo orientador ou co-orientador seja de outra Instituição, ambas as Instituições partilharão a propriedade dos resultados da pesquisa e os direitos do que reza o *caput* deste Artigo.

Art. 81. Os Programas de Pós-graduação *Stricto sensu* da UFERSA serão regidos pelo disposto neste Regulamento Geral e em seus Regulamentos Específicos.

§ 1º Após a entrada em vigor deste Regulamento Geral, os Colegiados dos Programas de Pós-graduação terão até 120 (cento e vinte) dias para apresentarem ao CONSEPE novas versões atualizadas de seus Regulamentos Específicos, os quais devem ser subordinados a este Regulamento Geral.

§ 2º No caso de Programas de Pós-graduação da UFERSA em Associação Ampla ou em Rede com outras instituições, o Regulamento Específico poderá, não necessariamente em sua totalidade, conflitar com este Regulamento Geral tendo em vista a viabilidade da associação com a outra instituição.

Art. 82. O discente que ingressar em um Programa de Pós-graduação *Stricto sensu* da UFERSA antes da entrada em vigor deste Regulamento Geral e do Regulamento Específico de seu Programa de Pós-graduação, deverá se adaptar a esses novos Regulamentos, ressalvado o princípio de que a vigência desses Regulamentos não deve retroceder para prejudicar o discente.

Art. 83. Os casos omissos a este Regulamento Geral serão decididos em primeira instância pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação no qual o fato ocorrer, cabendo recursos primeiramente ao Comitê de Pesquisa e Pós-graduação, depois ao CONSEPE e em seguida ao CONSUNI.

Art. 84. Todos os Programas de Pós-graduação *Stricto sensu* da UFERSA deverão manter atualizada sua página na internet, a qual será abrigada no sítio da UFERSA na internet, contendo pelo menos informações sobre a(s) área(s) de concentração, linha(s) de pesquisa(s), corpo docente, Dissertações e Teses defendidas, critérios gerais de seleção, relação de disciplinas e o Regulamento Específico do Programa de Pós-graduação.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Av. Francisco Mota, 572 – Caixa Postal 137 – Bairro Presidente Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296 – E-mail: proppg@ufersa.edu.br

Art. 85. O presente Regulamento Geral entrará em vigor na data de sua aprovação, revogando-se as disposições em contrário.

Mossoró, 23 de novembro de 2018.



José de Arimatea de Matos
Presidente



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Av. Francisco Mota, 572 – Caixa Postal 137 – Bairro Presidente Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.626-900. Tel.: (84)3317-8296 – E-mail: proppg@ufersa.edu.br



PROFNIT

**MESTRADO PROFISSIONAL EM REDE NACIONAL EM PROPRIEDADE INTELECTUAL E
TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA PARA INOVAÇÃO**

REGIMENTO

CAPÍTULO I - NATUREZA E OBJETIVOS

Art. 1º Este Regimento disciplina a organização e o funcionamento do Mestrado Profissional em Rede Nacional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação (PROFNIT) no âmbito da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), enquanto ponto focal.

Parágrafo único. O Mestrado Profissional em Rede Nacional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Núcleos de Inovação Tecnológica oferta um Curso na modalidade de Mestrado Profissional, destinado à formação de agentes multiplicadores e pesquisadores na área de Propriedade Intelectual, Transferência de Tecnologia e Inovação Tecnológica, de forma relevante e articulada com a atuação de Núcleos de Inovação Tecnológica das organizações.

Art. 2º O PROFNIT é um curso presencial, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), com oferta nacional que concede aos egressos o título de Mestre, coordenado pela Associação Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia (FORTEC) e integrado por Pontos Focais e Instituições Associadas.

§ 1º Ponto Focal é uma Instituição de Ensino Superior (IES) responsável pela disciplina acadêmica do discente e pela emissão do diploma de Mestre.

§ 2º Instituição Sede é a IES escolhida dentre os Pontos Focais para abrigar a Comissão Acadêmica Nacional e o Conselho Gestor.

§ 3º Instituição Associada é uma instituição colaboradora que integra a Rede Nacional PROFNIT e atua junto a um Ponto Focal, disponibilizando corpo docente permanente ou colaborador e infraestrutura.

Art 3º São objetivos gerais do Programa:

- I. A formação de pessoal qualificado para o exercício da pesquisa, extensão tecnológica e do magistério superior, considerados indissociáveis no campo da Propriedade Intelectual, Transferência de Tecnologia para Inovação Tecnológica para exercer as competências dos Núcleos de Inovação Tecnológica e ambientes promotores da Inovação.
- II. O incentivo à pesquisa na área da Propriedade Intelectual, Transferência de Tecnologia e Inovação Tecnológica, sob a perspectiva interdisciplinar para exercer as competências dos Núcleos de Inovação Tecnológica e ambientes promotores da Inovação.
- III. A produção, difusão e aplicação do conhecimento relacionado com Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação Tecnológica visando o Desenvolvimento Local, Regional e Nacional.

CAPÍTULO II – ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO PROGRAMA

Art. 4º As atividades do PROFNIT/UFERSA terá sua estrutura administrativa na forma de:

- IV. Um Conselho Gestor (CG), em âmbito nacional, sendo uma comissão deliberativa subordinada ao Diretório do FORTEC;
- V. Uma Comissão Acadêmica Nacional (CAN), que é uma comissão executiva, subordinada ao Conselho Gestor;
- VI. Uma Comissão Acadêmica Institucional (CAI) da UFERSA, órgão que possui a mesma constituição e natureza do Colegiado, como descrito no regulamento geral dos Programas de Pós-graduação *strictu sensu* da UFERSA;
- VII. Uma coordenação, como órgão executivo da CAI, constituída por um coordenador e um vice-coordenador; e,
- VIII. Uma secretaria, como órgão de apoio administrativo

Seção I Conselho Gestor

Art. 5º O Conselho Gestor é composto pelos seguintes membros:

- I. Representante do FORTEC, designado por seu Diretório;
- II. Representante da CAPES, designado por sua Diretoria;
- III. Representante do MCTI, designado pelo Secretário de Desenvolvimento Tecnológico
- IV. Representante da Instituição Sede do PROFNIT, designado pelo Pró-reitor de Pesquisa e Pós Graduação ou seu representante legal;
- V. Coordenador Acadêmico Nacional designado pela Diretoria do FORTEC entre os docentes permanentes do PROFNIT, com mandato de três anos, permitida a recondução;
- VI. Três representantes de associações de empresas ou ambientes de inovação como Parques Tecnológicos e Incubadoras designados pelo Diretório do FORTEC com mandato de dois anos, permitida uma recondução.

Parágrafo único. O Conselho Gestor é presidido pelo Representante do FORTEC que tem o voto de minerva.

Art. 6º São atribuições do Conselho Gestor:

- I. Coordenar a organização de todas as ações e atividades do PROFNIT, visando sua excelência acadêmica e administrativa;
- II. Credenciar e descredenciar Instituições Associadas e Pontos Focais;
- III. Acompanhar o funcionamento do PROFNIT;
- IV. Criar e extinguir coordenações técnicas nacionais para atender as necessidades de funcionamento do PROFNIT e designar os respectivos titulares e o Presidente;
- V. Apreciar o Relatório Anual de Atividades elaborado pela Comissão Acadêmica Nacional ao Diretório do FORTEC para aprovação;
- VI. Deliberar sobre demandas formais dos participantes do PROFNIT e quaisquer situações não previstas neste Regimento Nacional do PROFNIT;
- VII. Propor ao Diretório do FORTEC modificações do Regimento Nacional do PROFNIT.

Seção II Comissão Acadêmica Nacional (CAN)

Art. 7º A Comissão Acadêmica Nacional é uma comissão composta pelos seguintes membros:

- I. Coordenador Acadêmico Nacional;
- II. Presidentes das coordenações técnicas nacionais;
- III. Dois representantes do corpo docente, eleitos pelos Coordenadores Acadêmicos Institucionais, com mandato de dois anos, permitida uma recondução;

- IV. Coordenador da CAI da Instituição Sede;
- V. Um representante discente, eleito em Encontro Nacional, com mandato de um ano, não permitida a recondução;
- VI. Um Representante do FORTEC, designado pelo Diretório do FORTEC.

Parágrafo único. A Comissão Acadêmica Nacional é presidida pelo Coordenador Acadêmico Nacional que tem o voto minerva.

Art. 8º São atribuições da Comissão Acadêmica Nacional:

- I. Organizar os Encontros Nacionais de Coordenadores;
- II. Organizar os processos formais de admissão de discentes;
- III. Responsabilizar-se pela boa execução das atividades de ensino e pesquisa no âmbito do PROFNIT;
- IV. Elaborar e atualizar as Normas Acadêmicas, a Matriz Curricular, o Catálogo de Disciplinas e as respectivas ementas;
- V. Coordenar a elaboração e aplicação dos Exames Nacionais de Acesso e as Avaliações das Disciplinas Obrigatórias do PROFNIT;
- VI. Coordenar a elaboração do material didático nacional e a criação e utilização de ferramentas informáticas para ensino e comunicação à distância, como conteúdos de referência;
- VII. Elaborar o calendário anual e a programação acadêmica das disciplinas, respeitando as especificidades de cada Ponto Focal;
- VIII. Credenciar e descredenciar os membros do corpo docente do PROFNIT nas Instituições Associadas, mediante proposta da respectiva Comissão Acadêmica Institucional;
- IX. Manter atualizada toda a documentação relativa ao PROFNIT, inclusive o seu sítio na internet;
- X. Elaborar e encaminhar ao Conselho Gestor o Relatório Anual de Atividades do PROFNIT;
- XI. Homologar nos sistemas da CAPES a informação sobre a execução do PROFNIT no âmbito nacional, com vista à avaliação periódica do programa.
- XII. Homologar nos sistemas da CAPES as indicações de discentes bolsistas feitas pelas CAIs;
- XIII. Certificar o cumprimento dos requisitos nacionais para conclusão do programa.
- XIV. Apoiar a realização de atividades complementares, tais como eventos, palestras e minicursos, nas Instituições Associadas;

Parágrafo único. Compete ao Coordenador Acadêmico Nacional responsabilizar-se pela boa execução de todas as atribuições da Comissão Acadêmica Nacional, supervisionando o trabalho dos titulares das coordenações técnicas nacionais.

Seção III **Comissão Acadêmica Institucional (CAI)**

Art. 9º A Comissão Acadêmica Institucional (CAI), que no âmbito da UFERSA é chamada de Colegiado de Programa de Pós-graduação, tem caráter deliberativo e é presidida pelo Coordenador Acadêmico, composta por cinco docentes permanentes: o Coordenador, o Vice-coordenador e 3 (três) docentes membros portadores do título de doutor e pertencentes ao quadro permanente do programa e 1 (um) representante discente.

- I. O Coordenador Acadêmico do PROFNIT/UFERSA é um membro do corpo docente permanente, com grau de Doutor, eleito pela CAI para mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida uma recondução. O Coordenador deverá presidir a CAI e, na sua ausência, será presidida pelo Vice-Coordenador.
- II. Os membros docentes da CAI do PROFNIT/UFERSA serão eleitos pelos docentes que exerçam atividades permanentes no programa.
- III. O mandato dos membros docentes da CAI será de 2 (dois) anos, permitida uma recondução, exceto do representante discente, que será de 1 (um) ano.
- IV. O membro discente na CAI do PROFNIT/UFERSA, deverá ser aluno regularmente

- matriculado no programa e será eleito pelos discentes regularmente matriculados;
- V. Por ocasião da eleição da CAI, serão eleitos dois suplentes docentes e um discente.
 - VI. As reuniões da CAI serão convocadas pela sua Presidência ou por requerimento de metade mais um de seus membros, indicados os motivos da convocação.
 - VII. A CAI reunir-se-á ordinariamente, pelo menos, uma vez por semestre e, extraordinariamente, quando convocada por seu Presidente ou pela maioria dos seus membros;
 - VIII. O quórum para realização das reuniões da CAI é metade mais um de seus membros, considerando-se a participação remota.
 - IX. As deliberações da CAI do PROFNIT/UFERSA terão que ser aprovadas pela maioria dos membros presentes na reunião, observado o disposto no parágrafo anterior, sendo que, em caso de empate, o Presidente da CAI terá direito a voto de minerva.

Art. 10 São atribuições da CAI:

- I. Orientar e acompanhar o funcionamento acadêmico, pedagógico, didático e orçamentário do Programa;
- II. Propor alterações no Regulamento Específico do PROFNIT/UFERSA;
- III. Apreciar e deliberar, observada a legislação, as indicações de docentes feitas pelo Coordenador do Programa de Pós-graduação para, em comissão ou isoladamente, cumprirem atividades concernentes a:
 - a. seleção de candidatos ao Programa;
 - b. orientação de Dissertações;
 - c. comissão de bolsa;
 - d. outras atividades não previstas neste inciso III;
- IV. Decidir sobre o aproveitamento de estudos e de créditos de disciplinas de Pós-graduação cursadas em outros pontos focais do PROFNIT;
- V. Decidir sobre o desligamento de discentes nos casos previstos nas normas em vigor;
- VI. Decidir sobre os pedidos de interrupção de estudos nos casos previstos nas normas em vigor;
- VII. Apreciar e deliberar sobre as decisões das comissões constituídas para o cumprimento das alíneas do inciso III deste Artigo;
- VIII. Apreciar e deliberar sobre o Relatório de Atividades do PROFNIT/UFERSA;
- IX. Apreciar e deliberar sobre o Plano de Aplicação de Recursos Financeiros do PROFNIT, elaborado pela Coordenação;
- X. Apoiar o Coordenador do PROFNIT/UFERSA no desempenho de suas atribuições;
- XI. Desempenhar as demais atribuições que lhe forem determinadas pelo Regimento Geral da UFRSA, por resoluções dos Conselhos Superiores da UFRSA e pelo Regulamento Específico do Programa de Pós-graduação.

Art. 11 Das decisões da CAI, caberá recurso em primeira instância À Congregação de Pós-graduação, no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da ciência do interessado, tendo este Conselho prazo equivalente para análise do recurso.

Seção IV **Coordenação**

Art. 12 Compete ao Coordenador do PROFNIT/UFERSA:

- I. Coordenar a organização e execução de todas as ações e atividades do PROFNIT na UFRSA;
- II. Representar, na pessoa do Coordenador, o PROFNIT junto aos órgãos da UFRSA;
- III. Propor à CAN o credenciamento e descredenciamento de membros do corpo docente do PROFNIT;
- IV. Coordenar a aplicação dos Exames Nacionais de Acesso (ENAs) e das provas e outros instrumentos de avaliação dos discentes no Ponto Focal ou indicar um líder de aplicação

- para coordenar o ENA, dentre os docentes permanentes do programa;
- V. Definir, a cada período, a programação acadêmica e a distribuição de carga didática entre os membros do corpo docente no Ponto Focal;
 - VI. Julgar os pedidos de trancamento de matrículas em disciplinas ou atividades acadêmicas;
 - VII. Submeter à apreciação da CAI os pedidos de interrupção de estudos;
 - VIII. Submeter à apreciação da CAI os processos de aproveitamento de estudos e de atribuição de créditos de disciplinas cursadas em outros pontos focais do PROFNIT;
 - IX. Analisar e deliberar sobre os pedidos de matrícula de discentes vinculados a outros Programas de Pós-graduação e alunos especiais;
 - X. Indicar à CAI o(s) nome(s) dos docentes para o cumprimento das atividades referidas no inciso III do Artigo 10 deste Regimento;
 - XI. Propor à CAI o desligamento de discentes, devendo o Coordenador comunicar imediatamente este fato aos interessados, garantindo-lhes o direito de ampla defesa;
 - XII. Supervisionar, no âmbito do PROFNIT/UFERSA, a manutenção do controle acadêmico em consonância com as diretrizes estabelecidas pela PROPPG;
 - XIII. Autorizar à Divisão de Registro Escolar (DRE) a expedição do Certificado ou do Diploma de conclusão do curso;
 - XIV. Comunicar à PROPPG os desligamentos de docentes e de discentes do Programa de Pós-graduação,
 - XV. Preparar a documentação necessária, visando à integração do Programa de Pós-graduação no Sistema Nacional de Pós-graduação;
 - XVI. Preparar a documentação necessária para o credenciamento ou recredenciamento do Programa de Pós-graduação pela CAPES e pelo Conselho Nacional de Educação;
 - XVII. Manter atualizado o Cadastro de Discentes do Programa junto a CAPES;
 - XVIII. Organizar atividades complementares, tais como palestras e oficinas;
 - XIX. Organizar e inserir nos sistemas da CAPES a informação relativa à execução do PROFNIT no âmbito da UFERSA nos prazos estabelecidos, sob pena de sanções definidas pela CAN ou CG;
 - XX. Elaborar o Plano de Aplicação de Recursos Financeiros do Programa de Pós-graduação, e submetê-lo à apreciação e deliberação da CAI;
 - XXI. Enviar todas as informações sobre o PROFNIT/UFERSA que forem solicitadas pela PROPPG;
 - XXII. Promover, em comum acordo com a PROPPG e com a Administração Superior da UFERSA, entendimentos com instituições nacionais e estrangeiras, objetivando a cooperação acadêmica e a obtenção de recursos visando à dinamização das atividades do Programa de Pós-graduação;
 - XXIII. Promover, a cada ano, a avaliação do PROFNIT/UFERSA com a participação de docentes e de discentes;
 - XXIV. Manter atualizada a página do PROFNIT/UFERSA na internet e promover ampla divulgação das atividades do Programa;
 - XXV. Homologar bancas examinadoras para as defesas de Dissertações, e para os exames de qualificação.
 - XXVI. Aprovar *ad referendum*, em casos de urgência, medidas que se imponham em matéria de competência da Coordenação, submetendo seu ato à ratificação desta na primeira reunião subsequente da CAI.

Art. 13 Das decisões do Coordenador, caberá recurso à CAI.

Art. 14 Nas ausências ou impedimentos do Coordenador, o Vice-Coordenador assumirá todas as competências do Coordenador.

Parágrafo único. Nas ausências e, ou, impedimentos de ambos, o membro da CAI que tiver mais tempo como Docente Permanente no PROFNIT/UFERSA assumirá as competências do Coordenador.

Seção IV Assembléia

Art. 15 A assembléia docente do PROFNIT/UFERSA será composta por todos os docentes permanentes, colaboradores e visitantes.

Parágrafo único. A assembléia se reunirá ordinariamente ou extraordinariamente por convocação da coordenação, não havendo necessidade de quórum mínimo.

Seção IV Secretaria

Art. 16 A Secretaria do PROFNIT/UFERSA é o órgão de apoio administrativo, incumbido das funções burocráticas e do controle acadêmico direto.

Art. 17. Compete à Secretaria, além de outras atribuições designadas pelo Coordenador do PROFNIT/UFERSA:

I Organizar e arquivar toda a documentação dos candidatos à admissão PROFNIT/UFERSA e à matrícula de discentes;

II Manter e organizar um arquivo digital das Dissertações defendidas no PROFNIT/UFERSA e de toda a documentação de interesse do Programa;

III Manter atualizado os dados cadastrais dos docentes e dos discentes do PROFNIT/UFERSA, bem como colaborar com o preenchimento do formulário de coleta de dados exigido pela CAPES;

IV Secretariar, com elaboração de ata, as reuniões da CAI e as apresentações e defesas de Dissertações e exames de qualificação.

Parágrafo único. Todos os documentos emitidos pela Secretaria serão assinados pelo Coordenador do PROFNIT/UFERSA ou pelo seu substituto legal.

CAPÍTULO III – ESTRUTURA FUNCIONAL DO PROGRAMA

Art. 18. O PROFNIT/UFERSA terá sua estrutura funcional, regido com base neste Regimento, da seguinte forma:

- I. Corpo Docente; e
- II. Corpo Discente

Seção I Corpo Docente

Art. 19 O corpo docente do PROFNIT/UFERSA é composto por docentes com grau de Doutor, e com experiência em aspectos da Propriedade Intelectual, ou da Transferência de Tecnologia, ou da Inovação Tecnológica, ou da gestão de NITs ou da gestão de Sistemas Locais de Inovação, e que seja adequada aos objetivos pedagógicos do PROFNIT.

Parágrafo único. Os membros do corpo docente são credenciados pela Comissão Acadêmica Nacional mediante indicação da CAI.

Art. 20 O corpo docente do PROFNIT/UFERSA poderá ser composto por até três diferentes categorias de docentes:

- I. Docentes permanentes;
- II. Docentes visitantes; e
- III. Docentes colaboradores

Art. 21 São atribuições do corpo docente:

- I. Ministras aulas teóricas e/ou práticas;

- II. Desenvolver projetos de pesquisa e/ou de extensão;
- III. Promover encontros acadêmico-científicos;
- IV. Participar de bancas examinadoras e de bancas de seleção;
- V. Orientar dissertação e outras atividades acadêmicas dos discentes;
- VI. Cumprir os prazos deliberados pela CAI do PROFNIT/UFERSA;
- VII. Participar das reuniões de assembléia do Programa, sempre que convocado pelo seu Coordenador; e
- VIII. Apresentar, no final de cada semestre, relatório das atividades realizadas, com a indicação da produção acadêmica, a Comissão Acadêmica Institucional, por meio do modelo exigido pela Plataforma Lattes/CNPq;
- IX. Manter currículo na plataforma Lattes atualizado e fornecer em tempo informações necessárias para o Coleta CAPES ou outro mecanismo de avaliação necessária.

Art. 22 É pré-requisito para a orientação de Dissertação, que o docente orientador seja credenciado como membro permanente do corpo docente do PROFNIT/UFERSA. O co-orientador, quando necessário, poderá ser de outro Ponto Focal do PROFNIT ou profissional com notório conhecimento no tema, desde que homologado pela CAI, de acordo com as Normas Acadêmicas do PROFNIT, após solicitação do orientador e aluno.

Art. 23 São atribuições do Orientador:

- I. Orientar a dissertação em todas as fases de elaboração;
- II. Opinar sobre trancamento de disciplina ou de curso e sobre cancelamento de matrícula de disciplina;
- III. Sugerir à Coordenação do Programa nomes para integrar a Banca Examinadora de dissertação;
- IV. Presidir a Banca Examinadora da Qualificação e da Dissertação;

Parágrafo único. Cada orientador poderá assistir simultaneamente até o limite máximo de 4 (quatro) alunos.

Seção II

Corpo Discente

Art. 24 O Corpo Discente do PROFNIT/UFERSA deverá ser composto de profissionais graduados em qualquer curso de nível superior com diploma emitido por instituição oficial e reconhecido pelo MEC, com experiência nas áreas de Propriedade Intelectual, Transferência de Tecnologia e Inovação Tecnológica ou conforme critérios definidos no edital do Exame Nacional de Acesso (ENA).

Art. 25 A admissão de discentes no PROFNIT se dá por meio de um Exame Nacional de Acesso, versando sobre um Programa de conteúdo básico de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação previamente definido e divulgado por meio do sítio oficial do PROFNIT na internet.

Art. 26 O Edital do Exame Nacional de Acesso é disponibilizado na homepage do PROFNIT nacional e define todas as normas de realização do mesmo, inclusive os requisitos para inscrição, a forma e conteúdo programático da prova a ser aplicada aos candidatos, os horários de aplicação, o número de vagas em cada Ponto Focal e os critérios de correção e classificação dos candidatos.

Parágrafo único. A organização e aplicação do Exame Nacional de Acesso na UFERSA, incluindo a definição e divulgação dos locais de aplicação do Exame, por meio do sítio oficial da Instituição na internet, são de exclusiva responsabilidade da respectiva CAI, dentro das normas definidas pelo Edital;

Art. 27 Fazem jus à matrícula no PROFNIT os candidatos diplomados em cursos de graduação reconhecidos pelo Ministério da Educação, e que sejam Aprovados e Classificados no Exame Nacional de Acesso referente ao ano da matrícula.

§ 1º O calendário das matrículas dos discentes na UFERSA é definido pelo calendário escolar da pós-graduação da UFERSA ou, em caráter excepcional, estabelecido pela CAI do PROFNIT/UFERSA.

§ 2º A matrícula e conferência da documentação dos candidatos aprovados e classificados no

Exame Nacional de Acesso são de exclusiva responsabilidade da UFERSA.

§ 3º O candidato aprovado e classificado que não efetuar sua matrícula no prazo legal fixado, perderá o direito à vaga, sendo imediatamente substituído pelo próximo, segundo a ordem de classificação dos candidatos na seleção.

Art. 28 Os discentes do PROFNIT/UFERSA deverão renovar sua matrícula na secretaria do Programa semestralmente dentro do prazo legal fixado pelo calendário escolar da pós-graduação da UFERSA ou, em caráter excepcional, estabelecido pela CAI, antes do início de cada período letivo.

Art. 29 Os discentes regularmente matriculados no PROFNIT fazem parte do corpo discente de pós-graduação UFERSA, à qual cabe emitir o diploma para aqueles que integralizarem o curso.

Art. 30 Será permitido o trancamento de matrícula em uma ou mais disciplinas ou atividades acadêmicas, individualizadas, desde que ainda não se tenham integralizado 30% da carga horária da disciplina ou atividade acadêmica, salvo caso especial, devidamente fundamentado, mediante prudente critério adotado pela CAI.

§ 1º O pedido de trancamento de matrícula, solicitado no prazo fixado pelo Programa, de conformidade com o seu calendário escolar, constará de requerimento do discente ao Coordenador, com as devidas justificativas.

§ 2º Constará no Histórico Escolar do discente a referência ao trancamento de matrícula em qualquer disciplina ou atividade acadêmica.

§ 3º É vedado o trancamento da mesma disciplina ou atividade acadêmica mais de uma vez, salvo casos excepcionais, devidamente fundamentados, consoante prudente critério adotado pela CAI.

Art. 31 O trancamento de matrícula do período letivo em execução corresponde à interrupção de estudos e só poderá ser concedido em caráter excepcional por solicitação do discente, devidamente justificada e com anuência do orientador, e a critério da CAI.

§ 1º O tempo de interrupção de estudos de que trata o caput deste Artigo não será computado no tempo de integralização do curso.

§ 2º Será permitida a interrupção de estudos pelo prazo máximo de 1 (um) período letivo.

§ 3º Durante a vigência da interrupção de estudos, o discente não pode cursar nenhuma disciplina de pós-graduação na UFERSA, qualificar Projeto de Dissertação ou defender a Dissertação.

§ 4º O trancamento concedido deverá ser, obrigatoriamente, mencionado no Histórico Escolar do discente, com a menção “TRANCADO” acompanhada do período letivo de ocorrência e da data de homologação pela CAI.

Art. 32 É vedada a transferência de discentes entre pontos focais do PROFNIT, exceto nos casos explicitamente determinados por Lei e em consonância com as normas dos Pontos Focais.

Art. 33 Admitir-se-á o cancelamento de matrícula, em qualquer tempo, por solicitação do discente, correspondendo ao seu desligamento definitivo do Programa.

Parágrafo único. O desligamento voluntário está suscetível às sanções cabíveis, inclusive a devolução das bolsas recebidas, se for o caso de aluno com bolsa.

Art. 34 Considera-se estudante especial do PROFNIT/UFERSA, o aluno(a) com ou sem vínculo com outras instituições matriculado em uma das disciplinas obrigatórias ofertadas pelo programa, desde que essas não ultrapassem 12 créditos.

Art. 35 No ato da inscrição o candidato a estudante especial deverá apresentar à Coordenação do Programa os seguintes documentos:

- I. Solicitação de inscrição na disciplina que pretende cursar; e
- II. 1 foto 3 x 4
- III. Originais e cópias dos seguintes documentos: CPF, RG, certidão de nascimento ou casamento e diploma de graduação

Art. 36 A admissão de estudante especial terá validade para um período letivo, em no máximo 6 créditos por período, podendo ser renovada uma única vez.

Parágrafo único. A concessão de nova inscrição como estudante especial estará condicionada à aprovação na(s) disciplina(s) cursada(s) anteriormente.

Art. 37 Ao término do período letivo, a Divisão de Registro Escolar (DRE) da UFERSA expedirá um documento de comprovação das disciplinas cursadas pelo discente, com suas respectivas notas, cargas

horárias e conteúdos programáticos ministrados.

Art. 38 O estudante especial deverá solicitar a matrícula e/ou o cancelamento respeitando-se as datas estabelecidas no Calendário Acadêmico da Pós-graduação da UFERSA.

Art. 39 O estudante especial estará sujeito às mesmas normas estabelecidas pelo Programa para os discentes regulares do PROFNIT/UFERSA.

Art. 40 A concessão das bolsas de estudos se dará em consonância com os requisitos e quantitativos determinados pelas agências de fomento e de acordo com os critérios estabelecidos pela CAI.

Art. 41 A manutenção da bolsa de estudos pelo discente está condicionada à matrícula, em cada período letivo, em todas as disciplinas e bom desempenho acadêmico nas demais atividades previstas na Matriz Curricular do PROFNIT.

CAPÍTULO IV – ESTRUTURA DIDÁTICO-CIENTÍFICA

Art. 42 O PROFNIT/UFERSA será regido de acordo com a seguinte estrutura didático-científica:

- I. Atividades curriculares e avaliação
- II. Aproveitamento de créditos
- III. Qualificação
- IV. Trabalho de Conclusão de Curso
- V. Exigência de língua estrangeira

Seção I

Atividades Curriculares e Avaliação

Art. 43 O projeto pedagógico nacional do PROFNIT oferece atividades didáticas, organizadas em disciplinas obrigatórias, disciplinas eletivas/optativas e Dissertação, conforme a Matriz Curricular definida pela Comissão Acadêmica Nacional.

§ 1º As disciplinas obrigatórias do PROFNIT são oferecidas em dois períodos letivos anuais, segundo a programação estabelecida pela CAN.

§ 2º As descrições, ementas e bibliografias das disciplinas são discriminadas no Catálogo de Disciplinas, a ser elaborado e revisado regularmente pela CAN.

§ 3º O PROFNIT/UFERSA deverá fazer uma oferta suplementar de disciplinas, optativas/eletivas, aos seus alunos, mediante prévia aprovação pela CAI.

Art. 44 Cada Disciplina Obrigatória do PROFNIT, cuja ementa está definida no Catálogo de Disciplinas (disposto no sítio: <https://www.profnit.org.br>), será ofertada ao menos uma vez por ano.

Art. 45 Cada disciplina do PROFNIT possui um docente responsável, designado pela CAI dentre os membros do seu corpo docente, o qual tem por atribuição zelar pelo bom funcionamento de todas as atividades da disciplina na UFERSA, incluindo: lecionar; elaborar, aplicar e corrigir as provas; avaliar o desempenho dos discentes e emitir o conceito final.

§ 1º Os docentes responsáveis pelas disciplinas obrigatórias do PROFNIT na UFERSA deverão ser obrigatoriamente membros permanentes do corpo docente.

§ 2º No caso das disciplinas obrigatórias, a CAN designa igualmente um docente Responsável Nacional para cada disciplina obrigatória.

Art. 46 São atribuições do Docente Responsável por Disciplina na UFERSA:

- I. Zelar pelo bom funcionamento de todas as atividades da disciplina, incluindo o cumprimento integral da ementa, a assistência acadêmica aos discentes na forma presencial, a elaboração, aplicação e correção das avaliações locais do desempenho dos discentes, aplicação da Avaliação Nacional (AV2) da disciplina, e a atribuição do conceito final.
- II. Zelar para que a Ficha de acompanhamento do docente seja preenchida pelos docentes que ministraram a aula, dando um *feedback* de como foi, seus pontos fortes, pontos fracos e as sugestões de melhorias.

- III. Enviar, ao final da disciplina e antes da Avaliação Nacional, à Coordenação Nacional de Disciplina um Relatório da Disciplina no Ponto Focal, conforme previsto no cronograma do Calendário Acadêmico Nacional
- IV. No caso das disciplinas optativas / eletivas, o Relatório da Disciplina no Ponto Focal deverá ser enviado à Comissão de Acompanhamento Acadêmico (CAA) em até 30 (trinta) dias corridos após o término da disciplina optativa / eletiva. O Relatório da Disciplina no Ponto Focal deve atender as normas das disciplinas obrigatórias.

Art. 47 O Relatório da Disciplina no Ponto Focal, deverá ser elaborado pelo docente responsável pela disciplina na UFERSA e deve atender ao formato solicitado pelo PROFNIT, compreendendo pelo menos:

- I. Aulas lecionadas: Conteúdo programático, dia, hora, local, docentes PROFNIT do ponto focal, docentes PROFNIT do outro ponto focal, especialistas convidados (nome, CPF e organização).
- II. Atividades propostas nacionalmente: aula de apresentação aos discentes, aula de entrega pelo discente, se foi realizada, se foi utilizada para a nota, comentários adicionais.
- III. Atividades locais adicionais: descrição de atividades complementares, se foi utilizada para a nota, comentários adicionais.
- IV. Notas dos alunos matriculados classificados pela seleção nacional do PROFNIT: Nome, CPF e Número de matrícula dos alunos, nota da avaliação das atividades no Ponto Focal.
- V. Notas dos alunos matriculados como alunos especiais: Nome, CPF e Número de matrícula dos alunos, nota da avaliação das atividades no Ponto Focal.
- VI. Comentários e sugestões.

Art. 48 São atribuições do docente Responsável Nacional de cada uma das Disciplinas Obrigatórias:

- I. Responsabilizar-se pelo bom funcionamento da disciplina no conjunto da Rede Nacional, inclusive avaliações nacionais.
- II. Articular com a CAN a elaboração ou atualização do material didático de referência e sua distribuição aos responsáveis institucionais da disciplina.
- III. Reportar à CAN relatório sucinto, conforme modelo, das suas atividades em até 30 dias corridos após o término da Disciplina Obrigatória.

Art. 49 A avaliação de rendimento acadêmico do discente em cada disciplina tem duas notas atribuídas com valores de zero a dez: AV1 e AV2. A nota final é calculada: $NOTA\ FINAL = (0,5 * AV1) + (0,5 * AV2)$.

§ 1º A AV1 vale 50% da nota final e pode incluir composição de várias notas de atividades recomendadas pelas oficinas pedagógicas, exames orais, dinâmicas de grupo, exercícios, palestras ou outras atividades. A elaboração, aplicação e correção dos instrumentos que geram a nota AV1 são de competência do Responsável pela disciplina na UFERSA.

§ 2º A AV2 vale 50% da nota final e consiste na Avaliação Nacional elaborada pela Coordenação Nacional da Disciplina e aplicada nos Pontos Focais pelo Responsável Institucional da disciplina, de acordo com os modelos recebidos e com o Cronograma aprovado pela CAN.

§ 3º O discente que obtiver média final igual ou superior a 7,0 (sete) em uma disciplina será considerado aprovado, tendo frequentado um mínimo de 75 % (setenta e cinco por cento) das aulas.

Seção II Aproveitamento de Créditos

Art. 50 Considera-se aproveitamento de créditos, para os fins previstos neste Regimento somente a equivalência de disciplinas já cursadas anteriormente pelo discente, em outro ponto focal do PROFNIT dentro das disciplinas ofertadas pelo PROFNIT.

Art. 51 Entende-se por disciplina já cursada aquela na qual o discente logrou aprovação com média final igual ou superior a 7,0 (sete), ou ainda, obteve conceito A ou B, sendo vedado o

aproveitamento de créditos em disciplinas em que o discente obteve conceito C.

§ 1º O prazo máximo para validação dos créditos é de 5 (cinco) anos.

§ 2º Deverão, obrigatoriamente, ser registrados no Histórico Escolar do discente o nome abreviado PROFNIT/IES no qual o discente cursou a(s) disciplina(s)

Seção III Qualificação

Art. 52 Para realização do exame de qualificação, o discente deve se inscrever na disciplina de Exame de Qualificação após a conclusão e aprovação em todas as disciplinas obrigatórias.

Art. 53 Previamente ao Exame de Qualificação, o aluno deverá ter o orientador do Trabalho de Conclusão do Curso aprovado pela CAI, ter sido aprovado no componente curricular “Seminário de Projeto de Mestrado”, com o respectivo tema do Projeto de Dissertação.

Art. 54 O aluno deverá entregar à Coordenação do Programa o aceite do orientador preenchido e assinado; o tema de seu Projeto de Dissertação, assim como o Plano de Trabalho durante a disciplina “Seminário de Projeto de Mestrado”, a ser aprovado e homologado pela CAI.

Art. 55 No Exame de Qualificação o aluno fará a exposição do Projeto de Dissertação. O exame será realizado em sessão pública, exceto se houver impedimento por confidencialidade, de acordo com a natureza do projeto.

Art. 56 O prazo para apresentação da qualificação não poderá ultrapassar 12 (doze) meses contados a partir do ingresso do discente no PROFNIT/UFERSA.

Art. 57 A defesa (qualificação) do “Projeto de Dissertação” será realizada perante uma banca examinadora, composta por:

- I. 3 (três) examinadores, no mínimo;
- II. Sendo que um destes deverá ser o orientador, que será o presidente da banca; e
- III. Os três examinadores deverão ter, obrigatoriamente, o título de Doutor.

Art. 58 A banca examinadora emitirá o conceito de “Aprovado” ou “Reprovado” e encaminhará a ata de defesa para apreciação e homologação da CAI, e posterior apresentação à Coordenação do Programa.

Parágrafo único. O discente que não obtiver aprovação na defesa (qualificação) do “Projeto de Dissertação”, terá direito a uma nova defesa, com prazo a ser estabelecido pela banca examinadora, de no máximo 6 (seis) meses.

Art. 59 Todas as Normas para Exame de Qualificação, bem como os respectivos critérios de aferição, são definidas no Manual de Normas de Exame de Qualificação e de Trabalho de Conclusão de Curso, elaboradas pela Comissão de Acompanhamento Acadêmico (CAA), revisadas periodicamente e divulgadas pela Comissão Acadêmica Nacional (CAN) na homepage oficial do PROFNIT na internet.

Seção IV Dissertação

Art. 60 A dissertação deverá ser pautada pela legislação vigente (artigo 7º do Parágrafo 3º da Portaria Normativa/MEC nº 17, de 28 de dezembro de 2009), e deve versar sobre temas pertinentes às atividades de Núcleos de Inovação Tecnológica e Ambientes Promotores da Inovação.

§ 1º Só poderá defender a Dissertação, o aluno que tiver cumprido todas as atividades acadêmicas obrigatórias e ter sido aprovado no Exame de Qualificação.

§ 2º Para a defesa da Dissertação, o discente deverá apresentar produção técnico-científica mínima, que consiste de um ou mais dos seguintes itens:

- I. Elaboração e encaminhamento de pedidos de registros de propriedade intelectual, bem como depósito de software livre em repositório reconhecido ou obtenção de licenças alternativas ou flexíveis para produção intelectual, desde que demonstrado o uso pela comunidade acadêmica ou pelo setor produtivo;
- II. Construção de base de dados técnico-científicas;

- III. Desenvolvimento de aplicativos e materiais didáticos e instrucionais e de produtos, processos e técnicas;
- IV. Desenvolvimento de tecnologias sociais;
- V. Produção de programas de mídia;
- VI. Elaboração de relatórios técnicos com regras de sigilo; manuais de operação técnica, protocolo experimental ou de adequação tecnológica;
- VII. Elaboração de relatórios relativos à proposição ou a avaliação de programas, projetos e políticas institucionais ou públicas;
- VIII. Elaboração de manuais de operação técnica, protocolo experimental ou de aplicação ou adequação tecnológica;
- IX. Elaboração de projetos de inovação tecnológica; projeto de aplicação ou adequação tecnológica;
- X. Protótipos para desenvolvimento de equipamentos e produtos específicos;
- XI. Curadoria de coleções biológicas;
- XII. Editoria;
- XIII. Elaboração de artigos originais e publicações tecnológicas.

§ 3º Cada uma das produções técnico-científicas mínimas para defesa da Dissertação deverá estar contida no documento de Dissertação, na forma de capítulo, devendo esta estar redigida conforme as Normas para Exame de Qualificação e Trabalho de Conclusão de Curso – PROFNIT, disponível na homepage do programa.

§ 4º A composição das bancas examinadoras será estabelecida pelo orientador e aprovada pela CAI.

Art. 61 Cada banca examinadora da Dissertação, deverá incluir três membros, com título de doutor, e, preferencialmente, atender os seguintes requisitos:

- ao menos um docente do PROFNIT/UFERSA e um externo à UFERSA;
- ao menos um membro do setor profissional onde o discente poderá atuar.

Art. 62 As defesas de Dissertação deverão ser registradas em ata, elaborada em modelo padrão pela CAI, devidamente preenchida e assinada pelos membros da banca examinadora.

§ 1º A banca examinadora emitirá o conceito final “Aprovado” ou “Reprovado”.

§ 2º Na ata de defesa deverá constar o prazo para a entrega da versão final da Dissertação, com as devidas correções sugeridas pela banca examinadora.

§ 3º O prazo de que trata o parágrafo anterior não pode ultrapassar 90 (noventa) dias após a data da defesa, sob pena do discente perder o direito ao título de Mestre.

Art. 63 O discente deverá entregar a versão final da Dissertação, na secretaria do PROFNIT/UFERSA, com 1 (um) exemplar impresso e 1 (um) em mídia eletrônica.

Parágrafo único. A versão em mídia eletrônica da Dissertação, no formato de arquivo “pdf” (*Portable Document Format*), deverá ser exatamente igual a versão impressa.

Art. 64 A versão final da Dissertação, juntamente com a documentação necessária do discente, será encaminhada para apreciação e deliberação da CAI, quanto ao cumprimento pelo discente de todas as exigências para obtenção do título de “Mestre”.

Seção IV **Exigência de Língua Estrangeira**

Art. 65 Será considerado aprovado no Exame de Proficiência em Língua Estrangeira o discente que obtiver a aprovação em qualquer exame de Proficiência realizado por Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia ou Universidade Federal ou Estadual, ou que obtiver nota mínima equivalente ao nível B1 no *Common European Framework of Reference for Languages (CEFR)* para exames de Proficiência internacionais.

Parágrafo único. Serão considerados válidos os documentos de comprovação emitidos dentro de um prazo de até 5 anos anteriores à sua entrega ao programa.

CAPÍTULO V – OBTENÇÃO DO TÍTULO E EXPEDIÇÃO DO DIPLOMA

Art. 66 Para conclusão do PROFNIT, e obtenção do respectivo grau de Mestre, o discente deve:

- I. Ter sido aprovado em todas as disciplinas obrigatórias conforme definidas no Catálogo de Disciplinas;
- II. Ter sido aprovado em disciplinas totalizando no mínimo 15 créditos em disciplinas obrigatórias, 6 créditos em disciplinas optativas / eletivas, 3 créditos em seminários, e 6 créditos na Oficina Profissional;
- III. Ter sido aprovado no Exame de Qualificação;
- IV. Ter tido a Dissertação aprovada;
- V. Ter sido cumprido os quesitos quanto à proficiência em Língua Estrangeira;
- VI. Ter enviado a versão final da sua Dissertação à Comissão Acadêmica Nacional para publicação na internet;
- VII. Satisfazer todos os requisitos do PROFNIT/UFERSA para emissão do diploma.

§ 1º O prazo máximo para integralização do PROFNIT na UFRSA é de 24 meses para o Mestrado, podendo o discente requerer a prorrogação do curso por até 06 (seis) meses, mediante justificativa com parecer de concordância do orientador, cabendo à CAI decidir sobre os pedidos de prorrogação.

§ 2º A CAN emitirá certificado de cumprimento das exigências nacionais referidas nos incisos III e VI deste artigo o qual é requisito prévio para a emissão do diploma pelo Ponto Focal.

Art. 67 A expedição do Diploma de Mestre será efetuada pela DRE da UFRSA, satisfeitas as exigências do Artigo anterior.

§ 1º Caberá à Coordenação do Programa encaminhar, à PROPPG, processo devidamente protocolado, autorizando a expedição do Diploma de que trata o caput deste Artigo, instruído dos seguintes documentos:

- I. Requerimento do discente solicitando o Diploma;
- II. Declaração da CAI PROFNIT/UFERSA, atestando que o discente cumpriu todas as exigências para obtenção do grau de Mestre, de acordo com o Artigo 61 deste Regimento;
- III. Comprovante de quitação do discente com a Biblioteca da UFRSA;
- IV. Cópia autenticada do Diploma de Graduação;
- V. Cópia autenticada do documento oficial de identidade e do Cadastro de Pessoa Física (CPF) do discente; e
- VI. Documento comprobatório em caso de alteração do nome.

§ 2º Enquanto o diploma não for expedido, o discente concluinte terá direito a receber o Certificado de Conclusão de Curso de Mestrado expedido pela DRE da UFRSA, após a emissão da declaração referida no inciso II do parágrafo anterior.

CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 68 Ressalvados os direitos emanados da legislação vigente no País sobre direitos autorais ou de propriedade intelectual, os resultados de pesquisa provenientes de artigos Científicos e Trabalhos de Conclusão de Curso defendidos no PROFNIT/UFERSA, serão de propriedade da UFRSA e na sua divulgação, qualquer que seja o meio, constará obrigatoriamente a menção da UFRSA, do PROFNIT e do orientador.

Parágrafo único. No caso da Dissertação ter sido realizada fora da UFRSA, cujo coorientador seja de outra instituição, ambas as instituições partilharão a propriedade dos resultados da pesquisa e os direitos do que reza o caput deste Artigo.

Art. 69 O PROFNIT/UFERSA deverá manter atualizada sua página na internet, a qual será abrigada no Portal da UFRSA, contendo informações sobre: área de concentração, linha(s) de pesquisa(s), corpo docente, trabalhos de conclusão de curso defendidos, artigos publicados, requisições de direitos de propriedade intelectual, critérios gerais de seleção, relação de disciplinas e este Regimento.

Art. 70 Os casos omissos a este Regimento serão decididos em primeira instância pela CAI do PROFNIT/UFERSA, cabendo recursos primeiramente ao mesmo, depois ao CONSEPE e por último ao CONSUNI.

Art. 71 Este Regimento entrará em vigor na data de sua aprovação pelo CONSEPE.

Regimento aprovado na 3ª reunião ordinária do ano de 2020 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (COSEPE) da UFERSA, ocorrida em 17 de março de 2020.

Regimento elaborado pela comissão instituída pela portaria UFERSA/PROPPG N° 047/2019

Prof. Dr. Francisco Silvestre Brilhante Bezerra (Presidente)

Prof. Dr. José Anizio Rocha de Araújo (Membro)

Prof. Dr. Alex Sandro Araújo Silva (Membro)

Prof. Dr. Thomas Edson Espíndola Gonçalo (Membro)



REQUERIMENTO DE RECURSO N° 4/2024 - ASEP (11.01.14)

(N° do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 29/04/2024 15:13)

MARA RAQUEL DE SOUSA FREITAS

ASSESSOR ESPECIAL

ASEP (11.01.14)

Matrícula: ###377#5

Visualize o documento original em <https://sipac.ufersa.edu.br/documentos/> informando seu número: 4, ano: 2024, tipo: **REQUERIMENTO DE RECURSO**, data de emissão: 29/04/2024 e o código de verificação: 5ddcd74b34



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
GABINETE DA REITORIA

Processo nº: 23091.005686/2024-13
Interessado: RACHEL LEITE KLIBIS ARAÚJO
Assunto: RECURSO

DESPACHO

01. Considerando o Processo 23091.005686/2024-13, no qual a senhora RACHEL LEITE KLIBIS ARAÚJO apresenta Recurso, designo o Conselheiro Wesley de Oliveira Santos como relator do referido processo.
02. O supracitado conselheiro tem o prazo de 30 dias para apresentar o relatório à Secretaria de Órgãos Colegiados (SOC).

Mossoró, 30 de abril de 2024.

LUDIMILLA CARVALHO
SERAFIM DE
OLIVEIRA: [REDACTED]

Assinado de forma digital por
LUDIMILLA CARVALHO SERAFIM
DE OLIVEIRA: [REDACTED]
Dados: 2024.04.30 12:52:21
-03'00'

Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira
Presidente do Consepe



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (CONSEPE)

ANEXO I

Parecer sobre proposta de Ato Normativo do CONSEPE

Relator	Wesley de Oliveira Santos
Documento	Minuta de resolução CONSEPE que dispõe sobre o recurso apresentado pela requerente Rachel Leite Klibis Araújo, estudante do Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia (PROFNIT), nível de mestrado, matrícula n. 2021110124, em face da decisão do Comitê de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica (CPPGIT), proferida em sua 2ª Reunião Ordinária de 2024, realizada em 21 de março de 2024, referente ao pedido de defesa extemporânea de dissertação de mestrado.
1. Relatório	
1 - DOS FATOS: <p>Este pleito foi objeto de apreciação inicial pela comissão acadêmica institucional (CAI)/colegiado do PROFNIT, na 4ª. reunião extraordinária de 2024, ocorrida em 06 de março de 2024, onde foi indeferido. Irresignada, a requerente pleiteou novo recurso para o Comitê de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica (CPPGIT), que também indeferiu o pedido de defesa extemporânea de sua dissertação, na 2ª. reunião ordinária de 2024, ocorrida em 21 de março de 2024.</p> <p>Ao término do ano de 2022, a requerente foi diagnosticada com um quadro de depressão grave (CID 10 F32.2 - Episódio depressivo grave sem sintomas psicóticos), conforme se comprova com laudo médico em anexo, datado de 17/10/2022, o que a tornou completamente incapaz de exercer suas atividades laborais e acadêmicas.</p> <p>Além da depressão, a ansiedade também tem afetado sua saúde, apresentando sintomas como pressão arterial alterada e insônia, em decorrência da tensão relacionada ao mestrado e ao estresse associado. Foi iniciado então tratamento psiquiátrico, incluindo o uso de medicamentos para controle da condição.</p> <p>Nesse período, foi necessário solicitar o trancamento do curso, o que foi feito</p>	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (CONSEPE)

por seis meses, referente ao semestre 2023.1 (de 13/03/2023 a 08/07/2023).

Assim que a requerente se julgou apta para retomar as suas atividades acadêmicas, buscou orientação junto à Professora Dr^a Liz Carolina, que, na ocasião, iniciou a orientação, porém, em seguida, assumiu a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, tornando-se impossibilitada de continuar. Durante este período, o curso encontrava-se trancado no semestre 2023.1. A Professora Dr^a Ana Lucia Brenner assumiu então a orientação para a dissertação.

Ao final do ano de 2023, a requerente voltou a manifestar sintomas depressivos, porém, não os reconheceu imediatamente como uma recaída. Quando percebeu, já haviam decorrido alguns meses cruciais para a conclusão do seu trabalho dentro do prazo estipulado, o que a prejudicou imensamente.

A orientadora da requerente, Profa. Dr^a Ana Lucia Brenner, observando o histórico da discente, a informou que o 30º mês de curso seria em fevereiro de 2024.

Assim, vendo que não havia possibilidade legal, de acordo com as normas do PROFNIT, de ultrapassar os trinta meses de permanência no programa sem a defesa da dissertação, comunicou que poderia agendar a qualificação da dissertação em 19 de fevereiro de 2024 e a defesa da dissertação final em 29 de fevereiro de 2024. Este prazo exíguo se deve a que o registro escolar determinava que o 30º mês do curso era em fevereiro de 2024, conforme print do registro escolar abaixo baixado em fevereiro de 2024.

Assim, tendo em vista este exíguo prazo, a recorrente dedicou-se incansavelmente para cumprir os prazos do programa para, conforme combinado com sua professora orientadora, mesmo enfrentando o quadro grave de depressão, cumprir a meta determinada.

Os esforços para conseguir realizar um trabalho acadêmico do peso de uma dissertação foram imensos, mesmo em face do quadro de depressão grave. Ainda assim, heroicamente a requerente conseguiu ser aprovada por sua banca de qualificação no dia 19 de fevereiro de 2024, conforme ata em anexo.

Após a aprovação na defesa da qualificação, foi acertado com a orientadora, professora Dr^a Ana Lucia Brenner, que a dissertação deveria ser encaminhada até o dia



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (CONSEPE)

26 de fevereiro de 2024, e que a defesa seria marcada para o dia 29 de fevereiro de 2024. Ficou acertado também que os membros da banca de defesa da dissertação seriam os mesmos da qualificação.

Após o envio do arquivo da dissertação para a orientadora, no dia 26 de fevereiro de 2024, a requerente foi informada pela Profa. Ana Lucia Brenner que não seria possível realizar a defesa por conta dos prazos. A requerente também foi comunicada de que para efetivar esta etapa, era necessário submeter um artigo da dissertação para publicação em uma revista científica.

Assim, reunindo grandes esforços na tentativa de salvar o seu prazo e o seu curso, a requerente em 03 (três) dias, a partir do seu trabalho de dissertação, elaborou o artigo “Inovação aberta e transferência de tecnologia em universidades: um estudo na Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) e **o encaminhou no dia 29 de fevereiro de 2024 para publicação na revista Observatório de La Economia Latinoamericana, com classificação qualis A4, sendo o manuscrito aceito e publicado no dia 15/03/24.**

Neste contexto, com toda a boa vontade, a orientadora da requerente, Profa. Ana Lucia Brenner, solicitou ao Conselho do Programa uma nova prorrogação do prazo, para defesa da dissertação, uma vez que todos os requisitos estavam cumpridos, faltando apenas a defesa da dissertação, o que não foi aceito. A requerente ficou sabendo apenas do resultado dessa reunião, e desse modo, não pode anexar toda a documentação necessária para argumentar e fundamentar a sua solicitação. Assim, na 4ª reunião extraordinária de 2024 da comissão acadêmica institucional (CAI)/colegiado do PROFNIT, no dia 06 e março de 2024, a solicitação de prorrogação de prazo para defesa da dissertação foi indeferida.

Um dia antes desta reunião, em 05 de março de 2024, a requerente inclusive foi até uma nova consulta com o médico especializado que lhe acompanha em razão da depressão grave, e obteve um novo laudo médico constatando a continuidade do quadro depressivo. **Este laudo chegou até o conhecimento da orientadora e dos membros do Colegiado do Curso na reunião, que mesmo conhecendo o quadro de depressão grave da discente, acabou por indeferir o pedido simplesmente alegando**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (CONSEPE)

que a defesa da dissertação não poderia passar dos 30 meses previsto no regimento, conforme se pode notar da ata da reunião.

Irresignada com a decisão, a requerente apresentou um recurso ao CPPGIT para revisão da decisão da CAI/PROFNIT, no sentido de que fosse concedido prazo para defesa da dissertação, o que foi negado na 2ª. Reunião Ordinária do CCPGIT, realizada em 21 de março de 2024, conforme ata em anexo. Em suas falas, vários membros do Comitê recomendaram recorrer-se ao CONSEPE, uma vez que o Conselho estaria acima do CCPGIT, e teria condição de conceder a prorrogação, caso fosse viável. A decisão do CCPGIT então somente foi comunicada à requerente no dia 18 de abril de 2024, pela Assessoria Especial do Gabinete da Reitoria (ver e-mail em anexo), onde foi informado das possibilidades de recursos da decisão do CCPGIT e os prazos devidos.

Assim, ante todo o exposto, e com todas as adversidades que a requerente tem passado em seu quadro de depressão grave, a mesma se encontra com seu trabalho pronto para defesa (desde o dia 26 de fevereiro aproveitou e o aprimorou mais ainda), de forma que se este Conselho determinar que a dissertação deve ser entregue no dia seguinte à decisão tomada, e que a defesa seja realizada 1 ou 2 dias depois, a requerente estará pronta!!! Contudo, visando dar um tempo razoável para a orientadora examinar o trabalho de dissertação, e caso aprovado, o envie para a banca examinadora, **requer, humildemente, ao CONSEPE que seja conferida possibilidade de defesa extemporânea de sua dissertação em um prazo de duas semanas, tempo suficiente para que a orientadora analise seu trabalho em uma semana, bem como a banca examinadora tenha o tempo de uma semana para leitura.**

No que diz respeito ao trancamento da matrícula e prorrogação do prazo de término do curso no Programa de Pós-Graduação, o efeito da **prorrogação** é bastante distinto do trancamento: na prorrogação de 06 meses do prazo normal para conclusão do curso, o aluno continua matriculado no curso. Em relação ao **trancamento** é diferente. O discente é impedido de cursar disciplinas, qualificar projeto de dissertação e defesa do trabalho final, ações que na prorrogação podem ser feitas. Este raciocínio é tão lógico que ambos os regulamentos do PROFNIT e o dos Programas de Pós-graduação da



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (CONSEPE)

UFERSA determinam que o **tempo de interrupção de estudos por meio do trancamento não será computado no tempo de integralização do Programa de Pós-graduação, devendo haver o desconto do período de trancamento na contagem do prazo máximo para integralização do curso.**

Assim, trazendo a interpretação para o caso da requerente, se em fevereiro de 2024 ela completou 30 meses de permanência no curso, conforme seu histórico escolar, tendo no meio deste período 06 meses de trancamento de matrícula, como o período de trancamento não conta na integralização do curso, a requerente ainda teria direito a mais 06 (seis) meses de prorrogação de prazo para a defesa de sua dissertação. Portanto, seria mais do que justo que este direito fosse conferido por este nobre Conselho Superior, que tem a missão de velar pelas normas de ensino, pesquisa e extensão da UFERSA.

2 – DOS PEDIDOS

Ante o exposto, a requerente solicita que o CONSEPE reforme a decisão do CPPGIT proferida em sua **2ª Reunião Ordinária de 2024, realizada em 21 de março de 2024**, e que lhe seja concedida a prorrogação do prazo de permanência no Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia (PROFNIT), por mais 02 (duas) semanas, precipuamente para o depósito e defesa de sua dissertação.

2. Voto

<input checked="" type="checkbox"/>	Aprovar texto da norma sem alterações (deferir os pedidos da requerente)
<input type="checkbox"/>	Aprovar texto da norma com alterações
<input type="checkbox"/>	Não aprovar texto da norma

3. Emendas

- Considerando que ao término do ano de 2022, a requerente foi diagnosticada com um quadro de depressão grave (**CID 10 F32.2 - Episódio depressivo grave sem sintomas psicóticos**), conforme se comprova com laudo médico em anexo, datado de 17/10/2022 (páginas 22 e 23 do processo), o que a tornou



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (CONSEPE)

completamente incapaz de exercer suas atividades laborais e acadêmicas.

- Além da depressão, a ansiedade também tem afetado sua saúde, apresentando sintomas como pressão arterial alterada e insônia, em decorrência da tensão relacionada ao mestrado e ao estresse associado. Foi iniciado então tratamento psiquiátrico, incluindo o uso de medicamentos para controle da condição.
- Além disso, levando em consideração que a requerente já defendeu sua qualificação, teve um artigo científico submetido e aprovado numa revista com Qualis A4, sua dissertação já foi elaborada e apresenta-se concluída para realização do depósito e defesa, além da contagem do prazo máximo para conclusão do curso ter que descontar 6 meses, referente ao período de trancamento por motivo de doença, assim como o direito a prorrogação de até 6 meses para término do curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia (PROFNIT), sendo contabilizado a partir de fevereiro de 2024.
- Considerando também os casos de defesas extemporâneas deferidas pelo CPPGIT, além dos exemplos de jurisprudência dos tribunais regionais federais sobre a matéria, descritos nos itens 3.2 e 3.3 respectivamente do recurso em tela, **defiro os pedidos da requerente conforme consta no item 2 da relatoria (aprovar texto da norma sem alterações).**

Mossoró, 17 de maio de 2024.

Documento assinado digitalmente
gov.br WESLEY DE OLIVEIRA SANTOS
Data: 17/05/2024 16:53:03-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Wesley de Oliveira Santos
Conselheiro do CONSEPE



Universidade Federal Rural do Semi-Árido (Ufersa)
Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe)
5ª Reunião Ordinária de 2024

4º PONTO

Outras ocorrências.